

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."





JOSUÉ DE CASTRO



A filósofa húngara, Agnes Heller, diz na Filosofia Radical que a recepção da filosofia pode se dar de forma completa ou parcial. Nesta última, ela reflete sobre como se deve pensar, ou agir ou viver. Efetivamente, Josué de Castro se apropriou da filosofia para pensar e agir. Como guia da produção do conhecimento, ela o livrou de todas as amarras que enclausuravam os campos dos saberes particulares, com seus objetos bem recortados, rigorosos, mas distanciados cada vez mais do mundo real. A engenharia josuelina ergueu pontes entre esses saberes, medicina, nutrição, economia, sociologia, antropologia, geografia, história, ecologia; construindo a transdisciplinaridade. A rigor, o olhar de Josué de Castro sobre o mundo era um olhar filosófico, somente esse tipo de observatório lhe proporcionou a produção de um conhecimento mais integral e mais universal. Esse olhar encontra-se presente, por exemplo, na Geografia da fome e na Geopolítica da fome.

A publicação do Perfil Parlamentar, escrito de forma brilhante por Marcelo Mário de Melo e Teresa Cristina Wanderley Neves, admiradores e seguidores do pensamento de Josué de Castro, revela o outro tipo de recepção filosófica, aquela vinculada com o agir, ou seja, a recepção política, que segundo Agnes Heller deve ser “entendida aqui em sentido lato e significa toda atividade imediatamente dirigida à transformação, à modificação ou à reforma da sociedade”.

Percebe-se neste Perfil a consistência e a amplitude da ação política. Aqui novamente a filosofia o guiou para que nada de natureza particular, seja classe, raça, povo, sexo, pudesse ocupar o lugar do valor supremo e universal: Humanidade. Foi nessa direção que caminhou a vida toda, seja defendendo a paz e a reforma agrária seja lutando contra a fome. No Livro negro da fome, ele chama a atenção para o fato de que os órgãos das Nações Unidas, povoados de excelentes técnicos que põem o valor Humanidade no centro de projetos, ainda se movem (como ainda se pode verificar) pelos interesses particulares dos Estados, adiando a construção do que os filósofos Apel e Habermas chamam de “comunidade ideal da comunicação”.

Esse fato o angustiava e se estivesse vivo poderia observar que a chamada Globalização, mais uma vez, reforçou esses interesses particulares em detrimento da satisfação universal das necessidades básicas.

Os leitores do século XXI, ao conhecerem os passos do Josué de Castro político, perceberão a atualidade de seus discursos e de seus valores. Ainda é necessário, mais do que nunca, mergulhar no pensamento josuelino e dali fazer recepções totais ou parciais para pensar, agir e viver. Se agirmos assim, os futuros habitantes da Terra serão gratos a todos nós.

Djalma Agripino de Melo Filho
Médico Sanitarista

PERFIS
PARLAMENTARES

52



JOSUÉ
DE CASTRO

MESA DA CÂMARA

Presidente **ARLINDO CHINAGLIA**

1º Vice-Presidente **NÁRCIO RODRIGUES**

2º Vice-Presidente **INOCÊNCIO OLIVEIRA**

1º Secretário **OSMAR SERRAGLIO**

2º Secretário **CIRO NOGUEIRA**

3º Secretário **WALDEMIR MOKA**

4º Secretário **JOSÉ CARLOS MACHADO**

1º Suplente de Secretário **MANATO**

2º Suplente de Secretário **ARNON BEZERRA**

3º Suplente de Secretário **ALEXANDRE SILVEIRA**

4º Suplente de Secretário **DELEY**

Diretor-Geral **SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA**

Secretário-Geral da Mesa **MOZART VIANNA DE PAIVA**

PERFIS
PARLAMENTARES

52

JOSUÉ DE CASTRO

Brasília, 2007



PLENARIUM

A Editora da Câmara dos Deputados

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor **AFRÍSIO VIEIRA LIMA FILHO**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI

Diretor **JORGE HENRIQUE CARTAXO**

Diretor de Publicações (em exercício) **CASIMIRO NETO**

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – SECOM

Diretor **WILLIAM FRANÇA**

Projeto Gráfico, Capa e Diagramação **SUZANA CURI**

Revisão **SEÇÃO DE REVISÃO E INDEXAÇÃO DA COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES DO CEDI**

Indexação **LUZIMAR GOMES DE PAIVA**

Fotos **ACERVO PESSOAL DE JOSUÉ DE CASTRO, PERTENCENTE À BIBLIOTECA/ACERVO DOCUMENTAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO – CJC, RECIFE.**

SÉRIE

Perfis Parlamentares

n. 52

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Josué de Castro / Marcelo Mário de Melo [e] Teresa Cristina Wanderley Neves, organizadores. — Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2007. 323 p.: il. — (Perfis parlamentares; n. 52)

ISBN 85-7365-476-7

1. Castro, Josué de, biografia. 2. Castro, Josué de, atuação parlamentar. 3. Político, biografia, Brasil. I. Neves, Teresa Cristina Wanderley. II. Melo, Marcelo Mário de. III. Série.

CDU 929:32(81)

ISBN 85-7365-476-7

CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO - CEDI
COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES
ANEXO II - TÉRREO - PRAÇA DOS TRÊS PODERES
BRASÍLIA - DF CEP 70160-900
TELEFONE: (61) 3216-5802 FAX: (61) 3216-5810
publicacoes.cedi@camara.gov.br

*“Denunciei a fome como flagelo fabricado
pelos homens contra outros homens.”*

Josué de Castro

Agradecimentos

Anna Maria Castro,

professora titular da UFRJ, doutora em sociologia aplicada, incansável batalhadora pela difusão da obra e da memória do seu pai;

Ájax Pereira,

diretor da Ascofam Regional Nordeste e amigo de Josué de Castro;

Alexandre Bandeira de Melo,

jornalista, colaborador do CJC;

Djalma Agripino,

médico, escritor e colaborador do Centro Josué de Castro (CJC);

Jamesson Ferreira Lima,

médico, coordenador da Ascofam – NE e amigo de Josué de Castro;

Lino Madureira, Flávio Oliveira da Silva, Arachelle Brasiliense, Alessandra Gomes Marinho,

coordenador, técnico e estagiárias do Acervo Biblioteca do Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro;

Marcos Costa Lima,

professor da pós-graduação de ciências políticas da UFPE, sócio licenciado do Centro de Estudo e Pesquisas Josué de Castro (CJC);

Natanael Maranhão Vale,

ambientalista, sócio-fundador do Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro (CJC) e coordenador do programa Pesca Artesanal, Meio Ambiente e Sustentabilidade;

Pelópidas Silveira,

engenheiro, ex-prefeito do Recife, amigo e companheiro de Josué de Castro;

Plínio de Arruda Sampaio,

professor, parlamentar, ex-ministro sem pasta para a Reforma Agrária, no governo de João Goulart;

Renato Carvalheira do Nascimento,

mestre em sociologia, assessor da FAO, amigo e colaborador do Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro (CJC)



“A fome não é um fenômeno natural e sim um produto artificial de conjunturas econômicas defeituosas. Um produto da criação humana e, portanto, capaz de ser eliminado pela vontade do próprio homem.”

Josué de Castro

SUMÁRIO

Lista de Siglas 11

Apresentação 15
A Humanidade de Josué

Introdução 21
Um Gigante Multifacético

UM HOMEM INTERESSADO NO ESPETÁCULO DO MUNDO 27

Capítulo 1 29
Origens e Formação

Capítulo 2 53
Trajetória Político-partidária

Capítulo 3 77
Ação Parlamentar – Anseios e Iniciativas de um Deputado Intelectual

- 1. Teias da Política 84*
- 2. Economia e Nordeste 110*
- 3. A Questão Agrária 148*
- 4. Cultura, Ciência e Educação 163*
- 5. Política Internacional 185*

Capítulo 4 241
O Exílio de um Cidadão do Mundo

Capítulo 5 259
A Atualidade de Josué de Castro

Cronologia de Vida e Obra 279

Referências 291

Índice Onomástico 301

Índice de Assuntos 313

Lista de Siglas

ASCOFAM	Associação Mundial de Luta Contra a Fome
BEMFAM	Sociedade Civil para o Bem-Estar
CAPES	Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Pesquisa
CGT	Confederação Geral do Trabalhadores
CID	Centre International pour le Developpement
CJC	Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro
CNA	Centro Nacional de Alimentação
CNRS	Centre National des Recherches Scientifiques
DHS	Pesquisas de Demografia e Saúde
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FINFi	Faculdade Nacional de Filosofia
FOC	Fundação Oswaldo Cruz
FUB	Fundação Universidade de Brasília
ENDEF	Estudo Nacional Demográfico e Familiar
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBESP	Instituto Brasileiro de Estudos Sociais e Políticos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRFED	Institut International de Recherche et de Formation Education Développement
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MIT	Massachusetts Institute of Technology
MS	Ministério da Saúde
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde

ONU	Organização das Nações Unidas
OPENO	Operação Nordeste
PDS	Partido Democrático Social
PNDS	Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde
PNSN	Pesquisa Nacional de Saúde
PNUD	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
PSB	Partido Socialista Brasileiro
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SESI	Serviço Social da Indústria
SNA	Serviço Nacional de Alimentação
STAN	Serviço Técnico de Alimentação Nacional
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UNE	União Nacional dos Estudantes



*“A vitória contra a fome constitui um desafio à atual
geração – como símbolo e como um signo da vitória
integral contra o subdesenvolvimento.”*

Josué de Castro

Apresentação

A Humanidade de Josué

MARCOS COSTA LIMA¹

Mais que oportuno o lançamento deste tributo a Josué de Castro, organizado por uma socióloga e um poeta, Teresa Cristina Wanderley Neves e Marcelo Mário de Melo.

Hannah Arendt tem um livro magnífico, intitulado *A dignidade da política*, que cai muito bem como um prefácio sobre o nosso médico e político pernambucano:

Se os filósofos, apesar de seu afastamento necessário do cotidiano dos assuntos humanos, viessem um dia a alcançar uma filosofia política, teriam que ter como objeto de seu “labor” a pluralidade do homem, da qual surge – em sua grandeza e miséria – todo o domínio dos assuntos humanos².

Neste sentido, o nosso pensador do flagelo da fome, segundo ele um fenômeno fabricado, era um ser múltiplo, plural, como diria a filósofa, pois buscou uma compreensão articulada da ciência, entendendo o ser humano como envolto em seu ambiente, e, na sua *Geografia e Geopolítica da fome*, do homem da lama da Ilha do Leite, tornou imprescindíveis as contribuições da sociologia, da antropologia, da história e da economia, da medicina e da nutrição, da carne de caranguejo, do siri, do guaiamum. Ambientalista de primeira hora, epistemólogo dos saberes que desvelam a miséria humana em sentido concreto e simbólico, nos tantos “nordestes”, “sahels” e “mezzogiornos” espalhados pelo mundo afora.

¹Marcos Costa Lima é professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

²ARENDT, Hannah. *A dignidade da política*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993. p. 115 e 117.

Mas há uma outra faceta de Josué, com a qual também se harmonizam as palavras de Arendt:

(...) nossa questão atual surge a partir das experiências muito reais que tivemos na política; ela é despertada pelo desastre que a política já provocou em nosso século e pelo desastre ainda maior que dela ameaça resultar³.

Josué foi político no sentido de ter apreendido o significado mais profundo da obra de Marx em suas teses sobre Feuerbach: não basta compreender o mundo, é necessário transformá-lo. Daí a entrega de Josué à política, de um homem interessado e engajado no espetáculo do mundo, que faria corar os políticos brasileiros de hoje, com as honrosas exceções de praxe, se a tinta da vergonha ainda lhes manchasse as faces.

O livro organizado por Teresa e Marcelo nos dá conta das origens e da formação, da trajetória político-partidária, da ação parlamentar de Josué de Castro, de seu exílio e da sua atualidade, concluindo com uma cronologia de sua vida e obra. Resgata um bom número de pronunciamentos do nosso cientista enquanto parlamentar, suas preocupações e seu espírito irrequieto, entendendo a pobreza do Nordeste como um problema nacional, tratando da importância do petróleo para a emancipação do país, dos desníveis de renda, da questão agrária, da urgência da desapropriação por interesse social das terras improdutivas, o que nos transporta em cheio para a atualidade e o drama dos trabalhadores rurais sem terra, que pugnam pela reorganização da convivência humana, ressaltando a cultura, a solidariedade e a ética. Mas o homem que entendeu a fome em sua natureza sistêmica também tratou da ciência e da educação, e não esqueçamos aqui a hipocrisia das elites do poder no Brasil, que tanto atacam os governos de Cuba, da Venezuela, a todos os que pretendem uma prática de equidade, e esquecem que naquela ilha o analfabetismo foi erradicado em 1961, enquanto ainda hoje este flagelo sobrevive em nosso país.

³Idem, op. cit.

São também preciosos os achados sobre o entendimento de Josué de Castro a respeito da política internacional de seu tempo, e quanta atualidade: tropas no Oriente Médio, lixo atômico, independência da Argélia, racismo na África do Sul, solidariedade a Cuba. No momento em que mais uma rodada de negociação da OMC fracassa em Hong-Kong, neste final de 2005, o que dizer de uma passagem de tamanha atualidade, saída de um pronunciamento seu em 1957, o que também reitera a permanência de muitas das práticas nas relações entre países centrais e periféricos:

A livre circulação das mercadorias preconizada por Wilson e mais recentemente por Roosevelt não passava de tiradas líricas, sob a inspiração daquele aforismo do velho Kant, de que o livre comércio constitui um antídoto para as guerras⁴.

E vejam a força de um outro pronunciamento que realizou no Congresso Nacional, onde, mais que denunciar a agressão franco-britânica ao Egito em 1956, estabelece as estruturas históricas do colonialismo e do imperialismo:

O colonialismo como foi, como é, como deseja persistir, apesar de superado economicamente e socialmente, não passa de um roubo organizado, um roubo sacramentado, um roubo cínico das grandes potências, que usam os organismos internacionais, a imprensa internacional, todos os meios de convencimento e de formação de uma falsa opinião pública, manipulada para esmagar o desejo de liberdade, de autodeterminação, a vontade de se governar a si mesmos que têm os povos oprimidos e esmagados pelo imperialismo colonialista⁵.

Josué de Castro, então, lê para o Plenário uma passagem de Eça de Queiroz acerca do bombardeio de Alexandria, levado a efeito pelos in-

⁴ Governo e Livre Iniciativa. *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 17-6-1957.

⁵ Tropas no Oriente Médio. *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 14-11-1956.

gleses em fins do século XIX. Uma página de impressionante atualidade, reproduzindo, então, o que os Estados Unidos da América, hoje, em pleno século XXI, fazem no Iraque. Dizia Eça em suas *Cartas de Inglaterra*:

Do bairro europeu, da famosa Praça dos Cônsules, dos hotéis, dos bancos, dos escritórios, das companhias, dos cafés-lupanares, resta apenas um confuso entulho sobre o solo, e aqui e além uma parede enegrecida que se vai aluindo. Pela quarta vez na história, Alexandria deixou de existir.

Para concluir, gostaria de ainda mencionar o entendimento de Josué de Castro sobre o pan-americanismo, tema que ainda guarda ingente atualidade, tendo em vista a manutenção na região do lugar de subordinação política e de desigualdade e miséria social, mesmo se levarmos em consideração os recentes esforços de seus povos no sentido de reapropriar a democracia, de combater as oligarquias e a barbárie que se processa em escala mundial, principalmente nos países ex-colonizados, o que nos faz refletir sobre o lugar da América Latina na comunidade das nações:

Foi a política anticolonialista do século passado que deu origem a este sentimento, chamado pan-americanismo; tanto assim que, quando se buscam as suas raízes, vamos encontrá-las fincadas na grande obra política de Bolívar, o grande pioneiro da emancipação política e econômica das repúblicas latino-americanas. Foi Bolívar quem primeiro formulou o que ele chamou de Pacto Americano, simbolizando, em suas próprias palavras, “uma instituição que, formando em todas as repúblicas um corpo político, possa apresentar a América ao mundo com um aspecto de majestade e de grandeza sem exemplo nas nações antigas. A América, assim unida, se o céu nos concede esse desejado voto – dizia Bolívar – poderá chamar-se a pioneira das nações e a mãe das repúblicas⁶”

⁶ Pan-americanismo. *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 10-7-1957.

Há muito o que ler, apreender e refletir neste livro sobre o homem político, sobre o cientista que há quase 60 anos escreveu *Geografia da fome*, obra de um cidadão pernambucano, traduzida em mais de 25 idiomas e que denunciou a fome como um flagelo fabricado pelos homens, contra outros homens.

Em artigo de 1928, então aos vinte anos de idade, Josué de Castro já expressava seus ideais em texto intitulado “América libre”:

Alcançaremos este futuro lentamente como quem busca a perfeição. Etapa por etapa. Do individualismo ao socialismo. Derrubando primeiro os preconceitos de classe. Segundo, os de raça. Terceiro, os de nacionalidades. Sempre tendentes à irmanação integral.



“(...) Minha grande emoção foi sentar na cadeira da presidência⁷, olhar um a um os representantes das grandes potências e recordar os mocambos do Recife, onde se reproduzia o ciclo do caranguejo, onde viviam outros meninos de rua, como eu tinha sido. Pensei, comovido, na tremenda responsabilidade que carregava e na injustiça que a vida escreve (...).”

Josué de Castro

⁷ Josué de Castro refere-se a sua eleição para a Presidência do Conselho Executivo da FAO, em 1954.

Introdução

Um Gigante Multifacético

MARCELO MÁRIO DE MELO

“A mim cabe falar de mim, da minha era”, disse o poeta russo Vladimir Mayacovsky. Esta diretiva se aplica por inteiro a Josué de Castro, que viveu profundamente envolvido nas teias e nos dilemas do seu tempo, como intelectual e político. Ou intelectual-político. Que formulou questões nos mais diversos campos do conhecimento, sempre procurando lhes dar respostas, na teoria e na prática. Com estudos de laboratório e pesquisas de campo. Andando por mangues e sertões brasileiros e nos seus correspondentes em outras partes do mundo. Propondo novas políticas públicas e assumindo a sua execução. Criando e dirigindo centros de estudos. Escrevendo artigos, ensaios e livros, da ciência à literatura. Fazendo conferências em fóruns nacionais e internacionais. Ocupando a tribuna parlamentar, dando entrevistas e falando em comícios.

Sempre com o olho universal e pluridimensional, Josué de Castro pertence ao círculo dos intelectuais-inventores. Daqueles que, superando esquematismos e limitações de época e escola, ultrapassam fronteiras de conhecimento e lançam novos paradigmas teóricos, provocando também o alargamento e o aprofundamento nas abordagens políticas e instrumentais.

Em Josué de Castro, os horizontes do cientista são reforçados pela experiência do médico na sua clínica pioneira nos assuntos da nutrição. À condição de teórico soma-se a de professor, no exercício da cátedra. Ao pensador se agrega o artista, que traduz em prosa literária os impactos e as situações-limite da fome, tecendo dramas e tragédias que enovelam o cotidiano de personagens-símbolos. E há ainda o cinemaníaco, que procurou difundir nas telas o drama da fome e suas alternativas.

Sobre tudo isso se levanta o orador excepcional e poliglota. Que impressiona platéias em improvisos na França, na Itália ou nos Estados Unidos. E encanta em conferências especializadas sobre assuntos de nu-

trição. Que desencadeia aplausos em auditórios estudantis. E arranca ovações em gigantescos comícios eleitorais.

Há ainda o professor ambidestro, que numa sala de aula começa a escrever no quadro com a mão esquerda e, a meio caminho, troca o giz para a mão direita e prossegue. O mesmo que anota taquigraficamente perguntas de jornalistas e as responde com precisão. Ou aquele que em rodas de amigos relata com sabor cinematográfico as suas andanças pelo mundo.

A ele não é compatível um retrato 3x4. Portanto, nesta síntese introdutória, a tentativa de uma representação 6x8 da figura intelectual e política de Josué de Castro, um pernambucano universal e múltiplo que se dizia um “interessado no espetáculo do mundo” e esclarecia: “a minha medida é o homem. O resto é paisagem”.

JOSUÉ NOSSO PROFETA

FRANCISCO JULIÃO

Rio de Janeiro, 23/9/1993.

Estrofes 37-50.

(...)

Josué de Castro disse
Com coragem e ousadia
O que há cinqüenta anos
Alguém no Brasil não dizia

Que pior que a bomba atômica
A guerra, a peste, a matança
Por diferença de raça
Tudo junto não alcança

Fome, Fome, Fome!
Foi o seu grito de guerra
Que partiu de Pernambuco
E se estendeu pela terra

O genocídio que a fome
Com sua foice afiada
Vai ceifando pelo mundo
Sem ter compaixão de nada

Josué de Castro foi
quem destampou a panela
Da pobreza e da miséria
Pra ver o que havia nela

A "Geografia da Fome"
Deu-lhe nome e deu-lhe fama
Mas quem seguiu seus passos?
Quem alentou sua chama?

E nela não havia NADA
Aí está sua obra
Onde expõe essa tragédia
Mas tanto expõe como cobra

Depois de cinqüenta anos
Eis, porém, que ela renasce
Como um grito de espanto
E uma bofetada na face

Cobra de quem pode dar
E de quem se nega a isso
Porque não se mata a fome
Com choradeira e feitiço

Josué, nosso profeta
Quis redimir o seu povo
Quis dar pão a todo mundo
E fazer um mundo novo

Mas sim, mexendo na terra
Mudando todo o sistema
Pondo fim ao latifúndio
Estourando esta postema

Mas sua hora há de vir
Seu clamor há de crescer
Sua luta contra a fome
Há de vencer, vencer

Josué fez-se notável
Sendo por isso invejado
Desde quando proclamou
Muito bem documentado

Josué morre bem longe
De sua terra querida
Mas continua entre nós
Amando o povo e a vida.

APRESENTAÇÃO DA GORDA FOME

MARCELO MÁRIO DE MELO

Em memória de Josué de Castro

A fome sorri com dentes de ouro.
A fome se veste com roupas de seda.
A fome possui brilhantes nos dedos.

A fome já fez reengenharia.
A fome possui qualidade total.
A fome promove a globalização.
A fome alimenta trezentas tribunas.
A fome fomenta seiscentos projetos.
A fome tem manhas e ri das campanhas.

A fome dá lucros & faz Companhias.
A fome é porteira de currais e votos.
A fome é parteira de cortiço e culto.
A fome é letrada: tem biblioteca.
A fome é avançada: não tem preconceitos.
A fome não tem pudor nem remorso.

A fome possui sede de vampiro.
A fome é gulosa e mastiga ossos.
A fome devora esperança e carne.
A fome é antiga e é pós-moderna.
A fome não tem ferida na perna.
A fome é robusta e diz que é eterna.

A fome apresenta um projeto histórico coerente e conseqüente.
A fome não se aproxima da classe dominante.
A fome é rigorosamente classista e se apóia na aliança operário-camponesa.
A fome é democrática e popular e inclui os excluídos.
A fome fez opção preferencial pelos pobres.
A fome faz trabalho de base na periferia.
A fome não tem nenhuma simpatia pela classe média: sempre apertando o cinto e nunca morrendo de fome.

A fome detesta nutricionistas e necrófilos.

A fome é contrária às vendas a crédito de produtos alimentícios.

A fome possui intelectuais orgânicos e agônicos pára-quedistas e surfistas.

A fome compromete sua agenda com penitenciárias e prostíbulos.

A fome se alimenta mais de três vezes por dia com sucos, sobremesas e muitos lanches.

A fome é gorda.

O faminto é magro.



“Não foi na Sorbonne nem em qualquer outra universidade sábia que travei conhecimento com o fenômeno da fome. O fenômeno se revelou espontaneamente a meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade do Recife: Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite.”⁸

Josué de Castro

⁸ CASTRO, Josué de. *Homens e caranguejos* [romance]. Foto antiga do Recife no início do século XX, Acervo Biblioteca do Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro.

UM HOMEM INTERESSADO NO ESPETÁCULO DO MUNDO

*Por
Marcelo Mário de Melo e
Teresa Cristina Wanderley Neves*

Capítulo 1

Origens e Formação

Josué Apolônio de Castro nasceu no Recife em 5 de novembro de 1908, no Bairro da Madalena, numa área próxima ao mangue. Quando tinha quatro anos de idade, os seus pais, Manuel Apolônio de Castro e Josefa Carneiro de Castro, se separaram e ele ficou morando com a mãe, professora, que dava aulas em casa e enfrentava dificuldades financeiras. De origem rural, o pai era proprietário de uma vacaria e fornecia leite. Nas férias ia para a casa do pai.

O menino Josué convivía muito na rua com os meninos pobres, descalço, jogando pião e castanha, tomando banho de rio. No primeiro colégio em que estudou no Recife, sob o impacto da rígida disciplina, exerceu uma permanente desobediência e viveu o tempo todo cumprindo castigos. Até que passou ao Instituto Carneiro Leão, dirigido pelo famoso e temido educador Pedro Augusto Carneiro Leão, a respeito de quem diz: “Conquistou-me com um pacto que tacitamente fizemos os dois sem aludirmos diretamente aos seus artigos fundamentais: a obrigação de estudar de verdade e a liberdade de continuar com direito a certas rebeldias”. Pela persuasão, o velho Pedro Augusto conseguiu afastar Josué da frequência ao jogo de bilhar, responsável pela baixa nas suas notas. O aluno terminou tirando o primeiro lugar da turma do colégio.

O fato é que Josué de Castro se constituiu num típico estudante “CDF”, tendo ingressado na Faculdade de Medicina da Bahia com quinze anos de idade, transferindo-se depois para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Como acadêmico, segundo relato do seu grande amigo e companheiro de colégio no Recife, Otávio Pernambucano, “sua vida era uma maratona: estudava, lia, preparava resumos para colegas mais abonados, escrevia para jornais e revistas sobre assuntos diversos, inclusive cinema; conhecia Hollywood por todos os diretores, astros e estrelas, fazia boa análise do comportamento de cada um nas contingências do enredo”. Josué de Castro também freqüentava as embaixadas latino-americanas, tendo contado com

a ajuda do embaixador do México, “o homem de letras Alfonso Reyes, seu admirador e amigo”, segundo informa Otávio Pernambucano.

Em 1929 Josué de Castro conclui o curso de Medicina no Rio, mas não participa da solenidade de formatura. Eleito presidente do Centro Universitário Latino-Americano, chefia uma delegação de acadêmicos ao México. Na viagem desenvolve estudos da cultura asteca e termina sendo colhido por um esgotamento nervoso e uma depressão que consegue esconder dos colegas. Sua presença no México é comentada nos meios acadêmicos e literários.

A partir daí Josué de Castro volta para o Recife e começa uma carreira profissional de sucesso. Com dinheiro emprestado, monta no centro da cidade uma clínica especializada em problemas da nutrição, a primeira do Nordeste, e vai morar com a mãe numa nova residência no Bairro da Capunga. Em 1932 é aprovado em concurso para a livre-docência da cadeira de Fisiologia da Faculdade de Medicina do Recife e é eleito representante dos docentes na congregação. Torna-se um médico da moda, com clientela abastada, o que lhe permitiu transferir-se para um consultório melhor. Até então, sem ter conseguido nenhum retorno nos planos de nutrição que apresentava para hospitais, escolas e fábricas, Josué de Castro é contratado, no governo do interventor Carlos de Lima Cavalcanti, para a chefia do serviço de saúde da polícia militar, procurando aplicar com entusiasmo as suas idéias. Nesse período escreve *O ciclo do caranguejo*. Também em 1932 escreve *O problema fisiológico da alimentação no Brasil*, que é contestado por Gilberto Freyre, como “inteiramente errado”, no seu livro *Casa grande & senzala*, publicado em 1934. Josué se defende em artigo no *Diário de Pernambuco*, refutando os argumentos de Freyre e desqualificando a sua obra quanto aos fundamentos científicos.

Junto ao diretor de Saúde do estado, Décio Parreiras, Josué de Castro consegue recursos, em 1933, para realizar no Recife o 1º inquérito feito no Brasil sobre as condições de vida das classes operárias. Os resultados do inquérito não tiveram nenhuma aplicação no estado, mas foram utilizados como referências, sob as ordens de Agamenon Magalhães, ministro do Trabalho, para a determinação do salário mínimo.

Em 1934 José de Castro viaja para o Rio de Janeiro, deixando para trás a estabilidade que havia conseguido no Recife. Novamente é atingido pela depressão, ocasionada em parte pela determinação de casar, contrariando a posição da sua mãe. Manda buscá-la no Recife e casa com Glauce Rego Pinto. Ateu, dispensa a cerimônia religiosa, assim como dispensou o batismo dos filhos. Tem de recomeçar dando aulas, escrevendo, abrindo uma clínica. No ano seguinte é convidado para exercer a cátedra de antropologia na Universidade do Distrito Federal. A clínica vai se firmando, com Josué de Castro passando a ser um médico muito procurado, que viria depois a atender à família do presidente Getúlio Vargas.

Em 1939 o Governo Federal encarrega Josué de Castro de elaborar o plano para a fundação do Serviço Central de Alimentação, transformado no Serviço de Alimentação da Previdência Social (Saps), onde permanece até 1941.

Depois de diplomado, a vida de Josué de Castro passa a ser marcada por uma intensa atividade intelectual: clinicando, ensinando, escrevendo livros, coordenando pesquisas, dirigindo entidades públicas, viajando pelo Brasil e para diversos países, vendo suas obras serem publicadas e traduzidas, recebendo reconhecimento internacional, homenagens e prêmios. Em todas essas suas frentes de atuação, sempre estiveram presentes uma ampla pluralidade de conhecimentos e o relacionamento das pesquisas científicas na área da nutrição com as questões econômicas e sociais, a visão internacional dos problemas, o sentido profundamente humanista e a dimensão ecológica.

A abordagem por Josué de Castro do problema da Fome e todo o seu emaranhado de condicionantes se traduziu como produção científica marcante no seu livro *Geografia da fome*, publicado em 1946, colocado como uma referência político-intelectual em todo o mundo. Mas a apreensão do problema, a sensibilização quanto à fome, a ânsia de formular a sua equação, quebrar o seu tabu, nasceu pelos caminhos do choque direto das raías da fome sobre o corpo e o sentimento de uma criança observadora e inquieta, como ele diz em *Homens e caranguejos*:

Não foi na Sorbonne nem em qualquer outra universidade sábia que travei conhecimento com o fenômeno da fome. O fenômeno se revelou espontaneamente a meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade do Recife: Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta é que foi a minha Sorbonne: a lama dos mangues do Recife, fervilhando caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejo.

Criei-me nos mangues lamacentos do Capibaribe, cujas águas fluindo diante dos meus olhos ávidos de criança pareciam estar sempre a me contar uma longa história.

Eu ficava horas e horas imóvel, sentado no cais, ouvindo a história do rio, fitando as suas águas correrem, como se fosse uma fita de cinema.

Foi assim que eu vi e senti formigar dentro de mim a terrível descoberta da fome. Da fome de uma população inteira escravizada à angústia de encontrar o que comer.

Pensei, a princípio, que a fome era um triste privilégio desta área onde eu vivia – a área dos mangues. Depois verifiquei que, no cenário da fome do Nordeste, os mangues eram uma verdadeira terra da promessa que atraía os homens vindos de outras áreas de mais fome ainda.

Era um curso inteiro que eu fazia sobre a fome quando ouvia, com um interesse sempre crescente, as intermináveis histórias contadas por meu pai sobre as agruras sofridas pela nossa família na seca de 1877.

O fenômeno se revelou espontaneamente a meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis.

Ratificando o peso do impacto social como força subjacente do seu trabalho intelectual, na introdução de *Sete palmos de terra e um caixão*, Josué de Castro se define nestes termos como intelectual engajado:

De uma sociologia que, estudando cientificamente a formação, a organização e a transformação de uma sociedade em vias de de-

envolvimento, compreende e admite que os valores mais desejáveis por esta sociedade são os ligados à mudança e não à estabilidade, e, por isto mesmo, se aplica em aprofundar ao máximo o seu conhecimento científico do mecanismo dessas mudanças. Digo conhecimento científico, porque, a meu ver, a sociologia comprometida com o processo social não deixa de ser científica, por este seu engajamento.

As inclinações já manifestadas na época de estudante e a preocupação social presente na sua produção intelectual tenderiam a conduzir Josué de Castro à atividade política direta. A atuação em órgãos governamentais, o contato com as forças políticas e, especialmente, a proximidade com Getúlio Vargas e o PTB seriam outros componentes que viriam favorecer essa imersão.

CARAVANA MÉDICA BRASILEIRA

(IMPRESSÕES DO PRATA)

1927 - Jornal não identificado, possivelmente do Recife.
Acervo do Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro.

Chegou há pouco do Rio de Janeiro o estudante de Medicina e Jornalista Josué de Castro, um dos membros da Caravana Médica Brasileira que visitou as Repúblicas Platinas.

O Sr. Josué de Castro é um temperamento entusiasta que procura estudar tudo, achando sempre em tudo que estuda alguma coisa de interessante. Tem profunda dedicação pela medicina, eleva-se pela literatura, filiado a moderna corrente de idéias, agrupando-se assim aos nossos modernos escritores de vanguarda, e integra-se ao jornalismo profissional.

Não lhe são indiferentes os problemas sociais, interessando-se particularmente pelos assuntos americanos.

Incorporado à Caravana Médica como representante da classe estudantil da Universidade do Rio de Janeiro e do diário carioca *O Paiz*, o nosso jovem conterrâneo teve oportunidade de demonstrar nas terras platinas a clareza de seus ideais sobre o Ibero-Americanismo e o Pacifismo da América.

Sr. Josué de Castro, qual foi o objetivo desta Caravana (...)?

JOSUÉ DE CASTRO – Foi uma viagem de confraternidade, o advento de novas aproximações e futuros contatos até a máxima aspiração de que será o perfeito sinergismo internacional em que todas as forças terão uma única resultante: o trabalho pacífico e honrado da América Livre.

MÉXICO 1928⁹ – “AMÉRICA LIBRE”

JOSUÉ DE CASTRO

Revista *América Libre*, 1928.

Arquivo do Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro (CJC).

A decepção dos resultados da guerra, “a grande decepção”, como chamou André Chamson, despertou na nossa geração um sentimento profundo de solidariedade.

A visão brutal daquilo que a educação patriótica tinha aureolado duma divindade ilusória e a volta aos antigos erros que a guerra não conseguiu sanar – a guerra que nos prometia com a vitória a regeneração do mundo – imprimiram nos espíritos adolescentes um horror às lutas, um sentimento humanitário de guerra à guerra.

Foi então que a geração nova – esta geração que nasceu à vida coletiva a 4 de agosto de 1914 – declarou “assistir à última das guerras e jurou organizar a paz definitiva com o equilíbrio fraternal dos povos”.

Mas esta juventude que recolheu os efeitos desgraçados da guerra não conhecia bem suas causas.

Esta juventude impregnada num momento dum idealismo à Cechhey quase desconhecia a política econômica, esta hidra insaciável que sempre dominou nos destinos bélicos, como nos demonstrará habilmente o professor Ally Vong, da Universidade de Harvard.

Uma simples olhadela sobre o panorama político do mundo atual nos revela o perigo iminente a que se encontra exposto este juramento que o sentimentalismo duma geração depôs nas mãos do destino. Se Wells implora pela paz, se existe um pacto Kellog, que além de outros fins pugna pela paz, se é uma realidade a Liga das Nações, também existem orientações políticas que põem em sobresalto o sono artificial desta paz: a rivalidade naval entre Inglaterra e Estados Unidos, a atitude cada vez mais hostil da Índia para com

⁹ Artigo escrito especialmente para a revista *América Libre*, México, no ano de 1928 (Acervo/Biblioteca Josué de Castro, do Centro Josué de Castro, pasta 13 no Livro de Recortes, p. 9).

a Inglaterra, a política imperialista de Norte América, oprimindo a América Central, as complicações múltiplas que se registram na China, a expansão desmedida da raça japonesa, tudo isso põe uma tensão vulcânica no subsolo do socialismo contemporâneo. A sonhada paz de 1918 não é senão uma guerra latente.

Nesta rede de animosidade, só os povos latino-americanos não traçaram seus fios. E isto é uma grande esperança. Parece mesmo ser esta a única válvula de segurança.

Nestas raças condensadas de cruzamentos étnicos existe mais que em quaisquer outros povos este sentimento de cosmopolitismo intelectual de que fala Ortega y Gasset, e que substitui o fracassado universalismo político da Europa do século passado.

A política européia tem sido uma política de imposições e de respeitos forçados, a política da América será uma política de liberdade, de confiança e de fidelidade.

Antonio Caso, o iniciador da cultura filosófica no México, e um dos grandes pensadores da América Latina, falando uma vez em nossa universidade, proferiu as seguintes palavras: “Los destinos de la civilización humana solo han de realizarse en el mundo merced a colaboración de América”. Ora estas idéias cada dia se tornam mais incontestáveis, e se eu as exponho pelas palavras do pensador mexicano é para emoldurá-las com a paternidade de um talento disciplinado pela cultura.

Em verdade, é chegado o momento de a América cumprir com a sua finalidade – que será a de rematar a razão da vida humana sobre a terra – como disse Ingeniéros. O contraste evidente entre a fraternidade internacional dos povos latinos e a agitação constante do mundo deixa entrever que a vitória da paz se ergue em Centro e Sul América.

A aproximação progressiva entre as nações latinas do continente até a fusão dos costumes e caracteres trará a paz eterna e o esplendor da América. Junto dos trópicos surgirá a quinta raça ou raça

cósmica, como já entreviu o sociólogo mexicano José Vasconcelos, cuja imaginação eivada de fantasias criou a capital do novo mundo às margens férteis do Amazonas: “Cerca del gran río se levantará Universalópolis y de allí saldrán las predicaciones, las esquadras y los aviones de propaganda de las buenas nuevas”.

Para que se transmute em realidade este nosso idealismo, basta que saibamos cumprir com o dever de finalidade a nossa raça e a nossa época: sejamos latinos e sejamos pela paz.

E só assim faremos verdades esplendorosas das palavras de Waldo Frank, um dos poucos norte-americanos que reúnem ao dom da inteligência uma orientação espiritual não imperialista: “La América no és solo la culminación de lo que há sido, sino el cuerpo de lo que será: el futuro”. (A América, aí, é todo o continente.)

Alcançaremos este futuro lentamente, como quem busca a perfeição. Etapa por etapa. Do individualismo ao socialismo. Derrubando, primeiro, os preconceitos de classe. Segundo, os de raça. Terceiro, os de nacionalidades. Sempre tendentes à irmanação integral.

PEDRO BLOCH ENTREVISTA JOSUÉ DE CASTRO

Revista *Manchete*, nº 625.
Rio de Janeiro, abril de 1964.

MOCAMBO

Nem sua condição de embaixador do Brasil junto às Nações Unidas na Europa, nem sua importância de representante do Brasil junto à FAO, à BIT e a tantas outras siglas de envergadura universal; nem seu posto de presidente da Associação Mundial da Luta contra a Fome e da Associação de Condições de Vida e Saúde; nem o fato de já ter conhecido tantos presidentes, recebido tantas condecorações, mil e um títulos e medalhas, cidadanias e honrarias; nem mesmo o ter sido sua *Geografia da fome* vertida em 22 idiomas e alcançado o Prêmio Roosevelt e o Internacional da Paz (1952 e 1954); nem mesmo o fato de Pearl Buck o ter proposto para o Prêmio Nobel e uma dúzia de outros detentores de Prêmio Nobel terem seguido este exemplo; nem sequer o ter sido sua obra considerada por tanta gente como das mais impressionantes de nosso tempo – nada disso, mas nada mesmo fez com que Josué de Castro, embaixador, professor, escritor e um dos dezoito responsáveis pelo desarmamento mundial, conseguisse esquecer o menino pobre do Recife, o que brincava com os garotos dos mocambos, à beira do Capibaribe, que viviam dentro do “ciclo do caranguejo”.

PRECOCIDADE E RUA

“Zona dos mocambos, cidade aquática com casas de barro batido a sopapos, telhados de capim, de palha e de folhas-de-flandres. Cumbucas negras boiando nas águas. Mocambos, verdadeira senzala remanescente, fracionada em torno às casas-grandes da Veneza Americana. Poesia primitiva de negros e mestiços fazendo xangô e cantando samba. Fisionomia africana.”

– Não, não sei porque me chamo Josué. Meu pai não era católico. Era místico. Ledor de Bíblia. Deve ser por isso. Nasci no Recife a 5 de setembro de 1908, filho de Manuel Apolônio de Castro e de Josefa. Meu pai era homem pobre da Paraíba. (Cabaceiras, o lugar mais seco do Nordeste. É onde menos chove no Brasil.) Mamãe era de família de engenho, aristocrata, Carneiro da Cunha. Tudo o que papai ganhava no Recife enterrava em Cabaceiras, mas não desistia, não abandonava.

– Meus pais (já morreram) se separaram quando eu tinha quatro anos. Nunca os conheci juntos. Eu morava com minha mãe no Recife (estudava com ela, que era professora) e ia passar as férias com meu pai. Meu interesse pela fome não vem do que aprendo nos livros, mas porque aprendi a ver com os olhos de meu pai. Na universidade, naquele tempo, não havia a ciência da alimentação. Minha Sorbonne foram os mangues do Recife.

– Se escondo minha origem não me explico a mim mesmo. Todos nós somos casuais. Não existem homens providenciais. Olívio Montenegro, dos melhores amigos que tive, dizia que “o que se chama de precocidade não é precocidade. É conformidade. É o menino se conformando com a forma que vai tomar, amanhã, o homem”. Os que não fazem isso são os que, em lugar de fazerem, se desfazem. Os precoces que fracassaram, depois, não quiseram ser o que eram; quiseram ser o que não eram.

– A necessidade de não falar de meu pai a minha mãe, e de minha mãe, quando estava com o meu pai, me deixava numa situação penosa. Eu tinha que ter duas atitudes de conversa. Como se, diante de um, o outro não existisse. Tenho a consciência absoluta de que, desde cedo, nunca tomei partido. Até os últimos instantes de ambos, mantive esse cuidado. (Talvez isso tenha repercutido na sua ânsia de conciliar os dois mundos.) Não há intolerância em nada que faço. O mundo não era o que eu desejava. Eu era uma criança infeliz. Sentia que os outros falavam de suas famílias e aquilo não era assunto para

mim. Não podia convidar os colegas. Convidar para onde? Pra casa do meu pai ou de minha mãe? Na casa de meu pai me perguntavam pela minha mãe; na casa de minha mãe perguntavam pelo meu pai. Em menino, quando ficava perto dele, ele ficava fumando e passando a mão no meu cabelo. E eu doido pra caçar e doido pra dar de comer às emas da fazenda, com risco de que me furassem o olho. Por isso nunca fumei. Tenho horror ao cigarro. Cigarro para mim é prisão, é ficar fazendo uma coisa com vontade de ser livre e correr. Por isso, também, desde pequeno, fui verdadeiro campeão de salto e corrida.

– Nasci no Recife, no número 1 da Rua Joaquim Nabuco. Eu escrevia o nome de Nabuco mesmo antes de saber quem ele era. Depois foi uma personalidade que me interessou sempre. (Mais tarde não fui ser médico por vocação, mas porque mamãe sonhava com isso.) Fui o pior aluno, no primário, no Colégio Francês Chateaubriand. Passava três quartas partes do meu tempo de joelhos. Eu já entrava para ficar de joelhos. Mais tarde no Colégio Carneiro Leão, o grande educador que era seu diretor, diante de uma resposta minha, disse: “O senhor é de uma ignorância como eu nunca vi; no entanto é de uma grande inteligência, porque inventou tudo o que falou, mostrando, ao mesmo tempo, sua inteligência e sua ignorância.” Esse homem admirável tolerava minha rebeldia e, em pouco, eu me transformava no melhor aluno da turma. Em três anos, mais tarde, fiz os doze preparatórios.

– Se eu tivesse ficado no outro colégio, hoje seria um pobre-diabo. O pouco que fiz devo a ter sido compreendido pelo Carneiro Leão. No Recife morei na Hong Kong da América, ao lado dos mocambos. Ali tive a primeira imagem da fome. Eu não participava dela diretamente. Os meninos com que brincava eram pobres e alguns, moleques. Eles compreendiam a minha situação e nada perguntavam. Eu queria era a rua. Não queria nada com a casa de ninguém, porque na casa dos outros perguntam logo: “Quem é seu pai? Cadê sua mãe?” E lá vinham problemas.

O CICLO DO CARANGUEJO

– Aos 21 anos escrevi *O ciclo do caranguejo*, que tanto impressionou tanta gente:

“Os mangues do Capibaribe são o paraíso do caranguejo. Se a terra foi feita pro homem, com tudo para bem servi-lo, também o manguê foi feito especialmente pro caranguejo. Tudo aí é, foi ou está pra ser caranguejo, inclusive a lama e o homem que vive nela. A lama misturada com urina, excremento e outros resíduos que a maré traz, quando ainda não é caranguejo, vai ser. O caranguejo nasce nela, vive nela. Cresce comendo lama, engordando com as porcarias dela, fazendo com lama a carinha branca de suas patas e a geléia esverdeada de suas vísceras pegajosas. Por outro lado, o povo daí vive de pegar caranguejo, chupar-lhe as patas, comer e lambe os seus cascos até que fiquem limpos como um copo. E com a sua carne feita de lama fazer a carne do seu corpo e a carne do corpo de seus filhos. São cem mil indivíduos, cem mil cidadãos feitos de carne de caranguejo. O que o organismo rejeita volta como detrito para a lama do manguê, para virar caranguejo outra vez.”

– Este ciclo, Pedro Bloch, explica a você a origem da minha preocupação com a fome. A paisagem que descrevi, há mais de trinta anos, ainda está lá igualzinha. Não mudou nada. O meu mérito, se ele existe, foi conseguir ver como ainda não tinham visto.

– Como é que eu ia aprender o que lancei em meus livros? Aprender com quem? O primeiro a falar nisso fui eu. E algumas pessoas até superestimam, exageram tremendamente o que fiz, como naquele dia em que, entregando-me a medalha de Cidadão Honorário de Paris, o ministro disse: “O senhor realizou na Biologia o que Copérnico realizou no campo da Astronomia. Descobriu, intuitivamente, coisa que se comprovou, cientificamente, depois.”

A CARREIRA

– Acabei meus preparatórios com 15 anos de idade. Falsificaram-me a idade para que eu pudesse entrar para a faculdade. Me formei,

com 21 anos e meio. Papai, com sacrifício, queria que eu estudasse na Bahia. Aí fiquei três anos. Guardo uma recordação extraordinária de meu companheiro de quarto, Theo Brandão. Brigamos por uma ninharia e ficamos de mal até há pouco, quando, graças a um quiproquó, ele julgou que eu tinha tido para com ele uma delicadeza da qual fora responsável meu filho, que tem nome igual ao meu. Theo Brandão, criatura admirável, pensava que eu era metido a besta, quando, na realidade, sempre me considerei inferior a todo mundo, especialmente a ele. Eu procurava compensar, de alguma forma, meus sentimentos. Theo está na província porque não tem os defeitos que eu tenho. Veja o que é o destino: um gesto de meu filho Josué Fernando me restituiu o meu melhor amigo de escola.

– Terminei a faculdade em 1929, no Rio, pois só fiz os três primeiros anos na Bahia. Mas não me diplomei porque tive de sair chefiando uma delegação de estudantes à posse do presidente do México, que Octávio Mangabeira e Ronald de Carvalho me proporcionaram. Na hora da formatura alguém respondeu por mim. Eram 480. Ninguém reparou.

– Formado, fui para o Recife. Ia para a Secretaria da Educação. Olívio Montenegro, Sílvio Rabelo, Gilberto Freyre e outros eram do grupo de José Maria Belo, que ia ser governador. Um cargo na Educação me estava destinado por todos eles. Não houve posse e a coisa gorou. Abri, então, o consultório, para fazer nutrição. Eu, na realidade, queria era ser psiquiatra, mas Ulhoa Cintra tinha dois aparelhos de metabolismo. Me vendeu um. Resolvi fazer nutrição. Um só livro, *O tratado*, de Umber, figurava na biblioteca. As doenças da nutrição eram cinco na época: obesidade, magreza, diabetes, gota, reumatismo. Como era coisa nova, passei a ter uma clínica brutal, apesar da minha cara de menino, que assustava os primeiros clientes.

A FÁBRICA E A FOME

– Comecei, também, a trabalhar numa grande fábrica e a verificar que os doentes não tinham uma doença definida, mas não podiam

trabalhar. Eram acusados de preguiça. No fim de algum tempo, compreendi o que se passava com os enfermos. Disse aos patrões: “sei o que meus clientes têm. Mas, não posso curá-los porque sou médico e não diretor daqui. A doença dessa gente... é fome.” Pediram que eu me demitisse. Sai. Compreendi, então, que o problema era social. Não era só do mocambo, não era só do Recife, nem só do Brasil, nem só do continente. Era um problema mundial, um drama universal.

– Hoje os jornais publicam estarecidos: “A cada dia da semana, dez mil pessoas morrem de fome na terra; mais que em qualquer outro período da história. Na Índia, nos próximos dez anos, cinquenta milhões de crianças morrerão de fome. Mais de um bilhão e meio de pessoas vivem, neste momento, com a fome na cabeça, no ventre, no coração.”

– E os homens? “Realizamos uma revolução material, mas recuamos diante de uma revolução mental.”

O MENINO-PROFESSOR

– Comecei a estudar o social e o econômico. Fundei, com vários companheiros, uma Faculdade de Filosofia no Recife. Com 23 anos eu era o Diretor. Consegui ser professor da Faculdade de Medicina (Fisiologia) e da de Filosofia (Geografia Humana). Pois acontecia coisa engraçadíssima. Já professor de duas faculdades, eu pagava no bonde meia passagem, de estudante, por causa da minha cara de menino. Pois uma das minhas alunas da Filosofia, Glauce, é hoje minha mulher.

– Comecei a sentir que não interessava ganhar dinheiro. Achava tremendo isso de ficar emagrecendo senhoras gordas da sociedade, enquanto a cabeça me martelava com o problema da fome de tanta gente, com o ciclo do caranguejo.

– Vim para o Rio, pro serviço do Prof. Annes Dias. Mande buscar Glauce e aqui casamos.

O INSTITUTO

– Começou para nós uma vida difícil. Escrevia contos para os jornais. Era mais literato que médico. Um dia o professor Lorenzini, numa conferência, citou dez ou quinze vezes o meu nome. Ninguém sabia quem era o tal de Josué de Castro, tão mencionado pelo cientista italiano. Ao terminar a palestra, me apresentou. Fez uma grande festa e me transmitiu o convite para, com passagem paga, estada e remuneração condigna, eu ir dar um curso na Universidade de Roma e de Milão.

– Mas não quero esquecer de falar no famoso Instituto. Calcule você que recebendo os *Arquivos de Nutrição*, onde eu publicava uma série de pesquisas, muito estrangeiro chegava aqui querendo ver o Instituto. Quando lhes mostrava as três salinhas do Edifício Brasília, caíam pra trás. Todos queriam saber: “onde é que você faz suas pesquisas?” A minha vocação era o social. Os que dizem que nunca peguei num provete não estão mentindo. Quando eu quis saber o conteúdo da macambira e do xiquexique foi porque meu pai desceu o sertão comendo farinha de macambira, e eu queria saber por que motivo “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”, se tantas vezes se alimentava daquilo. Pois um dia, uma auxiliar minha entrou na sala com uma exclamação: “Os reagentes estão todos estragados!” É que se havia precipitado tanto cálcio naquela dosagem, que ela só podia atribuir ao reagente aquele fenômeno. A macambira tem quinze vezes mais cálcio que o leite!

– A minha medida é o homem. O resto é paisagem. Acho horrível a intolerância da ciência acadêmica.

(Antônio Salvat propôs que fosse dado a Josué de Castro o Prêmio Nobel de Medicina. Josué lhe fez ver que só se atribui o prêmio a uma descoberta e que se ele havia descoberto algo... não tinha percebido. Salvat protestou: “Mas espere aí. Você identificou, diagnosticou e descreveu uma grave doença do século e propôs até a terapêutica!”)

– Veja você o que é o destino! Meu filho Fernando, ao nascer, me encontrou em tal situação de penúria, que sua caminha era uma gaveta da cômoda. Já minha filha Anna Maria nasceu em Roma, durante os cursos que dei, e ganhou logo um carro de grande luxo. Voltamos no Conte Grande.

A VOLTA

– Ao regressar, eu era “o homem que tinha chegado da Europa”. A clínica abarrotou. Fui convidado para dirigir um departamento de nutrição, pelo Mestre Aragão. Não pude aceitar. (Minhas coisas quase sempre chegavam na hora errada.) A clínica não me satisfazia. Faltava 15 dias em cada trinta de consultório. O que eu queria era escrever a *Geografia da fome*, a *Geopolítica da fome*. Grande alegria da minha vida foi escrever esses livros. É que eu vivia com medo de não lograr realizar o que estava dentro de mim.

PERSONAGEM DE PEARL BUCK

Ao escrever o prefácio da edição americana da *Geografia da fome*, Pearl Buck, Prêmio Nobel de Literatura, explodiu: “Este é o maior livro que li em toda a minha vida.” Josué explica:

– Compreendo essa explosão. É puramente emocional. Male-dicentes chegaram a dizer que ela escrevera isso porque o marido tinha sido o editor. Na verdade, a edição é de uma firma concorrente. As atenções com que me cercou essa mulher extraordinária, os cuidados com que me recebia e hospedava, decorrem do fato de ter nascido na China, na China faminta; seu marido, o Buck, foi da FAO e escreveu *40 séculos de agricultura na China*; ela era filha de um pastor protestante que vivia, todos os dias, aquele problema; e, como se isso não bastasse, o irmão de Pearl foi quem descobriu com outro que a pelagra é uma doença da nutrição. Ao ler o meu livro ela viu que alguém lhe tinha dado a explicação científica do que sentia como escritora.

Pearl Buck não se limitou a fazer o prefácio. Em suas memórias, lá está *Josué de Castro*. E o mais espantoso é que seu personagem Clem Miller, de *Gold and man*, famosa novela, é o nosso brasileiríssimo e pernambucaníssimo Josué. Focaliza um lutador do problema da fome chocando-se com a opinião do grande público, entrevistando-se com o presidente e tendo uma grande cadeia de jornais contra ele. Foi, também, Pearl Buck quem propôs *Josué de Castro* para o Prêmio Nobel da Paz, ignorando que lhe era vedado fazer tal proposta.

POLÍTICA

– Fui deputado duas vezes. Oito anos. Na segunda eleição tive a maior votação do estado. Só na capital, vinte e tantos mil votos. Não sou homem de partido e fui mau deputado. (Não pedi emprego pra ninguém!) Sabe a quem devo essa vitória? Ao povo, votando numa idéia – a luta contra a fome. Sou da esquerda, mas não tolero a ditadura. Por isso nunca fui nem serei do Partido Comunista. Ditadura, nem do proletariado.

A GRANDE EMOÇÃO

– A mais tremenda emoção de minha vida foi quando alcancei a presidência do Conselho da FAO. Meu competidor era Lorde Bruce, da Inglaterra. Atribuo a minha vitória a dois fatores: a) não acreditavam nela; b) quem ganhou foi a miséria.

– Sou chefe da delegação brasileira na Conferência do Desarmamento, Comitê dos 18. Lutamos para evitar que o mundo seja destruído por uma guerra atômica. As conferências, em geral, são para refazer o mundo; a nossa é para evitar que o mundo seja desfeito. É esta a responsabilidade que eu vivo hoje com a maior emoção. Meus antecessores foram vultos da eminência de San Tiago Dantas, Affonso Arinos e Araújo Castro. O Tratado de Moscou foi feito nos termos propostos pelo Brasil. Propusemos um “*fundo de reconversão econômica e desenvolvimento*”. Cortar os orçamentos de guerra

num tanto e dedicar uma parte à transformação da *economia de guerra* numa *economia de paz*. Quem paga o armamento do mundo é o mundo subdesenvolvido. *Cento e quarenta bilhões de dólares* são gastos em armamentos e a renda de todo o mundo subdesenvolvido é de *180 bilhões*. A minha tese é que a fome só pode ser combatida quando se compreender que ela é a expressão biológica de um complexo econômico que é o subdesenvolvimento. Só se pode lutar contra o subdesenvolvimento com recursos e esses recursos estão nos armamentos. Ou salvamos o mundo dando pão aos que têm fome ou pereceremos todos sob o peso esmagador do ouro acumulado à custa da fome e da miséria de dois terços de nossos semelhantes. O meu próximo livro se chamará *Fome e paz*.

– Mas estávamos falando da maior emoção de minha vida. Foi justamente naquela eleição para presidente do Conselho da FAO, quando venci Lorde Bruce por 34 a 30 votos, depois de um empate no primeiro escrutínio. Minha grande emoção foi sentar na cadeira da presidência, olhar um a um os representantes das grandes potências e recordar os mocambos do Recife, onde se reproduzia o ciclo do caranguejo, onde viviam outros meninos de rua, como eu tinha sido. Pensei, comovido, na tremenda responsabilidade que carregava e na injustiça que a vida escreve de eu não poder correr à casa de meu pai e, depois, à casa de minha mãe, para lhes contar, separadamente, como sempre, que seu filho estava sentado na *Cadeira da Presidência*.



1927 – Retorno da viagem aos países platinos. Josué de Castro ladeado dos colegas de faculdade: Hermann Lima Alencar de Carvalho e Clóvis Benevides.



1929 – Josué de Castro com a família Fontoura, em viagem ao México para a posse presidencial de Pascual Ortiz Rubio, ex-embaixador no Brasil, que sofreu atentado a bala no dia em que foi empossado e, dias depois, renunciou ao mandato.



1929 – Josué de Castro forma-se em Medicina¹⁰ aos 21 anos e meio na Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil.



1929 – Josué de Castro segue para os Estados Unidos para estagiar.¹¹

¹⁰ Deixa de comparecer à cerimônia de colação de grau, pois embarca duas horas antes para o México. Entre 480 graduandos, pede a um colega para responder a chamada por ele e ninguém nota.

¹¹ Permanece estagiando na Universidade de Columbia e no Medical Center de Nova York, até o final de 1930. Retorna ao Recife, no início de 1931, onde instala consultório especializado em doenças da nutrição.



1932-1933 – Josué de Castro idealiza e funda, juntamente com outros intelectuais pernambucanos¹², a Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife, e passa a ser um dos seus diretores.



1943 – Josué de Castro, diretor do Serviço Técnico de Alimentação Nacional (Stan), coordenando a Campanha Nacional de Vitaminas em reunião com o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Sr. João Alberto, e equipe.

¹² Olívio Montenegro, Nelson Coutinho, Aníbal Bruno, Sílvio Rabelo, Ulisses Pernambucano fazem parte do grupo que, juntamente com Josué de Castro, lidera as discussões sobre as dificuldades que encontravam, como pesquisadores sociais, devido à predominância, nas escolas politécnicas da época, de um conhecimento meramente utilitarista.



1950, junho – Escolhido pela FAO para organizar a II Conferência Latino-Americana de Nutrição, em Petrópolis (RJ), Josué de Castro apresenta os congressistas ao então presidente do Brasil, general Eurico Gaspar Dutra.



1952 – Josué de Castro torna-se presidente do Conselho Executivo da FAO, permanecendo no cargo até o final de 1956.

Capítulo 2

Trajetória Político-partidária

Ligado a Getúlio Vargas, Josué de Castro ingressa na vida político-partidária em 1950. Segundo Darci Ribeiro, nesse momento político “a campanha eleitoral se trava de forma candente, dividindo o país em duas bandas, a dos getulistas apaixonados e a dos antigetulistas furibundos”. Carlos Lacerda escreve na *Tribuna da Imprensa*: “O Sr. Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à Presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar.”

Getúlio declara em entrevista à *Folha da Noite*, de São Paulo:

Conheço meu povo e tenho confiança nele. Tenho plena certeza de que serei eleito, mas sei também que, pela segunda vez, não chegarei ao fim do meu governo. Terei de lutar. Até onde resistirei? Se não me matarem, até que ponto meus nervos poderão agüentar? Uma coisa lhes digo: não poderei tolerar humilhações... (...) grupos internacionais subvencionarão os brasileiros inescrupulosos. Seduzirão ingênuos inocentes. Em nome de um falso idealismo e de uma falsa moralização, dizendo atacar só ambientes corruptos, que eles mesmos, de longa data, vêm criando, procurarão atingir a minha pessoa e o meu governo, evitar a libertação nacional. Terei de lutar. Se não me matarem....¹³

Vargas termina se lançando candidato, derrotando nas urnas o seu principal adversário, o brigadeiro Eduardo Gomes, um dos heróis do Forte de Copacabana na década de 20 do século passado e representante da UDN (União Democrática Nacional), que articula nacionalmente a Coligação Democrática. Nessas eleições os comunistas recomendam o voto em branco para presidente, governador, senador e deputado fede-

¹³ RIBEIRO, Darci. 1950: o ano do retorno. In: _____. *Aos trancos e barrancos: como o Brasil deu no que deu*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1985.

ral. O PCB tivera o seu registro cassado em 1947, seguindo-se a cassação dos parlamentares eleitos pela sua legenda. Perseguido e recolhido à clandestinidade, passa a pregar a derrubada do governo Dutra e a insurreição, refletindo as posições firmadas no célebre Manifesto de Agosto.

Getúlio esperava contar com o apoio do PSD (Partido Social Democrata) à sua candidatura, mas os pessedistas lançam a candidatura à Presidência de Cristiano Machado. Em função disso, o PTB decide apoiar em Pernambuco a candidatura udenista de João Cleofas de Oliveira, contra Agamenon Magalhães, antigo aliado e ex-ministro de Getúlio Vargas. Essa é a razão por que Josué de Castro, na sua primeira candidatura a deputado federal pelo PTB, integra a Coligação Democrática, capitaneada pela UDN. Obtém 4.770 votos e o 16º lugar, sem conseguir eleger-se. A ausência dos comunistas na disputa garante a maioria de Agamenon na área metropolitana e a sua vitória no estado.

Posteriormente, o PCB altera sua tática eleitoral. Em 1952, com a morte de Agamenon Magalhães, ocorrem eleições para governador de Pernambuco. O PCB e o PSB lançam, vinte dias antes do pleito, a candidatura do jornalista Osório Borba, que é vitorioso no Recife e em Olinda, com esmagadora maioria, perdendo no conjunto do estado para Etelvino Lins, candidato do PSD, partido que representa as oligarquias dominantes em Pernambuco, que, passado o período do Estado Novo, continuaram alojadas na máquina estatal até 1958, exercendo largamente o “voto de cabresto”, a truculência e a violência policial.

Suicídio de Vargas

As medidas nacionalistas assumidas por Vargas no seu segundo governo, notadamente a política petrolífera e a criação da Eletrobrás, provocam pressões internacionais, a que se junta uma campanha de imprensa capitaneada pela UDN, criando no país um clima de intranquilidade e conspiração na área militar, com o estímulo da embaixada norte-americana. Ocorre um atentado contra o deputado e jornalista udenista Carlos Lacerda, furioso líder da direita, à frente da *Tribuna da Imprensa*. Lacerda tem um ferimento leve, mas é morto o major Vaz, oficial da aeronáutica que lhe servia de guarda-costas. Descobre-se que o

atentado fora orientado por Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getúlio. Isto traz o elemento psicológico que provoca o aguçamento e o transbordamento da crise. Acuado por um ultimato dos oficiais superiores das Forças Armadas, no dia 24 de agosto de 1954, Getúlio se suicida para não renunciar, deixando como documento trágico-político a célebre carta-testamento. Assume o governo o vice-presidente Café Filho, integrante do Partido Social Progressista (PSP), vinculado a Ademar de Barros, que havia apoiado Getúlio a presidente.

No seu livro *Sete palmos de terra e um caixão*¹⁴, Josué de Castro afirma:

O suicídio do presidente e a sua carta de acusação provocaram um choque nas massas atordoadas e, pela primeira vez, orientaram os debates políticos do Brasil para um mais alto nível, no sentido dos problemas econômicos e do conhecimento do conjunto da realidade nacional. Pela primeira vez parecia claro que o dilema político brasileiro era consequência de um choque de interesses inerentes aos processos de emancipação econômica (o nascimento da indústria de bens de equipamento, da siderurgia e da indústria de petróleo) e que a sorte do país se jogava na defesa das relações das trocas comerciais e na expansão do nosso comércio exterior, na luta para disciplinar os capitais estrangeiros e para controlar a sua ação na política interna do país.

E acrescenta: “A exploração do moralismo como tema de análise da realidade nacional começou a ser denunciada como uma simples tática diversionista.”

Primeiro Mandato

Para as eleições de 3 de outubro de 1954, Josué de Castro articula novamente a sua candidatura à Câmara Federal. Em carta ao médico pernambucano e amigo Arnaldo Marques, militante de esquerda ligado ao PCB, comenta a sua decisão de concorrer às eleições:

¹⁴ CASTRO, Josué Apolônio de. *Sete palmos de terra e um caixão*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969. p. 168.

(...) Cheguei à conclusão de que as forças de reação se organizam numa articulação ostensiva contra o liberalismo progressista, pretendendo esmagar quaisquer tentativas de se obter um certo progresso social através de medidas de libertação das classes mais pobres do regime da fome em que as mesmas vegetam. Diante disto, tenho a impressão de que não me é possível ficar à margem da luta, depois de ter denunciado nos meus livros a desigualdade social e o desequilíbrio econômico como as causas principais do marasmo desta zona do Brasil onde nasci, e por isto resolvi considerar a possibilidade de candidatar-me a deputado federal no próximo pleito. (...) ¹⁵

Na mesma correspondência convida o Dr. Arnaldo Marques a dividir com ele a luta por um projeto político de combate às causas “do marasmo” que assola o Nordeste, conclamando-o a engajar-se na campanha como candidato a deputado estadual.

Dessa vez Josué de Castro, como candidato do PTB, está integrado na coligação Movimento Popular Autonomista, contra a Frente Democrática Pernambucana. Obtém 14.076 votos e se elege como o 7º deputado federal mais votado da coligação composta pelos partidos: PTB, PST, PSD, PDC, PSP, PRP. Nessas eleições o PSB lança Osório Borba para deputado federal e assume a posição de não incluir nas suas listas de votação candidatos indicados pelos comunistas, que não possuíam legenda legal desde a cassação do PCB no governo Dutra e negociavam a inclusão dos seus representantes em legendas de outros partidos. Em contraponto, o PCB faz constar em todas as suas publicações que Osório Borba não é o candidato apoiado pelos comunistas. E decide concentrar o seu apoio na candidatura de Josué de Castro. Osório Borba não consegue ser eleito.

Na sua campanha, Josué de Castro, além da formação de comitês descentralizados nos bairros recifenses e no interior, faz uma vigorosa articulação na área sindical, conforme esta notícia publicada no *Jornal do Commercio* de 11/8/1954:

¹⁵ Acervo de Josué de Castro, Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, pasta M-11, carta enviada em 19/4/1954.

Reuniu-se, ontem à noite, o Conselho Consultivo dos Trabalhadores de Pernambuco, para deliberar sobre a escolha do candidato dos trabalhadores pernambucanos a deputado federal no próximo pleito de outubro.

Compareceram à reunião representantes de cinquenta e um sindicatos da capital e interior, que numa unanimidade impressionante aclamaram o nome do cientista pernambucano professor Josué de Castro candidato das classes trabalhadoras para as próximas eleições.

O professor Josué de Castro, antes da deliberação do Conselho Consultivo, ouviu as reivindicações dos sindicalistas, aceitando-as todas e ainda acrescentando alguns itens do seu programa a essas reivindicações.

Entre outros compromissos assumiu o de instalar no Rio de Janeiro um escritório para atendimento de todas as reivindicações, que serão transformadas em projetos de lei em caso de sua eleição. Usaram da palavra o Dr. Antonio Gurgel Valente, que discorreu sobre a personalidade e obra do professor Josué de Castro, e o Sr. Wilson de Barros Leal, que orientou os trabalhos.

Na relação dos responsáveis pelos comitês de campanha de Josué de Castro, vale destacar uma quantidade expressiva de mulheres.

Nessas eleições, Josué de Castro faz uma dobradinha com Francisco Julião, advogado e deputado estadual que viria a despontar como o grande líder das Ligas Camponesas, movimento que cresceria nos anos seguintes, promovendo a organização da massa camponesa e alimentando as suas esperanças numa reforma agrária e em dias melhores. As forças de esquerda apóiam novamente João Cleofas de Oliveira contra o general Cordeiro de Farias, candidato do PSD e ligado às oligarquias rurais, que foi vitorioso.

O apoio a Josué de Castro também vem do meio cultural, como o demonstra o artigo escrito pelo poeta pernambucano Ascenso Ferreira, publicado no *Jornal do Commercio* na edição de 22/8/1954, conclamando à sua eleição:

(...) Homens de espírito de Pernambuco! Mocidade estudiosa, que, sendo as esperanças do amanhã, não tendes o direito de olvidar o valor! Eleitores de todos os credos alucinados pelos dilemas das paixões! Meditai todos um pouco nesse dever que se impõe: Ajudar a cumprir o seu destino a esse “Gigante-de-botas-de-sete-léguas”, que vem recolhendo no seio todas as dores do mundo.

No plano nacional, o governo de Café Filho alinha-se à política da UDN, com medidas protecionistas aos capitais estrangeiros. Tenta abrir a sua participação na Petrobras, desnacionaliza a Panair do Brasil, firma os acordos atômicos com os Estados Unidos e desenvolve uma política de intimidação policialesca contra o movimento sindical e os núcleos de propaganda da campanha de Juscelino Kubitschek à Presidência da República.

Eleição de JK e João Goulart

Nas eleições de 3 de outubro de 1955, Juscelino Kubitschek e João Goulart são eleitos presidente da República e vice-presidente, com 36% dos votos, acirrando a Oposição udenista-golpista. Carlos Lacerda, deputado federal e eterno apologista do golpismo, escreve na *Tribuna da Imprensa* que “Kubitschek e Jango não podem tomar posse”. Defende na Câmara que a Constituição seja suspensa e os direitos individuais suprimidos. A direita militar também se articula. Em 1º de novembro o coronel Mamede faz um pronunciamento defendendo posições golpistas. O marechal Teixeira Lott, ministro da Guerra, solicita ao presidente que ele seja punido e também requer medidas de intervenção na imprensa comunista. Em 3 de novembro Café Filho se interna numa clínica, com problemas cardiovasculares, assumindo o Governo Federal o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz. Em 9 de novembro Luz recusa a Lott a punição a Mamede. Lott entrega o cargo. No dia 10 Carlos Luz nomeia para o seu lugar o general Fiúza de Castro. As articulações golpistas se aprofundam, visando evitar a posse de Juscelino e Jango.

Diante dos fatos, Lott aciona o famoso Contragolpe de 11 de Novembro. Ocupa prédios públicos, rádios e jornais, depõe Carlos Luz, cerca com tropas as bases aéreas e navais discordantes da sua ação, consegue

o apoio dos presidentes do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal e manda bombardear – sem conseguir atingir – o cruzador *Tamandaré*, em que se refugiaram, com destino a Santos, Carlos Luz, Carlos Lacerda, o almirante Pena Boto e outros golpistas militares e civis. No dia 11 a Câmara dos Deputados aprova para a Presidência da República o presidente do Senado, Nereu Ramos. No dia 21 Café Filho sai da clínica e reclama a Presidência. Lott repete o esquema de 11 de novembro. No dia 22 a Câmara decide manter Nereu Ramos na Presidência e, no dia 26, é aprovado o estado de sítio por 30 dias, prorrogado depois até a posse de Juscelino e Jango, em 31 de dezembro.

A ascensão de Juscelino Kubitschek e João Goulart em 1955 se refletiu num clima de maior alargamento das liberdades democráticas, favorecendo os debates sobre os grandes problemas nacionais e a mobilização dos movimentos sociais. Desenvolvimentismo era um tema presente. Quanto aos resultados da ação governamental na estrutura socioeconômica do país, no que diz respeito ao enfrentamento dos seus dilemas e problemas fundamentais, diz Josué de Castro em *Sete palmos de terra e um caixão*:

O presidente Juscelino Kubitschek, eleito em 1955 e empolgado pela ideologia desenvolvimentista, concentrou todos os esforços do Governo Federal na tarefa do desenvolvimento, visando à emancipação nacional. Mas confiou esta tarefa a colaboradores altamente comprometidos com a estrutura agrário-feudal amparada no capital estrangeiro. O desenvolvimento, que se processou, se fez, desta forma, de maneira unilateral, limitado regionalmente ao Sul do país e setorialmente a um só grupo de atividades: a indústria. Essa política da industrialização intensiva concentrada na região do Sul acentuou mais ainda os desníveis regionais. O desnível entre o Sul e o Nordeste e o desnível setorial entre a agricultura e a indústria, agravando ainda mais a fome no país. Não foi casual nem politicamente desinteressada essa opção por uma política de desenvolvimento, preocupada em desenvolver as áreas já desenvolvidas e em enriquecer mais os grupos já enriquecidos. O marginalismo em que foram deixados a agricultura e o Nordeste – região essencialmente

agrícola – tinha suas origens nas imposições de certos grupos de que não se tocasse nas estruturas agrárias. Que fizessem todas as revoluções industriais, mas não se pensasse na mais discreta reforma nos problemas da terra. Os resultados desse desenvolvimento capenga, feito numa perna só, agravam o descontentamento das massas populares do Nordeste e impedem a industrialização autêntica do país no ritmo desejado. Concentrando todas as atenções do governo e todas as disponibilidades da nação numa só região do país – o Centro-Sul – e imolando a esse novo Moloque todas as forças de produção nacional, o governo Kubitschek distorceu e desajustou ao extremo o sistema econômico nacional.

Ainda em *Sete palmos de terra e um caixão*, Josué de Castro identifica a falta de participação popular como uma segunda face da realidade brasileira, assinalando que nos pleitos anteriores a 1930 “o número de votos expressos oscilava em torno de 3% do total da população do país”. Aponta o aumento desse percentual a 20% nas eleições presidenciais que, em 1950, deram vitória a Getúlio Vargas e ressalta:

No fundo, o grande drama político do Brasil atual é a participação intensa, na vida política, de grandes massas que não tiveram até hoje acesso à vida econômica nacional e que, em consequência disto, se revoltam. (...) De um lado, a direita, que luta desesperadamente para conservar, através do poder econômico, o poder político que lhe ameaça escapar das mãos. De outro a esquerda, mal organizada ainda, sem possibilidades financeiras, mas que se apóia sobre a energia elementar das massas excitadas pelo desejo obscuro de se emancipar de qualquer forma da tutela estrangeira. Entre estas duas forças exaltadas subsiste um centro democrático amolecido, que não sobrevive senão por sua inércia e porque faz concessões de toda espécie aos dois extremos. Desta forma, se consolida a consciência democrática do país. O começo desse processo radicalizante foi marcado, sem nenhuma dúvida, pela queda do governo de Vargas em 1954 e pela intensa campanha através da qual se desenrolou este drama político e humano.

Mobilizações em Pernambuco

Entre 20 e 27 de agosto de 1955 foi realizado no Recife o Congresso de Salvação do Nordeste, envolvendo 9 estados e com a participação de 1.600 delegados, representando amplos setores sociais: a indústria, o comércio, os estudantes, os sindicatos de trabalhadores, os profissionais liberais e as ligas camponesas.

No mês de setembro foi a vez do Primeiro Congresso de Camponezes de Pernambuco, patrocinado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), que tinha Josué de Castro como diretor-geral do Conselho. Participaram três mil delegados, que “pela primeira vez desfilaram com cartazes e instrumentos de trabalho pelas ruas do Recife”, conforme assinala Clodomir Moraes no seu livro *A queda de uma oligarquia*. Clodomir acrescenta que “Josué de Castro, Francisco Julião e o advogado Djaci Magalhães conseguiram com êxito a realização desse conclave, cujo encerramento se deu na Assembléia Legislativa, sob fremitos aplausos à reforma agrária”.

O ano de 1955 também marca um acontecimento muito especial para o Recife, que adquire o direito de eleger o seu prefeito, quebrando um impedimento que se manteve mesmo depois da Constituição de 1946, através de um artifício jurídico. As forças de esquerda lançam a candidatura de Pelópidas Silveira, que já havia exercido o mandato de prefeito por um período de seis meses, como interventor, no período de transição imediatamente posterior à queda de Vargas em 1945, quando o presidente do Supremo Tribunal Federal assumiu a Presidência da República e os presidentes dos Tribunais de Justiça assumiram os governos estaduais. Em 1946, candidato a governador de Pernambuco pelo PSB e o PCB, Pelópidas fora vitorioso na capital, reunindo mais votos do que todos os outros candidatos.

Em 1955 Pelópidas Silveira sai candidato à Prefeitura do Recife e conta com a colaboração de Josué de Castro na sua campanha eleitoral, segundo carta que este lhe envia em 16 de setembro de 1955, com o seguinte teor:

Meu caro Pelópidas Silveira,

Conforme lhe prometi, estou lhe enviando hoje um pequeno *memorandum* sobre o problema alimentar. Trata-se de material elaborado especialmente para sua campanha política e que, portanto, V. pode usar como lhe parecer mais indicado. Seja em forma de entrevista ou nos seus discursos, ou de qualquer outra maneira.

Planejo seguir aí no dia 27 do corrente para dar uma ajuda final à sua vitória, permanecendo em Recife até a eleição.

Prepare, pois, a declaração que devo assinar de apoio incondicional à sua candidatura, conforme combinamos, mas não foi objetivo da nossa conversa no Clube Português.

Mande uma palavra por telegrama se está de acordo com estas sugestões ou se deseja transformá-las em qualquer dos seus detalhes.

Com os melhores votos de sucesso e com a amizade de sempre do

Josué de Castro.

Pelópidas repete o feito de 1946, sendo eleito olímpicamente, com mais votos do que os de todos os três candidatos que se lhe opuseram. Desenvolve no Recife uma experiência de governo avançada, em matéria de planejamento urbano e administração, e pioneira do ponto de vista político, ao dar prioridade aos interesses da população mais necessitada, abrindo espaços à participação popular. Estimula a criação das associações de moradores e realiza audiências públicas nos bairros para ouvir a população, escandalizando as forças conservadoras no Recife. Uma acirrada resistência se localiza entre os vereadores, que se consideraram desprestigiados. Um deles, Liberato Costa Júnior, pretende limitar em doze o número de associações de moradores em todo o Recife.

Pelópidas Silveira [diz Josué de Castro] sempre foi, antes de tudo, um administrador progressista, e não um agitador social. Sempre foi um bom gerente que não batia nem prendia os seus operários. Que os respeita como homens e os estima como irmãos e que, por isto, a massa proletária do Recife já o elegeu por duas vezes prefeito do Recife. Seu suposto extremismo se funda exclusivamente em sua

extremada resistência em cooperar com a reação cegamente anti-comunista.

Josué de Castro atuava politicamente na tribuna da Câmara dos Deputados, nos comícios, nas passeatas e realizando conferências. A edição do *Jornal do Commercio* na época noticia:

Diante de um plenário repleto de deputados e convidados, as galerias literalmente tomadas pela massa popular, o deputado federal Josué de Castro pronunciou, ontem, na Assembléia Legislativa do estado a sua anunciada conferência a respeito da situação econômica e social do Nordeste.

(...) Não aceita a teoria que considera o subdesenvolvimento dentro do critério de maior ou menor renda *per capita*, de vez que essa renda pode representar as enormes diferenças entre as classes e grupos sociais. Citou como exemplo o caso da Venezuela, onde a renda média *per capita* é de 600 dólares, enquanto o povo vive na miséria e uma minoria de nababos, ligados aos trustes internacionais, desfruta de situação privilegiada.

Disse que adota o critério de avaliar o grau de desenvolvimento de acordo com a distribuição da renda, que muito especialmente se aplica no Brasil. Pelas suas características econômicas de unidade composta de diversas economias regionais, como uma série de países justapostos, o Brasil só poderá ser observado, com justeza, no seu aspecto de desenvolvimento, considerando-se a maneira de como a renda é distribuída entre as diversas regiões.

Segundo mandato

Para as eleições de 1958 articula-se em Pernambuco uma ampla frente contra a máquina pessedista instalada no poder, então sob o governo do general Cordeiro de Farias. Ela engloba de segmentos empresariais mais modernos aos comunistas. E lança ao governo do estado a chapa formada pelo engenheiro e usineiro Cid Sampaio, tendo como vice-go-

vernador o engenheiro Pelópidas Silveira, representando as forças de esquerda e, na ocasião, exercendo o mandato de prefeito do Recife.

O PTB coloca como condição para a sua participação que o núcleo das forças de esquerda não lance candidatos a deputado federal e apóie as candidaturas dos petebistas Josué de Castro e Barros Carvalho. Josué se elege como o deputado federal mais votado da história de Pernambuco e de todo o Nordeste do Brasil. Na edição de 16/9/1958 o jornal *Folha do Povo*, porta-voz do PCB, publica um artigo assinado por Davi Capistrano, intitulado “Os candidatos e o salário mínimo”, confirmando o apoio a Josué de Castro e Barros Carvalho como deputados federais e a outros candidatos de esquerda à assembleia estadual:

(...) A causa que defendem as Oposições Unidas de Pernambuco assegura ao operariado de Pernambuco, como, de resto, a todos os cidadãos, o gozo de todas as liberdades, hoje, em nossa terra pisoteadas pelos patrocinadores da candidatura governista. (...) Por isto os trabalhadores não têm dificuldades em escolher com quem marcharão na atual campanha eleitoral. Suas referências coincidem com seus interesses, estão do lado dos candidatos das oposições. Cid Sampaio, Pelópidas Silveira, Barros Carvalho, [Antônio] Baltar, **Josué de Castro**, Clodomir Moraes, Miguel Batista, Miguel Arraes, José Cardoso, Francisco Julião, Carlos Luz, Dias da Silva e outros democratas e nacionalistas, experimentados nas pugnas políticas em defesa das liberdades democráticas, das reivindicações dos trabalhadores e do nacionalismo. (...)

Inúmeras organizações sindicais representativas do movimento operário explicitam o seu apoio à candidatura de Josué de Castro a deputado federal em manifesto, destacando as suas realizações mais ligadas aos interesses vitais dos trabalhadores: “(...) a sua eleição é para nós, além de um dever, um preito de gratidão e reconhecimento pela invulgar contribuição por ele prestada à classe operária brasileira”.¹⁶

¹⁶ Manifesto dos Trabalhadores de Pernambuco à Candidatura de Josué de Castro, assinado pela diretoria do Conselho Executivo dos Trabalhadores de Pernambuco: Wilson Barros Leal, José Bezerra Lima, José Viana Filho, José Balbino dos Santos, Miguel Ferreira da Silva.

E segue um elenco de atuações de interesse dos operários:

(...)1º inquérito sobre as condições de vida do trabalhador no Brasil, levado a efeito no Recife, em 1932; precursor do salário mínimo em trabalho que publicou em 1933; batalhador da primeira linha no reajuste dos salários em 1954; fundador e primeiro diretor do Serviço de Alimentação e Previdência Social (Saps), para resolver o angustiante problema alimentar do trabalhador; presidente eleito da Executiva da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO/ONU), cuja finalidade é a luta universal contra a fome; (...).

Mais uma vez Josué de Castro faz aliança com Francisco Julião, candidato pelo PSB, reeleito deputado estadual e em marcha ascendente como o grande líder das ligas camponesas e defensor da reforma agrária no Brasil.

A campanha eleitoral de Cid Sampaio contou com a presença de Luís Carlos Prestes, provocando a reação exasperada do Arcebispo de Olinda e Recife, D. Antônio de Almeida Moraes Junior¹⁷, que determinou, em protesto, o dobre dos sinos das igrejas em toda a cidade, na hora do comício. Na recepção a Prestes, no Aeroporto dos Guararapes, estiveram presentes Pelópidas da Silveira e Josué de Castro.

Cid Sampaio assume o governo em 1959 e Pelópidas se mantém na prefeitura, sob o fogo cruzado de uma batalha judicial desencadeada pela direita pernambucana, que pretende retirá-lo e ocupar espaços de poder na capital, com a posse do vice-prefeito. Ele só assume a condição de vice-governador em 1960, entregando a prefeitura a Miguel Arraes de Alencar, um deputado não reeleito por falta de votos, vitorioso como o candidato das Oposições Unidas, com o apoio contrafeito de Cid Sampaio e por pressão das forças de esquerda.

Na prefeitura, Arraes dá continuidade às iniciativas de Pelópidas e promove novos avanços, como as obras na periferia: escadarias nos morros, poços artesianos, chafarizes, banheiros e lavanderias. O gran-

¹⁷ Devido à vulgarização da sua presença pública, a população o apelidou de "Toinho Coca-Cola".

de destaque é o Movimento de Cultura Popular, com a alfabetização de adultos, as praças de cultura, o teatro e o apoio à produção cultural nas diversas áreas.

No governo de Cid, os camponeses do Engenho Galiléia conquistam a posse da terra, com a desapropriação aprovada na Assembléia Legislativa e assinada pelo governador, sob pressão popular, a partir de um projeto de lei apresentado pelo deputado socialista Carlos Luiz de Andrade. Mas os limites do democratismo udenista, que não conseguia absorver as demandas democrático-populares, ao lado das polarizações políticas nacionais, levam ao rompimento da esquerda com Cid Sampaio.

O primeiro grande divisor de águas foram as eleições para a Presidência da República. Nos dois pólos opostos, as forças conservadoras, capitaneadas pela UDN, apoiaram a candidatura de Jânio Quadros, tendo como vice o banqueiro Milton Campos, enquanto as forças de esquerda se vincularam à candidatura do marechal Teixeira Lott, com João Goulart na Vice-Presidência. O segundo divisor se dá com a eleição para governador, em 1961, quando Miguel Arraes derrota o usineiro João Cleofas de Oliveira, candidato udenista apoiado por Cid Sampaio. O terceiro divisor ocorre nas eleições a prefeito, em 1962, com a segunda eleição de Pelópidas Silveira, derrotando o engenheiro Lael Sampaio, irmão do ex-governador Cid.

As inovações do governo Arraes acirraram a polarização com as forças do conservadorismo e da direita, que atuaram permanentemente, por vias legais e ilegais, no sentido de desestabilizá-lo e apresentá-lo como o supra-sumo do “perigo vermelho”. Sobre o político Arraes e a sua atuação como prefeito do Recife e governador de Pernambuco, diz Josué de Castro em *Sete palmos de terra e um caixão*:

Como político se voltou Arraes com sincero devotamento aos problemas do povo e à busca de soluções democráticas para estes problemas. Cercou-se, em sua administração na Prefeitura do Recife e depois no Governo do Estado, de uma equipe de homens conhecedores destes problemas que o orientam tecnicamente no complexo labirinto das decisões a serem tomadas. Sempre participaram

desta equipe, é verdade, comunistas, como também socialistas e católicos ferventes e praticantes e economistas e técnicos, muitos deles com um santo horror às lutas ideológicas, mas todos irmanados e galvanizados por um só ideal comum: a urgente transformação socioeconômica do estado-chave do Nordeste – Pernambuco.

Renúncia de Jânio Quadros

Naquela época, os candidatos a vice-prefeito, vice-governador e vice-presidente também eram votados. O que resultou, nas eleições presidenciais de 1960, na vitória de Jânio Quadros e de João Goulart, que havia disputado como vice na chapa do marechal Henrique Teixeira Lott. Situação em torno da qual se instalou a crise militar de agosto de 1961, com a renúncia de Jânio Quadros no dia 25 de agosto, depois de oito meses de governo. João Goulart se encontra numa missão comercial na China. Assume o Governo Federal o presidente da Câmara, deputado Ranieri Mazzilli, que no dia 28 envia esta mensagem ao presidente do Congresso Nacional:

Tenho a honra de comunicar a V.Exa. que, na apreciação da atual situação criada com a renúncia do presidente Jânio da Silva Quadros, os ministros militares, na qualidade de chefes das Forças Armadas, responsáveis pela ordem interna, me manifestaram a absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso ao país do vice-presidente João Belchior Marques Goulart.

No dia 30 os três ministros militares – vice-almirante Sílvio Heck, da Marinha, marechal Odílio Denis, do Exército, brigadeiro-do-ar Gabriel Grum Moss, da Aeronáutica – publicam um longo manifesto em que dizem:

Na Presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade de poder pessoal ao chefe da nação, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta

civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas.

O golpe de Estado se instala no país, com o Congresso cercado por tropas, a polícia nas ruas, as prisões arbitrárias, a invasão de residências e a censura à imprensa. O marechal Teixeira Lott, agora na reserva, faz um pronunciamento em defesa da legalidade, com a posse de João Goulart, denunciando:

Tomei conhecimento, nesta data, da decisão do Sr. Ministro da Guerra, marechal Odílio Denis, manifestada ao representante do Governo do Rio Grande do Sul, deputado Rui Ramos, no Palácio do Planalto, em Brasília, de não permitir que o atual Presidente da República, Sr. João Goulart, entre no exercício de suas funções, e ainda, de detê-lo no momento em que pise o território nacional.

Fora do poder, o manifesto de Lott não surte efeito e ele termina preso.

A maior reação ao golpe parte do Rio Grande do Sul. O governador Leonel Brizola mobiliza suas tropas, entrincheira-se no Palácio Piratini, abre voluntariado, toma posse do arsenal da fábrica Taurus de armamentos, sediada no estado, monta nos subterrâneos do palácio uma poderosa emissora de rádio, a Cadeia da Legalidade, que fala para todo o país. O III Exército, o mais numeroso do país, adere a Brizola, que lança o slogan: Não Daremos o Primeiro Tiro, mas o Segundo e o Último. A Campanha da Legalidade se espalha no país, com comícios-relâmpago, panfletagens e pichações. A palavra de ordem é: Posse a Jango.

Jango chega ao Brasil no Rio Grande do Sul, pelo Uruguai. E para o descontentamento de Brizola, que lhe propôs sediar o Governo no Rio Grande do Sul e lançar o III Exército contra os golpistas, aceita assumir a Presidência sob o regime parlamentarista, aprovado no Congresso sob pressão militar, no dia 30, tendo Tancredo Neves como primeiro-ministro. No discurso de posse, no dia 7 de setembro, ele diz:

Tudo fiz para não marcar com o sangue generoso do povo brasileiro o caminho que me trouxe a Brasília.

Diversos gabinetes são montados. A emenda parlamentarista previa um plebiscito confirmatório em 1965. Jango articula e consegue aprovar no Congresso uma antecipação para o dia 7 de janeiro de 1963, depois do que ele retoma os seus poderes, com a esmagadora vitória do presidencialismo¹⁸. No dia 23 de janeiro é revogado o Ato Adicional nº 4. O país volta ao presidencialismo, nos termos da Constituição de 1946. É a partir daí que Jango começa, efetivamente, a governar.

Golpe de 1964

Passando por avanços e recuos, Jango decide-se, em março de 1964, pelo envio ao Congresso de projetos de lei com as reformas sociais reclamadas nos debates públicos, denominadas reformas de base. Participa do famoso comício do dia 13 de março, no Rio de Janeiro, onde convoca o povo a pressionar o Congresso pela aprovação das reformas. Entre elas, a reforma agrária. Nesse mesmo dia assina um decreto desapropriando uma faixa de 10 km de terra em torno de ferrovias, rodovias federais e açudes, para efeito de reforma agrária. Mas para a posse efetiva da terra ocorrer, pela Constituição de 1946, seria necessário fazer a prévia indenização em dinheiro, pelo valor venal. Jango anuncia que enviará projeto de emenda constitucional para que o pagamento se dê em títulos da dívida pública, resgatáveis em trinta anos, a exemplo da Itália. Paralelamente, decreta a nacionalização das refinarias de petróleo e assina a regulamentação da lei de remessa de lucros para o exterior.

Josué de Castro assinala em *Sete palmos de terra e um caixão*:

Mas a luta por tais reformas não é uma luta fácil. É a luta de um povo contra um sistema, na verdade decadente, mas possuindo aliados extremamente fortes e poderosos. É este sistema de forças que vêm impedindo a adoção de quaisquer reformas que toquem mesmo de leve nesta estrutura social periclitante, extremamente frágil em seus esteios político-sociais, mas extremamente forte nos seus instrumentos de escamoteação e de repressão da vontade popular. O dramático suicídio de Getúlio Vargas, a espetacular renúncia do

¹⁸ O comparecimento em massa do eleitorado garantiu a rejeição ao parlamentarismo. Cerca de dez milhões votaram contra, e apenas dois milhões a favor.

presidente Jânio Quadros e a pressão que hoje se levanta esmagadora contra os desígnios do presidente João Goulart de realizar algumas destas reformas são expressões nítidas e incontestáveis da obstinação das forças mais retrógradas da sociedade brasileira na defesa de uma estrutura econômico-social insustentável, sob a falsa alegação de que estão defendendo a civilização cristã e a democracia contra os perigos do comunismo. Como se fosse cristão e democrata matar o povo de fome para manter intocáveis os privilégios abusivos da oligarquia feudal.¹⁹

As mobilizações se multiplicam entre as forças da reforma e da anti-reforma. A tensão política se acirra. No dia 1º de abril vem o golpe político-militar de direita e o sonho acaba. Mais uma vez Jango prefere evitar o derramamento de sangue. Não dá nenhuma ordem de combate às tropas que lhe eram leais. Segue para Brasília e daí para o Uruguai. Josué de Castro é destituído da sua função de embaixador na ONU e tem os direitos políticos cassados, passando a amargar a condição de exilado.

Na mesma linha de raciocínio de Josué de Castro quanto à resistência das oligarquias brasileiras ante as reformas sociais, diz Celso Furtado:

Quaisquer que hajam sido as intenções dos autores do golpe militar de 1964, o seu efeito principal foi, sem lugar a dúvida, a interrupção do processo de mudanças políticas e sociais, entre elas, em primeiro lugar, a construção que se iniciava de uma nova estrutura agrária em nosso país. Cabe acrescentar que o dano maior do golpe foi feito ao Nordeste, onde era mais vigoroso o movimento renovador em curso de realização e onde eram (e ainda são) mais nefastos os efeitos do latifundismo.

Situação Internacional

No início da década de 1960, se o posicionamento em torno das reformas de base dividiam as forças políticas em dois blocos distintos, as questões de política internacional também atuavam como elementos de polarização. Predominava a política de guerra fria, com a oposição entre o

¹⁹ CASTRO, Josué de. *Sete palmos de terra e um caixão*.

mundo capitalista e o bloco socialista, representado pela URSS e a China, que a partir de 1960 alimentaram uma polêmica pública em torno das suas divergências estratégicas. Crescia a luta em defesa da paz mundial e pela destruição das armas atômicas. O colonialismo imperava na África. Questões como a defesa da paz mundial, o desarmamento nuclear, a política de coexistência pacífica e o direito à autodeterminação dos povos eram colocadas permanentemente em pauta. Somavam décadas as ditaduras de Salazar em Portugal, Franco na Espanha e Stroessner no Paraguai.

Em 1959, depois de dois anos de luta guerrilheira, a revolução cubana veio trazer um sopro de esperança aos que lutavam pelas reformas sociais na América Latina. Realizou a reforma agrária. Desenvolveu uma arrojada política de habitação. Nacionalizou companhias estrangeiras. Instituiu a medicina e o ensino públicos e gratuitos em todos os níveis. Eliminou o analfabetismo em um ano. Armou a população e rechaçou duas tentativas de invasão por mercenários financiados pelos Estados Unidos durante o governo de Kennedy. Nesse contexto, solidariedade a Cuba era uma palavra de ordem que ressoava nas manifestações e se lia em manifestos e muros, ou nos discursos e nas conferências pronunciados por Josué de Castro.

Na estratégia de enfrentamento do “mau exemplo” cubano, os Estados Unidos providenciaram a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA) e lhe impuseram o bloqueio econômico que perdura até hoje. E sob o governo de Kennedy, em 1961, foi articulada a Aliança para o Progresso, que previa uma ajuda de vinte bilhões de dólares em dez anos, sob a forma de empréstimos, devendo os países beneficiados empreender reformas, incluindo a reforma agrária.

Josué de Castro denuncia no seu livro *Sete palmos de terra e um caixão* que, um mês antes do anúncio do programa,

o presidente Kennedy enviava ao Congresso mensagem solicitando recursos, conforme transcrevera o *The New York Times*, para “um programa militar especial destinado a garantir a segurança interna da América Latina contra a subversão”. Acrescenta este jornal que o novo programa representa uma modificação total na estrutura dos

programas militares do hemisfério ocidental desde 1952, e seu objetivo principal não era equipar e treinar homens para a defesa conjunta do hemisfério contra um ataque exterior, mas o de promover a defesa interna contra a subversão.

No mesmo livro, Josué de Castro informa que “a Aliança para o Progresso concedeu ao Governo do Estado da Guanabara, que contém 4 milhões de habitantes apenas, o dobro da ajuda dada ao Nordeste inteiro, com seus 25 milhões de habitantes”, ressaltando o fato de Carlos Lacerda, governador da Guanabara, “ser um governador a serviço incondicional dos interesses dos Estados Unidos”.

Sobre os resultados práticos e os reais beneficiários da Aliança para o Progresso, ele é taxativo:

Por parte dos governos latino-americanos, até hoje nenhuma reforma agrária substancial foi arrancada. Os arremedos de reforma agrária ensaiados não passam de simples programas de colonização, enquanto 2% dos proprietários agrários continuam a açambarcar 60% de todas as terras cultivadas.

E acrescenta que o programa só serviu aos “industriais do anticomunismo que farejaram na Aliança para o Progresso uma boa pista para alcançar seus ambiciosos objetivos: encher os bolsos, fortalecer suas bases políticas e asfixiar definitivamente o povo revoltado”.

O desenvolvimento da política norte-americana de dominação na América Latina traduziu-se no binômio “golpe & intervenção”, desenvolvido a partir da década de 60 e se estendendo até meados da década de 70, com o apoio à implantação de ditaduras em uma série de países (Argentina, Uruguai, Peru, Colômbia, Chile etc.) e a intervenção militar, através do financiamento de mercenários (Cuba) ou pela ação direta dos seus soldados, como ocorreu na República Dominicana, em Granada e no Panamá. Em 1965, os Estados Unidos passam a enviar tropas para a Guerra do Vietnã.



1955 – Josué de Castro discursando no Congresso Nacional.



1958 – Material de campanha lançado pelos sindicatos de trabalhadores rurais de Pernambuco.



1958, 5 de setembro, Recife – Josué de Castro acompanhado por sua esposa, Glauce, e sua filha Anna Maria, por ocasião das comemorações do seu cinquentenário na sede da Associação de Combate à Fome (Ascofam), regional Nordeste.



1958, 3 de outubro – Correligionários no dia da eleição em frente ao comitê de campanha, no Município de Itambé, Zona da Mata de Pernambuco.

Capítulo 3

Ação Parlamentar – Anseios e Iniciativas de um Deputado Intelectual

Josué de Castro ingressou na vida político-partidária, movido pelo anseio de contribuir com os seus conhecimentos na formulação de propostas para a solução dos problemas sociais, econômicos e políticos relacionados à problemática da fome. Como intelectual engajado, ele sempre considerou essas questões nas suas inter-relações estruturais, nacionais e internacionais. Averso às óticas marcadas pelo localismo e o regionalismo, o mandato de deputado federal apresentou-se como um espaço de atuação compatível.

Em dois mandatos Josué de Castro manteve essa dimensão. Todas as questões específicas trazidas para o debate eram tratadas e contextualizadas por ele nas suas concatenações mais gerais. Traduziam-se em denúncias fundamentadas e análises circunstanciadas em torno do modelo de desenvolvimento econômico dominante, baseado nos desníveis de renda, na concentração da terra, na sujeição a interesses externos, na truculência política e no monopólio do conhecimento. Concretizavam-se em propostas de políticas públicas e projetos de lei apoiados na força de uma argumentação tecida por um grau elevado de conhecimento intelectual e factual. Ao lado da condição de pesquisador e da vivência internacional, as experiências de Josué de Castro em instâncias federais de governo como formulador e gestor também contribuíam para qualificar a sua atuação parlamentar.

Disse Josué de Castro num pronunciamento²⁰ feito na Câmara em 1956:

(...) Quando me candidatei, fi-lo com a grande esperança de poder trazer ao Parlamento Nacional a modesta experiência que tenho dos

²⁰ CASTRO, Josué de. O Problema da Carestia no Brasil: discurso pronunciado na Câmara Federal em 23-3-1956. In: *Ensaio de biologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1957; e *Diário do Congresso Nacional (DCN)*, Seção I, de 24-3-1956, p. 1799-1802.

problemas do nosso povo, das suas condições de vida, que venho estudando há 25 anos, desde que realizei na cidade do Recife o primeiro inquérito sobre as condições de vida das populações do Nordeste, em 1932 (...) Aqui chegando, verifiquei a minha falta de preparação, a dificuldade de transpor para o campo da legislação aquela experiência e aqueles ímpetos de realização de melhoria das condições de vida que trazia dentro de mim. Foi por isso que, durante um ano, em lugar de apresentar projetos, tratei de aprender, de estudar, de observar e de me preparar para realizar, dentro de minhas modestas possibilidades, o que penso fazer este ano: apresentar uma série de projetos independentes sobre os problemas agrários do Brasil.

Nas suas propostas mais ambiciosas, Josué de Castro não foi vitorioso. Perdeu no projeto de reforma agrária. Na tentativa de estabelecer a indenização de terras desapropriadas pelo valor histórico, e não pelo valor venal. No esforço pela estipulação de uma faixa obrigatória e proporcional de terras para a lavoura de subsistência. Perdeu em companhia de todo o povo brasileiro.

A leitura dos seus pronunciamentos revela que o deputado Josué de Castro atuou em sintonia com o Programa de 10 Pontos para Vencer a Fome, elaborado por ele na década de 50:

1. Combate ao latifúndio.
 2. Combate à monocultura em largas extensões sem as correspondentes zonas de abastecimento dos grupos humanos nela empregados.
 3. Aproveitamento racional de todas as terras cultiváveis circunvizinhas dos grandes centros urbanos para agricultura de sustentação, principalmente de substâncias perecíveis como frutas, legumes e verduras, que não resistem a longos transportes sem os recursos técnicos da refrigeração.
 4. Intensificação do cultivo de alimentos sob forma de policultura nas pequenas propriedades.
 5. Mecanização intensiva da lavoura, da qual dependem os destinos produtivos de toda nossa economia agrícola.
-

6. Financiamento bancário adequado e suficiente da agricultura, assim como garantia da produção pela fixação de bom preço mínimo.
7. Progressiva diminuição até a absoluta isenção de impostos sobre a terra destinada inteiramente ao cultivo de produtos de sustentação.
8. Amparo e fomento ao cooperativismo, que poderá servir de alavanca impulsionadora à nossa incipiente agricultura de produtos alimentares.
9. Intensificação dos estudos técnicos de Bromatologia e Nutrologia no sentido de que se obtenha um conhecimento mais amplo do valor real dos recursos alimentares.
10. Planejamento de uma campanha de âmbito nacional para a formação de bons hábitos alimentares, a qual envolva não só o conhecimento dos princípios históricos de higiene, como o amor à terra, os rudimentos de economia agrícola e doméstica, os fundamentos da luta técnica contra a erosão.

Defensor de profundas reformas sociais no Brasil, Josué de Castro foi um crítico ferrenho do modelo de desenvolvimento econômico sustentado na simples elevação dos índices *per capita*, aprofundando os desníveis de renda. Sua crítica não poupou o governo de Juscelino Kubitschek e se estendeu a um diagnóstico do Nordeste, esboçado pela Sudene nos seus momentos iniciais, no governo de João Goulart.

Josué de Castro reservava uma atenção especial à situação da classe trabalhadora, sempre atento à desvalorização dos salários e à exigência de eles poderem suprir às necessidades básicas, principalmente as alimentares. Defendia o salário móvel e se solidarizava com as reivindicações e mobilizações vindas do movimento sindical. Mas, se atribuía uma importância fundamental às questões econômicas, não tinha uma postura economicista ou assistencialista. Preocupado com a democratização da vida republicana no aspecto econômico-social, ele também reclamava medidas na instância política. No ensaio *Sete palmos de terra e um caixão*, por exemplo, denuncia, na formação histórica brasileira, “a inexistência do povo como entidade política, como força participante dos destinos da nação”:

Em todas as eleições à Presidência da República anteriores a 1930 [diz ele na obra citada] o número de votos expressos oscilava em torno de 3% do total da população do país. Em 1950, quando foi eleito Getúlio Vargas, cerca de 20% da população votava, e essa participação não tem feito senão aumentar até os nossos dias. No fundo, o grande drama político do Brasil atual é a participação intensa, na vida política, de grandes massas que não tiveram até hoje acesso à vida econômica nacional e que, em consequência disso, se revoltam.

No mesmo ensaio ele denuncia também a marginalização cultural:

(...) Este abismo cavado entre os dois Brasis – o Brasil pobre e o Brasil rico, o Brasil do Norte e o Brasil do Sul, o Brasil feudal e o Brasil industrial – em nenhum setor é mais profundo do que na vala que separa o Brasil letrado do Brasil analfabeto. Essa é uma das expressões mais terrivelmente marcantes do complexo do subdesenvolvimento do país. E ninguém pode negar que o analfabetismo e a ignorância foram em grande parte mantidos como um cimento para conservar de pé o desconjuntado edifício da estrutura feudal, cujas pedras ameaçavam desabar ao menor choque, já não digo das forças políticas em jogo, mas ao menor choque das idéias. Daí o pavor, dos donos do poder, das próprias idéias e dos seus propagadores. Daí a suspeição com que sempre olhavam os estudiosos mais ousados, que lutavam por uma tomada de consciência educacional, por uma educação que não fosse apenas um privilégio, com o qual se dominam os espíritos de toda a coletividade, como se domina a sua massa, com o privilégio ou o monopólio da terra. Para que o latifúndio pudesse sobreviver não bastava que a terra permanecesse em sua maior parte inculta, era também necessário que os homens continuassem em sua maioria incultos.

Depois de apresentar os mecanismos de dominação nas esferas econômica, política e cultural, Josué de Castro procura identificar também as suas expressões psicossociais que, no Nordeste, predisõem uma parte da população às seduções do banditismo e do misticismo.

(...) Age a fome periódica desorganizando ciclicamente a economia da região, criando um meio social extremamente susceptível às atividades do cangaceirismo e do banditismo. Meio social formado de massas humanas predispostas à aceitação e à adoração desses tipos singulares que simbolizam a sua aspiração de fuga à miséria – pela força do fuzil ou pela força da magia.

Na sua trajetória política, Josué de Castro sempre esteve alinhado às forças de esquerda. Filiado ao PTB, diferenciava-se pelas posições mais avançadas e, não poucas vezes, sofreu sabotagens vindas de moderados e conservadores do seu próprio partido. Próximo de Francisco Julião e das Ligas Camponesas, dos movimentos sindicais e das articulações e campanhas em que estavam envolvidos socialistas e comunistas, ele denunciava firmemente o anticomunismo e, em duas das três eleições em que se candidatou, contou com o apoio do PCB. Mas, definindo-se como “homem de esquerda”, declarava-se não-comunista e acentuava: “ditadura, nem do proletariado”.

No plano internacional, Josué de Castro denunciou com veemência o que, na época, se chamava de “imperialismo norte-americano” e hoje começa a ser chamado de “império”. Repudiou igualmente a repressão soviética na Hungria. Foi um ardoroso defensor da revolução cubana e combateu o colonialismo e o racismo em todos os níveis. Era pela desativação das armas atômicas e pela paz mundial, propondo que o que era gasto com armamentos fosse destinado ao combate à miséria.

A relação do intelectual-político Josué de Castro com a instância parlamentar não era isenta de conflitos interiores. Em 4 de janeiro de 1957 ele começa a escrever um diário, ainda não disponível ao público, em que diz²¹:

A verdade é que a política no Brasil só inspira e aguça para uma espécie de atividade espasmodicamente agitada e intelectualmente improdutiva. Mais agitação que ação verdadeira. Não há debates

²¹ SILVA, Tânia Elias Magno da. *Josué de Castro: para uma poética da fome*. 1998. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1998.

nem lutas por idéias e princípios, mas uma surda e contínua luta pessoal por vantagens e posições. É uma luta de vida e de morte – luta vegetativa – sem deixar nenhuma disponibilidade para quaisquer veleidades intelectuais. Depois de dois anos como parlamentar, cheguei à triste conclusão da esterilidade e da infecundidade da inteligência no Parlamento. É esta uma arena ou circo onde se digladiam outras espécies de força: a astúcia, a audácia, o cinismo, o oportunismo. Não há lugar lá para outras qualidades humanas menos subalternas, como o espírito público, o desejo de servir, a busca de novos caminhos que possam conduzir a uma melhor distribuição de quotas de felicidade. Mesmo quando são debatidos problemas que em sua aparência envolvem estes aspectos do bem-estar coletivo, o tratamento ou nível de debate, o encaminhamento ou escamoteação dos argumentos se faz de tal modo que não é difícil verificar que a mola impulsionadora de toda aquela agitação em torno do problema não é o amor à causa, mas o desejo de aparecer, de brilhar, de se impor e cobrar politicamente com boas compensações – esta é a regra de conduta que dá raiva.

Essa anotação se refere ao seu primeiro mandato (1955-58). Ele ainda se candidatou a um segundo (1959-62), que interrompeu em maio de 1963 para assumir a representação do Brasil na ONU. Nessa segunda legislatura a sua atuação foi intensa, encaminhando projetos de lei, fazendo pronunciamentos e articulando blocos parlamentares, como a Frente Parlamentar Nacionalista e a Frente Parlamentar do Nordeste. O estudo dos seus diários, ainda não liberados, poderá trazer mais clareza sobre o saldo final que prevalecerá dos momentos de encanto e desencanto de Josué de Castro com a experiência parlamentar. A análise de circunstâncias distintas e períodos mais largos também permitirá a relativização da influência de possíveis ondas depressivas, que não eram estranhas a Josué de Castro.

Neste trabalho, em lugar da transcrição integral dos pronunciamentos e da ordem cronológica rigorosa, são apresentados discursos dispostos em blocos temáticos, selecionados e recortados segundo a atualida-

de das questões tratadas. O objetivo foi facilitar a apreensão do tipo de parlamentar e de político que foi Josué de Castro, reduzindo a distância entre o passado e o presente a partir do foco em problemas que o desafiaram e que ainda desafiam o povo brasileiro, muitos deles com soluções já propostas e sempre rejeitadas pelos beneficiários do *status quo*.

“Do mundo-como-se-repete/ o mundo que telequeremos” – disse o poeta Carlos Drummond de Andrade num dos seus poemas. Palmilhando os seus projetos e pronunciamentos parlamentares, vejamos como o intelectual e deputado federal de esquerda Josué de Castro viveu essa tensão.

1 - TEIAS DA POLÍTICA

Irregularidades no Saps

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 30/4/1955, p. 2089.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – Sr. Presidente, pedi minha inscrição para debater este projeto de criação de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar irregularidades no Saps, por dois motivos. (...)

(...) Ter sido eu o fundador do Saps e seu primeiro diretor. Incumbido pelo presidente Getúlio Vargas de elaborar um plano de assistência alimentar para os operários, para as classes trabalhadoras, organizei um serviço, inicialmente chamado Serviço Central de Alimentação, posteriormente transformado no Serviço de Alimentação da Previdência Social, ou seja, Saps. (...)

Infelizmente, porém, logo de início, o Saps teve a má sorte de, através de desastrosas administrações sucessivas, cair no descrédito público, descrédito que continua até o momento, simbolizando o Saps o centro, o núcleo de desregramentos e irregularidades administrativas tão escandalosas, que hoje propõe-se ao Parlamento a criação de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar essas irregularidades.

(...) O Saps se mantém em grande parte pela quota de previdência parcialmente tirada do salário dos trabalhadores. É um organismo que, portanto, deve fazer reverter essa quota no benefício das classes trabalhadoras, e, infelizmente, tenho absoluta convicção de que isso não vem sendo cumprido. (...)

Portuários do Recife

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 8/10/1955, p. 7389.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – Sr. Presidente, venho à tribuna dar conhecimento à Casa de fato que se processa no meu estado, Pernambuco, o qual recomenda muito pouco a atual administração e, a meu ver, está a exigir providências imediatas e enérgicas no sentido

da defesa da própria segurança nacional. Refiro-me à condição em que se encontra a classe dos portuários de Pernambuco, classe trabalhadora para a qual não houve, até hoje, qualquer determinação a fim de ser reajustado o salário mínimo, de acordo com a lei que, em maio do ano passado, determinou para aquela região um mínimo correspondente a 51 cruzeiros diários. (...)

Projeto de anistia política

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 4/5/1956, p. 2972.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – Sr. Presidente, desejo pronunciar duas palavras neste encaminhamento de votação, como resposta ao meu nobre colega Sr. Deputado João Agripino, quando incrimina o Partido Trabalhista Brasileiro de incoerente pela atitude de alguns de seus membros ao votarem favoravelmente à Emenda Rogê Ferreira e, depois, contrários e favoráveis ao projeto ora em votação.

Não há incoerência no caso. Aqueles que assim votam o fizeram, estou certo, com convicção e por idealismo. Parece-me improcedente e abusivo e mesmo impertinente querer julgar-se *a priori* que o Partido Trabalhista Brasileiro assim agindo se tenha comportado exclusivamente por desejar uma anistia só para os comunistas. É um apriorismo e uma impertinência, dizia eu, porque meu nobre colega nenhum documento poderá apresentar, nenhum argumento substancial oferecerá, no sentido de que o Partido Trabalhista tenha agido por um parcialismo inexplicável.

Seria como se agora nós, do Partido Trabalhista Brasileiro, julgássemos a União Democrática Nacional (UDN), dizendo que ela votou também a favor da emenda com interesse: o de soltar os comunistas, para que estes agitassem o país e derrubassem o governo, que é contra a União Democrática Nacional. Seria uma suspeita idêntica, sem base, sem consistência, sem fundamento, apenas pelo prazer de jogar uma suspeita sobre um partido que não concorda com a União Democrática Nacional em muitos casos e só acidentalmente, num ponto que está acima dos partidos, o interesse nacional,

concordou que se deva votar por uma anistia ampla, uma anistia integral, uma anistia que seja realmente Anistia e traga, de fato, a pacificação da família brasileira, que depende muito mais da atitude de confiança do povo do que a de um pequeno grupo ou partido que não esteja satisfeito com o resultado das eleições.

Esta a razão por que assim votei, por que assim votaram os membros do partido e, para mostrar à União Democrática Nacional as suas convicções, faço agora a minha profissão de fé: que, não acreditando no projeto restritivo, voto a favor do mesmo, apenas para exigir o compromisso de que nos mantenhamos unidos, aqueles que, idealisticamente, querem a pacificação nacional, por votar dentro de horas ou de dias o Projeto Sérgio Magalhães, o projeto da verdadeira anistia que o povo espera do Congresso Brasileiro.

Governo e livre iniciativa

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 17/6/1957, p. 4707-8.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO (líder da Maioria) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, na consciência do povo brasileiro, na grande massa daqueles que, livres das paixões partidárias, procuram entender os problemas da nação e acompanhar a sua marcha com o interesse de patriotas, deve causar uma certa estranheza e uma verdadeira perplexidade a inopinada campanha desencadeada contra o governo do Sr. Juscelino Kubitschek, acusado de interferir, de maneira indébita, excessiva e prejudicial na economia da nação, asfixiando a sua marcha e a sua expansão. (...)

(...) A escravidão, a mais integral, a escravidão do homem pelo homem, no tempo em que havia o tráfico dos escravos era, também, produto das circunstâncias. São as circunstâncias que criam os escravos e que libertam os povos. (...)

(...) A livre iniciativa, com a liberdade integral, era incompatível com o bem-estar coletivo. Aquela frase dos antecessores de Adam Smith de que, quando o indivíduo pessoalmente procurava defender os seus interesses e fazer revigorar os seus lucros, estava tam-

bém defendendo os interesses e os lucros da coletividade, não se mostrou verídica, nem comprovada, através da evolução histórica. Daí a necessidade do intervencionismo estatal, necessidade que se foi acentuando até chegar o momento em que ninguém tem a coragem de afirmar que resta um país no mundo onde o Estado não intervenha na sua economia. E por quê? Porque a economia é a base da estrutura social. Todos os valores que decorrem da economia são aqueles que vão consolidar, dar forma e sentido às culturas e às civilizações dos vários países do mundo.

Se o governo se desapercebe do sentido da evolução econômica; se não interfere nessa economia para reajustá-la no interesse do bem-estar coletivo; se não procura podar os exageros do individualismo, dos grupos que se contrapõem ao interesse coletivo, então ele não está governando, está falseando o sentido essencial ao governo, que é o de harmonizar os interesses opostos, a fim de encontrar um denominador comum para o interesse da coletividade. (...)

(...) Desejo declarar, entretanto, dessa tribuna, que já é tempo de desmistificar, de acabar-se com mitos sem conteúdo substancial. A chamada livre iniciativa é uma bela expressão, uma bela pele, uma bela casca, cujo conteúdo foi comido, através dos tempos, e hoje está carunchado, apodrecido, inteiramente desfeito pela evolução econômica natural.

Nenhum país do mundo tem livre iniciativa. Tomo, para exemplo, o campeão da livre iniciativa, os Estados Unidos da América do Norte, a fim de mostrar não somente o alto grau de intervencionismo ali reinante, mas para provar também que a grandeza econômica dos Estados Unidos não é devida, como pensam alguns em exclusivismo radical, à livre iniciativa, mas a uma feliz associação da intervenção pública, realizando os trabalhos públicos que criaram o clima ideal, preparando o país à ação reprodutiva da economia privada. (...)

Não é fora de propósito referirmo-nos também ao fato de que os Estados Unidos sempre foram os campeões do protecionismo tarifário, sendo todo o comércio norte-americano com outros países praticamente baseado nesse protecionismo. E quando os Estados Unidos

da América do Norte, nos congressos internacionais, principalmente das Nações Unidas, advogam o livre comércio, o fazem para inglês ver, porque, na verdade, nunca nenhum país foi mais contrário ao livre comércio do que os Estados Unidos, que cerceiam, por todos os modos, o comércio, no sentido da defesa e da expansão da produção norte-americana. A livre circulação das mercadorias preconizada por Wilson, e mais recentemente por Roosevelt, não passava de tiradas líricas, sob a inspiração daquele aforismo do velho Kant, de que o livre comércio constitui um antídoto para as guerras.

Não me venham, pois, com a história de que os Estados Unidos são um país de livre iniciativa, porque, então, eu diria que o que temos a fazer no Brasil é um tipo de economia de livre iniciativa à norte-americana, que é um dirigismo no sentido total da defesa nacional, é um dirigismo nacionalista, um dirigismo no interesse da coletividade. (...)

Portanto, se os países fortes, como os Estados Unidos, se defendem através do seu dirigismo econômico, o que não dizer da necessidade de se defenderem os países fracos, os países marginais do grande eixo econômico predominante no mundo, aqueles que estão ainda numa dependência econômica mais intensa da política econômica internacional? (...)

(...) O problema fundamental dos países subdesenvolvidos é o do critério de seus investimentos. O verdadeiro desenvolvimento social depende de um critério firme, no sentido do bem coletivo e da harmonia desse crescimento econômico. O desenvolvimento econômico-social depende mais das poupanças internas que deverão ser reinvestidas do que do afluxo de capital estrangeiro, que na verdade – esta é a verdade dos fatos – se vai tornando cada vez mais minguado, cada vez mais exíguo para as regiões subdesenvolvidas do mundo. (...)

(...) O que é necessário é precisar os limites do intervencionismo, para não coibir as liberdades e para não perturbar o ritmo de expansão natural. O fenômeno natural não pode ser violentado: deve ser alentado, ajudado, complementado, e não transformado pela vontade individual, nem por decretos, nem por outras intervenções, que se tornam inoperantes na evolução natural de uma economia. (...)

XX Congresso Nacional da UNE

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 31/7/1957, p. 5449.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – Sr. Presidente, não podia deixar de vir à tribuna no dia de hoje para manifestar meu aplauso, minha admiração pelos altos propósitos dos estudantes brasileiros reunidos no XX Congresso da União Nacional dos Estudantes, na cidade de Friburgo.

Os trabalhos, estudos e debates que se vêm desenrolando nesse conclave demonstram bem a seriedade de propósitos da juventude brasileira através de suas classes estudantis, que não desejam permanecer isoladas, divorciadas da realidade crítica da hora presente, no mundo e no Brasil. Informados da direção dos problemas sociais do mundo e das contingências atuais da nossa pátria, procuram manifestar-se no sentido da busca de um caminho que seja o da redenção, da salvação para o país, no sentido da defesa integral do nosso patrimônio, da defesa nacionalista da nossa riqueza material, da nossa riqueza humana, da nossa riqueza cultural.

Assim, pondo em relevo que o Brasil pode ter esperança em sua juventude, desde que as novas gerações se preparam para receber a herança do passado e fazer crescer, desenvolver-se o Brasil numa linha verdadeiramente de interesse da coletividade brasileira, congratulo-me com essa juventude pela realização do XX Congresso Nacional dos Estudantes, desejando-lhes o maior sucesso, as maiores vitórias e conquistas.

Petróleo e emancipação nacional

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 22/5/1958, p. 2679-80.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – Sr. Presidente, cada vez mais se acentua a necessidade de que o desenvolvimento econômico-social do Brasil se processe de maneira harmônica e equilibrada.

Em face da presente crise mundial que se reflete duramente sobre a conjuntura econômica nacional, mais precisamos preocupar-nos com o desenvolvimento do país a fim de evitar os graves dese-

quilíbrios econômicos que ora verificamos e que constituem, talvez, as raízes da crise, tanto social como política, que ameaça o regime e a democracia.

Dos vários setores que formam a conjuntura econômica nacional, ressalta, por sua importância, o setor da exploração dos combustíveis, principalmente o petróleo, por assim dizer, o problema-chave, a pedra de toque da emancipação econômica, social e política do nosso povo.

É, pois, com viva satisfação que venho à tribuna congratular-me com o governo da República pelo fato de ser nomeado para presidente do Conselho Nacional do Petróleo um homem de envergadura, de responsabilidade, de capacidade moral, de excelente folha de serviços prestados à nação como militar, de conhecimentos profundos e gerais de todos os problemas brasileiros – o coronel Alexinio Bittencourt.

Para todos aqueles que aspiram a um desenvolvimento real do Brasil, para o interesse da coletividade, que desejam que se processe esse desenvolvimento de tal forma que decorram benefícios para todos os brasileiros, e não apenas para uma pequena classe privilegiada, esse ato é altamente promissor.

Em nome da Frente Parlamentar Nacionalista, pois, aqui deixo ao governo as nossas congratulações, e formulo ao coronel Alexinio Bittencourt os melhores votos para que S.Sa., com coragem e denodo, enfrente esse problema difícil e árduo, mas decisivo para a expansão econômica nacional, que é o da exploração do petróleo em moldes brasileiros, para benefício de todos os nossos patrícios.

Neste sentido, Sr. Presidente, permito-me, para efeito de transcrição nos anais desta Casa, ler o discurso pronunciado pelo coronel Alexinio Bittencourt, ao tomar posse do alto cargo de presidente do Conselho Nacional do Petróleo:

“Assumo a presidência do Conselho Nacional do Petróleo, por honrosa incumbência do Exmo. Sr. Presidente da República, consciência de que, na hora atual, se ampliam extraordinariamente as res-

ponsabilidades deste órgão, ao qual cabe dirigir a política do petróleo em nosso país.

Em primeiro lugar, no plano internacional, o entrelaço de divergentes concepções de vida e de cultura estabelece um clima de intranquilidade que por singular coincidência se torna mais sensível nas áreas em que está em jogo a questão do petróleo.

O Brasil, embora constituindo uma dessas áreas, logrou formular e fixar uma solução feliz, que se caracteriza pelo monopólio estatal e que se vem concretizando em um vasto programa de realizações, levadas a efeito pela Petrobras S/A, nos setores da pesquisa, da lavra, do refino e do transporte do óleo.

A este Conselho, cujas atividades venho presidir, compete a aprovação dos planos e a fiscalização dos trabalhos da Petrobras e, bem assim, as deliberações finais sobre as questões relacionadas com a refinação, a importação e a distribuição de petróleo e seus derivados.

Empenhar-me-ei no sentido de que tais atribuições sejam rigorosamente exercidas, tendo em vista os elevados interesses da segurança e do desenvolvimento do país.

Cabe ressaltar que os problemas atinentes a esse importante setor da economia nacional vêm revelando novos aspectos, que estão a exigir uma pronta e imediata formulação de diretrizes. E são justamente esses novos aspectos que emprestam maior gravidade às decisões que deverão ser tomadas pelo Conselho, na fase que ora se inicia. Trata-se de assuntos de um interesse tão acentuado para a vida nacional que se impõe, no exame dos mesmos, a manifestação de todos os círculos de responsabilidade do país a fim de que a nação participe ativamente na elaboração das rotinas a serem fixadas.

Inicialmente, devemos ressaltar a conveniência de se estabelecerem as medidas necessárias para se dar cabal cumprimento ao acordo de La Paz, firmado com a Bolívia, atentando que se trata de uma fonte real e apreciável de petróleo, cuja exploração possibilitará não só o desenvolvimento do oriente boliviano como, inclusive, o movimento de penetração da civilização brasileira no interior do

país, que constitui o sentido mais profundo da mudança da capital federal. Por outro lado, representa uma experiência de colaboração internacional que está sendo observada, com a devida atenção, pelos demais países do continente e, dessa forma, os seus resultados constituirão um elemento fundamental para que possamos chegar à integração econômica almejada pelas nações latino-americanas.

Ao mesmo tempo, devemos considerar que se verifica, presentemente, uma profunda modificação na química industrial de todo o mundo, mediante a utilização dos hidrocarbonatos do petróleo como matéria-prima básica. Ingressamos, portanto, na era da petroquímica, cujo estabelecimento, no Brasil, deverá realizar-se em consonância com os legítimos interesses nacionais.

Outrossim, exigem-se definições e medidas urgentes no sentido do aperfeiçoamento da rede de refinarias nacionais e do sistema de distribuição de produtos petrolíferos.

É claro que todos esses desdobramentos do problema do petróleo deverão ser resolvidos dentro das diretrizes que norteiam a política do atual governo, consubstanciada na legislação em vigor, a qual traduz a consciência de que o Brasil pode desenvolver-se por suas próprias forças, dinamizando os seus recursos naturais e humanos.

Neste sentido, o monopólio estatal do petróleo constituiu não somente a solução mais adequada para um problema econômico, como representa, também, uma responsabilidade que o povo brasileiro se impôs a si mesmo, para comprovar a sua capacidade de realização. Torna-se necessário, por conseguinte, evitar quaisquer deturpações demagógicas, insistindo todos aqueles que prestam serviço neste setor em dar tratamento técnico aos problemas técnicos e em evidenciar que os êxitos obtidos pertencem, exclusivamente, à nação brasileira. (...)”

Era o que eu tinha a dizer.

Greve dos estudantes de Engenharia em Pernambuco

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 8/11/1958, p. 6657-8.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – (...) O fato concreto, Sr. Presidente, é a greve a que foram levados os estudantes da Faculdade de Engenharia de Pernambuco por não ser atendida urgente e justa reivindicação sua que, de tão justa, salta aos olhos da nação. Pleitearam esses estudantes, junto à diretoria da faculdade e à reitoria da universidade, o direito de terem aulas, de estudarem e de aprenderem. Protestaram contra a inoperância da escola, que não lhes dá aulas práticas para o curso de Engenharia, e exigiram que lhes fosse oferecida a possibilidade de reestruturar os cursos de maneira que realmente saíssem de lá engenheiros práticos, e não apenas leitores dos tratados de Engenharia. Infelizmente, a direção da escola não lhes atendeu e ficou até abespinhada pela “audácia” dos estudantes em desejarem ditar regras e leis num estabelecimento de ensino, pensando essa direção que ainda estamos no século XVII ou XIX, quando só os mestres, com ar de catedráticos, deviam opinar e decidir dos destinos do ensino, da educação e da cultura de nossa pátria.

Infelizmente, a reitoria da Universidade de Pernambuco também não deu atenção alguma ao pedido, ficou ausente do problema, numa indiferença característica daqueles que não compreendem o que é universidade e espírito universitário.

Como pernambucano conhecedor dos problemas da universidade do meu estado, trago ao conhecimento do Parlamento e do Brasil o fato de a reitoria de Pernambuco só se ter preocupado com a melhoria de aspectos materiais, obtendo verbas razoáveis que são aplicadas em aprimorar as fachadas dos edifícios, sem tomar interesse no edifício real, no material mais nobre de uma universidade, o material humano, ou seja, os estudantes que lá vão, não para brilhar em casas de alto luxo num país como este, de pauperismo e de

miséria, mas sim para aprender a fim de produzir para, produzindo, nos arrancar dessa situação angustiante.

A reitoria da universidade também não tomou qualquer providência. E foi tão gritante sua indiferença, sua inoperância e sua incapacidade, que a imprensa do estado começou a bradar. Outras escolas, a veneranda Faculdade de Direito, a Escola de Química e a Escola de Ciências Médicas associaram-se a essa greve dos estudantes de Engenharia, greve que não reivindica vantagens, mas o cumprimento dos deveres por parte de professores e alunos daquele estabelecimento de ensino universitário. Estes últimos permanecem em greve, ameaçados de não poderem prestar exames. Vieram ao Rio de Janeiro para fazer sentir à União Nacional dos Estudantes (UNE) sua situação, e dela receberam apoio no sentido de declarar – não sei se já decidiu: aí tenho uma certa dúvida –, na próxima semana, uma greve geral de estudantes, em protesto contra a indiferença e a intolância da direção de uma das unidades universitárias do Brasil.

Aí está o perigo de que os estudantes se levantem para moralizar a situação. Por isso, por intermédio do Congresso, apelo para a autoridade competente, no caso o Sr. Ministro da Educação, no sentido de que S.Exa. intervenha, como instância superior no campo do ensino, para acabar com a indiferença daqueles que não cumprem os seus deveres e não têm a noção de responsabilidade dos cargos que ocupam. (...)

(...) É necessário que a autoridade superior – no caso o Sr. Ministro da Educação ou o Sr. Presidente da República, ao qual, certamente, poderá ser notificado o fato – tome providências para que as autoridades locais, em Pernambuco, solucionem a situação insustentável de uma faculdade que, não cumprindo os seus deveres, protesta contra aqueles que fazem greve – os estudantes – a fim de que seus direitos sejam garantidos.

Uma notícia falsa

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 8/7/1959, p. 3987.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – Sr. Presidente, não costumo perder meu tempo nem fazer perder o tempo de meus eminentes colegas debatendo ou contestando os ataques ou as críticas, sem maior consistência, publicados pelos jornais que fazem oposição à minha orientação política e à minha posição ideológica.

Todos os homens públicos são objeto destas exteriorizações emocionais, das simpatias ou das antipatias políticas. Isto é normal. Mas não poderia, Sr. Presidente, manter-me em silêncio sem esclarecer e sem protestar contra um tópico publicado no dia 4 do corrente, pelo *Correio da Manhã*, porque este tópico, sem a devida e pronta contestação, poderia deixar dúvidas sobre minha honorabilidade de homem público. Eis a razão desta minha declaração, para a qual solicito a maior atenção deste Plenário.

É que desejo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, apresentar aqui a demonstração cabal da total falta de procedência da acusação que me é imputada.

Na verdade, ela é tão pueril e tão inconsistente – a minha defesa se faz com um tal excesso de comprovantes e em tal grau de evidência – que se o jornal que a veiculou, o *Correio da Manhã*, não fosse um jornal que defende uma posição política antagônica à nossa, a sua publicação para propiciar esta minha defesa poderia parecer uma dessas combinações secretas, usadas em política para delas se tirar efeitos demagógicos.

A acusação formulada é que, tendo-me sido entregue, em 1951, pela Comissão de Imposto Sindical, a importância de Cr\$ 300.000,00 para despesas da Comissão Nacional de Bem-Estar Social, da qual fui vice-presidente e presidente em exercício, não apresentara os comprovantes das despesas realizadas com este numerário.

Sr. Presidente, recebi realmente essa verba, que foi devidamente aplicada na instalação da Comissão Nacional de Bem-Estar, sendo

os pagamentos levados a efeito pelo então secretário administrativo da mesma, Sr. Armando de Oliveira Pinto. Com a máxima probidade e de acordo com a legislação em vigor, prestei contas dessas despesas a quem devia prestar – ao Sr. Ministro do Trabalho, ao qual enderecei, a 15 de maio de 1952, o ofício nº 169-52, do qual aqui exibo cópia e no qual são enumeradas todas as especificações das despesas feitas, acompanhadas dos respectivos comprovantes. (...)

Também hoje enviei carta ao *Correio da Manhã* acompanhada de cópias de todo esse material para que possa esse jornal melhor ajuizar do assunto em foco e verificar a inconsistência e a injustiça da suspeita levantada em seu tópico.

Não posso, entretanto, deixar de agradecer a esse jornal pela oportunidade que me deu de demonstrar como, a meu ver, deve ser manejado o dinheiro público na defesa do patrimônio do povo e da honorabilidade dos verdadeiros homens públicos no Brasil.

Denunciando acusações infundadas

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 9/3/1961, p. 1337-8.

(...) Pretendo mostrar como certos processos políticos inescrupulosos poderão macular a dignidade do Congresso Nacional, degradando o seu prestígio perante a opinião pública. O fato que desejo citar é o seguinte: da tribuna desta Casa, pronunciou há poucos dias o deputado Souto Maior um discurso assacando graves acusações contra a administração do superintendente da Campanha da Merenda Escolar, do Ministério da Educação, o coronel Walter Santos.

(...) Sr. Presidente, fiquei estarelecido quando, no dia seguinte, li no *Diário do Congresso Nacional* o discurso pronunciado pelo deputado Estácio Souto Maior. Dos meus apartes, havia sido suprimida toda a sua substância, todos os meus enérgicos e veementes protestos, certamente por serem considerados excessivamente violentos. (...)

Pois bem, Srs. Deputados, no discurso agora publicado, o que se lê é o seguinte:

“O nobre deputado Josué de Castro acusou-me injustamente, mas desta tribuna lanço um repto a S.Exa. para que prove se o mesmo não se elegeu em Pernambuco, em 1954 e 1958, com dezenas de milhões de cruzeiros do leite em pó do Fisi, do Ministério da Saúde e da Merenda Escolar, desviados pelo coronel Walter Santos.”

Foi assim, sorrateiramente, acrescentada ao texto, a locução “dezenas de milhões de cruzeiros” desviados pelo coronel Walter Santos.

Essa acusação, essa falsificação, Srs. Deputados, é extremamente grave, porque, redigida dessa forma, a frase encerra uma ofensa e uma infâmia que devem ser energeticamente repelidas. Quem lê o discurso e os apartes, conforme foram publicados, tem uma impressão bem distante da verdadeira atitude que tomei em face das ofensas formuladas. É para desfazer essa falsa acusação que me sinto no dever de, em consideração à Casa, manifestar-me desta tribuna. Primeiro, para protestar energeticamente e para lamentar que se passem episódios dessa natureza numa Casa do Congresso Nacional: que possa um parlamentar dizer uma coisa na tribuna e depois publicarem outra, assacando contra a honra e a dignidade de terceiros, transformando o *Diário do Congresso* numa folha qualquer, do tipo *Tribuna da Imprensa*, que já não traduz a verdade dos fatos que se passam nesta Casa, mas apenas os interesses subalternos, torcidos e falseados de alguém que conspurca a dignidade e a honra alheias. Consultem-se as atas taquigráficas da sessão do dia 2 [2/3/1961] do corrente, e ficará provado o que estou afirmando neste momento.

As origens da acusação deviam deixar-me indiferente, mas o dever de homem público, de deputado federal, me impõe o pronunciamento que aqui estou fazendo.

Para mostrar até que ponto são inverídicas, fantasiosas, absurdas, as acusações formuladas, basta dizer que o coronel Walter Santos, que o deputado acusa de ter desviado recursos da Merenda Escolar para minha campanha eleitoral em 1954 e 1958, só veio a ocupar o cargo de superintendente em 1959. Isto demonstra a leviandade das acusações. Mais ainda, Srs. Deputados, tanto em 1954 como em 1958,

quando me elegi deputado federal, encontrava-me em oposição aos governos que superintendiam a distribuição da Merenda Escolar. Em 1954 elegi-me no governo do Sr. Café Filho, ao qual fazia oposição. E em 1958, a Merenda Escolar era controlada em Pernambuco pela Secretaria de Educação do governo do general Cordeiro de Farias, ao qual também eu fiz oposição. Apelo para o testemunho do então secretário de Educação, o nosso ilustre colega Aderbal Jurema, para que ele diga se eu tinha a menor interferência na Campanha da Merenda Escolar e na distribuição do leite aos escolares.

Creio que esses dados elementares bastam para desmoralizar por completo as intenções subalternas com que foi reescrito o discurso lido nesta Casa pelo deputado Estácio Souto Maior. (...)

Manifesto sindical e estudantil

Diário do Congresso Nacional, Seção I- Suplemento, de 29/8/1961, p. 175.

O Sr. Josué de Castro – Sr. Presidente, este Congresso reunido em vigília, na salvaguarda da legalidade e da Constituição, vem recebendo, como caixa de ressonância da nacionalidade, as expressões mais vivas da convicção do povo brasileiro na defesa dos seus direitos ameaçados e conspurcados por forças que não traduzem, na verdade, a vontade da maioria desse mesmo povo brasileiro.

Sr. Presidente, é com satisfação que trago aqui mais um desses documentos em que se pronunciam representantes das classes trabalhadoras e estudantes, que não mais se deixam iludir pelas cortinas de fumaça, pelas tentativas de mistificação de dividir esta Casa, pelas tentativas de fazer crer que a nação está dividida entre democratas e comunistas e que temos de escolher ou o caminho da democracia, ou o caminho do comunismo.

Sr. Presidente, todos os membros desta Casa, representantes do povo, são brasileiros e patriotas desejosos de defender no Brasil o pleito da autodeterminação e do cumprimento da vontade soberana do povo. Por motivos de força exterior, como declarou o Sr. Jânio Quadros, as Forças Armadas o compeliram à renúncia e ten-

taram, hoje, forçar também a esse gesto de renúncia o hoje presidente constitucional da República, Sr. João Goulart. Mas o povo se levantou pelas vozes que restam, neste momento, no Parlamento, e se associam às dos parlamentares que repelem, com veemência, a intromissão absolutamente indébita dos falsos representantes das Forças Armadas, cujo dever perpétuo é o de defender a legalidade e a Constituição. Neste sentido, Sr. Presidente, venho trazer este documento que esclarece que, na verdade, não são democratas, mas falsos democratas, esses que querem conspirar a Constituição, como não são comunistas os que desejam defender os direitos do povo, sagrados e consagrados pela Constituição.

Permito-me assim, Sr. Presidente, ler, para que fique nos anais desta Casa, um pronunciamento dirigido ao povo brasileiro subscrito por líderes sindicais e estudantis da capital da República.

O documento é o seguinte:

“Os dirigentes sindicais e estudantis de Brasília, abaixo-assinados, representando o pensamento dos trabalhadores e dos estudantes do Distrito Federal, nesta hora em que periga a preservação da legalidade democrática, sentem-se no dever de vir a público manifestar firmemente sua posição de defesa incondicional da Constituição Federal. As ‘forças terríveis’, ‘inclusive do exterior’, que, segundo expressão do ex-presidente Jânio Quadros, foram a causa principal de sua renúncia, continuam exercendo pressão, agora visando impedir a posse do atual presidente constitucional, Dr. João Goulart. Tentam essas forças golpistas, ostensivamente, impor ao povo brasileiro uma solução que violente frontalmente a Constituição ou engane a todos com uma fórmula pseudo-constitucional.

Em tal conjuntura, nós, os trabalhadores e os estudantes, não podemos silenciar na defesa da dignidade de nossa pátria.

Os signatários do presente manifesto conclamam, portanto, a classe trabalhadora e os estudantes a cerrar fileiras para garantir o ‘respeito sagrado à legalidade constitucional a qualquer preço’.

Trabalhadores! Estudantes!

Defendamos as liberdades democráticas!

Permaneçamos vigilantes em defesa de nossa democracia, pela grandeza da nossa pátria!

Demonstremos nossa solidariedade às forças que, em todo o Brasil, defendem as instituições democráticas!”

Seguem-se inúmeras assinaturas de presidentes de sindicatos da capital da República.

Este é o documento, Sr. Presidente, que queria trazer ao conhecimento desta Casa, para os membros do Parlamento estarem à altura dessas aspirações e defenderem os direitos de todos os brasileiros que, com toda a reverência, se acham aqui e no Brasil afora em vigília, também, na defesa da legalidade e da Constituição.

Pressão militar e manifesto de intelectuais

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 1º/9/1961, p.6359-60.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – Sr. Presidente, os eventuais chefes das Forças Armadas, mais uma vez, em manifesto lançado à nação, se arrogam o direito de falar não apenas em nome dessas mesmas Forças, que eles não mais representam (*não apoiado*), porque inteiramente divididas, mas em nome de todo o pensamento e sentimento nacional.

Ora, está comprovado que isso é o que há de mais falso, porque em todos os quadrantes do Brasil, por meio de expressivas manifestações, apesar da opressão policial, apesar da censura reinante e do verdadeiro estado de sítio não declarado no país, apesar disso tudo, as manifestações se sucedem, demonstrando que o Brasil inteiro critica acerbamente a atitude despótica e inconstitucional dos eventuais chefes da Forças Armadas.

Trago aqui uma prova das minhas palavras, um documento que me pareceu dos mais expressivos, porque o manifesto dos intelectuais brasileiros fala com a inteligência do país, representa a cultura acima

de preciosismo, acima de interesses, acima de dissensões ideológicas e partidárias. Eles se pronunciam para condenar, de maneira veemente, a ilegalidade, a inconstitucionalidade do gesto desses eventuais chefes das Forças Armadas que, exorbitando de suas funções, ferem frontalmente, agredem e atentam contra a Constituição brasileira.

O manifesto, que traz assinaturas da mais alta significação da intelectualidade brasileira, do nosso mais alto patrimônio cultural, diz o seguinte:

“Condenamos a intervenção de ministros militares no sentido de impor ao Poder Legislativo qualquer forma de violação do texto constitucional, que assegura ao povo brasileiro a prerrogativa de ser governado pelos que foram eleitos nas urnas e diplomados na Justiça Eleitoral. Afirmamos, por conseqüência, que a ordem e a paz somente podem ser asseguradas com a posse do vice-presidente, Sr. João Goulart, no cargo de presidente da República, uma vez que se acha consumada e irreversível a renúncia do Sr. Jânio Quadros ao exercício da chefia do Estado.

Condenamos os sofismas e as manobras de todas as espécies, destinadas a evitar que se execute um dispositivo constitucional que é indiscutível pela sua perfeita clareza quando determina que o vice-presidente, eleito juntamente com o presidente da República, é o seu substituto efetivo em casos de ausência, vaga, renúncia ou afastamento definitivo. E afirmamos, por conseqüência, que isso se verifica porque, nos termos da Constituição, todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido.

Condenamos os governos títeres de emergência, as intromissões indébitas nos pronunciamentos do Congresso e a censura – como um abuso de poder – contra a liberdade de expressão na imprensa, no rádio e na televisão. E afirmamos, por conseqüência, que uma democracia tutelada já é de fato uma ditadura disfarçada.

Condenamos, como subversivas, todas as manobras de cúpula, que levaram à renúncia um presidente da República e tentam impedir a posse do seu substituto legítimo, uma vez que nenhum cidadão poderá sentir-se livre neste país se dois presidentes da República,

eleitos pela soberania nacional em plenitude, se vêem impedidos de exercer suas funções e prerrogativas constitucionais. E afirmamos, por conseqüência, a nossa esperança de que o Poder Legislativo e o vice-presidente, agora presidente da República, se coloquem à altura da dignidade e soberania dos seus mandatos populares”.

Assinam o documento: Adalgisa Néri, Abelardo Cunha, Afrânio Coutinho, Agildo Ribeiro, Alceu Amoroso Lima, Alex Viany, Alexandra Hortepan, Anna Paim, Álvaro Lins, Álvaro Moreyra, Amauri Gugel, Antonio Carlos Souza e Silva, Ary de Andrade, Aurélio Buarque de Holanda, Barbosa Melo, Campos Ribeiro, Carlos Heitor Cony, Carlos Lyra, Carlos Scliar, Cícero Costa, Cid Silveira, Delcídio Jurandý, Dante Costa, Darcy Evangelista, Darci Ribeiro, Dias Gomes, Dilermando Cox, Dinah Silveira de Queiroz, Rossé Cavaca, Edna Savaget, Eduardo Portela, Eliseu Maia, Elvira Foeppel, Eneida, Ênio Silveira, Fagundes de Menezes, Flávio Tambellini, Francisco de Assis, Francisco S. Gomes, Gaspar Silveira Martins, Gasparino Damata, Geir Campos, Gumercindo Cabral de Vasconcelos, Haroldo Bruno, Haroldo Maranhão, Hélio Bloch, Henrique Olímpio da Fonseca, Hermes Lima, Hildon Rocha, Hugo Dupin, Ivan Lins, James Amado, Jece Valadão, Joel Silveira, Jorge Amado, Jorge Dória, Jorge Goulart, Jorge Souza Santos, José Antonio Pessoa de Queirós, José Carlos Oliveira, José Condé, José Guilherme Mendes, José Guimarães, José Honório Rodrigues, José Junqueira, José Mauro Gonçalves, José Nogueira Filho, José Renato dos Santos Pereira, Justino Martins, Leopoldo Teixeira Leite, Lúcia Benedetti, Luís Luna, Luís Santa Cruz, Marcelo Brasileiro de Almeida, Mário Barata, Mário Lago, Maurício Meira, Miécio Tati, Moacyr Werneck de Castro, Moacyr Félix, Nazareno Tourinho, Nestor de Holanda, Nora Ney, Norma Benguel, Oduvaldo Viana, Oduvaldo Viana Filho, Oliveira Bastos, Paulo Francis, Paulo Silveira, Pedro Gouvêa Filho, Pedro Lafayette, Rachel, Pedro Moacyr, R. Magalhães Júnior, Reginaldo Guimarães, Ribamar Ramos, Ruy Medeiros, Santos Moraes, Waldyr de Castro Manso.

Aí vêem V.Exas., Sr. Presidente e nobres deputados, que, pelo menos, a inteligência brasileira, a elite do pensamento, o patrimônio cultural do país, os que pensam, sentem e representam as tradições de nossa gente, se pronunciaram para criticar, para opor a força de sua inteligência ao despotismo prussiano dos falsos chefes militares.

Contra a emenda parlamentarista

Diário do Congresso Nacional, Seção I- Suplemento, de 2/9/1961, p. 6478-9.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – No momento em que se vota nesta Casa uma emenda constitucional de tão relevante significação para a vida política do país, julgo meu dever de representante do povo apresentar as razões que determinaram o meu voto.

Sempre fui parlamentarista, tendo assinado todas as proposições encaminhadas com este objetivo, inclusive a Emenda 15-A, de julho de 1961, cuja tramitação nesta Casa foi retomada no presente momento. Considero o regime parlamentarista um sensível aprimoramento no nosso sistema político, possibilitando maior eficácia à ação governamental no interesse do povo.

Ocorre, entretanto, que me parece inoportuno processar-se uma reforma constitucional de tal magnitude e profundidade política num momento de tão grave crise institucional, que a sua adoção apressada poderia, a muitos, parecer produto exclusivo da imposição de certos setores das Forças Armadas, coagindo o livre exercício de nossas prerrogativas constitucionais. Adotar o regime parlamentarista nesta infeliz eventualidade – verdadeiro estado de sítio de fato – seria, ao meu ver, degradar os altos objetivos deste regime político, no qual deposito as mais ardentes esperanças.

Junta-se a esta razão moral a razão política de não me parecer justo alterar-se o sistema político nacional, enfraquecendo-se substancialmente o poder do presidente da República no momento em que vai ser empossado na suprema magistratura do país o Sr. João Goulart, que se elegeu pela soberana vontade do povo, com um

mandato que lhe outorga constitucionalmente poderes bem mais amplos do que os estabelecidos por esta emenda parlamentarista.

Aí estão as razões que me fazem, em sã consciência, votar contra a emenda parlamentarista na atual conjuntura política.

Manifesto da Frente Parlamentar Nacionalista

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 6/9/1961, p. 6479-80.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – Sr. Presidente, para conhecimento desta Casa e da nação inteira, tenho a honra de ler o seguinte documento, preparado pela Frente Parlamentar Nacionalista, acerca do atual momento:

“Nesta hora histórica, em que se processa uma radical transformação no sistema político brasileiro, com a implantação do regime parlamentarista, a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), obedecendo às mais puras inspirações de patriotismo e de zelo pelos destinos da nação, sente-se no dever de pedir a atenção dos nobres representantes do povo, nesta Casa, para os seguintes pontos, cujo exame julga de capital importância:

I - Seria trair os desejos de renovação, veementemente manifestados pelo povo brasileiro, dar ao novo regime instaurado pelo Congresso Nacional um espírito velho, impregnado da mesma substância política que conduziu ao desmoronamento o regime presidencialista.

II - Desse modo, se, no recrutamento dos homens que vão receber as responsabilidades de governo, não forem auscultadas as genuínas aspirações nacionais, mas, pelo contrário, persistirem os conciliábulos, as negociações de cúpula, dissociadas dos verdadeiros interesses da coletividade, os apetites subalternos, as ambições de indivíduos ou de grupos, que tanto têm infelicitado este país, terão falhado todos os esforços da pacificação nacional e possivelmente o Brasil engolfará na luta fratricida que pode ser evitada neste momento crítico da vida nacional.

- III - É, pois, imperativo que para o regime novo se formule um pensamento político renovador, capaz de impulsionar com firmeza e decisão as reformas estruturais imprescindíveis ao autêntico desenvolvimento e à integral emancipação econômica e política do país.
- IV - Cumpre, assim, pôr a serviço da nova estrutura política homens que não estejam comprometidos com os erros, as ambições e os desvios que levaram à ruína o regime que expira; homens, enfim, que tragam ao governo a lídima aspiração das massas, os sentimentos que palpitam no coração do povo, as reivindicações que esta nação, longamente espoliada, se impacienta por ver atendidas.
- V - A FPN afirma peremptoriamente, ao Parlamento e ao povo brasileiro, que não transigirá na defesa dos princípios que inspiram a sua criação e lhe trouxeram o caloroso apoio das mais ponderáveis e esclarecidas parcelas da opinião nacional.
- VI - Redobrar, assim, a FPN os seus esforços no sentido de que o país realize, em curto prazo, uma reforma agrária racional, discipline a remessa de lucro do capital estrangeiro, reforce o monopólio estatal nos setores vitais de nossa economia e oriente a política exterior do país numa posição de independência, em defesa dos autênticos interesses nacionais.
- VII - Adverte aos líderes políticos responsáveis pela implantação do novo governo que, desde a primeira hora, acompanhará, atenta, a todos os passos dos responsáveis pela política e administração do país, a fim de não serem comprometidos os propósitos do grande movimento nacional desencadeado nos dias históricos de agosto, que, envolvendo um pronunciamento pela legalidade, não se exauriu nas soluções de puro formalismo jurídico, mas perdura, vivo, enérgico e atuante, na defesa da substância da nossa Magna Carta no campo da lei, da justiça e das reivindicações sociais.”
-

Era o que desejava dizer.

Nordeste: um problema nacional

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 17/3/1962, p. 806.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – Sr. Presidente, cada dia se consolida mais na opinião pública brasileira, como verdadeira consciência coletiva, a realidade social, triste realidade social, de que o problema do Nordeste não é apenas um problema regional, mas é um problema nacional e um dos mais graves problemas nacionais da hora presente: o problema dessa disparidade econômica e social que distancia as populações nordestinas do resto da coletividade brasileira. Tanto isso é verdade que a mensagem que tivemos a honra de receber ontem, enviada pelo Sr. Presidente da República, apesar de ser um documento sintético, estuda com profunda objetividade a realidade social brasileira, destinando um largo capítulo à análise dessa disparidade e da realidade social do Nordeste, atolado no subdesenvolvimento, com todas as conseqüências sociais daí decorrentes e preso ao círculo de ferro do pauperismo generalizado, que grassa naquela região.

O problema avulta, portanto, na hora presente. O Nordeste se apresenta como uma área explosiva. As populações nordestinas já se impacientam por encontrar soluções adequadas para seus problemas, que não estão presos a uma contingência natural, irremediável: a possível pobreza da base física do Nordeste.

As causas profundas desses males estão na falta de orientação, de organização, de estruturação para encarar o problema.

Sr. Presidente, fiz estas considerações tendo em vista ressaltar um ato que acaba de ser efetuado no Nordeste, qual seja o da assinatura de convênio entre o Brasil e Israel para que o nosso país se possa beneficiar da capacidade técnica do pequeno país israelense, no que diz respeito à conquista das terras áridas.

Há poucos dias da semana corrente, o ministro do Exterior, Sr. San Tiago Dantas, antes de embarcar para Genebra, deu-se ao tra-

balho de ir a Recife, considerando a importância do ato, para assinar, no próprio Nordeste, esse convênio²², através do qual nosso país muito se beneficiará.

Crise militar e crise social

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 19/9/1961, p. 6733.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – Sr. Presidente, serenado o período mais agudo da crise que atravessou o país, sente-se nesta Casa um otimismo e um regozijo que me parecem, até certo ponto, exagerados. Devemos ter a prudência de reconhecer que vencemos até agora apenas a crise militar, cujo clímax foi atingido em face de certos erros e desacertos acumulados, os quais criaram para o Brasil situação politicamente insustentável. Na verdade, no subsolo dessa crise militar perdura uma grande crise social, produto de estruturas econômicas superadas e arruinadas que já não correspondem, de nenhum modo, às aspirações e necessidades brasileiras. Por toda parte, encontramos enquistados certos problemas ameaçadores da tranqüilidade e da ordem pública. Um deles é, sem dúvida alguma, o tremendo desequilíbrio econômico, pois há regiões, como o Nordeste, atoladas no marasmo econômico, com uma população faminta e revoltada. Sem nenhuma dúvida, é o Nordeste, hoje, o quisto social mais grave, ameaçando o próprio regime, que queremos defender. O povo faminto do Nordeste tem hoje consciência da sua miséria e anseia sair deste estado de coisas, produto da incompetência e do descuido dos poderes públicos na solução autêntica dos seus problemas. Ora, como eles são estruturais, como a fome não resulta, como se pensa, da seca, mas da estrutura de subdesenvolvimento e do desemprego na cidade e nos campos, é necessário planejamento adequado, que os ataque realmente. Este planejamento está sendo feito pela Sudene, esperança do Nordeste e do Brasil. Mas vejo dese-

²² Josué de Castro refere-se ao convênio de cooperação técnica assinado entre Brasil e Israel – Instituto Tecnológico de Israel/Instituto de Aplicação e Utilização das Terras Áridas –, em março de 1962, no Recife.

nhar-se no horizonte uma ameaça de que esse órgão seja entregue, através de cambalachos políticos, a políticos que irão agredir tanto a dignidade da instituição como a do regime estabelecido – o parlamentar. Se ele não resistir às pressões do empreguismo, do com-padrismo, do coronelismo e da politicagem, não poderá sobreviver, nem fazer sobreviver a ordem e a Constituição Federal. Assim, sou daqueles que acreditam poderá a Sudene resolver o problema do Nordeste, através de uma ação bem ordenada e de um planejamento de profundidade, o que tem sido feito até agora pelo seu diretor, o Dr. Celso Furtado. E é lamentável que através da pressão de partidos e de interesses particularistas se vá cedê-la, se vá arruiná-la.

Precisamos evitar que se corrompa a tal ponto o interesse nacional que se confunda interesse nacional com interesse de partido. Espero com essa advertência que o governo que acaba de ser constituído evite essa degradação, não ceda a essas pressões e não seja mais uma vez atraído o Nordeste no interesse dos falsos defensores daquela região, falsos líderes, pois defendem apenas os interesses de seus grupos, não os autênticos interesses nacionais.



1956 – Josué de Castro compondo a delegação de parlamentares, assessores e ministro que acompanharam o presidente Juscelino Kubitschek na visita à Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, com vistas a difundir o Programa de Metas do Governo e a criação dos Grupos Executivos.



1957 – Conferência para os estudantes na sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), por ocasião da realização do seu XX Congresso Nacional, em Friburgo.

2 – ECONOMIA E NORDESTE

Política econômica

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 3/12/1955, p. 8952-5.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – (...) Defendo o direito de falar sobre o projeto de criação do Ministério da Economia, (...).

(...) Esta idéia de desenvolvimento econômico é a panacéia dos nossos tempos. (...) Como se mede o desenvolvimento econômico? Sabemos que em economia há um setor chamado semiologia econômica, de análise dos sinais da economia. Parte da ciência econômica que teve grande impulso na escola italiana, aquela que primeiro tentou medir o grau de desenvolvimento econômico e procurou através de índices alcançar uma avaliação dos chamados níveis econômicos. Infelizmente, até hoje não se obteve nenhum sinal, categórico, que pudesse medir o que seja desenvolvimento econômico. No entanto, o que se tem são medidas aproximadas que, através de combinações de índices, dêem uma idéia dos níveis econômicos dos diferentes povos.

Quais são esses índices? Um dos mais usados, o de maior aplicação mundial do desenvolvimento econômico é, como sabemos, a renda média nacional por país.

Por quê? É que esta renda média reflete a produtividade, e, em última análise, o desenvolvimento econômico se deve medir pela correlação entre a curva de produtividade e a de crescimento da população. Como visualizaram essa idéia de maneira objetiva? Através da renda média *per capita* de um país.

Lembro, no entanto, que, apesar de o Brasil ter, como disse, uma renda média *per capita* entre 100 e 200 dólares, é lamentavelmente um dos países de renda mais baixa do mundo. Apenas treze países têm renda menor do que o Brasil. Assim ele tem que se conceituar e se colocar dentro do quadro de desenvolvimento entre os países subdesenvolvidos. Embora não se meça o desenvolvimento econômico apenas pela renda média. (...)

O que necessitamos é disciplinar esse crescimento, sob pena de termos uma coisa pior do que um país subdesenvolvido, que é um país desequilibrado, em que o desenvolvimento econômico não é harmônico e longe de interessar: o bem-estar coletivo interessa apenas ao bem-estar e ao privilégio de um pequeno grupo, acarretando maior distância, um mais largo fosso entre o pequeno grupo de privilegiados e a grande massa da coletividade, dando em um desenvolvimento que está longe de ser um verdadeiro desenvolvimento social, porque a economia é apenas o instrumento que deve utilizar o Estado para propiciar o desenvolvimento social ao maior número de indivíduos.

Dizia eu que a renda média nada traduz: a média é apenas uma abstração de extremos. Muito mais expressivo que a renda média é o estudo da distribuição e da dispersão dessas rendas de acordo com a chamada Curva de Concentração de Lorenz, que traduz, na verdade, a distribuição das rendas e, portanto, é mais fiel à realidade não apenas econômica, mas é o retrato fiel da realidade social. É preciso, portanto, correlacionar, para medir o verdadeiro desenvolvimento, não apenas a renda média, mas a dispersão dessa renda. Vamos ver aí que essa dispersão é que traduz não mais a força, mas a felicidade da nação.

Um país é tanto mais forte quanto mais elevada a sua renda, mas é tanto mais feliz quanto melhor distribuída essa renda. É tanto mais próspero quanto mais acelere o crescimento dessa renda. (...)

Daí a premissa de que é necessário trabalharmos no Brasil para fazer sair a nossa economia desse estágio de subdesenvolvimento para o de desenvolvimento integral.

A política econômica brasileira, lamentavelmente, tem sido, até hoje, inteiramente errada; o seu erro substancial é o de esquecer essa premissa elementar. A administração brasileira, em toda a sua máquina estrutural, trabalha como se fôssemos um país rico, um país bem desenvolvido. (...) São técnicas trazidas de países bem desenvolvidos que, sem a necessária adaptação, arriscam a criar, no Brasil, um desenvolvimento que é desarmônico, que é monstruoso, produzindo muitas vezes mostrengos como são as cidades de São

Paulo e Rio de Janeiro, grandes metrópoles, sem o necessário equilíbrio do desenvolvimento no campo, criando, com esse desequilíbrio ecológico, uma grave tensão social e propiciando a agitação social que retarda o desenvolvimento econômico do país.

(...) À proporção que promovemos o desenvolvimento econômico, em lugar de aplicar os excedentes das rendas em investimentos produtivos que, realmente, promovam novo desenvolvimento econômico, o grosso desses lucros é desviado, em sua maior parte, para o consumo de luxo. (...)

E, enfrentando a situação, caracterizada, como já disse uma vez desta mesma tribuna da Câmara na comemoração do décimo aniversário da morte de Roosevelt, caracterizada, repito, pela *debacle* econômica, com cinco mil bancos que haviam aberto falência, com trinta mil firmas também falidas, com dez milhões de desempregados, [Roosevelt] promoveu medidas que restabeleceram a confiança pública abalada e transfundiu a sua coragem pessoal a toda uma coletividade assustada e desmoralizada pela crise.

Devemos, portanto, ter confiança no futuro presidente da República, que demonstrou ter idêntica coragem. (...) Desejei inserir o aspecto coragem cívica do presidente eleito como ingrediente necessário para resolver a crise. (...)

Desníveis de renda

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 24/3/1956, p. 1799-801.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, aproveito a discussão, que ora se inicia, de projeto acerca de isenção de tributos para importação de maquinaria para frigoríficos, problema ligado ao do abastecimento e da alimentação, para debater matéria que julgo da mais alta importância e da maior atualidade no momento crítico que vivemos no Brasil – a carestia de vida e a escassez de gêneros alimentícios de primeira necessidade. (...)

(...) Há uma repartição muito desigual, iníqua, imoral, da distribuição de renda, do bem-estar dos brasileiros. Há, portanto, o

problema da distribuição que, dentro de uma democracia, pode ser solucionado, creio, por vários meios pacíficos e perfeitamente condicionais, dentre os quais uma política tributária. Pois bem, essa política tem sido defendida por todos da Oposição, reiteradamente, sobretudo através do Projeto de Lucros Excessivos, que é também um meio antiinflacionário por excelência. Creio que nesse ponto V.Exa. também está de acordo conosco. (...)

O desnível nacional exterioriza-se nos dois sentidos: o desnível vertical, com uma insignificante minoria usufruindo de lucros excessivos e abusivos; uma outra minoria insignificante, de lucros razoáveis; e a grande massa nacional com uma renda apenas de subsistência de miséria. Digo de subsistência de miséria e não de subsistência necessária, porque há uma maneira de viver na miséria, viver morrendo e não viver vivendo. É claro que é necessário corrigir esse desnível tremendo.

É também urgente corrigir o desnível no sentido horizontal. Enquanto a riqueza se acumula em pequenas áreas, há grandes extensões territoriais como a Amazônia e o Nordeste, onde os índices de riqueza são mínimos, onde os recursos e investimentos são também irrisórios e onde fatalmente grassam a pobreza e a miséria generalizada.

É claro, repito, que é preciso corrigir isso. Mas é dentro desta orientação que julgo estar acertado o governo, na concentração de esforços em realizar um plano de desenvolvimento econômico que venha, através do aumento de produtividade e da melhor distribuição dos benefícios econômicos, a corrigir esses grandes desníveis nacionais. (...)

A própria propriedade fundiária, a estrutura agrária, semifeudal, não permite senão a exploração antieconômica, através, de um lado, do latifúndio improdutivo, e, de outro lado, do minifúndio pulverizante, ambos antieconômicos, dando como resultado que um país considerado agrícola, como o Brasil, não tenha alimentos suficientes para dar o mínimo necessário de alimentação às suas populações.

Aí está, talvez, o núcleo do grande desequilíbrio nacional. O desnível entre a cidade e o campo, entre a economia agrária, arcaica e

feudal, e a economia industrial de certas áreas, sem nenhuma dúvida, das mais adiantadas do mundo, dando até a ilusão de ser o Brasil um país altamente industrializado. Não me felicito com cego entusiasmo por este “desenvolvimento intempestivo” da indústria brasileira, porque ele ameaça o Brasil de passar do estágio atual de país subdesenvolvido – o que permite uma correção – ao de país desequilibrado, que é muito mais difícil de corrigir, porque, no subdesenvolvimento, pode-se corrigir no futuro a harmonia do conjunto; quando, porém, se trata de “desenvolvimento integral”, adulto, desequilibrado, é coisa grave, que leva à decadência irremediável. (...)

Dá a necessidade de nos concentrarmos, o Parlamento e o Governo que ora se instaura, em desenvolver equilibradamente este binômio indústria-agricultura, que é o aconselhável num país em fase de transformação econômica como a que passa o Brasil, a fim de permitir seu desenvolvimento harmônico, e não essa defasagem terrível entre a agricultura e a indústria. (...)

(...) Eu defendo a necessidade de darmos o mínimo a cada um, de acordo com o direito que têm todos os brasileiros de ter um mínimo necessário para sua subsistência. (...)

Não é possível num discurso abordar todos os problemas da inflação. Não é este meu objetivo. Meu objetivo, conforme afirmava, era estudar essa defasagem existente entre a agricultura e a indústria. (...)

Hoje estudarei apenas o fenômeno da carestia de vida no setor da alimentação. E por que a alimentação? Porque a carestia pesa mais intensamente sobre as classes mais desfavorecidas e quanto mais desfavorecidas as classes, quanto menor a renda familiar, maior a despesa com a parcela de alimentação. O gasto médio de uma família brasileira em alimentação é de 50%. Mas os que vivem com o salário mínimo despendem 70% para tal fim, como verifiquei num inquérito por mim realizado na cidade do Recife. Assim, os desprovidos da sorte sofrem mais intensamente a carestia de vida, através da alimentação. Numa paradoxal e dolorosa coincidência, é exatamente no campo dos gêneros alimentícios que mais tem incidido a inflação, visto que as maiores subidas de preços registradas no Bra-

sil são nos produtos de alimentação, produtos de base, essenciais, de vital importância para a boa nutrição das populações brasileiras.

(...) Este salário de 1920 a 1956, em lugar de subir, desceu, e corresponde hoje a 83% do que se ganhava em 1920. (...)

(...) É indispensável reajustar os salários – uma necessidade imperiosa. A nossa consciência deve também salientar que não adianta só reajustar esse salário mínimo; é necessário consolidar o valor desse salário através da valorização do salário real, o que só pode ser feito por uma política paralela contra a carestia.

Desenvolvimento econômico

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 5/12/1956, p. 12139-40.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – (...) O Sr. Juscelino Kubitschek, quando candidato à suprema magistratura do país, apresentou um plano de desenvolvimento econômico com metas definidas e estruturadas à base de estudos aprofundados (...).

(...) Vencido o clima de desassossego e hoje encontrando-se o país a caminho da paz e da tranquilidade, volta suas vistas e toda sua energia a fim de levar a efeito este plano que trará, certamente, os maiores benefícios para a coletividade brasileira. Deste plano de desenvolvimento econômico faz parte, essencialmente, a expansão e a nacionalização da indústria no Brasil (...). Daí o papel importante que têm a desempenhar, no próximo ano, as classes produtoras do setor industrial e a alta expressão do ato que se realizou ontem, da posse da nova Diretoria da Confederação Nacional das Indústrias (...).

Política para o açúcar e o álcool

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 13/12/1957, p. 10883-5.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – Sr. Presidente, cada vez mais me convenço de que a expansão da economia brasileira, de aparência bastante promissora, vai-se, entretanto, processando em perfeito e

completo desacordo com os princípios vigentes na esfera da economia mundial. (...)

(...) Infelizmente, o Instituto do Açúcar e do Alcool, a meu ver, está longe de seguir as diretrizes preconizadas pelo Sr. Presidente da República no campo da política açucareira. (...)

Ao trazer a esta Casa o debate deste assunto, não fui movido por nenhum sentimento de bairrismo ou regionalismo estreito. Só concebo o regional como uma expressão do nacional. Não me deixo levar por aquele sentido do que se chamou a “ação-lamento”, ou seja, a lamentação ressentida dos filhos do Nordeste pobre, em face dos passos largos dados pelo Sul no caminho da riqueza. Sempre fui contra a tirania das lamentações a que se entregam, às vezes, os meus conterrâneos do Nordeste, principalmente, nas fases difíceis em que a calamidade das secas açoita aquela região. Sempre me pronunciei contra qualquer política de protecionismo sentimentalista à região do Nordeste. Desta mesma tribuna tive a coragem de denunciar a manipulação feita das secas como motivação de exploração política demagógica, polpuda para alguns grupos mais sagazes. (...)

(...) É lamentável constatar que, infelizmente, a maior parte dos planos de economia nacional, se bem que concebidos com a maior dose de boa vontade, sofrem uma certa miopia que não lhe permite apreender o sentido da economia internacional, as suas diretrizes e a sua conjuntura vigente. (...)

Esses erros acumulados resultaram nesta grave conjuntura. Julguei, pois, oportuno fazer um apelo aos poderes públicos para que se estruture uma política açucareira que contingencie melhor o econômico e o social.

Por isso desejaria apresentar algumas sugestões de ordem prática, para evitar as conseqüências que advirão se persistirmos nesta política de braços cruzados diante da execução desordenada da produção de açúcar.

Não estou a defender os interesses dos usineiros de Pernambuco ou os de São Paulo, mas os interesses vitais das populações que vivem da economia do açúcar, que são das mais miseráveis do Brasil,

e que ficarão ainda mais miseráveis se se acentuar o desnível econômico diante desse dirigismo mal dirigido da economia do açúcar.

E a primeira das sugestões é a necessidade de uma revisão da elaboração dos planos de distribuição das cotas preconizadas pelo Instituto do Açúcar. Faz-se mister também um estudo imediato das possibilidades de colocação dos excedentes proporcionalmente aos interesses de cada área, vinculando a elaboração dos planos da safra aos interesses de cada zona produtora. Uma terceira medida necessária é a promoção de meios que permitam a colocação dos excedentes do açúcar, orçados em doze milhões de sacas, nos mercados socialistas, através do reforço dos convênios com alguns destes países e do restabelecimento das relações comerciais com outras nações. Urge também uma melhor utilização do álcool com a gasolina, de forma menos anárquica do que a atual. Enquanto o Nordeste está misturando, em certos estados, 3% de álcool à gasolina, sacrificando as suas máquinas, há estados do Sul onde não se procede a mistura. Esse anarquismo acarreta graves conseqüências, porque a verdade é que, se misturássemos 10% de álcool em todo o país, teríamos a possibilidade de absorver toda a produção de álcool e mesmo de duplicá-la.

Enfim, há necessidade de realizar estudos urgentes para aproveitamento do álcool como matéria-prima para fabricação de borracha sintética, como fazem vários países do mundo, o que permitiria a instalação de uma fábrica desse gênero no Nordeste do Brasil, e de se estimular e amparar a indústria de celulose de bagaço de cana e, finalmente, de se equipar adequadamente a agricultura da região do Nordeste, a fim de melhorar a sua produtividade agrícola, diminuindo o custo da subsistência naquela área, que é um dos fatores negativos da possibilidade de expansão de qualquer indústria, inclusive da indústria do açúcar. (...)

*A agricultura no orçamento nacional*²³

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 1º/11/1958, p. 6747-8.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – (...) No caso brasileiro, sou daqueles que julgam que, sem um desenvolvimento adequado da nossa agricultura – que permanece, até hoje, em moldes, feitios e figurino feudais –, sem uma reforma agrária, é impossível promover-se um verdadeiro e autêntico desenvolvimento econômico nacional, à base, apenas, de uma expansão industrial, à qual falta consistência substancial para permitir uma economia forte, capaz de promover a emancipação do país.

Quando analisamos o que se vem passando no Brasil, em matéria de desenvolvimento econômico, verificamos que, embora o nosso produto bruto venha subindo muito, embora tenhamos um desenvolvimento industrial sensível, nos últimos anos o ritmo de desenvolvimento industrial vem se atenuando, havendo uma verdadeira recessão nesse ritmo por algum fator ou conjunto de fatores que vêm determinando uma espécie de estrangulamento na expansão industrial do Brasil. Não se devem iludir os meus ilustres colegas. Um desses fatores é, sem dúvida alguma, o atraso da agricultura. A agricultura retardada vem agindo como fator de estrangulamento da expansão da própria indústria, através de mecanismos complexos, mas que podem ser analisados em suas incidências fundamentais:

Primeiro, a agricultura primária, a agricultura desarmada, tecnicamente desajustada de recursos, créditos e meios técnicos, tem uma produtividade exígua, a qual faz que as matérias-primas sejam produzidas em quantidades insuficientes e a alto custo, o que não permite sua industrialização em bases econômicas. Daí a impossibilidade de a indústria brasileira concorrer no mercado internacional.

Segundo, o mecanismo através do qual a agricultura atrasada se constitui em fator de estrangulamento, porque com essa agricultura não é possível obter-se o recurso de subsistência para alimentar

²³ Josué de Castro foi o relator da Parte Geral do Sub-anexo da Agricultura e faz pronunciamento a respeito. Refere-se, como relator da Comissão de Orçamento, à proposta do Sub-anexo ao Orçamento para ampliação dos recursos orçamentários do Ministério da Agricultura.

as populações trabalhadoras. As massas urbanas vivem com um salário mínimo, que é um salário de fome, porque com ele não é possível obter um poder aquisitivo para cobrir as necessidades de alimentos básicos protetores, cujo custo sobe cada dia mais através do mecanismo da inflação, no qual entra em grande parte o fator da produção insuficiente, principalmente, a produção agrícola; daí a expressão da inflação refletir-se especialmente no setor de gêneros alimentícios, que são necessários para cobrir o salário de subsistência. Através do atraso da agricultura não é possível implantar-se a indústria em extensas áreas do país, como é o caso da região do Norte e do Nordeste, porque não há alimentos para a massa operária a ser engajada na possível industrialização dessas áreas.

Há ainda um terceiro mecanismo econômico através do qual a agricultura atrasada se constitui em um fator de retardamento da expansão industrial e da expansão econômica em geral. É que a grande massa da população rural é um aglomerado marginalizado economicamente, sem poder aquisitivo, sem capacidade de consumo. E como não podemos concorrer com os nossos produtos industrializados no mercado mundial, só havia uma saída para a indústria brasileira: era a expansão do mercado interno. À base de quê? Da grande massa rural que, não tendo poder aquisitivo, nem podendo construir um mercado, tem a utopia, o sonho de industrializar o país, sem encontrar mercado para seus produtos.

Daí a importância da expansão agrícola ao lado da expansão industrial, se quisermos, realmente, promover um desenvolvimento técnico, industrial e agrícola favorável ao país, dando-lhe um verdadeiro desenvolvimento social que não seja uma distorção, um desequilíbrio de nossa economia, que vai passar de economia de subdesenvolvimento a economia desequilibrada.

Esta a razão, meu nobre colega, pela qual, embora seja favorável à expansão industrial, acho que não podemos descuidar das necessidades da agricultura. Daí prescrever, em meu relatório, que os poderes públicos têm o dever de comprimir as despesas nos setores improdu-

tivos a fim de carrear essa economia para os setores produtivos, tais como os setores da indústria e da agricultura. Daí a necessidade de promovermos, no campo, uma elevação do padrão de vida daqueles que lá trabalham, para que possam ajudar as áreas industriais a dar saída aos seus produtos, possibilitando que a expansão industrial do Brasil recupere o impulso inicial, possibilitando assim, o mais cedo possível, a emancipação da economia colonial de exportação de produtos primários e de matérias-primas a preços vis, que não permitirão, jamais, possamos equipar-nos tecnicamente e livrar-nos deste estágio de subdesenvolvimento e de pauperismo generalizado.

Economia do Nordeste

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 9/5/1959, p. 1948.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – O que o Nordeste tem sido é a parte colonial deste império, a parte colônia explorada pela metrópole, colocada na região Sul do país. A Operação Nordeste – a Codeno²⁴ – é expressão de uma nova política, de uma política que poderá mudar esse tipo de exploração colonial para um tipo de economia de solidariedade nacional, ou de nacionalismo construtivo, respeitando as singularidades e as potencialidades de cada uma das regiões geo-econômicas do Brasil.

Mas sabemos, Sr. Presidente, que a Operação Nordeste envolve vários aspectos complexos e tem várias dificuldades a vencer, de forma que não basta a iniciativa do governo: é preciso que a ação governamental seja respaldada por outras forças vivas da nação, principalmente pelas classes empresariais, pelas classes dirigentes, que detêm em mãos o controle das forças produtivas nacionais.

²⁴ A Codeno (Comissão de Desenvolvimento do Nordeste), assim como a Openo (Operação Nordeste), foi precursora da Sudene.

Caminhos e descaminhos da Sudene

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 16/5/1959, p. 2124.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – Sr. Presidente, o projeto em discussão, que institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, é daqueles que constitui, por sua própria essência, resolução da mais alta importância nacional.

A Operação Nordeste, se bem conduzida, isto é, se este projeto for aprovado de tal forma que permita ao governo levar a efeito uma campanha de valorização do Nordeste em bases racionais, e se esta campanha for conduzida em moldes tais que, evitando especulações político-partidárias, se possa realizar uma obra sólida, realmente de consolidação da economia daquela região, poderá propiciar ao Brasil uma oportunidade excelente para restabelecer uma distorção grave que ora vai ocorrendo no seu desenvolvimento econômico: a acentuação do desnível, da desigualdade no ritmo de expansão econômica entre o Nordeste e as regiões Centro e Sul do país.

A Operação Nordeste representa, portanto, a esperança de um corretivo a essa grave distorção de um planejamento concebido com a melhor das intenções de emancipar o Brasil de sua economia de tipo colonial, arrancando-a de seu subdesenvolvimento e do pauperismo generalizado que dele decorre, mas que não foi concebido com suficiente realismo, prefigurado dentro da realidade econômico-social do Brasil, respeitando as singularidades e diferenciações geoeconômicas de cada uma de suas regiões.

O plano de metas, ora em realização, peca, ao meu ver, por um setorialismo exagerado, tratando de desenvolver a parte já desenvolvida do Brasil, concentrando os escassos recursos, as disponibilidades e as poupanças raras que possuímos – porque somos um país subdesenvolvido e, portanto, subcapitalizado; concentrando esses escassos recursos, apenas, ou quase inteiramente, numa das regiões do Brasil, com esquecimento de outras, as mais subdesenvolvidas de um país subdesenvolvido, exatamente a Amazônia e o Nordeste. Este plano de metas foi concebido dentro da premissa de um teo-

rismo econômico, ou melhor, de um economismo puro, exageradamente ortodoxo, de que se deve promover o desenvolvimento num país subdesenvolvido à base do impulsionamento dos centros ou núcleos já com germes de expansão econômica, a fim de reforçar o seu ritmo de desenvolvimento e que, à base desse desenvolvimento concentrado nessa área, iríamos dar impulso à riqueza nacional que seria redistribuída e iria influenciar as zonas mais distantes e mais atrasadas do país.

Ora, sabemos perfeitamente que esta é uma premissa que não tem base na realidade social. Quando concentramos os recursos financeiros, as disponibilidades do país quase que só na região do Sul, estamos cada vez mais alargando o fosso que separa dessa região industrializada e relativamente próspera essa outra região de economia primária, vivendo quase exclusivamente à base da agricultura, que é a região do Nordeste.

O Sr. Osvaldo Lima Filho – V.Exa. salientou muito bem a posição de economia predominantemente agrária do Nordeste. É neste particular que no projeto ora em discussão, criando a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, chefiado pelo brilhante economista e conhecedor da região Sr. Celso Furtado, no próprio corpo do projeto, nas razões e em todos os dados divulgados em torno do mesmo, verifica-se que a questão agrícola foi menosprezada para se pôr a tônica do projeto na industrialização, o que me parece erro grave, porque, tendo o Nordeste 70% de sua população – e em alguns estados essa percentagem é maior – dedicada à agricultura, o desenvolvimento da região teria que partir inicialmente da melhoria das condições técnicas da agricultura, de nova técnica rural e, sobretudo, da reforma agrária que permitisse esse desenvolvimento. A industrialização que se cogita através da Sudene é ilusória, porque não encontrará condições de base na economia nordestina, nem de mercado, nem de equilíbrio social para permanecer. Poderá ainda ocorrer o que tem acontecido em outras indústrias da região: criadas, quando começam a oferecer frutos, a poupança resultante desse empreendimento industrial é transferida para o Sul do país. É o que

temos visto ocorrer com a iniciativa privada, no campo da industrialização do Norte, e é o que fatalmente sucederá com a indústria que surgir desse apoio oficial, se não for corrigida tal deficiência do projeto.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – Agradeço o aparte ilustrativo de V.Exa.

Devo dizer, meu nobre colega, que estou inteiramente de acordo com os seus receios de que o plano de desenvolvimento do Nordeste seja concebido com os mesmos erros de interpretação da realidade regional com que foi concebido o plano de desenvolvimento nacional em matéria de promoção da emancipação econômica do Brasil. (...) Realmente não se pode conceber um plano de desenvolvimento para o Nordeste também setorial, cuidando apenas da expansão da indústria e esquecendo o setor agrícola, que é um pré-requisito indispensável para constituir uma indústria que não seja onerosa, mas que seja realmente concebida em bases econômicas.

Quando estudamos o que vai se processando no Brasil em matéria de desenvolvimento, verificamos que, graças a esse impulso que veio depois da Segunda Guerra Mundial, através da qual o país começou a se industrializar, os índices de crescimento se mostraram compensadores e nos fazem otimistas.

Em verdade, porém, se verifica que esses índices de crescimento já começam a sofrer uma retração, evidenciando que alguma coisa existe no país que está entravando as forças de produção, fazendo com que esse impulso iniciado sofra como que uma contenção na sua expansão geral.

Assim, quando se consulta o aumento do crescimento do produto líquido, real, do Brasil nos últimos anos, verificamos que, em 1950, ele aumentou, em relação ao ano anterior, em 11,7%; em 1951, em 11,0%; em 1954, em 11,0%; mas já em 1955 se iniciou o recesso e o aumento do produto líquido brasileiro foi apenas de 2,9%. Em 1956, 4,7%; em 1957, 4,5%; e, no ano passado, embora aparentemente subisse a 4,9%, sabemos que esse pequenino acréscimo se deve ao aumento da produção do café, cujos estoques se encontram aí sem mercado, sem possibilidade de venda. Não se trata, portanto,

de aumento real, mas apenas fictício. Descontados os doze bilhões correspondentes a essa safra de café invendável, verificamos que o aumento real no último ano da expansão da economia brasileira foi apenas de 3,5% – o mais baixo do último decênio – à exceção de 1955. Isto evidencia o quê? Que alguma força está contendo o ritmo de expansão do país, apesar de todos os esforços do governo em querer desenvolver o Brasil, apesar do respaldo que o povo brasileiro está dando a esse impulso de expansão econômica, convencido de que o desenvolvimento econômico é a única solução para emancipar-nos política e economicamente, pagando de bom grado o alto, o enorme custo desse progresso traduzido nos índices de aumento do custo de vida, na carestia que pesa exatamente de maneira mais intensiva nas classes mais desprotegidas, aquelas cujo orçamento familiar tem sua maior parcela de despesa em bens de subsistência, ou seja, em alimentação, onde mais se tem exercido o aumento de preços, a inflação e a carestia da vida.

Assim, apesar da cooperação do governo e do povo na tarefa de acelerar o progresso do Brasil, verifica-se que, nos últimos anos, esse ritmo sofreu um certo decréscimo nos seus índices. Isto traduz o quê? Traduz a existência de forças de contenção. Ora, Sr. Presidente, dessas forças destaca-se, inegavelmente, o desnível econômico entre o setor agrícola e o industrial da economia brasileira. Esta ação de contenção ou de estrangulamento da economia se exerce através de vários mecanismos. Primeiro, porque essas regiões – como é o caso do Nordeste – têm um terço do total do efetivo demográfico do país, mas oferece índices econômicos verdadeiramente marginais. As fronteiras econômicas do Brasil estão longe de coincidir com as fronteiras geográficas. Elas são muito mais limitadas ou limitam muito mais o nosso território. O Nordeste está dentro das fronteiras geográficas, mas fora das fronteiras econômicas. É como se fosse um império dentro da sua própria casa. É que o Nordeste não tem sido outra coisa senão uma colônia que produz matéria-prima para enriquecimento de outras áreas do Brasil.

Essa situação do Nordeste, evidenciada pela marginalização econômica de um terço da população brasileira, é a causa essencial da falta de um mercado interno sólido e em expansão; e, sem esse mercado interno, a industrialização que ora se processa no Brasil começa a sofrer um impacto de não poder mais se expandir. Não tendo condições de concorrer no mercado internacional, e não encontrando um mercado interno elástico para absolver a sua expansão, ela é constrangida e limitada. É o que está fazendo com que alguns parques industriais do Brasil, como o de São Paulo, comecem a dispor de uma capacidade ociosa, a não produzir quanto poderiam produzir; comece a existir o desemprego, que é produto desse desequilíbrio, dessa falta de mercado interno para acompanhar a revolução industrial que se processou no Brasil.

A verdade é que essa revolução industrial foi concebida num desejo incontido de produção em massa, mas esquecendo-se de promover as medidas necessárias ao consumo em massa. E, como não há consumo, é inútil essa produção. Ela se torna absolutamente irrealística dentro de um plano harmônico e equilibrado de desenvolvimento.

Mas não é apenas pela questão do mercado interno que o Nordeste atrasado se constitui como fator de entrave à expansão do resto do Brasil. É, também, porque nas regiões agrícolas como o Nordeste, há escassez de matérias-primas, que têm alto custo pela baixa produtividade da agricultura regional. Essas matérias-primas escassas e caras não permitem a sua industrialização, a instalação de indústrias de transformação, porque elas são, já de origem, antieconômicas, em vista desse alto custo da matéria-prima a manipular.

Ainda um terceiro fator, através do qual a agricultura – o que vale dizer, o Nordeste abandonado – vai pesando duramente como fator de contenção da expansão da economia nacional, nesse mecanismo: a alta do custo dos produtos de subsistência. Nós sabemos que, cada vez mais, cresce o custo da subsistência no Brasil, e principalmente nesse Nordeste, onde sabemos ser ele hoje superior ao custo da subsistência no Sul. Daí a quase impossibilidade de se estabelecer, com a atual estrutura agrária no Nordeste, um grande parque in-

dustrial, porque as indústrias não agüentarão pagar um salário capaz de atender às necessidades básicas de vida do trabalhador nordestino. Cria-se no Nordeste este dilema: ou os industriais pagam um salário que dê para matar a fome do trabalhador, mas não se agüentam na concorrência com outras áreas do país e, muito menos, com as indústrias de outras regiões do mundo, ou pagam um salário que não dá para atender às necessidades dos trabalhadores, que se tornam doentes, desnutridos, incapazes, com uma produtividade quase nula, e também essa indústria não se agüenta por falta de produtividade.

O dilema é esse: o salário a ser estabelecido ou matará o operário de fome ou matará a indústria, não possibilitando sua expansão. Daí a necessidade de desenvolver, paralelamente à indústria, a agricultura, como acentuava, em inteligente aparte, meu nobre colega de bancada, o deputado Osvaldo Lima Filho.

Queria acentuar, com essas palavras, a importância dessa operação, encarada não apenas regionalmente, mas dentro do panorama da necessidade de desenvolvermos, de maneira equilibrada e harmônica, a economia do Brasil.

Sente-se, cada vez mais, que esse impulso de desenvolvimento, concebido, a meu ver, numa escala de gigantismo, de superdimensionamento, e pecando por este setorialismo, de cuidar apenas de uma região, esquecendo as outras, se transformará em breve num plano desequilibrado que não levará o Brasil àquela meta a que nós aspiramos, que é a sua expansão econômica real, para benefício de toda a coletividade brasileira.

O Nordeste atrasado ainda constitui fator grave de retardamento da expansão da economia porque as populações que se deslocam do campo por falta de horizonte de trabalho – é esse o fenômeno social mais grave do Nordeste, o fator central de seu pauperismo, desocupação, desemprego – essas populações deslocadas para os centros urbanos criam gravíssimos problemas de marginalismo econômico e social.

Recursos que deveriam ser investidos ou reinvestidos na expansão da economia são utilizados apenas para alimentar a miséria, sem resolver realmente os problemas dessa miséria.

É o que tem acontecido no Nordeste, com seus imprevidentes planos de assistência social aos flagelados da seca. Vimos agora mesmo, nesta última seca, ser derramada no Nordeste a quantia de doze bilhões de cruzeiros, que na verdade não trouxe benefício substancial à região ou ajuda ao seu impulso de desenvolvimento econômico, mas serviu apenas para enganar a fome daquela multidão de famintos e para aumentar a barriga dos intermediários, sabidos cavaleiros da indústria, da única que prospera no Nordeste – a indústria da seca.

Todos os problemas do Brasil, inclusive os problemas morais, têm suas raízes no problema econômico. É a falta de integração do homem brasileiro, do povo brasileiro, das grandes massas brasileiras, que são marginais de tudo, inclusive da ação política, que torna tão escassos os quadros de homens probos e capazes dentro dos partidos políticos brasileiros. A falta de base econômica que integre esses homens na realidade é que faz com que todos os partidos sejam escassos desses homens e pequem por abusar do poder toda vez que o alcançam.

Hoje, as massas brasileiras se vão integrando pouco a pouco, mas dentro de suas possibilidades econômicas, porque educação, saúde e moradia são bens de consumo que se compram com as suas disponibilidades econômicas, e num país onde 80% não têm capacidade de comprar nada, também não podem ter a vergonha, a moralidade que V.Exa. desejaria que tivessem, porque estão estas qualidades acima do seu poder aquisitivo. E o problema da previdência não é de moral, é de imprevidência, de imprevidência social.

Que se visa realmente com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste? A verdade é que o projeto nada traz explícito; não faz senão uma leve referência à existência de um plano diretor que é desconhecido desta Casa. Tudo que conhecemos são documentos preliminares, entre os quais se destaca um chamado

documento-base, no qual se concebe a região do Nordeste de forma racional e científica, encarada pela primeira vez como um sistema econômico a ser incluído, inserido dentro do sistema nacional. Na verdade, porém, esse documento de base peca por imperfeições, imprecisões e mesmo por interpretações que merecem reajustamentos. Cito dois aspectos que demonstram essas imprecisões.

O documento de base frisa que existe no Nordeste um excedente estrutural de população e que é preciso removê-lo para outras regiões.

Sr. Presidente, não concordo que possa existir excedente de população numa área cuja densidade média é de dezesseis pessoas por quilômetro quadrado de superfície, quando há países, como a Holanda e a Bélgica, com várias centenas de pessoas por quilômetro quadrado. Essa população é excedente estruturalmente, em relação à falta de horizonte de trabalho da região, mas não em relação às suas potencialidades geográficas.

Esse documento de base diz que a pobreza do Nordeste é uma resultante da sua pobreza física, do seu solo ingrato, do seu clima impróprio, da sua falta de riqueza natural. Também não concordo com isto. Se isto fosse verdade, nada haveria a fazer para corrigir esta pobreza. Por que criar um plano para desenvolver o impossível de desenvolver? A verdade é que a pobreza do Nordeste é muito mais produto de condições sociais, econômicas e culturais.

O Nordeste possui um solo fértil numa grande extensão. O de que precisa é água melhor distribuída, porque água existe numa abundância tremenda no São Francisco, que atravessa todo o Nordeste, e em outras paragens da região. O problema é muito mais econômico.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, partindo desta premissa, parece-me que a Operação Nordeste precisa ser reajustada à realidade econômico-social da região.

Outra causa da distorção é a concepção do plano dando-se uma prioridade excessiva à industrialização, sem se preocupar suficientemente com a agricultura, principalmente com a agricultura de subsistência.

Esse documento-base diz que as regiões irrigadas no Nordeste devem ser aproveitadas para a cultura das fibras, das chamadas xerófilas adaptadas às condições locais.

Ora, Srs. Deputados, numa região de fome, de fome aguda nos períodos de seca, na área do sertão, e de fome crônica e permanente e endêmica na zona da mata, da monocultura do açúcar, obter novas terras e não destinar as parcelas dessas terras à cultura de subsistência, que tem sido até hoje, no Nordeste e no resto do Brasil, uma cultura apenas axilar, ou intercalar, que se faz entre as filas de outras culturas, de cana-de-açúcar, ou de algodão, e no intervalo do tempo das colheitas, do trabalho desses produtos de exportação, é desconhecer que essa cultura puramente de exportação que se enraizou no Nordeste, que essa economia de tipo colonial e feudal constitui a base, a essência econômica da miséria e da fome do Nordeste brasileiro. É neste sentido que precisávamos corrigir essa distorção do projeto. Mas não é numa fugaz discussão, feita às pressas, com o Regimento atuando impiedosamente, que poderíamos, em sã consciência, com as nossas modestas possibilidades, analisar projeto de tal envergadura.

Por isso, desejo apenas dizer que do projeto em andamento procurei assenhorar-me dos detalhes. Colaborei, na Comissão de Orçamento, na preparação de um substitutivo que, a meu ver, atende um pouco melhor às imperiosas necessidades de um planejamento para essa região, que venha realmente a inserir a economia do Nordeste dentro do sistema da economia nacional. Porque a verdade é que, até hoje, existe um sistema da economia nacional de exportação do café e de industrialização incipiente e de um sistema da economia do Nordeste tão isolado do sistema nacional que poderíamos dizer que se o Brasil, geograficamente, é um continente, economicamente é um arquipélago de pequenas ilhotas isoladas, sem nenhuma comunicação econômica com outras regiões.

O pobre Nordeste vive, nesse insulamento, seu drama feudal, seu drama de arcaísmo. Outro ponto grave que apresenta o projeto ou documento que serviu de base a esse projeto é que não há nele

uma só palavra entre os fatores de contenção das forças reprodutivas do Nordeste, uma só referência à estrutura agrária dessa região, quando sabemos que este é o fator de base, a estrutura imprópria, inadequada, superada pela realidade social, estrutura herdada do feudalismo da colonização portuguesa que aqui se fez nos séculos XVI e XVII, numa época em que, infelizmente, Portugal ainda era feudal, apesar de o resto da Europa, dos Pirineus para lá, estar em plena Idade Moderna.

Foi sob o regime feudal de colonização que se estabeleceram as capitâncias hereditárias, que hoje lá estão no Nordeste, expressas nesta coisa impressionante, nos dados estatísticos do cadastro das propriedades, que evidencia o seguinte: existem no Nordeste mais de sessenta propriedades possuindo mais de cem mil hectares de terra. São verdadeiros estados dentro dos estados miseráveis do Nordeste.

Diante disto, Sr. Presidente, não poderia dispensar-me de comentar quão importante é este projeto para o Nordeste e para o Brasil. Por isso, direi que, entre as emendas que preconizei na Comissão de Orçamento, e tive a ventura de ver aprovada pelos meus colegas de comissão, está a emenda a um parágrafo que me parece excessivamente perigoso se aprovado tal qual se encontra no projeto enviado a esta Casa.

Eu me refiro ao art. 14 do projeto, que diz:

“Fica isenta de quaisquer impostos e taxas a importação de equipamentos destinados ao Nordeste, desde que, por sugestão da Sude-ne, sejam considerados prioritários em decreto do Poder Executivo”.

Srs. Parlamentares, eu sou nordestino, mas, antes de tudo, sou brasileiro. Creio que o Nordeste não deve servir de ponta de lança aos interesses antieconômicos, contra os autênticos interesses do Brasil. Se deixarmos aberta esta porta de entrar equipamentos para o Nordeste sob a simples aprovação da Sudene – que não sabemos como vai ser dirigida através dos tempos, é um renascimento da

Cexim –, vamos permitir que companhias estrangeiras de interesses antinacionais se implantem no Brasil, se transfiram do exterior com privilégios e vantagens dessa categoria, concorrendo com companhias já existentes no Brasil, no Brasil-Nação, no Brasil-Nordeste, no Brasil do Centro, no Brasil do Sul. É nosso intuito defender o país contra essa manobra que está sendo processada. Sabemos que várias companhias se estão instalando no Brasil sob o nome de indústrias nacionais, e que nada mais são do que representação de trustes internacionais. Na verdade, dizem-se nacionais porque aqui têm a sua sede, mas são antinacionais por seus interesses, por sua participação, por sua significação.

A emenda que preconizei, em parágrafo único, diz:

“A isenção a que se refere este artigo não poderá beneficiar o equipamento cuja produção no território nacional possa atender, de forma adequada, às necessidades da execução do projeto de desenvolvimento do Nordeste, de acordo com o parecer das autoridades competentes”.

Resguardamos, assim, os interesses da indústria nacional, mas não retardamos o desenvolvimento do Nordeste, porque, se a indústria nacional não puder dar atendimento, em tempo, às necessidades do Nordeste, fica a Sudene autorizada a importar esses produtos para promover, realmente, o desenvolvimento do Nordeste.

Desejo fazer um apelo aos meus colegas desta Casa para que, como não é possível analisarmos o projeto em andamento, fiquemos alertas ao acompanhar a execução da Operação Nordeste. Com essa e outras finalidades no sentido da defesa dessa região, não se contrapondo aos interesses de outras, acabo de dar evidência de que o nosso ponto de vista é, antes de tudo, o de uma concepção nacional dos interesses do desenvolvimento do país. Com essa finalidade foi criada a União Parlamentar Norte-Nordeste, da qual tenho a honra de ser o presidente, e criada, exatamente como dizem seus estatutos, para aglutinar, para desenvolver o espírito de

maior coesão parlamentar e reforçar a ação política regional, sendo seu objetivo de base trabalhar pela integração econômica nacional, evitando os exagerados desníveis econômicos que entravam o progresso nacional.

Custo de vida

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 17/6/1959, p. 3137.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – Sr. Presidente, a meu ver não há atualmente no Brasil problema que se sobreponha, em importância e gravidade, ao do aumento do custo de vida. Daí a relevância do projeto que hoje se discute e cuja votação procuro encaminhar: o projeto de prorrogação da Companhia de Fiscalização de Abastecimento e Preços (Cofap). (...)

Aproveito, no momento em que encaminho esse assunto, para fazer um apelo a S.Exa., que está tão patrioticamente preocupado em construir o magnífico edifício do desenvolvimento nacional: não se limite a olhar as janelas da frente desse edifício, as janelas que se abrem para o futuro, mas vá até a cozinha, que é a Cofap, onde se preparam os alimentos para saciar a fome do povo, porque nessa cozinha está o fogo, e perto do fogo está o perigo dos incêndios que poderão queimar as esperanças daqueles que confiam no futuro do Brasil. (...)

Estamos cheios das Cofaps apenas para denunciar e punir quitan-deiros. Precisamos de uma Cofap para punir as manobras do poder econômico, tanto externas quanto internas, dos gananciosos e das grandes potências e dos grandes trustes internacionais, de cujas pressões internas e externas resultam o exacerbado aumento do custo de vida, que vem pesando tão dolorosamente na marcha do progresso brasileiro. É isto que impõe a criação de um órgão que visualize o problema em todos os seus aspectos, não limitado apenas a um controle inoperante de preços, que, longe de resolver o assunto, cada vez mais o agrava.

São essas as sugestões que trago a esta Casa, para que se crie essa comissão especial através da qual possam, os parlamentares, lutar de maneira eficiente com o governo para evitar a criação de um clima de

agitação, produto dos maus conselhos que a fome traz, e evitar, desta forma, as manobras do imperialismo internacional que, diante da fome e da miséria, põe a faca no peito dos países subdesenvolvidos, exigindo, para o seu desenvolvimento, um preço mais alto do que o preço da própria fome e da própria miséria – o preço de sua soberania.

Sucessão presidencial, economia e reformas

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 22/5/1959, p. 2207-11.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – Sr. Presidente, o Brasil se empenha no momento, num gigantesco esforço coletivo, para emancipar sua economia dos efeitos entorpecentes da exploração de tipo colonial, das formas de exploração pré-capitalista, que, sob a inspiração de interesses alienígenas, nos mantiveram até hoje atolados no subdesenvolvimento econômico e no pauperismo generalizado que dele decorre.

Manipulada ao sabor do livre jogo das forças econômicas mundiais, a economia brasileira se deixou orientar, quase que passivamente, pelos ditames das grandes potências mundiais. E foi assim que nos limitamos, durante séculos, apenas a explorar as vocações naturais de nossa terra, cultivando produtos que pudessem encontrar, eventualmente, um mercado aparentemente favorável na conjuntura econômica do momento. Assim vivemos os ciclos do pau-brasil, do açúcar e do café. Ciclos econômicos mais destrutivos do que produtivos para o país, desde que, com esses produtos primários, exportávamos a própria fertilidade de nossa terra, sem que a rentabilidade dessa agricultura de exportação de toda a nossa riqueza potencial nos permitisse acumular capital, formar poupança suficiente que pudesse dinamizar o nosso progresso econômico. Foi a tomada de consciência dessa realidade econômico-social, produto da exploração dos monopólios internacionais, que fez germinar nossa vontade nacionalista de progresso, nosso desejo de um desenvolvimento econômico que viesse a emancipar o país da tutela

das grandes potências industrializadas, manipuladoras do mercado natural das matérias-primas.

O desenvolvimento econômico constitui hoje uma idéia-força dinamizando a vontade de nosso povo, desejoso de participar ativamente nesse processo de transformação de nossa economia e atento em controlar de perto os resultados desse esforço coletivo. (...)

Sabemos que, nas campanhas de sucessão, os interesses partidários aguçados ao extremo chegam, às vezes, a utilizar processos de campanha política que não são os de autenticidade, através da exploração de ressentimentos e de frustrações de toda ordem, perturbando a serenidade e criando um clima de agitação que não é o ideal para o Brasil continuar a promover o seu desenvolvimento econômico, que constitui um imperativo histórico da hora presente. Devemos, pois, preparar-nos para evitar os perigos daquilo que um sociólogo chama, com muito acerto, o envenenamento psíquico das massas através da propaganda ou da falsa propaganda feita através de símbolos ou de mitos. Dessa linguagem emocional, que constitui o estratagema preferido para confundir a opinião pública. A melhor maneira de se lutar contra esse envenenamento psíquico é neutralizar a violação psíquica por meio de uma imunização psíquica. É proporcionar ao povo, às massas brasileiras, um conhecimento exato da nossa realidade social. É fazermos algo objetivo. É darmos à nossa conduta política o primado do concreto. E quem diz concreto não quer dizer, significar, o imediato, mas o que corresponde à realidade dos fatos. Devemos, portanto, de início, arregimentarmo-nos com objetividade e realismo político para este embate que se aproxima, e que pode conturbar a nação e, principalmente, comprometer o processo de desenvolvimento nacional. (...)

O que são os partidos? São, em última análise, parte de um todo, que é a consciência política nacional. Cada partido deve ter, pois, uma ligação, um compromisso com uma parcela da opinião pública e traduzi-la em sua expressão política. Cada partido que admite a necessidade de que se promova o desenvolvimento econômico para a emancipação do Brasil deve consubstanciar esta aspiração dentro

de uma formulação doutrinária. E isto é tão necessário quanto nós sabemos que, se todos os partidos são favoráveis à idéia do desenvolvimento econômico, nem todos defendem o seu processamento com o mesmo vigor e até os limites de suas conseqüências. Há os partidos e os grupos que desejam o desenvolvimento econômico no seu *stricto sensu*, sem que ele venha a tocar, a alterar, no mais mínimo, a estrutura social vigente, na qual esses grupos ocupam uma posição de privilégios. Há outros partidos ou grupos que advogam a tese de que só poderá haver desenvolvimento econômico autêntico com uma paralela reforma de base das estruturas nacionais. Reforma que constitui mesmo um pré-requisito a esse desenvolvimento, desde que, por seu arcaísmo e superação, várias estruturas brasileiras estão se constituindo como um empecilho ou fator de estrangulamento social à eficácia das forças produtivas do país. O primeiro grupo se constitui no fundo pelos féis às tradições da era colonial, pois que nessa época histórica o desenvolvimento era totalmente desvinculado das aspirações políticas, sociais e culturais do povo. O tipo de desenvolvimento que prescrevem esses colonialistas, conscientes ou inconscientes, nada tem a ver com aquele que aspiramos e advogamos para o Brasil politicamente soberano. (...)

De maneira que, a nosso ver, o verdadeiro sentido de desenvolvimento é aquele que admite a necessidade de desenvolvermos o país em todos os setores de suas atividades, como um todo, e promover o que se chama a integração não só econômica do país, mas a sua integração social e política. E nós sabemos que esta integração política, pelo enriquecimento dos quadros políticos e pela maior participação do povo nos destinos do país, depende essencialmente da modificação das estruturas econômicas nacionais.

Sr. Presidente, é nesse sentido que venho à tribuna, a fim de reclamar um pouco de atenção dos nobres colegas, principalmente daqueles que comungam comigo na posição partidária que ocupo, para insistir na necessidade inadiável de que façamos uma espécie de autocrítica de nossa conduta política. Autocrítica que nos permita analisar, em toda a sua profundidade, a realidade econômica e

social do Brasil, na hora presente. Façamos uma análise do desenvolvimento econômico do país, para verificarmos até onde ele é autêntico e onde ele está falhando em dar atendimento às aspirações do povo brasileiro.

Esta análise, essa autocrítica, parece ser uma necessidade na hora presente, a fim de que possamos manter a confiança do povo, dizendo com objetividade e honestidade o que se está passando no Brasil, pois não é dissimulando, nem escamoteando, que iremos defender nem o governo nem a nossa posição política. É conversando com o povo, esclarecendo o povo das dificuldades enormes que representa a execução de um plano de desenvolvimento econômico, dos obstáculos que temos de enfrentar para promover essa escalada econômica. Só assim poderemos contar com o povo para respaldar nossa ação; sem essa cooperação e respaldo do povo brasileiro, nenhum plano de desenvolvimento é válido, por falta de sentido social. (...)

Não é possível continuarmos a fazer aquilo que dizia do mundo árabe o grande sociólogo Malek Bennabi; a fazermos “mitologia”, isto é, falarmos uma linguagem irrealista, sem correspondência com a realidade vigente, ou pelo menos com a consciência que o povo já tem dessa realidade. Embora não tenha o povo um conhecimento exato das causas que determinam a atual conjuntura nacional, ele tem uma consciência da realidade dessa conjuntura, através das repercussões sobre sua própria vida, de maneira que não mais se pode mistificar o povo, nem iludi-lo em suas convicções.

Temos, antes de tudo, que desmistificar, isto é, destruir os mitos de toda a natureza que perturbam a compreensão clara da realidade brasileira, para que, diante de uma realidade descrita em cores cruas, mas autênticas, nós nos arregimentemos, a fim de lutar para melhorar essa estrutura e clarificar essa realidade. (...)

Para ocupar essa liderança natural, bastaria que o Brasil tomasse internacionalmente a posição que lhe compete, confessando ser um país subdesenvolvido e advogando a causa das áreas subdesenvolvidas do mundo. Infelizmente, a política exterior do Brasil não tem sido até hoje esta, mas aquela de muitas vezes se aliar, paradoxal-

mente, às grandes potências que nos oprimem e aos outros países subdesenvolvidos, em lugar de defender as aspirações mais justas, que são as das nações subdesenvolvidas, num mundo dividido em duas áreas – ou dois grupos – o das potências ricas e poderosas e o dos povos pobres e miseráveis, mas nos quais há este impulso e esta consciência da necessidade de nos unirmos para nos defendermos da prepotência dos ricos e nos emanciparmos, encontrando o nosso lugar dentro de um novo tipo de política internacional, não mais de subalternismo de um país a outro, mas de igualdade de todos os povos, de verdadeira colaboração e cooperação internacionais. (...)

Os planos de desenvolvimento econômico postos em execução pelo atual governo, embora com o patriótico objetivo de promover em ritmo acelerado o desenvolvimento econômico do país, não têm propiciado, entretanto, os instrumentos adequados a esse nivelamento reequilibrante do conjunto econômico nacional.

Longe disso. Em certos aspectos, a política de industrialização intensiva concentrada na região Sul do país, onde já existia um sistema econômico integrado por uma economia de exportação à base do café e uma incipiente economia industrial, acentuou e agravou ainda mais os desníveis já existentes. O desnível regional entre as áreas do Sul e do Norte e Nordeste e o desnível setorial entre a indústria e a agricultura. Na realidade, o desnível entre regiões não é senão a projeção em área geográfica do desnível setorial entre a economia agrícola e a economia industrial. É este desnível setorial que merece neste nosso discurso o maior interesse, porque ele constitui, a nosso ver, a mais grave distorção na dinâmica de nosso desenvolvimento econômico e o principal fator de estrangulamento da industrialização do país, a qual constitui uma meta fundamental de desenvolvimento. Todo o processo de desenvolvimento dirigido num país subdesenvolvido cria automaticamente uma série de desequilíbrios que exige a todo o momento a ação de medidas corretivas. Daí a impossibilidade de se importarem modelos pré-fabricados de desenvolvimento para aplicar *in loco* como transposição válida de outros povos. Cada sistema econômico em expansão se orienta de maneira

original, e até certo ponto imprevisível, em face das possibilidades e das virtualidades das diferentes áreas geoeconômicas.

No caso brasileiro, a distorção mais acentuada tem sido o atraso da agricultura em relação ao progresso do setor industrial. (...)

Do latifúndio decorrem a ínfima percentagem de área cultivada no país – apenas 2% do território nacional –, as práticas agrícolas primitivas, de baixo rendimento e de alto grau de destruição da fertilidade dos solos, a ausência de técnicas agrônômicas e do esforço de capitalização indispensável ao progresso rural. Do latifúndio decorre, também, a existência das grandes massas dos sem-terra, dos que trabalham na terra alheia, como assalariados ou como servos explorados por esta engrenagem econômica de tipo feudal. Por sua vez, o minifúndio significa a exploração antieconômica da terra, a miséria crônica das culturas de subsistência, que não dão para matar a fome da família.

Todo o esforço de modernização e dinamização de nossa agricultura tropeça neste arcabouço arcaico da infra-estrutura agrária, verdadeira armadura contra o progresso econômico e social do país.

Através desta exposição sucinta da conjuntura econômico-social brasileira, chega-se à evidência de que é indispensável alterar substancialmente os métodos de produção agrícola, o que só é possível reformando as estruturas rurais vigentes. Apresenta-se deste modo a reforma agrária como uma necessidade histórica nesta hora de transformação social que atravessamos como um imperativo nacional.

Diante desta situação – para terminar – preconizo e faço um apelo a esta Casa para que nos unamos no sentido de nos batermos por essas reformas essenciais: pela reforma agrária, que é tão indispensável; pela reforma da Previdência Social, que é um fracasso em face da realidade vigente; por uma reforma bancária que mude o sistema do crédito no Brasil; por uma reforma eleitoral que venha dignificar mais a representação do povo no Parlamento e nos postos eletivos do governo.

Sem essas reformas, não executaremos verdadeiramente o desenvolvimento a que o povo aspira, porque os freios institucionais, ou seja, as estruturas superadas, agirão como obstáculos intransponíveis que anularão todos os esforços do governo e do povo para emancipar o Brasil. (...)

Política nacional de abastecimento

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 13/6/1959, p. 3022.

Projeto de Resolução nº 20, de 1959

Cria comissão especial para proceder à investigação e estudos necessários à elaboração de projetos de lei que consubstanciem uma política nacional de abastecimento.

(Do Sr. Josué de Castro)

A Câmara dos Deputados resolve:

Art.1º Fica criada nos termos do nº IV do art. 30, do Regimento Interno, uma comissão especial com a finalidade de realizar trabalhos e investigações acerca do problema nacional do abastecimento e dos preços dos produtos essenciais ao bem-estar da coletividade.
(...)

O assunto da fome

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 28/4/1961, p. 2815.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – Sr. Presidente, desejo fazer desta tribuna algumas breves considerações acerca de um problema que se vai tornando assunto das manchetes em toda a imprensa nacional, com surpresa minha, porque esse assunto foi até pouco tempo tabu, assunto sobre o qual não se falava, sobre o qual os falsos patriotas tinham corrido um véu que o ocultava à consciência nacional. Este assunto é o assunto da fome. (...)

O problema ainda mais se agravou com as últimas disposições da política cambial, consubstanciadas na Instrução nº 204²⁵, que provocou um impacto terrível nos preços dos principais produtos

²⁵ Disposições da Política Cambial consubstanciadas na Instrução nº 204, que provocou o aumento no valor dos produtos de subsistência em até 70%, como foram os casos da batata e do pão.

de subsistência, tanto que alguns desses produtos aumentaram em 65% e 70%, como é o caso da batata e do pão. É claro que a população já vivia nesse clima de miséria, de fome endêmica e crônica, mas essa fome se acentua e se agrava. Daí a fome constituir-se assunto principal das manchetes da imprensa brasileira.

Sr. Presidente, dada a responsabilidade que tenho, venho concluir este Congresso para que façamos os necessários estudos e aprovemos o mais rapidamente possível proposições da maior relevância em tramitação nesta Casa, a fim de que se estruture uma política alimentar brasileira realmente eficaz, capaz de evitar a fome.

Neste sentido, lembro que não é possível combater a fome apenas com paliativos para matar a fome de algumas crianças com um pouco de leite, senão com profundidade, com a reforma estrutural. Daí a necessidade de que esta Câmara venha a aprovar uma reforma agrária realmente consentânea com a nossa realidade, nem demagógica, nem inoperante, mas que atenda efetivamente à finalidade de arrebentar com o complexo do latifúndio, ao qual estão associadas a miséria, a improdutividade e a fome.

Que se aprove uma lei de salário móvel como o único meio de evitar o círculo vicioso da inflação permanente, pelo aumento dos salários e do custo de vida; um salário móvel que reajuste realmente o preço do trabalho à possibilidade de que o operário tenha de satisfazer às suas necessidades, entre as quais a fundamental é a de alimentar-se; uma lei antitruste que combata eficazmente o abuso do poder econômico, porque a fome no Brasil não é senão produto desse abuso, através do tipo desumano de exploração tipo colonial, que tem levado o país a sucessivos ciclos econômicos mais destrutivos do que produtivos, mais de interesses alienígenas do que de interesse nacional; uma lei de controle de remessa de lucros, porque através desta é que se vem dando vazão à maior parte da riqueza brasileira, que deveria ser investida na melhoria das condições de vida de nosso povo e na luta contra a fome, na defesa do Nordeste espoliado, agora mais agravada sua situação pela Instrução nº 204²⁶,

²⁶ Disposições da Política Cambial consubstanciadas na Instrução nº 204, que provocou o aumento no valor dos produtos de subsistência em até 70%, como foram os casos da batata e do pão.

que não lhe permitirá se equipar com o dólar de custo duplicado, quando o Sul já se equipou e o Nordeste continua esperando a sua hora, que nunca chega, agravando-se, portanto, a sua situação.

Conclamo os colegas para que me ajudem na aprovação de dois projetos que apresentei à Câmara: o de nº 11, acerca da desapropriação por interesse social, pedra angular de uma reforma agrária real e autêntica; e o de nº 442, de 1960, de reforma agrária, ou diversificação da agricultura nas zonas de monocultura, como é a zona açucareira, proposição que dorme nas gavetas desta Casa. (...)

As circunstâncias imperiosas do momento compelem nosso Congresso a tomar essas deliberações, sob pena de perdermos a confiança do povo e deixarmos que se desmorone o regime; porque a fome é má conselheira e a paciência do povo tem limites.

Plano de recuperação alimentar

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 20/3/1962, p. 850.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – (...) Sr. Presidente, venho hoje, desta tribuna, congratular-me com o povo brasileiro – e creio que a Casa toda estará comigo – pela iniciativa, que deve surgir em breves dias no Nordeste, da execução do Plano de Recuperação Alimentar dessa região, promovida pelo governo brasileiro, em colaboração com as Nações Unidas. Quando fui presidente da delegação brasileira na última conferência da FAO, propus àquele organismo internacional fosse o Nordeste admitido como área demonstrativa da Campanha Mundial contra a Fome. A proposta foi aceita e já chegaram ao Brasil os primeiros técnicos, dentre os quais se destacam o Sr. Herman Santa Cruz, diretor adjunto da FAO para os problemas da América Latina; e o Sr. Hugo Trivelli, superintendente da Comissão Interamericana de Desenvolvimento Agrícola. Esses elementos irão para o Nordeste, no correr desta semana, discutir com técnicos e dirigentes da Sudene como estruturar um plano realmente vital, capaz de arrancar a vasta região das garras da fome.

Neste momento, faço um apelo ao Governo brasileiro e a este Congresso para que dêem todo o apoio à realização desse Plano, que poderá erradicar a fome do Nordeste, quebrando o círculo de subdesenvolvimento, e evitar essa epopéia trágica das secas, que não são a causa primordial da miséria, nem do atraso nordestino, mas apenas o fator adjuvante: a causa essencial é o subdesenvolvimento econômico, o atraso da estrutura agrária, o retardamento total, a subcapitalização, enfim, fatores mais estruturais e econômicos do que naturais. Estou certo de que, com a ajuda das Nações Unidas, através da cooperação técnica e financeira dos seus organismos especializados, poderá o governo brasileiro recuperar o Nordeste, onde vive abandonado um terço da nossa população, até hoje, por incúria, na mais negra fome e mais triste miséria.

Pauperismo no Nordeste

Diário do Congresso Nacional, Seção I-Suplemento, de 25/5/1962, p. 10.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – (...) O Nordeste é hoje uma área explosiva. É explosiva porque lá se passa fome numa escala sem precedentes, porque as suas populações desta vez não encontram para os seus sofrimentos a justificativa de um fenômeno natural que acoberte e dissimule os erros que se acumularam e que são a verdadeira causa da fome e da miséria no Nordeste. Sempre que havia fome no Nordeste, dizia-se que era por causa da seca. Desta vez, a seca não chegou para cobrir e justificar a miséria reinante naquela região do país.

Há uma seca tênue, que não chega a alcançar 10% da região. O que há é o agravamento do pauperismo pela incúria governamental, pelo tipo de desenvolvimento econômico que teve lugar no Brasil, no qual o Nordeste não foi apenas esquecido, mas massacrado pelo tipo de política desenvolvimentista que, longe de ajudar, dificultou, por todos os modos, o desenvolvimento da região. Agravamento que se acentuou com a famigerada Instrução nº 204²⁷, que acabou por estancar definitivamente o seu desenvolvimento. (...)

²⁷ Disposições da Política Cambial consubstanciadas na Instrução nº 204, que provocou o aumento no valor dos produtos de subsistência em até 70%, como foram os casos da batata e do pão.

União Parlamentar Norte-Nordeste

Estatutos aprovados em Assembléia Geral
de 29-5-1959, no Palácio Tiradentes.

- 1) Os deputados das bancadas federais do Norte e do Nordeste abaixo assinados resolvem fundar um bloco parlamentar partidário, intitulado União Parlamentar Norte-Nordeste.
- 2) Compreendem-se na região Norte-Nordeste os Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pará e Amazonas; e Territórios do Acre, Rio Branco, Amapá e Rondônia.
- 3) Este bloco tem por finalidade desenvolver um espírito de maior coesão parlamentar e reforçar a ação política regional.
- 4) São seus principais objetivos:
 - a) trabalhar pela integração econômica e social do Norte e do Nordeste, dentro do sistema da economia nacional, evitando os exagerados desníveis econômicos que entravam o progresso;
 - b) tomar conhecimento de projetos de interesse regional, seja pelas vantagens que possam trazer, seja pelo impacto negativo que possam produzir sobre o desenvolvimento econômico-social das regiões do Norte e do Nordeste;
 - c) analisar a proposta orçamentária dentro do critério de uma política de desenvolvimento regional e não de uma política de clientela ou de interesses meramente locais. Para alcançar tal objetivo, a União Parlamentar Norte-Nordeste fará organizar por sua Comissão Diretora e submeter à sua Assembléia Geral um esquema de ação em torno de projetos selecionados dentro de um critério de prioridades que dêem o máximo de atendimento às regiões do Norte e do Nordeste;
 - d) defender a aprovação desses projetos, por todos os meios ao seu alcance, considerando-os integrantes de um programa mínimo de suas atividades;

- e) promover nas duas Casas do Congresso a criação de Comissões Especiais acerca dos problemas das regiões subdesenvolvidas do país;
 - f) propugnar para que sejam localizadas nas respectivas regiões, de acordo com as conveniências, as sedes dos órgãos administrativos com finalidades limitadas às áreas do Norte e do Nordeste;
 - g) acompanhar os programas de desenvolvimento do Norte e do Nordeste, de acordo com o critério de que a solução dos problemas regionais deve ser enquadrada no interesse nacional e a dos problemas estaduais no interesse regional;
 - h) lutar para que as agências federais, nas duas áreas, sejam administradas dentro de critério apartidário e fora das injunções políticas;
 - i) promover amplo debate de âmbito nacional sobre os problemas de desenvolvimento do país, de maneira que as Metas pretendidas se ajustem à problemática das nossas realidades, num sentido mais regional, sem prejuízo, no entanto, da propagação de novas frentes de produção, surgidas com os impulsos do mercado e com a iniciativa empresarial privada;
 - j) acompanhar os trabalhos da Sudene e da SPVEA, no sentido de estabelecer a necessária colaboração para que estes órgãos possam cumprir os programas de desenvolvimento desejados pela população das regiões a que servem;
 - k) procurar obter por todos os meios parlamentares para a consecução dos objetivos colimados;
 - l) lutar politicamente pela defesa das verbas destinadas aos programas de desenvolvimento das duas regiões e por sua aplicação racional.
- 5) A União Parlamentar Norte-Nordeste tem como órgão deliberativo a Assembléia Geral constituída por todos os deputados

federais que aderirem ao programa e contribuirão para a sua manutenção.

- 6) A União Parlamentar Norte-Nordeste será dirigida por um Conselho Diretor integrado por 1 Presidente, 3 Vice-Presidentes, 1 Secretário-Geral, 1 Primeiro-Secretário, 1 Segundo-Secretário, 2 Tesoureiros, 1 Líder e 4 Vice-Líderes, eleitos pela Assembléia Geral.
- 7) Fará também parte do corpo de direção um Conselho Consultivo integrado por um representante de cada um dos Estados e Territórios da Região Norte-Nordeste.
- 8) A União Parlamentar Norte-Nordeste criará uma assessoria técnica ou fará convênio com órgão idôneo que possa lhe prestar os indispensáveis serviços de assessoria.
- 9) O Conselho Diretor regulamentará a ação da União Parlamentar Norte-Nordeste de acordo com as diretrizes consubstanciadas neste documento.

Diretoria:

Presidente: Josué de Castro;

Vice-Presidentes: João Meneses – Hermógenes Príncipe –
Aluísio Alves;

Secretário-Geral: José Joffily;

1º Secretário: Medeiros Neto;

2º Secretário: Passos Porto;

Tesoureiros: Milton Brandão – José Guiomard;

Líder: Colombo de Souza;

Vice-líderes: Gabriel Hermes – Almino Affonso – Valdir Pires
– Fernando Santana.



1961 – Josué de Castro, na Assembléia Legislativa de João Pessoa (PB), realiza conferência sobre a situação econômica e social do Nordeste.



1959-1960 – Em João Pessoa (PB), com as galerias ocupadas por populares, a platéia escuta, atenta, conferência de Josué de Castro sobre a Operação Nordeste.



1962, 2 de dezembro – Encontro na Paraíba com o governador Pedro Gondim. Assunto: Plano Diretor da Sudene.



1957, Rio de Janeiro – Inauguração da Ascofam, sessão Brasil, sendo eleito para a presidência o deputado Osvaldo Aranha. Josué de Castro, então presidente da sessão mundial, dirige a cerimônia.

3 – A QUESTÃO AGRÁRIA

Alimentação e reforma agrária

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 26/6/1956, p. 4842-3.

Projeto nº 1.494, de 1956

Cria no Banco do Nordeste do Brasil S/A a Comissão Permanente de Reserva Alimentar de Emergência do Polígono das Secas, e dá outras providências.

(Do Sr. Josué de Castro)

(...)

Justificação

(...) O flagelo das secas, em suas conseqüências sociais, atinge a vida da nação muito além dos limites da área do chamado Polígono das Secas, onde ocorre o fenômeno climático natural, porque lança noutras regiões do país grandes massas humanas, violentamente expulsas de seu hábitat, tangidas pela fome para outras áreas, onde vão acarretar graves perturbações socioeconômicas no plano nacional. (...)

(...) A verdade é que, embora seja a seca um fenômeno de origem natural, podem seus efeitos ser abrangidos ou mesmo anulados através das conquistas bem coordenadas, dispondo hoje a humanidade, através da conquista da ciência e da técnica, dos meios de combate eficientes a este tipo de calamidade. Se a seca é um fenômeno natural, a fome que dela decorre é mais um fenômeno social que pode ser evitado através de uma política preventiva e assistencial bem concebida e bem executada. (...)

Infelizmente, o estabelecimento de uma política de recuperação efetiva do Nordeste tem que se basear numa total modificação da estrutura agrária regional, que é tremendamente defeituosa, tornando inoperantes quaisquer medidas de natureza mais superficial. Daí o relativo fracasso das iniciativas empreendidas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. (...)

Por certo que a solução desse problema do combate aos efeitos das secas não é tão simples como julgam certos improvisadores. A sua base repousa na realização de um plano integrado em obras e serviços dos setores agrícolas, pecuários e industriais e na criação de elementos de toda ordem que reforcem a resistência econômica do homem, fixando-o melhor ao meio. Daí a necessidade de toda uma série de leis preconizando uma política eficaz do uso da terra e da água na região nordestina. (...)

É este o objetivo do nosso projeto, que institui, no Banco do Nordeste, uma comissão permanente com o encargo de criar a Reserva Alimentar de Emergência do Polígono das Secas, visando enfrentar a carência de gêneros de alimentação básica nas épocas de crise aguda. O projeto oferece meios que, adequadamente postos em prática, ao lado de outras medidas paralelas de fomento da produção, poderão ser instrumento precioso para remediar a situação de fome nas secas violentas, e para indiretamente incentivar a produção e desencorajar os preços especulativos dos gêneros de alimentação, trazendo-os a níveis razoáveis.

Latifúndio, seca e fome

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 12/6/1956, p. 5426-28.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – Sr. Presidente, vive o Nordeste brasileiro, na hora presente, um dos seus trágicos dramas de época de calamidades: o trágico drama da fome, da miséria, que assola as populações sertanejas. (...) Não nego a existência da seca. Nego seja ela a causa do fenômeno, porque a seca é causa secundária, subsidiária, que veio agravar o estado de coisas provocado, determinado por outras causas que não a seca em si (...) Como nordestino, como homem da região das secas, como filho de homem do sertão e neto de retirante da seca de 1877, não nego a existência do fenômeno. É mister, também, não se explore a questão, dizendo que a culpa de tudo é a seca, quando há outros culpados e mais do que ela. Meu pensamento é esclarecer – e tenho a coragem de dizer que não

é a seca que determina a fome, mas outras causas determinantes que necessitam ser removidas – e aconselhar, sugerir um plano que anule essas causas, a fim de evitar a persistência do fenômeno de miséria e fome que assola grande área de extensão do território nacional. (...)

A meu ver, a fome que o Nordeste está atravessando, a miséria aguda que se exterioriza mais gritante, mais negra e mais trágica nesta época de calamidade, é mais fenômeno de ordem social do que natural. Mais do que a seca, o que acarreta esse estado de coisas é o pauperismo generalizado, a proletarização progressiva do sertanejo, sua produtividade mínima, insuficiente, que não lhe permite possuir nenhuma reserva para enfrentar as épocas difíceis, as épocas das vacas magras, porque já não há lá nunca épocas de vacas gordas. Mesmo quando chove, sua produtividade é miserável, sua renda é mínima, de maneira que ele está sujeito a viver na miséria relativa ou na miséria absoluta, segundo haja ou não inverno na região do sertão.

E que causas determinam esse estado social, esse estado de estagnação econômica e de proletarização progressiva no sertão? A meu ver, a causa essencial, central, contra a qual temos que lutar todos, é o regime inadequado da estrutura agrária da região, é o regime impróprio com grandes latifúndios, ao lado do minifundiarismo reinante no Nordeste do Brasil. Sendo esta uma região por excelência agrícola, desde que 75% das populações do Nordeste vivem de atividades rurais, 50% da renda ali são retirados da agricultura nesta região e ele só poderia sobreviver e desenvolver-se se a agricultura fosse compensadora, fosse produtiva. Infelizmente, não o é. E por que não o é? Porque o latifúndio é o irmão siamês do arcaísmo técnico. Nessas áreas latifundiárias se pratica uma agricultura primária, uma proto-agricultura, sem assistência técnica, sem a cubagem, sem seleção de sementes, sem a mecanização; pelos processos mais rudimentares, exaurindo a força do pobre sertanejo para produzir menos do que o suficiente para matar sua fome.

O latifúndio nessa região é representado pelo fato estatístico significativo de que de 1940 a 1950, de acordo com o recenseamento demográfico e agrícola, longe de diminuir o tamanho médio da propriedade agrícola, no Nordeste, esse tamanho aumentou e vem aumentando, de tal forma que, hoje no Nordeste, apenas 20% dos habitantes das regiões rurais possuem terra: 80% trabalham como arrendatários, como parceiros ou como colonos, porque a terra é monopolizada por pequeno grupo. Para mostrar a que extremo chega esse monopólio, basta referir o fato de que 50% da área total do Nordeste são açambarcados por 3% dos proprietários rurais. Por outro lado, encontramos mais de 50% das propriedades contendo mais de 500 hectares. Há propriedades, em grande quantidade, de 100.000 hectares. (...)

Ao lado disso, como dizia, há o minifúndio, pequenos retalhos de terra dos quais o trabalhador não consegue tirar para seu sustento, nem para o de sua família. E o que resulta desta estrutura agrária defeituosa? Resulta a subcapitalização da economia agrária da região. Por quê? Porque o grande proprietário não investe em sua terra, nem tem o interesse em fazê-lo. Possuindo terras em abundância, poderá obter, através da arrenda – pois o rendeiro lhe paga quantias exorbitantes – suficiente compensação. Daí deixar a terra dormir improdutiva.

Por outro lado, o rendeiro, o arrendatário, o parceiro, o colono não dispõem de capitais e, mesmo que dispusessem, não querariam investi-los numa terra que não lhes pertence, desde que os benefícios decorrentes voltariam, esgotado o contrato de arrendamento, aos grandes proprietários da terra.

A falta de capitalização nessas regiões é que determina sua proletarização, sua produtividade ínfima, seu pauperismo, sua miséria. Os grandes latifundiários que obtêm grandes rendas, em muitos casos, são absenteístas, lá não vivem. Retiram suas rendas e vêm investi-las, como capitais especulativos, em outros ramos, como a indústria imobiliária, em zonas que não as do Nordeste, que cada vez mais se depauperam, cada vez se aniquila neste ciclo vicioso de

miséria por falta de produtividade acarretada pela própria miséria orgânica, pela fome de suas populações.

Este quadro negro é condicionado pela defeituosa estrutura agrária do Nordeste, que se agravou ainda mais com a expansão econômica de outras regiões do país, em desproporção com a estagnação dessa região.

O desenvolvimento industrial do país vem sendo bem mais intensivo do que o desenvolvimento agrícola, tanto que no quinquênio de 54 a 59, enquanto a indústria aumentou em 185%, a agricultura aumentou apenas 41%. Evidentemente, com esta expansão industrial, com o aumento do custo de vida, com as conseqüências da inflação, ainda se tornou mais trágico o desnível econômico entre o Nordeste e outras regiões. Daí a impossibilidade de elevarem essas populações seu nível de vida. Daí seu baixo poder aquisitivo, que não lhes permite sequer adquirir os gêneros alimentícios que as impeçam de morrer de fome. (...)

Mais secas do que o Nordeste são inúmeras outras regiões do mundo, onde as populações sobrevivem *in loco*, porque, tendo meio de subsistência, economia desenvolvida, podem importar gêneros alimentícios de outras área do país. (...)

Conheço o sertão seco sem marca d'água, sem marca de vegetação. É que a angústia e a fome se propagam, criando o clima de atribuir à seca o que não é uma causa da seca. Mas apenas foi agravado pela seca. (...)

Não devemos fazer esforços nessa nota da seca, porque há alguma coisa pior que a seca. Esta é transitória, mas a miséria do Nordeste é permanente. Não bastam, portanto, medidas transitórias, de emergência, contra a suposta seca: são necessárias medidas de profundidade, medidas estruturais, que modifiquem realmente os alicerces da região nordestina. (...)

(...) Direi que o que se vê é a seca como a nota dominante desse drama, quando não é mais do que uma melodia a ressoar de tempos em tempos, sob a nota predominante, persistente e contínua do

pauperismo, da miséria, da exploração do homem, da escravização do homem à terra.

Precisamos libertar o homem da escravidão da terra. Acabamos no Brasil a escravidão do homem pelo homem, mas deixamo-lo, em regiões como o Nordeste, inteiramente escravizado ao regime da terra. Não nos deixemos iludir pela impressão coletiva de que a seca é tudo. (...)

Ora, Srs. Deputados, pode chover em abundância no Nordeste, mas a chuva apenas não resolverá o drama da miséria daquela região. Por isso faço, desta tribuna, apelo aos nobres colegas, primeiro aos das bancadas do Nordeste e do Norte – as áreas mais subdesenvolvidas deste país subdesenvolvido: unamo-nos no sentido de projetar um plano de ação que promova o desenvolvimento econômico e social dessas regiões, não no interesse exclusivo delas, mas no do Brasil inteiro. (...)

Os deputados que não trabalham pelo Nordeste são aqueles que, em lugar de fazer planos de desenvolvimento dessa região, fazem emendas eleitoristas para seus municípios, seja do Nordeste ou de outra qualquer zona do Brasil.

Abastecimento e acesso à terra

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 18/3/1959, p. 1085-6.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – (...) Na Mensagem do presidente da República, enviada ao Parlamento por ocasião da abertura dos trabalhos desta legislatura, lê-se um parágrafo, a meu ver, bastante significativo nesta hora de transição econômica que o país atravessa, sobre a necessidade de dar o Parlamento combate à grave crise de abastecimento e à carestia de vida que nos assolam. Deve o Congresso proceder no sentido de minorar por todos os meios esta situação, a fim de ampliar a produção agrícola nacional. Refiro-me à parte na qual o Sr. Presidente da República encarece, para a solução

de muitos problemas brasileiros, principalmente no setor agrícola, a necessidade de uma reforma estrutural.

Assim diz a Mensagem Presidencial:

“Cumpre, todavia, não esquecer que muitos dos problemas atuais da nossa agricultura são de caráter estrutural. Para solução de alguns deles, confia o governo em que o Congresso dê à nação uma lei agrária apta a proporcionar a melhoria do nível de vida das populações rurais – com a conseqüente ampliação do mercado interno – e a incrementar a produção de alimentos. O desenvolvimento do país está a pedir, simultaneamente com o progresso industrial e como contraparte dele, uma legislação que facilite, a maior número de brasileiros, o acesso à terra, confira ao uso desta sentido verdadeiramente social e estimule a renovação tecnológica dos procedimentos da produção agropecuária.”

(...) Neste sentido, Sr. Presidente, trago hoje a este Parlamento, como modesta contribuição, projeto de lei que visa dar início à reforma agrária do Brasil, tal como a concebo, não como expediente de simples desapropriação de terras e redistribuição delas por motivos emocionais ou sentimentais, mas como técnica racional de utilizar melhor a terra para sua maior produtividade e para benefício da maioria que nela trabalha.

O projeto foi elaborado por uma equipe de estudiosos, especialistas dos problemas agrícolas, dos problemas de alimentação, que colaboraram conosco há algum tempo em trabalhos de índole universitária. Trouxeram sua contribuição patriótica para sua elaboração e, por isso, desejo que figurem seus nomes nos anais da Câmara, como demonstração de reconhecimento pela sua contribuição preciosa. São eles: Pompeu Acioly Borges, Eliseu Álvares Pujol, Pedro Borges, Nelson Coutinho, Ignácio Mourão Rangel, Hélio de Almeida Brum, Souza Barros, Álvaro da Silva Cunha e Waldecir Lopes.

O projeto que conjuntamente elaboramos visa propiciar ao governo instrumento legal com que possa promover a desapropriação

por interesse social, medida indispensável a uma reforma agrária de base econômica e no interesse da coletividade. (...)

Desapropriação por interesse social

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 20/3/1959, p. 1137-8.

Projeto nº 11, de 1959

Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre a sua aplicação.

(Do Sr. Josué de Castro)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A desapropriação por interesse social será decretada para promover a justa distribuição da propriedade ou condicionar o seu uso ao bem-estar social, na forma do art. 147 da Constituição Federal. (...)

Justificação

Há em nossa Carta Magna dois preceitos que aparentemente são inconciliáveis: o art. 147 e o art. 14, inciso 16 (...)

(...) Pagar em títulos do Estado ou em prestações o preço da desapropriação dos grandes latifúndios inexplorados. Foram rejeitadas sumariamente todas as emendas que a isso visavam, com o propósito visível de antepor-se uma barreira constitucional a qualquer veleidade de reforma agrária no país, que exige como é óbvia a disponibilidade de extensos tratos de terra a baixo custo, a fim de colonizá-los. No ânimo dos que assim procediam associava-se à idéia de justa indenização a de valor real e atual do imóvel, como, aliás, o vinha e continua decidindo a jurisprudência. (...)

(...) no caso particular da desapropriação por interesse social, a justa indenização de que cogita a Carta Magna poderia ser conceituada como o custo histórico, acrescido do valor das benfeitorias e dos impostos pagos. Procurava-se, dessa maneira, dar, a título de indenização ao proprietário de terras inexploradas, adquiridas com fins especulativos, ou de excepcional interesse para

o bem público, um tratamento a que faz jus o indivíduo que, possuidor de um capital, o deposita em banco e ali deixa inativo, recebendo, quando o retira, o principal, acrescidos dos juros legais. Tanto um como o outro se veriam prejudicados caso a inflação no período em que o imóvel ou capital permaneceu improdutivo houvesse corroído o poder aquisitivo do dinheiro, da mesma sorte que seriam beneficiados se o oposto se verificasse, isto é, se tivesse havido uma elevação do nível geral de preços. Somente assim poderiam falar – como se tem falado com tanta ênfase – de confisco parcial da propriedade. (Convém aqui lembrar que a abolição da escravatura representou um confisco total da propriedade – o escravo comprado pelo fazendeiro e do qual era senhor absoluto. Se crime havia na escravidão, tão importante do ponto de vista econômico e social, também se nos afigura a posse, com fins lucrativos, de imensos latifúndios inexplorados e a retenção de áreas que poderiam servir, se cultivadas, para melhorar o abastecimento das populações ou elevar sua renda agrícola).

(...) Acolhendo a sugestão da Comissão Nacional de Políticas Agrárias, o presidente Getúlio Vargas encarregou de estudar o assunto uma comissão de eminentes juristas composta dos Srs. Carlos Medeiros da Silva, Seabra Fagundes e Theodoro Arthou. Resultou deste estudo o projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional no qual está consagrado o princípio de que, no caso de desapropriação por interesse social, cabe o pagamento da indenização à base do custo histórico, acrescido dos juros legais e impostos pagos. (...)

Parece-nos isto de uma lógica cristalina, mas assim não entendeu a Câmara dos Deputados, na sua legislatura anterior, que, após longos debates, inquiriu de inconstitucional a indenização pelo custo histórico, apresentando um substitutivo, o atual Projeto de Lei nº 296, em que prevalece que a forma de indenização é a mesma prevalecente para a desapropriação por utilidade pública, isto é, baseada no valor venal do imóvel e que mereceu parecer favorável da Comissão de Justiça do Senado.

Embora sem concordar com essa interpretação restritiva do texto constitucional, com essa mentalidade privativa que prevaleceu na redação do projeto em foco, tentaremos uma outra solução que permita abrir as portas para a reforma agrária de que tanto carece o país. Tudo se resume em examinar mais a fundo a expressão “justa indenização”.

Não há dúvida de que os nossos Tribunais, em casos de desapropriações por utilidade ou necessidade pública, a interpretam fazendo-a corresponder ao valor real e atual do bem desapropriado, mas nada impede que uma lei especial venha regular o conceito de forma diversa, sem ferir a Constituição nem atentar contra o senso comum. A Constituição – convém frisar – não fala em “valor venal” e sim em “justa indenização”. Partindo daí, postulamos que, nos casos especialíssimos de desapropriação por interesse social, em que se visa ao bem comum, será perfeitamente justo, moralmente defensável e tecnicamente inobjetable, admitir como base de indenização o valor atribuído à propriedade para fins fiscais. (...)

A consagração do valor tributado como base para a indenização nos casos de desapropriação por interesse social teria, ademais, um efeito altamente benéfico para as finanças estaduais, visto que os proprietários, porventura temerosos de se verem atingidos pela desapropriação por interesse social, tratariam de atualizar o valor tributado de suas propriedades.

Agricultura de subsistência

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 11/6/1959, p. 2922.

Projeto nº 442, de 1959

Dispõe sobre a utilização de terras nas áreas de monocultura intensiva e de extrativismo industrial para culturas básicas de produtos alimentares.

(Do Sr. Josué de Castro)

(...)

Art. 3º O Poder Público promoverá a desapropriação por interesse social, com perda total ou utilização temporária da propriedade, nas áreas de monocultureiras ou em terras adjacentes à área cultivada pelas usinas de açúcar, fazendas de cacau e outras explorações de caráter acentuadamente monocultor, para nelas permitir o estabelecimento de lavouras de subsistência. (...)

Justificação

As investigações levadas a efeito em torno dos problemas de saúde nas áreas subdesenvolvidas vêm demonstrando que, entre os fatores do meio ambiente capazes de influenciar de maneira decisiva a saúde do indivíduo e da coletividade, o mais importante é, sem dúvida, o da alimentação. (...)

O projeto que temos a honra de encaminhar ao Parlamento Nacional visa armar o Serviço Social Rural (SSR) de um instrumento adequado à realização de uma política de produção e de melhoria alimentar através de uma utilização mais racional das terras situadas nas áreas de monocultura intensiva ou circunvizinhas.

Desta forma ter-se-á uma produção mais equilibrada pelas diferentes áreas do país combatendo as carências e deficiências mais graves da alimentação reinantes no território nacional.

Agricultura e seca

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 16/11/1960, p. 8354-5.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – Sr. Presidente, na hora em que se discute o problema orçamentário de uma das seções da maior importância para o futuro do nosso país, como a do transporte, que constitui, sem dúvida alguma, até hoje, um dos pontos de estrangulamento mais graves da expansão de nossa economia, eu me permito, se V.Exa. estiver de acordo, em conceder-me a oportunidade, dizer algumas cousas sobre aspectos desse problema na região que represento nesta Casa, que é o Nordeste do Brasil. (...)

(...) Em face das crises sucessivas no Nordeste, em face da última crise que houve lá, com a inundação da região de Orós, etc., o presi-

dente da República tomou a iniciativa e a medida de complementar em mais setenta mil toneladas a quota normal de trigo que recebe o Nordeste, a fim de melhorar o abastecimento da região, que vem sofrendo essa penúria, a qual repercute em dois sentidos. (...)

(...) A falta de trigo condiciona a falta do farelo, da carne, do leite, enfim, da boa alimentação. O governo de Juscelino Kubitschek tomou a iniciativa de reforçar essa quota e despachou de forma a que ela fosse distribuída de acordo com os princípios legais e regimentais que regulamentam o assunto, isto é, de acordo com o consumo de cada uma das capitais e a capacidade de cada moinho que devia recebê-la. Infelizmente, por motivo que ignoro – e é isto que precisa ser lembrado à Casa, e este é o apelo que faço ao governo da República – esta distribuição foi feita de maneira arbitrária, e o Estado de Pernambuco não receberá, se não houver providência adequada, um só grama dessas setenta mil toneladas adicionais distribuídas para outros estados. Pernambuco está a necessitar de uma parcela, porque dispõe de grande rebanho, as condições de alimentação ali são precárias e o consumo habitual é mais alto do que o de outros estados do Nordeste. Este é o apelo que faço ao governo da República para o primeiro caso, relativo ao trigo.

O segundo caso refere-se à cebola.

O cultivo da cebola, que se vem fazendo de maneira racional, constituindo sucesso de produção, alcançando uma produção maciça, que tem ajudado muito o abastecimento no Nordeste, torna-se improdutivo no sentido do bem-estar econômico dessa coletividade, porque a cebola, infelizmente, sendo um produto que se estraga com rapidez, e a safra se processando num curto espaço de tempo, aquele volume de produção não encontra vazão, primeiro porque não há transporte, e segundo porque não há um mercado regional para absorver a produção. (...)

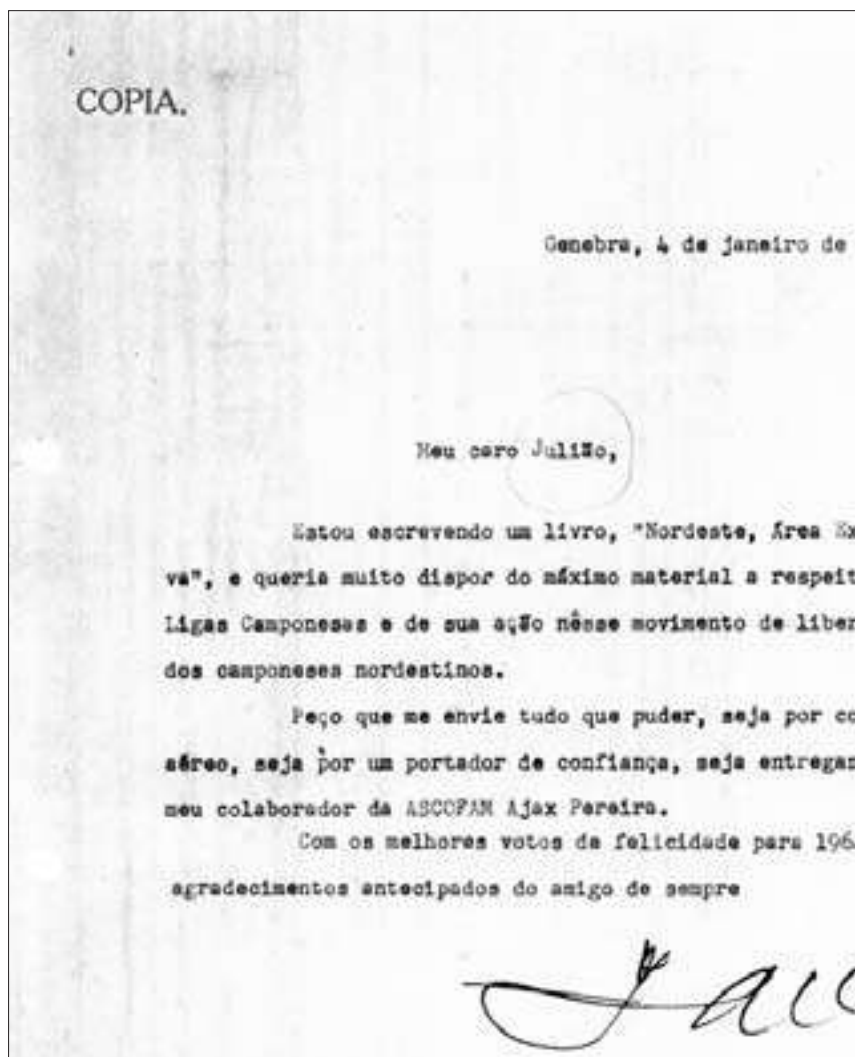
O que aconteceu com a cebola em várias ocasiões, e não é a primeira vez que venho à tribuna, não desta Casa, mas do Palácio Tiradentes, para defender esse produto, é que se deixa plantar sem nenhuma idéia do mercado, e, na hora do excesso de produção, aí está

o desequilíbrio à vista, quase impossível de ser remediado, porque a fome e o excesso são ambos problemas economicamente graves. Tanto a falta como o excesso podem provocar a crise. (...)

Antes de terminar, apelo para o governo da República, ao qual cabe parte da responsabilidade pela situação grave que vive hoje o Nordeste no seu setor de economia da cebola, às margens do rio São Francisco, no sentido de evitar, através de providências urgentes e imediatas, o apodrecimento dessa produção. Lá existem cerca de mil toneladas de cebola, que precisam ser retiradas imediatamente. Os produtores da região pedem ao governo que, por intermédio dessa Cofap, que importou cebola do exterior, importe a cebola do Nordeste por preço que, ao menos, compense as despesas e o custo da produção, a fim de não desestimular a população que se fixa à terra e constitui possibilidade de soerguimento da economia. Ela quer ser amparada nos seus direitos de receber o justo preço do seu trabalho. (...)



1958 – Mobilização dos camponeses no Engenho Galiléia, em Pernambuco, na Zona da Mata Canavieira, para reivindicar a desapropriação das terras por interesse social.



1964, 4 de janeiro – Carta de Josué de Castro ao amigo Francisco Julião pedindo colaboração para o novo livro, que se intitularia: *Sete palmos de terra e um caixão*.



1958 – Clodomir Moraes, deputado estadual de Pernambuco, militante do PCB, anuncia a chegada de Josué de Castro ao Engenho Galiléia.



1958 – Josué de Castro discursa ao lado de Francisco Julião, defendendo a desapropriação das terras do Engenho Galiléia por interesse social. A reivindicação dos camponeses seria vitoriosa em 1959.

4 – CULTURA, CIÊNCIA E EDUCAÇÃO

Homenagem a Alexander Fleming

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 22/3/1955, p. 1350-1.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – De fato, como na era de Pasteur, graças aos estudos de eminente sábio francês, veio a lume a descoberta dos micróbios, e, então, novos rumos foram traçados à ciência médica; também hoje, graças às pesquisas de Fleming, graças à descoberta dos antibióticos, a Medicina Pública, a Higiene e a própria Terapêutica tomaram rumos bem diferentes que as categorizaram como um novo tipo de Medicina – a Medicina pós-Fleming.

E não se poderia dizer mais do homem que ele marca com a sua obra, de maneira categórica, a evolução de uma ciência de tão sublimes ideais, de tão altos benefícios para a humanidade, como é a ciência médica. E essa é a glória de Fleming.

Entretanto, não basta dizer que Fleming foi um grande cientista, foi um grande investigador, foi um grande descobridor, foi um revolucionário da ciência, porque mais do que isso ele foi um grande homem interessado em que as descobertas e os progressos que ele pôde obter no campo da bacteriologia não se limitassem à simples investigação pelo prazer de descobrir, não se limitassem à ciência do saber pelo saber, mas à ciência do saber para servir, e que estas aquisições fossem levadas ao campo social e aplicadas em benefício da humanidade. E por isto é tão alto dar-lhe tal glória, tal nimbo, idêntica à que ele merece por ter sido um investigador invulgar.

Numa época como a nossa, de deturpação de valores, de confusão geral, de grave crise social, de desvalorização moral, de deturpação dos sentidos, valores e estilos que caracterizavam a nossa chamada civilização ocidental, é preciso pôr em relevo essa atitude de um homem que põe acima de tudo o interesse coletivo, o interesse da humanidade.

(...) Há uma intolerância da ciência, como há intolerância da religião, da moral e da política, porque a intolerância é, infelizmente, uma das qualidades negativas da própria condição humana. (...)

Temos diante de nós dois caminhos: o caminho da bomba e o caminho do pão. Simbolizo o caminho da bomba como o caminho da guerra e da destruição, da ciência mal usada e desvirtuada. E como caminho do pão o da salvação da humanidade, o caminho da paz, do entendimento, da compreensão, da saúde para todos – caminho que vem de ser alargado pela obra do grande Fleming.

Universidade Internacional de Estudos Sociais

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 24/3/1955, p. 1441.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – Sr. Presidente, desejo falar sobre o Projeto nº 4172-A, de 1954, em curso nesta Casa, que trata da abertura de crédito especial de Cr\$ 14.000.000,00 para atender às despesas com a contribuição do Brasil às atividades da Universidade Internacional de Estudos Sociais. (...)

Quero falar sobre o assunto para me pronunciar contra o projeto. As razões que me movem a me manifestar contra o projeto são razões de princípios. No momento grave que atravessa o Brasil, de crise social caracterizada, cujas bases assentam nas dificuldades econômicas agravadas por uma série de erros acumulados que conduziram o país a essa situação crítica, nesta emergência, não é possível que o Congresso fique indiferente e aprove verbas que não sejam aquelas necessárias para o [*illegível*] mínimo que mantenha a vitalidade do nosso país. (...)

Tenho a impressão, Sr. Presidente, de que na conjuntura atual seria absurdo, seria mesmo um atentado para a economia popular, aprovar a avultada verba de Cr\$ 14.000.000,00 para uma instituição, mesmo que seja de cultura e de ensino. (...)

Ora, Srs. Deputados, os Estados Unidos e a Inglaterra não têm dinheiro para dar a um fundo internacional de luta contra a fome, mas o Brasil, país de fome, pretende ter dinheiro para entregar a uma instituição internacional de altos estudos, estabelecida nos Estados Unidos.

É contra este contra-senso econômico que venho solicitar, desta tribuna, a atenção do Congresso. Não se trata do projeto em si – nem desejo entrar no mérito da instituição que se quer proteger; trata-se de um princípio essencial, qual seja o de legislarmos para criar no Brasil, em matéria de educação, em matéria de saúde, em matéria de alimentação, uma política social que permita ao povo brasileiro obter o mínimo de conforto necessário, para que ele alcance um nível de produtividade capaz de tirá-lo do atoleiro econômico em que está metido por essa política que não é da previdência social, mas da imprevidência social. (...)

Prêmio Internacional da Paz

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 21/5/1955, p. 2586-9.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – Sr. Presidente, não tencionava subir à tribuna desta Casa para fazer o menor comentário acerca do fato de ter-me sido concedido o Prêmio Internacional da Paz, assunto que foi objeto de um longo debate nesta Casa. Desejava ficar em paz e em paz aguardar que a Câmara tomasse uma deliberação final sobre o assunto, trazido ao recinto da Casa sem o meu prévio consentimento, aquiescência ou interferência, mas preciso ausentar-me do país dentro de poucos dias para cumprir com uma obrigação inadiável, obrigação que me é imposta por minha condição de presidente da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), cargo para o qual fui eleito em 1951 e, depois de dois anos de mandato, reeleito²⁸ pela unanimidade de votos, por setenta países membros desta organização internacional. (...)

²⁸ Josué de Castro permaneceu na presidência executiva da FAO até 1957.

(...) Tudo o que fiz, na qualidade de homem de estudo – de homem de ciência e escritor – foi procurar rumos para encontrar a verdade, e as verdades relativas que pude encontrar procurei transmitir-las com a clareza possível e sem nenhum sacrifício da própria verdade, por conveniência ou interesses de qualquer natureza. E, como tal, nada mais fiz do que cumprir meu dever, o mais elementar dos deveres que deve ter um intelectual, o de ser sincero consigo mesmo e para com a verdade, trabalhando sempre em respeito à verdade. Se cumpro o dever, não mereço homenagem. Mereço – isto sim – apenas o respeito dos concidadãos.

(...) Desejo declarar que sempre trabalhei e continuarei a trabalhar pela paz. Não conheço missão mais digna, mais necessária, mais dignificante da condição humana e da condição por excelência do intelectual do que trabalhar pela compreensão entre os homens, propondo-se dentro de suas limitadas possibilidades a ser sempre um instrumento de ligação, de interpretação, de confiança e de compreensão, numa hora grave como a hora atual do mundo, hora de tremendas tensões sociais que ameaçam afundar o mundo numa conflagração irremediável. (...)

(...) Creio que um dos deveres essenciais dos verdadeiros intelectuais é o de arrasar com os tabus. Os tabus, as interdições tabus são fenômenos primários, fenômenos das estruturas, das culturas primitivas, das culturas pré-científicas, onde se acredita no misterioso, no incompreensível, na força demoníaca do mal, e em outras forças ocultas que envenenam e contaminam as coisas, tornando-as intocáveis: criando os tabus. Enfrentar os tabus para esclarecer, para esvaziá-los do seu sentido tabu e para torná-los uma coisa simples e pura, uma coisa tocável, uma coisa não contaminada, uma coisa compreensível, uma coisa explicável. É nesse sentido que eu desejo dizer que trabalharei com convicção para vencer o tabu da paz, como consegui vencer – e me orgulho disso – o tabu da fome. A verdade é que, quando, há vinte e cinco anos, iniciei meus estudos no Brasil sobre a fome, revelando as condições de miséria em que viviam as populações do país naquela época, o fenômeno da fome

era um fenômeno tabu, não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Ninguém falava em fome, porque fazia mal tocar nesse assunto: era um assunto escabroso, um assunto perigoso, um assunto intocável, um assunto tabu. (...)

(...) Não me contamina com os tabus. Venci o tabu da fome. Tive coragem de pôr, como título de meu livro, *Geopolítica da fome*, sabendo que “geopolítica” é uma palavra nazista, forjada pelos nazistas, divulgada pela escola de Karl Haushofer para justificar a expansão do Terceiro *Reich* no mundo. (...)

(...) Não se contaminam os homens que têm dignidade, convicção e consciência. (...)

(...) Não me contaminei por nenhuma ideologia, porque não tenho outra que não seja a de minha terra – meu nacionalismo e meu patriotismo de brasileiro, meu universalismo humanista de homem de estudo. (...)

(...) É o medo do comunismo que maiores vitórias tem dado ao comunismo. (...)

(...) A sua tese central é: da luta contra o malthusianismo, contra as medidas que prescrevem o suicídio mesmo daqueles que ainda não nasceram. (...)

(...) Escrevi um livro acima dos partidos, acima das ideologias partidárias, acima das paixões humanas. Escrevi este livro não a serviço de blocos, mas a serviço da humanidade. (...)

É um livro de divulgação científica das pesquisas de campo e de laboratório que o autor vem há 25 anos realizando acerca dos problemas de alimentação, em seus aspectos biológicos, econômicos e sociais. (...)

Em memória de Einstein

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 26/4/1955, p. 1929-30.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – Não era possível que a Câmara Federal, Casa que deve sempre refletir com nitidez e acuidade as aspirações, os sentimentos e as preocupações da coletividade brasileira, ficasse

se silenciosa e indiferente no momento em que desaparece a mais penetrante e fecunda inteligência criadora do século XX: o genial cientista e filósofo Albert Einstein.

(...) O progresso científico se realiza por dois diferentes caminhos: seja pela descoberta de novos fatos, ou seja pela concepção de novos sistemas ou mecanismos concebidos à base de fatos já conhecidos. É surpreendente a constatação de que todos os grandes avanços, os grandes marcos da evolução da ciência, foram estabelecidos através desse segundo processo. Sem descobertas de novos fatos isolados, mas pela concepção de novas leis gerais, a partir das quais pode ser deduzida uma imagem representativa do mundo em toda a sua multiplicidade de aspectos. Marcos desta categoria foram os sistemas astronômicos de Copérnico, a mecânica da gravitação de Newton, a lei da seleção natural de Darwin, a teoria dos reflexos condicionados de Pavlov e o mecanismo de ação do inconsciente de Freud. E foi também no começo do nosso século a teoria da relatividade concebida por Albert Einstein. (...)

(...) Sua tentativa de traduzir suas elevadas concepções científicas numa linguagem inteligível à compreensão comum. E é esta a outra grande riqueza de sua esplêndida personalidade: esta permanente confraternização com seus semelhantes, evitando o seu isolamento no abismo de sua riqueza interior ou sua divinização aos planos inacessíveis de sua inteligência excepcional. (...) ²⁹

(...) Sou partidário do equilíbrio dos valores dentro de uma cultura. Não se pode superpolarizar o moral sem cuidar do econômico. Sem isso, falar em luta pela revalorização moral parece um tanto ingênuo, porque o código da moral sempre derivou, em todas as partes do mundo, da estrutura econômica das civilizações. (...)

(...) Desejava ele que os aliados possuíssem essa arma [a bomba atômica] para negociar a paz com o inimigo, para poupar vidas e não para tornar ainda mais bárbara e mais desumana a guerra. Ficou, pois, tremendamente chocado quando teve conhecimento das

²⁹ A partir deste ponto é constantemente apartado pelo deputado Tenório Cavalcanti, que questiona ironicamente as “perigosas teses” discursadas pelo orador.

carnificinas de Hiroshima e Nagasaki, esmagadas pelo lançamento de bombas atômicas. Passou, então a combater violentamente a política do armamentismo atômico e termonuclear. Fez-se em campeão da paz, afirmando que, depois da próxima guerra atômica, as armas da guerra seguinte serão o arco e a flecha, porque a humanidade retornará à barbárie completa. (...)

Livros e tarifas dos Correios

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 9/5/1956, p. 3083.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – (...) Apelo para o governo no sentido de que, nessa revisão que se impõe como uma necessidade, em face das contingências atuais, cuide desse problema, a fim de que a carestia de vida não se estenda também aos livros, num país que tem fome não só de alimento para o corpo, mas também de alimento para o espírito. E ele vai morrer de fome espiritualmente em toda a hinterlândia brasileira, para onde não mais serão enviados livros, desde que os livreiros declararam categoricamente que o serviço de reembolso postal, única maneira de se levar o livro ao interior, está asfixiado, estagnado, paralisado, em virtude das novas e exorbitantes tarifas.

II Jornada Brasileira de Bromatologia

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 16/12/1956, p. 12789.

Projeto nº 2.210, de 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 para auxiliar as despesas da II Jornada Brasileira de Bromatologia, a realizar-se em abril de 1957.

(Do Sr. Josué de Castro)

(...)

Justificação

Não é necessário esclarecer a importância e a gravidade do problema alimentar brasileiro, cuja solução é um imperativo da consciência nacional. Toda iniciativa que possa contribuir para focalizar este importante problema, para abrir novos rumos a políticas de

alimentação e para ampliar os recursos alimentares do país deve merecer o apoio e os aplausos dos poderes públicos, aos quais compete velar pelo bem-estar coletivo.

A II Jornada Brasileira de Bromatologia, que visa o debate e a formulação de recomendações sobre os aspectos educacional, técnico-científico e agroindustrial da alimentação, constitui uma iniciativa valiosa que está a merecer o apoio oficial para maior garantia do seu bom êxito.

Foi este reconhecimento da valia desta iniciativa que me levou a propor a abertura de um pequeno crédito especial como ajuda material a esta patriótica e fecunda iniciativa.

Ensino superior de Nutrição

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 14/4/1957, p. 616.

Projeto nº 904, de 1959

Dispõe sobre o ensino superior de Nutrição, regula o exercício da profissão de Dietista (Nutricionista), e dá outras providências.

(Do Sr. Josué de Castro) (...)

O papel da TV

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 11/4/1958 p. 1283.

Projeto nº 3.837, de 1958

Concede isenção de direitos aduaneiros de importação, taxa de despacho aduaneiro e demais taxas, inclusive a de imposto de consumo, para um conjunto transmissor de televisão destinado à empresa Jornal do Commercio S/A, com sede no Recife, capital do Estado de Pernambuco.

Justificação

No Brasil ainda se encontram em fase inicial os espetáculos de televisão que, além do aspecto cultural, contribuem para a divulgação de estudos e planos de interesse das comunidades onde atuam. Os programas de televisão tornaram-se, assim, auxiliares da admi-

nistração, quando focalizam os problemas de governo e levam administradores e governantes à presença de grande massas esclarecidas da população. (...)

Não se pode mais invocar que a televisão seja apenas uma diversão de abastados. Ela vem alcançando cada vez mais o povo, se não diretamente, no próprio lar, mas através dos postos de divulgação em estabelecimentos de ensino, bibliotecas populares, sedes sociais, quando programas e concertos são organizados em comunhão com entidades públicas e privadas. A televisão deve ser considerada também um instrumento de formação humana, contribuindo para o aparecimento de novas técnicas e a preparação de jovens no cultivo das mesmas. Em região como a do Nordeste, em que a falta de recursos conserva afastados do trabalho produtor centenas de adolescentes recém-saídos das escolas, iniciativas como a que se propõe a empresa Jornal do Commercio S/A devem merecer ajuda adequada do poder público, colaborando o governo, na medida do possível, com a iniciativa privada. Daí a apresentação deste projeto, cuja relevância não pode ser discutida e que tenho a oportunidade de submeter à aprovação desta Casa.

Congresso de economistas

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 14/6/1958, p. 3560.

Projeto nº 4.287, de 1958

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para auxiliar as despesas do I Congresso de Economistas do Nordeste, a realizar-se em setembro de 1958.

(Do Sr. Josué de Castro)

(...)

Justificação

A crise econômica por que atravessa o Nordeste brasileiro impõe uma revisão objetiva dos problemas dessa região a ser levada a efeito com critérios científicos e imparcialidade. Ninguém melhor

equipado para realizar esta tarefa do que os economistas que trabalham na região em contato direto com seus problemas básicos. (...)

Elogio a Mário Melo

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 27/5/1959, p. 2374.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – Sr. Presidente, telegramas de Recife noticiam o falecimento, naquela cidade, do grande jornalista Mário Melo, venerada figura da imprensa, decano dos jornalistas de Pernambuco.

(...) Dois traços marcantes caracterizavam a personalidade deste ilustre nordestino: sua independência moral e sua integridade profissional. Foi um desses espíritos tocados pela flama de uma rebeldia congênita que sempre o manteve, até o fim de sua vida, esquivo e avesso aos conchavos, aos oportunismos, às concessões subalternas de qualquer natureza. (...)

Jornal das Letras

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 27/6/1959, p. 3582.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – Sr. Presidente, na data de hoje completa dez anos de existência o *Jornal das Letras*, publicação de caráter literário e cultural que vem, durante todo esse período, engrandecendo e dignificando as letras nacionais. (...)

Sabemos que, nos últimos tempos, por pressões de várias ordens, principalmente por imposições do Fundo Monetário Internacional (FMI), foi o preço do papel de jornal elevado de maneira desabrida, com o acréscimo cambial ao dólar de importação do papel. Por esse motivo, lutam com enormes dificuldades principalmente as pequenas organizações, as pequenas instituições, como é o caso do *Jornal das Letras*, para manter suas publicações, sentido-se afogadas em suas obrigações financeiras para sobreviver e continuar a divulgar criações da cultura brasileira. (...)

Quarto de despejo

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 26/11/1960, p. 8679-80.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – (...)

Essas palavras prévias são para expressar meu contentamento (...) em face de uma nova literatura que surge no Brasil, de caráter social, analisando os problemas brasileiros, cujos autores não são nem sábios, nem eruditos, nem professores, nem literatos profissionais, mas representantes do povo, na autenticidade do conhecimento direto dos problemas brasileiros.

Refiro-me ao livro que acaba de aparecer, de Carolina Maria de Jesus, cujo título, *Quarto de despejo*, mostra bem que trata da miséria reinante no país. E não trata dessa miséria como demagogia nem mesmo como interpretação filosófica ou sociológica, mas como um grito de protesto contra essa realidade que tem sido tamponada, escondida, escamoteada por aqueles que se julgam patriotas por encobrir nossa miséria e deixar que ela se prolongue indefinidamente, contra os interesses do nosso povo.

Presto homenagem a essa autora, a essa pobre mulher que viveu a fome e que sofreu a fome, não cerebralmente, como interpretação, mas que sofreu na sua própria carne a fome no seu estômago e não no seu cérebro.

A minha homenagem a essa autora que não fez demagogia, mas faz conhecer aos outros, sem objetivos demagógicos, o que significam a fome e a miséria.

Esta é a homenagem que quero fazer a um livro que para alguns energúmenos não passa de comunista, porque é comunismo tudo aquilo que é verdade contra os aproveitadores do suor do povo, mas que para homens de visão, como é o caso de D. Hélder Câmara, nada representa de comunista, mas constitui um grito de protesto contra a injustiça que nos assola e acabrunha.

É mais ou menos isso o que diz D. Hélder com a apresentação deste livro. Aquele insigne prelado, na sua alta compreensão, inter-

preta a obra no que ela tem de mais sábio na sua sabedoria, alertando o povo e defendendo-o da sua opressão, da sua escravidão imposta pelos exploradores. (...)

Universidade de Brasília

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 27/8/1961, p. 6242-3.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – Sr. Presidente, quando do encaminhamento da votação da preferência que solicitei para o projeto ora em discussão, sustentou-se a improcedência da medida e a necessidade da protelação desta discussão, sob os argumentos de que o Brasil atravessa momento crítico, de que, nesta hora de crise, não se devia discutir assunto de tal profundidade. (...)

Tem faltado no Brasil esta consciência integral de sua realidade e os recursos técnicos, os meios de tecnologia científica para o país aproveitar, de maneira racional, as suas possibilidades naturais e emancipar-se do seu estado de subdesenvolvimento. Arriscam-se os países que desejam desenvolver-se sem esta consciência, sem esta base plena de sua realidade, a fazerem importação daquilo que um escritor, economista e sociólogo europeu chamou de “as utopias de exportação”, exportar planos feitos, moldados em outras realidades que não aquelas onde vão ser aplicadas. (...)

No fundo, as universidades brasileiras são escolas profissionais do tempo de Napoleão. Ora, entre Napoleão e os meados do século XX houve um grande progresso, principalmente de natureza científica. (...)

Pois é isso que desejamos: uma universidade autenticamente formada pelos elementos que permitam chamá-la enfaticamente uma universidade. São institutos de formação básica, de formulação de decisões e de pesquisas que permitam ao corpo, que se chama universidade, utilizar esses conhecimentos nos diversos setores das atividades humanas.

Isto é que é uma universidade, no sentido universal, globalizadora, totalizadora da cultura. O mais grave no momento atual é que

essa cultura que se pulveriza e dispersa constitui em sério perigo que pesa sobre a civilização ocidental. Essa pulverização dos conhecimentos sob a forma de especialização forma o que alguns chamam de novos bárbaros, homens cada vez mais cultos e cada vez mais míopes e limitados, os especialistas, que só vêem o que está no seu campo microscópico, do grão de areia, ignorando o que se passa em torno, no macrocosmo.

A universidade deve integrar esses vários campos microscópicos numa visão macroscópica universal da cultura. Isto é que é ser universidade. E isso se planeja para Brasília. (...)

É no sentido da defesa da democracia que se impõe a criação de uma universidade desse gênero, não da democracia em termos vagos, daquela que o escritor diz: a democracia não basta como democracia quando o direito que dá é continuar analfabeto, faminto e miserável, morrendo de fome e sem direito a nada mais que vegetar e morrer. Democracia é o direito de viver. E para viver é preciso, antes de tudo, saber, porque o caminho da conquista passa pelo do conhecimento. É como uma casa de formação, de conhecimento e de saber para as próximas gerações brasileiras que desejo ver criada a Universidade de Brasília. (...)

Agradeço ao nobre colega deputado Raul Pilla a contribuição que traz a este debate, no qual se firmam bem dois pontos de vista: dos brasileiros apressados de se emanciparem e dos brasileiros assustados com o progresso. (...)

Um filme e a crítica da imprensa

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 3/7/1959, p. 3816.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – Sr. Presidente, sem dúvida constitui a imprensa uma das mais expressivas e fecundas forças construtoras num país democrático. Por isso merece toda a nossa reverência a imprensa brasileira, que tem sabido, nas horas graves e históricas do país, tomar decisões do interesse da nacionalidade. Muitas vezes, entretanto, essa força imanente da imprensa se transforma em fra-

queza. A imprensa revela suas fraquezas principalmente quando usa e abusa de sua força – a força do que se chama “letra de imprensa” – para dar vazão a interesses subalternos, a idiosincrasias pessoais, a intolerâncias e antipatias que não são do interesse do Brasil nem das coletividades; mostra sua fraqueza quando sai do caminho da verdade e se avilta nos atalhos da mentira.

Vem a propósito esta minha afirmação em face da nota publicada anteontem pelo *Diário Carioca* acerca de um filme que fiz realizar sobre o Nordeste com o título *O drama das secas*, nota que, sendo curta, desejo ler para ficar em nossos anais. Assim poderá a Casa verificar como, às vezes, por usar sem probidade sua força imanente, a imprensa degrada e, até certo ponto, amesquinha a sua grandeza, o seu papel magnífico de construtora da própria pátria.

A nota é a seguinte:

“Rossellini veio da Europa, custeada sua viagem não se sabe por quem, com o objetivo de filmar os aspectos mais negativos da seca. Agora o filme está pronto e começa a ser projetado em recintos privados. Querem dar-lhe o cheiro de coisa proibida ou de novidade sensacional. E o incrível é que à frente dessa exibição esteja um deputado nordestino de falaciosa tendência marxista.

A verdade é que fome existe em toda parte. Mesmo na rica nação norte-americana e no misterioso Paraíso Soviético. Para fotografar misérias não seria necessário ir tão longe. Bastaria focalizar aspectos sociais da Itália, da França ou de qualquer outra região européia. Mesmo no Brasil, não só no Nordeste existe pauperismo. Aí estão as favelas cariocas e os bairros pobres das cidades do centro e sul do país.

Rossellini parece trabalhar para a propaganda comunista que vai apresentar ao mundo o Nordeste brasileiro como símbolo e síntese de toda a desgraça humana, talvez por culpa do imperialismo americano.”

Vejam, Sr. Presidente e meus nobres colegas: eis uma nota da imprensa sem qualquer substância, sem um só fato verdadeiro.

Primeiro o filme, o documentário sobre o Nordeste, não foi realizado por Rossellini. Rossellini nada tem que ver com isso. O filme foi elaborado por brasileiros, por cineastas do Brasil, sob nossa supervisão e orientação.

Segundo, não é uma propaganda negativa porque, ao contrário, faz a exaltação do homem do Nordeste, mostra a sua resistência, a sua capacidade em face da seca. O filme não limita o fenômeno da fome ao Nordeste, pois, numa longa introdução, mostra que a fome é um fenômeno universal, e que não há terra dos homens que não seja terra da fome. Apresenta um mapa da fome mundial, no qual o Nordeste é um simples ponto negro. Eis a segunda mentira, a segunda fuga à verdade dos fatos.

Terceiro, longe de degradar o Nordeste, o filme tem a finalidade de mostrar ao resto do Brasil não só a desventura do Nordeste, mas as suas potencialidades, as suas possibilidades. E termina com um hino de exaltação ao Nordeste, provando que ali estão os elementos necessários à sua solução se o governo e o povo unidos se dispuserem a resolver-lhe os problemas.

Sr. Presidente, como um protesto contra essa nota, desejo seja ela registrada nos anais da Câmara. E para confirmar que não se trata aqui de uma defesa de quem não tem razão, convido os nobres colegas, membros desta Casa, e jornalistas da bancada da imprensa, para hoje, às 21h30, assistirem à exibição, no salão de leitura da Biblioteca da Câmara, do filme *O drama das secas*, a fim de que se certifiquem da objetividade e do sentido patriótico com que foi realizado. Desta forma, poder-se-á eximir a Câmara das ofensas constantes de uma nota inverídica como esta, que atinge um membro do Parlamento que patrioticamente realiza obra sem outro interesse senão o de servir ao Brasil.

Biblioteca Olívio Montenegro

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 27/6/1962, p. 3593.

Projeto nº 4.420, de 1962

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para aquisição da Biblioteca do escritor Olívio Montenegro.

(Do Sr. Josué de Castro)

(...)

Ameaça ao patrimônio cultural de Olinda

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 8/7/1961, p. 4707.

O Sr. Josué de Castro – Sr. Presidente, recebo de minha terra, o Estado de Pernambuco, apelos de várias ordens, dentre os quais destaco o do prefeito de Olinda, Sr. Barreto Guimarães, todos no sentido de que chamasse a atenção da Casa para o estado de tragédia, de verdadeira calamidade pública em que se encontra essa cidade, a velha e antiga capital de Pernambuco, tristemente ameaçada de violenta corrosão pelo mar, que destrói as terras baixas, costeiras, onde assenta grande parte da cidade. Sabe a Casa, muito bem, que Olinda representa glorioso patrimônio nacional. Ela significa algo de extraordinária importância na história do Brasil, nas lutas holandesas, quando desempenhou o papel de vigoroso baluarte defensivo da nacionalidade, contra a ocupação estrangeira. Representa, ademais, tipo de arquitetura colonial da mais alta expressão na história, na evolução cultural de Pernambuco e do Brasil. (...)

Esta é a ameaça que dolorosamente pesa sobre a cidade, de ver destruídos os velhos casarões de tradição histórica e arquitetônica. O mar destrói desabridamente as costas. O fato deve calar fundo no espírito daqueles que representam o povo, sua história e sua tradição. (...)

Josué de Castro: uma certa fome de cinema

FRANCISCO BANDEIRA DE MELO

Anais do Ciclo de Estudos sobre Josué de Castro, Academia Pernambucana de Medicina, 1983.

Com a morte de Josué de Castro (24/9/1973 – Paris) começaram a aparecer os ecos da frustrada passagem de Roberto Rossellini pelo Recife. Ele, como alguns se recordam, veio aqui para realizar um filme sobre o drama da fome. Após banquetes, entrevistas e fotografias (algumas delas ainda hoje ilustrando as paredes do restaurante Buraco de Otília), simplesmente voltou para a Itália e o filme foi adiado para todo o sempre. Ou para todo o nunca. Josué atribuía o fracasso da iniciativa à proverbial irresponsabilidade de Rossellini e lamentava não ter entregue o assunto a Zavattini. (“Este teria feito o filme.”) Cesare Zavattini, explico para os que estão totalmente fora dos assuntos cinematográficos, é um dos papas do neo-realismo, sendo, inclusive, autor dos roteiros de alguns dos maiores sucessos do movimento, a exemplo de *Umberto D* e *Ladrão de bicicleta*. Bom. Se tivesse vindo ao Nordeste (“a vida inteira que podia ter sido e que não foi”), a história cinematográfica local, jejuna durante tanto tempo, talvez tivesse se inserido noutros rumos e contextos, talvez não fosse assim tão magra. Quem sabe?

Mas os amores de Josué de Castro pelo cinema vêm de longe: pertenceu ao famoso *Cine Club Charlie Chaplin*, fundado por Otávio de Faria, no Rio, em fins da década de 20. Que eu saiba, no entanto, sua primeira incursão não-teórica nas telas do cinema foi com o *Drama da fome*, exibido no Recife ao menos uma vez, por volta de 1959/60, num programa que a Ascofam mantinha na TV Jornal do Commercio, por iniciativa de Jamesson Ferreira Lima.

O *Drama da fome*³⁰ é um documentário realizado por Rodolfo Nanni (*O saci e Cordélia*, *Cordélia*) e o filme, hoje, guarda pelo menos um fator de grande interesse: nele aparece Josué de Castro.

³⁰O título do filme realizado por Rodolfo Nanni é *O drama das secas*, cuja cópia original encontra-se no Acervo Biblioteca do Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro (CJC). Este filme, dirigido por Rodolfo Nanni, há quarenta anos, será revisitado e reeditado, em parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, a TV Cultura/Fundação Padre Anchieta (SP) e a TV Universitária de Pernambuco, com cenas atuais dos cenários visitados à época, sob direção do próprio Nanni.

No mais, cenas de *Os emigrantes*, de Cândido Portinari, rios secos, esqueletos de boi, caatingas, belezas e misérias do Sertão.

Na Europa, onde viveu desde 1962, inspirou o argumento e participou da realização de um filme (fotos-fixas) de Odile Roullet sobre a má distribuição de alimentos no mundo. (Tive oportunidade de assisti-lo em sessão especial num estúdio da Champs Elysées, Paris.) Afora inúmeras reportagens para TVs do mundo inteiro, sempre sobre problemas da fome e correlatos, participou pessoalmente de um documentário de longa metragem rodado no Peru e, se não me engano, no Equador.

O seu livro *Homens e caranguejos* (que ele considerava até certo ponto um *divertissement*) foi escrito originalmente para servir de argumento a um filme de produção francesa (grupo Rotschid/An-cinex), mas a ser realizado aqui no Nordeste. Os produtores, aliás, sugeriram Guaiaquil como cenário, mas Josué de Castro fez finca-pé: queria os genuínos mangues do Recife. Para realização desse filme (eram previstas, diga-se de passagem, cenas plásticas de grande beleza), Josué chegou depois a manter longos contatos com Luiz Carlos Barreto, um dos produtores de cinema novo brasileiro. Nesses contatos surgiu o nome de Nelson Pereira dos Santos (o extraordinário Nelson Pereira dos Santos de *Vidas secas* e *Fome de amor*), mas Josué viu *Vidas secas* (*Sécheresse*, em Paris) e não gostou do despojamento do filme. Queria alguém de mais, ou mais vibrante, imaginação. Outro nome cogitado: Buñuel. Mas este, alegando problemas de idade, recusou-se a viajar. Faria o filme no México. Negativo. Depois (houve também alguns nomes franceses vetados), Josué de Castro desentendeu-se com os financiadores e o filme entrou em maré baixa.

Rucker Vieira e Ipojuca Pontes realizaram em 1969, nos mangues da Paraíba, o documentário *Homens do caranguejo*, de vivência muito nitidamente josuedecastriana. Mas não faziam citação ao autor da *Geografia da fome*. Estranhamente, mas deixa pra lá. Algum tempo depois, Ipojuca Pontes trocou cartas com Josué de Castro,

mostrou-lhe o filme no Rio, e tentou roteirizar o romance *Homens e caranguejos* para o cinema. Provavelmente por questões de produção, mais uma vez o filme não foi adiante.

Josué de Castro foi, antes de tudo, um humanista. Sua extraordinária inteligência, reverenciada nos quatro cantos do mundo, se estendeu vorazmente pelas searas da geografia, sociologia, filosofia, diplomacia, magistério, política, literatura e, era grande a sua inquietação, mostrou também uma certa fome de cinema. Foi o que procuramos documentar nessas primeiras tomadas sobre o assunto.

Notas: Este artigo, a modo de um rápido *flash*, foi publicado em 4/11/1972 no *Jornal da Semana* (Recife), onde mantive durante alguns meses uma seção de cinema. Sua reprodução tornou-se oportuna, creio, ante a possível exibição do filme *Drama da fome* neste ciclo de estudos, coordenado por Jamesson Ferreira Lima – a quem devo o encontro e a amizade com Josué de Castro.

Sobre Roberto Rossellini e Pernambuco, acrescento que ele também manifestou o maior interesse em fazer de *Casa grande & senzala* um filme épico e lírico, tendo como mensagem a miscigenação brasileira. À realização do filme, no entanto, faltou devido apoio: “nenhum poder político ou econômico do nosso país mostrou qualquer entusiasmo pela idéia do genial italiano”, diz o sociólogo-antropólogo Gilberto Freyre.

Durante a sua permanência em Pernambuco, conta Orlando Parahym, Rossellini foi a Salgueiro, onde ficou dois dias, “tendo ali batido cerca de 80 fotografias, não só nas ruas como nas fazendas mais próximas”. Buscava “fazer um trabalho documental sobre o problema das secas”. “O filme sobre o ciclo do caranguejo vai ser mesmo filmado no Brasil, através de uma co-produção da companhia de Luiz Carlos Barreto, que filmou *Vidas secas*, e da companhia francesa Ancinex. Ficou tudo acertado esta semana com o Barreto, que estava aqui em Paris” (Josué de Castro, 19/1/1965).



1958 – Josué de Castro e Francisco Pessoa de Queirós, presidente das organizações Jornal do Commercio, jornal, rádio e televisão, que mantinha um programa semanal da Ascofam.



1958 – Josué de Castro e Glaucete com o amigo Jamesson Ferreira Lima, na casa do Mestre Vitalino, no Alto do Moura, em Caruaru, no agreste pernambucano.



1958, junho – Conferência em Caruaru, agreste de Pernambuco. Segundo jornais da época, “o ambiente era literalmente tomado pela massa popular, para escutar Josué de Castro falar a respeito da situação econômica e social do Nordeste”.



1958, 18 a 19 de julho – Seminário de Endemias e Desnutrição em Garanhuns (PE), presidido por Josué de Castro. Na foto, com os congressistas ao lado do diretor do Instituto Nacional de Nutrição.



1958, Recife – Josué de Castro é conduzido pelo professor Vasconcelos Sobrinho, para receber o título de doutor *honoris causa* pela Escola de Agronomia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).



1958 – Josué de Castro recebe, do reitor, Dr. João de Deus Oliveira Dias, o título de doutor *honoris causa*, pela Escola Superior de Engenharia Agrônômica da Universidade Rural de Pernambuco.

5 – POLÍTICA INTERNACIONAL

A respeito de Roosevelt

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 14/4/1955, p. 1658-60.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – (...) Na data de ontem, 12 de abril, 10º aniversário da morte de Franklin Delano Roosevelt³¹, o mundo inteiro reverenciou a sua memória, a memória desse notável estadista, verdadeiro líder universal da democracia. (...)

Homens como Roosevelt surgem raramente no panorama da História e se elevam à admiração do mundo, como se elevaram no seu próprio país, os Estados Unidos da América, os blocos de granito de um Jefferson, de um Lincoln, de um Wilson. (...)

Roosevelt não foi apenas um estadista norte-americano, mas um estadista mundial. Um estadista de estrutura mundial, porque soube ultrapassar os limites acanhados da política local, da política municipal, da política regional, para transcender à compreensão de uma política de integração universal, de interesses de todas as nações, em obediência aos supremos interesses da própria humanidade. (...)

Em 4 de março desse ano [1932], Franklin Delano Roosevelt tomava posse na presidência da República dos Estados Unidos da América. Esse início de ano era um começo simbólico das dissensões e das incompreensões do mundo futuro, porque também um pouco antes, no fim de janeiro do mesmo ano, tomava posse como chanceler do *Reich*, e no fim de março na direção política da Alemanha, o ditador Adolf Hitler [1933]. Nesse começo de ano se delineavam claramente no mundo as diretrizes da luta tenaz e sangrenta que se iria travar entre a ditadura, o totalitarismo, e a democracia, a força das liberdades. Roosevelt foi chamado, portanto, para liderar a democracia, para defender a liberdade, para se antepor ao totalitarismo. Chegava num momento tremendo, de quase falência da

³¹ Franklin Delano Roosevelt foi eleito para a Presidência dos Estados Unidos da América três vezes consecutivas: 1932 – 1º mandato; 1936 – 2º mandato; 1941 – 3º mandato, falecendo em 12 de abril de 1945.

democracia e de falência declarada do capitalismo ocidental, que vivia uma das mais trágicas – a mais trágica de todas as crises do capitalismo em todos os períodos da história. O antecessor de Roosevelt, o presidente Hoover, quando, em 1926, subiu ao poder, encontrou os Estados Unidos nadando em prosperidade... Nunca os títulos tinham estado mais altos; nunca os negócios prosperaram tanto; nunca as máquinas produziram mais do que nessa fase máxima da expansão do capitalismo, na Meca do capitalismo – os Estados Unidos da América do Norte. (...)

De tal modo o otimismo reinava, que o sucesso era a filosofia da vida do povo norte-americano, povo que acreditava absolutamente no progresso indefinido e na felicidade como dever. (...)

Hoover, chegando ao poder, tinha tal otimismo que, em seu discurso de posse, disse: “encontram-se os Estados Unidos da América do Norte mais perto do triunfo total sobre a pobreza do que qualquer outro país na história da humanidade”.

Seis meses depois dessa tão antiprófética frase, estoura o *crack* da bolsa americana de 1929, o maior *crack* da história do mundo. (...) Hoover não encontrava solução, e por quê? Porque era um político local, um político municipal. Sem visão dos problemas do mundo, com a visão restrita de que aquilo era apenas mais uma crise das que os Estados Unidos tinham sofrido, como sofreram a de 1837, a de 1873, a de 1893, a de 1904, e a de 1911. Ele não via a razão universal; não via que a crise norte-americana não era mais do que manifestação local da crise universal do capitalismo, sistema econômico que traz em si o próprio germe da contradição interior que não lhe permite sobreviver como estrutura econômica. Por quê? Porque o capitalismo tem como base o lucro, a exploração pelo lucro, e o lucro implica altas constantes dos preços. E para que os preços se mantenham altos é preciso que a procura seja sempre maior que a oferta. Portanto, é preciso não produzir muito. Mas sem produzir muito não há emprego, e com o desemprego há crise. Daí a contradição. Produzindo, há crise de abundância e não produzindo, há crise de escassez. (...)

Hoover não tinha essa visão universal dos fatos e não encontrou outra solução senão ajudar, dentro de uma mentalidade essencialmente norte-americana. Não conheço nenhum programa de reforma, mas apenas de assistência social.

Esta foi sempre uma atitude muito norte-americana. Querer ajudar sem saber como ajudar, porque, não conhecendo o mundo, medem as coisas pelos padrões exclusivamente norte-americanos, que não são os padrões do mundo. Confundem cultura com técnica, chamando de subdesenvolvidos os países que não têm técnicas, mas que muitas vezes, culturalmente, são muito mais desenvolvidos que os países ricos de técnicas. (...) Porque quando eles ajudam o mundo estão muitas vezes ajudando a si mesmos. (...)

Na verdade, ele não estava ajudando, estava sendo ajudado, como acontece muitas vezes nos casos dos planos Marshall e outros planos de assistência técnica que são, na verdade, mais para vender os excedentes que o capitalismo cria do que para satisfazer às necessidades dos grupos humanos assistidos por esta suposta assistência técnica. (...)

Chegou Roosevelt ao poder nesse momento trágico, no momento em que se caracterizavam os Estados Unidos por esse retrato feito em números: 5.000 bancos fechados, 32.000 firmas falidas, 12.000.000 desempregados rondavam pelas ruas, a renda nacional tinha caído 30% e o déficit orçamentário era de cerca de 40%. Se fosse no Brasil era o golpe: não haveria outra solução. Era o golpe, porque alguns céticos, alguns que não crêem na condição humana, não vêem outra forma para resolver seus problemas pessoais do que sacrificar a nação, a evolução e o progresso social por mesquinhos interesses de natureza pessoal.

Mas, com Roosevelt, não houve golpe. (...) O que os Estados Unidos buscavam era um líder para sobreviver à própria crise, e este líder tinha que estar identificado com o sentimento do povo. E, quando um líder está com o povo, não dá golpe. Pode fazer revolução, que é o contrário do golpe. A revolução se faz com a aquiescência e a colaboração do povo, no interesse do povo. O golpe é

a contra-revolução. É a ação de uma minoria ressentida contra os interesses do povo, e Roosevelt era sempre contra essas minorias, contra os privilégios, por formação, por índole, por idealismo e por experiência política.

(...) Devo dizer que o perigo dos homens providenciais está em que eles pensam trazerem em si a salvação e a solução para todas as coisas, quando me parece que essas soluções se encontram muito mais nos homens circunstanciais, que se associam às circunstâncias e procuram resolver os problemas com a coletividade, auscultando o sentimento coletivo e não à base exclusiva de suas verdades pessoais, verdades herméticas que eles julgam possuir por direito de nascença. (...)

De volta da conferência de Yalta, onde trabalhou infatigavelmente na defesa da humanidade, lutando como mediador entre o líder colonialista britânico Churchill e o líder socialista Stalin, chegou aos Estados Unidos abatido, cansado, embora com a esperança de ganhar a guerra, que realmente já se aproximava do fim, mas também de ganhar a paz. E essa paz, dizia ele, tinha de ser ganha na conferência de San Francisco. Recolheu-se a uma casa de campo, para refazer suas forças.

Foi nesse momento de falso descanso, de aparente sossego, que o grande defensor da humanidade, Franklin Delano Roosevelt, deixou de existir. A 12 de abril de 1945, numa tarde, quando aparentemente repousava, ele sentiu violentamente que ia morrer. Por quê? É que dentro dele se feria o drama supremo de sua vida, na maior tensão de toda a sua vida. (...) Ele sentia que, à proporção que se aproximava o fim da guerra, também se distanciava a possibilidade de se obter a paz. Esse terrível dilema interior foi revelado no último discurso que escreveu e que não chegou a pronunciar, e que deveria ser lido no dia de Jefferson, a 13 de abril. Ele não o pronunciou, mas deixou escritas estas significativas palavras (...):

“Devemos fazer tudo o que esteja ao nosso alcance para vencermos as dúvidas e os medos, a ignorância e a voracidade que tornaram essa guerra possível.

Thomas Jefferson foi também um notável cientista que falou do espírito fraternal da ciência, que deve unir numa só família todos os indivíduos de quaisquer categorias e dos mais diferentes quadrantes da Terra.

Hoje a ciência uniu por tal forma todos os recantos do globo que é impossível se isolar uns dos outros. Encaramos hoje um fato categórico: se a civilização precisa sobreviver, ela deve cultivar a ciência das relações humanas, a habilidade de todos os povos, de todos os tipos, para viver juntos num mundo só e em paz.”

Roosevelt tinha nesse momento o segredo da bomba atômica. Era dos poucos homens, fora do círculo hermético dos cientistas encarregados de fabricá-la, que sabiam do tremendo poder de destruição que eles tinham nas mãos para decidir os destinos do mundo. (...)

Roosevelt, o amante da humanidade, o amoroso do mundo inteiro, o defensor intemerato dessa humanidade, não podia cometer um crime contra ela, com a instalação do regime do pavor atômico. Por isto não o fez. (...) Foi ele a primeira vítima da bomba atômica, que explodiu dentro dele antes de explodir no mundo. Pode-se verificar que, no momento de morrer, ele, diante da hemorragia maciça – que foi como que a explosão vulcânica do seu conflito interior –, só disse estas palavras: “Sinto uma terrível dor de cabeça”.

Era a dor de cabeça em virtude da ameaça da bomba atômica, era a dor de cabeça do próprio mando ameaçado pela bomba que, três meses depois de sua morte, foi lançada sobre Hiroshima, sacrificando num dia 140 mil seres humanos, membros da espécie humana que Roosevelt defendeu durante toda a sua vida.

Tropas no Oriente Médio

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 15/11/1956, p. 11240-1.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – Sr. Presidente e Srs. Deputados, mais cedo do que pensavam aqueles que vivem desprevenidos e desvinculados da realidade, o Brasil é chamado a trazer o seu contingente para debelar a crise por que passa o mundo, a fim de poupá-lo a uma catástrofe que talvez seja letal para toda a espécie humana.

Estamos hoje reunidos nesta Câmara para discutir a proposição formulada pela ONU no sentido de que países membros desse organismo internacional enviem um contingente de tropas para, de acordo com sua política de interferência, pôr termo ao conflito desencadeado no Oriente Médio com a agressão de Israel, conjugada com a agressão, a seguir, da França e da Grã-Bretanha, ao Egito.

O Brasil, preso pelos vínculos de país membro da Organização das Nações Unidas e pela circunstância de ter aprovado a Carta de sua criação, de ter, ademais, votado na seção extraordinária especialmente convocada há alguns dias para estudar o conflito, o Brasil, repito, encontra-se necessariamente compelido a estudar o assunto com o máximo interesse e a tomar sobre ele uma deliberação que não seja apenas contribuição vaga, contribuição simbólica, mas definição de um país que já hoje pesa no concerto das Nações, para que essa nossa atitude venha a servir de exemplo na orientação de uma política internacional que não seja de interesses imediatistas, de rapinas, de invasões, de despotismo, de prepotências, de exploração pelos grupos mais fortes dos grupos mais fracos.

Creio, assim, que a posição a ser tomada pelo Brasil deve resultar de duas contingências: dos nossos compromissos com a Organização das Nações Unidas e dos interesses do Brasil ante a conjuntura econômica, social e política do mundo.

Permitam-me, pois, ilustres colegas, antes de enunciar o ponto de vista que me parece consentâneo, uma síntese rápida, uma recapitulação dos fatos que determinaram este estado de coisas e

que compeliram as Nações Unidas a tomar tal resolução. Procurarei fazê-lo o mais objetivamente possível, embora o espanto do mundo diante da agressão franco-britânica contra o Egito nos leve a um estado emocional que perturba, que obscurece muitas vezes a análise fria dos acontecimentos, sem que se possa realmente saber até onde falamos de fatos objetivos ou de interpretações subjetivas, de acordo com as nossas tendências, com os nossos pontos de vista, com as nossas ideologias, com a nossa compreensão da realidade do mundo.

Foi realmente brutal o gesto das grandes potências, França e Grã-Bretanha.

Mas não compreendo o espanto do mundo. Tenho a impressão de que esse espanto é fingido. É o fingido espanto de um mundo de convencionalismo. Todos aqueles que conhecem a história contemporânea não têm razão para se espantar diante deste fato, porque ele é apenas mais um episódio da história do imperialismo colonialista no mundo moderno. A Inglaterra e a França nada mais fizeram do que repetir um gesto, já muitas outras vezes praticado, de prepotência, de força, para escravizar os povos mais fracos, para explorá-los, para manter essa economia desumana de colonialismo, que avilta a espécie humana, que a deprime e a degrada, no interesse do economismo puro, de uma economia degenerada do lucro e do interesse exclusivo, sem nenhum respeito pela condição humana.

É, pois, sem espanto e sem rancor que falo. E se acentuo que há esse fingido espanto é para dizer, com as palavras de um grande filósofo e sociólogo norueguês, Johan Bojer, que a característica da nossa época atual é a insinceridade, o cinismo universal. É em nome de princípios e doutrinas as mais elevadas que se praticam os atos mais baixos, mais vis, mais degradantes para a própria espécie humana.

Ora, meus nobres colegas, verificamos apenas, neste momento, que a Inglaterra e a França tiraram a máscara, a máscara de civilização com que disfarçavam o seu apetite, a sua cupidez, os seus mesquinhos interesses colonialistas.

Esta é a verdade. Por isso, já no fim do século passado, um filósofo de orientação diferente da dos ocidentais; um filósofo chinês, conversando com um homem da Europa Ocidental, dizia: “O que me espanta, o que espanta o povo chinês, o que não entendemos é que os europeus façam tanto esforço para mandar-nos missionários, para difundir na China a religião cristã, quando eles mesmos precisavam, antes de tudo, implantar na própria Europa esses princípios cristãos”. Responde-lhe o europeu: “Há dois mil anos que a Europa é cristã”. Retruca o filósofo: “Estranhamos isso, porque o cristianismo que pregam aqui é um cristianismo de fraternidade, de modéstia, de bondade, de ajuda, de amor ao próximo, de condenação aos crimes e aos morticínios, e nesses dois mil anos tudo o que a Europa tem feito é desrespeitar esses princípios do cristianismo”. Voltou o europeu: “É que a religião é uma coisa e a política é outra”, ao que redargüiu o filósofo chinês: “Então esta religião não nos serve, porque queremos uma religião para ser cumprida e não para ser ludibriada, para servir de “cortina de fumaça”, quando na realidade, seus princípios não são obedecidos na hora dos apetites, na hora do pecado, porque os atos de contrição posterior vão fazer perdoar os crimes, que não são individuais, mas crimes verdadeiramente coletivos”.

Não é sem razão, portanto, que desejo recapitular essa história. Não me surpreende a invasão do Egito, porque o colonialismo sempre agiu assim, desde seu começo, logo após a expansão do horizonte geográfico, com a ocupação, pelos europeus, dos países em que viviam os povos chamados bárbaros ou selvagens.

E como eram conquistados esses povos? Para a América vieram os colonizadores que traziam a cruz e a espada, a fim de aqui arregimentar novos adeptos para a religião cristã. Mas, na verdade, o que eles vinham fazer era buscar riqueza e escravizar esses povos. Tão revoltante era essa conduta dos conquistadores espanhóis – e nós conhecemos bem a Legenda Negra ou A Lenda Negra Espanhola – tão negra e nefasta era, que um sacerdote sincero, como foi Frei Bartolomeu de Las Casas, dizia espantado: “Eu não sei se esta cruz que trazem os colonizadores é mesmo a cruz de Cristo ou se

uma daquelas em que foram crucificados os dois ladrões ao lado de Cristo...”

O colonialismo como foi, como é, como deseja persistir, apesar de superado economicamente e socialmente, não passa de um roubo organizado, um roubo sacramentado, um roubo cínico das grandes potências, que usam os organismos internacionais, a imprensa internacional, todos os meios de convencimento e de formação de uma falsa opinião pública, manipulada para esmagar o desejo de liberdade, de autodeterminação, a vontade de se governar a si mesmos que têm os povos oprimidos e esmagados pelo imperialismo colonialista.

Talvez seja necessário definir melhor ainda o que pretendo dizer. Não quero referir-me apenas a esse imperialismo dos tempos passados, ao imperialismo da Inglaterra, conquistando a Índia e mandando para lá um vice-rei do tipo de Robert Clive, que de tal maneira procedeu, tão indignamente, contra o povo hindu, que a Inglaterra, aparentemente envergonhada, o chamou a prestar contas ao Parlamento; condenou-o como criminoso, vendo-se ele forçado a estourar os miolos com uma bala.

Mas um segundo vice-rei, Warren Hastings, continuou na mesma diretriz, praticando coisas como a venda por 25 milhões de rúpias ao Grão-Mogol de uma província que não lhe pertencia e, além disso, alugando por 10 milhões uma divisão britânica, para com armas e fuzis persuadir o governo desta província a entregá-la.

Vem de longe essa capacidade britânica de persuadir pela força.

Mas não é necessário ir tão longe. Neste mesmo Egito, palco do drama de hoje, e mais perto dos nossos dias, desenrolou-se episódio no qual o atual parece fielmente decalcado, como uma monótona e insípida repetição, até mesmo em seus detalhes. Em 1882 a Inglaterra e a França, na defesa dos seus interesses ameaçados no Egito, trocaram seus pontos de vista, enviaram suas esquadras para patrulhar as costas baixas da região do Delta do Nilo, e, com disciplina e método, bombardearam Alexandria, reduzindo-a a “um imenso montão de ruínas”.

O grande Eça de Queiroz, em crônicas magistrais enviadas para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro e neste jornal publicadas em 1882, descreve com realismo este sinistro episódio, e é curioso verificar-se como os fatos descritos e comentados se assemelham em quase tudo aos fatos que hoje ocorrem, fazendo estarrecer a opinião pública do mundo, tão desprovida de memória, tão desguarnecidas de conhecimentos históricos elementares. Permita-me este Plenário que eu leia uma página deste sublime Eça de Queiroz, acerca deste bombardeio de Alexandria, levado a efeito pelos ingleses em fim do século passado. É realmente uma página de impressionante atualidade e de um criticismo superiormente mordaz. Sob o título O que resta de Alexandria, lêem-se nas *Cartas de Inglaterra* as seguintes palavras:

“Hoje à hora em que escrevo, Alexandria é apenas um imenso montão de ruínas.

Do bairro europeu, da famosa Praça dos Cônsules, dos hotéis, dos bancos, dos escritórios, das companhias, dos cafés-lupanares, resta apenas um confuso entulho sobre o solo, e aqui e além uma parede enegrecida que se vai aluindo.

Pela quarta vez na história, Alexandria deixou de existir.

Tratando-se do Egito, terra das antigas maldições, pode-se pensar, em presença de tal catástrofe, que passou por ali a cólera de Jeová – uma dessas cóleras que ainda estremecem as páginas da Bíblia, quando o Deus único, vendo uma cidade cobrir-se da negra crosta do pecado, corria dentre as nuvens a cicatrizá-la pelo fogo, como uma chaga viva da terra. Mas desta vez não foi Jeová. Foi simplesmente o almirante inglês Sir Beauchamp Seymour, em nome da Inglaterra, e usando com vagar e método, por ordem do governo liberal do Sr. Gladstone, os seus canhões de oitenta toneladas.

Seria talvez desonesto, decerto seria desproporcionado, o juntar aos nomes dos homens fortes, que nestes últimos dois mil anos se tem arremessado sobre Alexandria e a tem deixado em ruínas – aos nomes de Caracalla, o pagão, de Cirilo, o santo, de Diocleciano, o perseguidor, e de Ben-Amon, o sanguinário –, o nome do

Sr. William Gladstone, o humanitário, o paladino das nacionalidades tiranizadas, o apóstolo da democracia cristã. Mas se por um lado, evidentemente, a política do Sr. Gladstone não é um produto de pura ferocidade pessoal, como a de Caracalla, que fez arrasar Alexandria porque um poeta dessa cidade finamente dado às letras o molestara num epigrama – por outro lado esta brusca agressão duma frota de doze couraçados, cidadelas de ferro flutuando sobre as águas, contra as decrépitas fortificações de Muhamad-Ali, este bombardeamento de uma cidade egípcia, estando a Inglaterra em paz com o Egito, parece-se singularmente com a política primitiva do califa Omar ou dos imperadores persas, que consistia nisto: ser forte, cair sobre o fraco, destruir vidas e empolgar fazendas. Onde se vê que isso a que se chama aqui política imperial da Inglaterra, ou os interesses da Inglaterra no Oriente, pode levar um ministro cristão a repetir os crimes de um pirata muçulmano, e o Sr. Gladstone, que é quase um santo, a comportar-se pouco mais ou menos como Ben-Amon, que era inteiramente um monstro. Antes não ser ministro da Inglaterra! E foi o que pensou o venerável John Bright, que, para não partilhar a cumplicidade desta brutal destruição duma cidade inofensiva, deu a sua demissão do gabinete, separou-se dos seus amigos de cinqüenta anos, e foi modestamente ocupar o seu velho banco de oposição...

Tudo o que se prende imediatamente com a aniquilação de Alexandria é de fácil história, sobretudo traçando só as linhas principais, as únicas que podem interessar quem está, moral e materialmente, a três mil léguas do Egito e das suas desgraças.

No princípio de junho passado, o almirante inglês Sir Beauchamp Seymour achava-se nas águas de Alexandria, comandando uma formidável frota; e tendo ancorado ao seu lado uma esquadra francesa, com o pavilhão do almirante Conrad, a França e a Inglaterra estavam ali com morrões acesos, vigiando Alexandria, de camaradagem, como tinham estado nos últimos dois anos no Cairo, de pena atrás da orelha, fiscalizando, de camaradagem, as finanças egípcias: porque sabem, decerto, que, tendo o Egito (endividado até

ao alto das pirâmides para com as burguesias financeiras de Paris e Londres) omitido o pagamento de alguns *coupons*, a França e a Inglaterra, protegendo maternalmente os interesses dos seus agiotas, instalaram no Cairo dois cavalheiros, o Sr. Coloin e Blegnières, ambos com função de secretários de fazenda no ministério egípcio, ambos encarregados de colher a receita, geri-la e aplicar-lhe a parte mais pingue à amortização e juros da famosa dívida egípcia!

De sorte que as duas bandeiras, da Inglaterra e da França, eram na realidade dois enormes papéis de crédito, içados no tope dos couraçados. No *Almirante Seymour* e no *Almirante Conrad* reapareceram os dois burgueses, Coloin e Blegnières. E na baía de Alexandria, perante o Egito, um dos grandes falidos do Oriente, as frotas unidas das duas altas civilizações do Ocidente representavam simplesmente a usura armada.”

Que magistral resumo feito com suprema arte e suprema ironia nos dá o escritor português desta brutal agressão empreendida pelas potências imperialistas movidas pelo vil interesse material.

Vê-se, pois, que em 1882 e em 1956 as atitudes das grandes potências foram idênticas e o móvel das duas agressões foi o mesmo. E as justificativas? Também foram as mesmas. Basta que se leia mais adiante no mesmo Eça de Queiroz, onde ele demonstra com clareza meridiana que a expedição dos ingleses no Egito em 1882 teve como objetivo conter os excessos perigosos do coronel Arabi, que, nomeado Paxá por pressão da tropa junto ao Kediva, logo se exagorou em querer implantar no país reformas contrárias aos interesses britânicos e franceses no Egito. Reconhece Eça de Queiroz que o coronel Arabi tinha três ou quatro idéias que não eram más, idéias que, diz o saboroso cronista,

“(…) se houvesse uma Europa decente, que lhe permitisse a realização, podiam ser o começo de um novo Egito, um Egito possuindo-se a si mesmo, um Egito governando-se a si mesmo, um Egito para os egípcios – não uma raça escrava enfeudada à família de

Muhamad-Ali, muito menos um refeitório franco para os esfomeados europeus.”

Mas nas suas reformas, de mistura com essas idéias sensatas, vi-nham coisas arrepiantes. Sobre estas cousas arrepiantes que tornaram extremamente suspeitas aos olhos europeus as reformas de Arabi, é bom acompanharmos textualmente as palavras de Eça de Queiroz:

“Mas o ponto delicado das reformas de Arabi era quando tocava com a situação dos estrangeiros do Egito. Havia aí pretensões monstruosas. Arabi exigia que se abolisse o privilégio pelo qual os estrangeiros, estabelecidos no Egito e enriquecendo no Egito, não pagam impostos. O desalmado queria que não houvesse esses tribunais de exceção para os estrangeiros, que, sob o nome de tribunais mistos, distribuem duas justiças – uma de mel para o europeu, outra de fel para o árabe. Enfim, esse homem fatal pretendia que os empregos públicos não fossem dados exclusivamente a estrangeiros – e que não se pagassem anualmente, como se pagavam, mais de três mil contos do bem bom dinheiro egípcio a franceses, ingleses e italianos repoltreados em sinecuras em todas as repartições do Vale do Nilo, e quase todos tão úteis ao Estado como aquele inglês que, com uma carta de recomendação de Lord Palmerston, foi nomeado coronel do exército egípcio e ao fim de nove anos, de ter recebido perto de oitenta contos de soldos, ainda não tinha visto o seu regimento e ainda mesmo não tinha uniforme!

Tais eram, em resumo, as abomináveis idéias de Arabi, e não se imagina facilmente a apoplética indignação que elas causaram à França republicana e à livre Inglaterra. Arabi foi considerado uma fera. Na bolsa de Paris, no Stock-Exchange de Londres, onde os fundos egípcios tinham descido, pedia-se com energia a supressão imediata desse iníquo aventureiro.

Os gritos estridentes dos estrangeiros no Egito, ameaçados nas suas pessoas e nos seus privilégios, enterneciam a Europa”.

E foi assim, conforme demonstra exuberante Eça de Queiroz, que, compelido por estes fatos abomináveis, o governo de Sua Majestade

Britânica não teve outro recurso que o de bombardear brutalmente o Egito, para conter a fera perigosa.

Que perfeita coincidência! Não falta mesmo no nosso episódio de 1956 o pedido de demissão de um ministro do Gabinete para que a história seja repetida em seus detalhes. E as feras parelhas: Arabi e Nasser – ambos coronéis. E as reformas temerárias e as angustiadas potências ocidentais ameaçadas por essas feras. É realmente tocante a atitude defensiva do imperialismo ocidental, forçado a se manter alerta e a se defender por todos os meios contra estas nefandas conspirações que armam as pequenas potências mesquinamente invejosas do seu grande e radioso poderio.

Não é só desse tipo de imperialismo que desejo falar, mas de todos os tipos de imperialismo opressor, contra os quais se levantam no momento, unidos como um só bloco, todos os povos oprimidos do mundo – contra o imperialismo britânico, contra o imperialismo americano, contra o imperialismo russo. É nesse sentido que o mundo desperta.

É de um inglês, membro do Parlamento britânico, Sir Richard Acland, esta advertência ao seu país: “É hora de despertar, porque os povos coloniais já despertaram, já se rebelaram e já não se conformam em vender por nenhum preço a sua liberdade”.

Os episódios da Hungria e do Egito demonstram a determinação absoluta, incoercível e irreprimível dos povos espoliados de se libertarem do colonialismo político e econômico, das tutelas estrangeiras, para defender seus supremos interesses de autodeterminação. Seja qual for o preço para a venda da liberdade, não será ele aceito pelos povos oprimidos.

A Hungria recebeu uma grande ajuda material da União Soviética.

A Hungria passou do tipo de estrutura puramente agrária e feudal a um país, já hoje, de economia industrial. Mas na hora em que a União Soviética quer sufocar sua liberdade e impor princípios contra a sua autodeterminação, ela se rebela e sua gente sacrifica a pró-

pria vida, numa desproporção de força que é um martirológico, para mostrar ao mundo o que se passou à época do imperialismo.

É diante desta situação do mundo que o Brasil precisa tomar posição. É lamentável que nosso país, até hoje, em sua política internacional, apenas se tenha enfileirado a blocos belicosos, respaldando o desejo de agressão de um bloco para esmagar outro e dominar o mundo. Países subdesenvolvidos só teriam uma posição a tomar: a terceira posição, contra os gigantes da guerra, contra a prepotência das nações belicosas.

Se essas potências, que hoje se enfileiram em dois grupos – o mundo da órbita norte-americana e o da órbita soviética – verificassem que não tinham aliados para a sua aventura porque não é possível que sejamos aliados da morte e da miséria, elas não se animariam a deflagrar a próxima conflagração, que pode exterminar a humanidade inteira.

Esta deve ser a posição do Brasil, para não trair os seus interesses, a sua formação cristã, honestamente cristã, não fingidamente cristã, e para não trair a evolução da sua história libertando-se do colonialismo. Esta é a posição que deve tomar o Brasil, e é neste sentido que advogarei seja discutida a proposição submetida à apreciação do Parlamento.

Desejo, Sr. Presidente, em continuação, para precisar com objetividade o que está se passando no mundo, servir-me do episódio do Egito para desmoralizar esse cinismo, esse artificialismo com que se pretende justificar atos que são atos indignos dos nossos dias.

O que se passou no Egito foi apenas o que vou expor a seguir.

O Egito é um país pobre, um país subdesenvolvido, de pauperismo generalizado, onde uma população, miserável e faminta, se comprime numa estreita faixa de terra fértil que penetra como uma lança no coração do deserto do Saara, o maior e o mais desértico de todos os desertos do mundo. Esta faixa de terra fértil é o Vale do Nilo e se alarga apenas no seu Delta, ampliando a superfície do Oásis. O Egito é apenas este oásis, produto milagroso da água do Nilo, fertilizando e fecundando as areias de fogo do deserto.

Nesse pequeno oásis se concentra um formigueiro humano de 24 milhões de habitantes, tão concentrado e pesando tão densamente sobre o solo que os neomalthuseanos, aqueles que querem resuscitar as velhas teorias criminosas de Malthus, que prescrevem o morticínio e o assassinio pré-natal, em massa, para privilégio dos que nascem em países ricos, se servem do Egito como exemplo para mostrar que não é possível deixar impunemente crescer a população do mundo. Entretanto, o que não se deve deixar crescer impunemente é a exploração do mundo por um pequeno grupo, com o sacrifício da maioria da humanidade ou da espécie humana no seu conjunto.

O Egito, dizia eu, com essa condição desfavorável, de uma pequena área de terra para alimentar a sua população, só tinha uma possibilidade de sair do seu pauperismo, que era a de promover seu desenvolvimento econômico. Para isso, tornava-se necessário, antes de tudo, a modificação da estrutura agrária do país. Fez-se uma reforma agrária. Mas que resultou dessa reforma? Coube apenas meio hectare de terra para cada *felahi*, para cada pobre agricultor, e com meio hectare de terra não é possível alimentar-se uma família. Era necessário uma segunda providência para promover esse desenvolvimento: expandir a agricultura, não intensivamente, porque ela já é das de maior rendimento do mundo, em virtude da magnífica fertilidade que propicia o Nilo, o rio que alimenta a nação, mas estendendo a sua área de cultivo, extensivamente, através da irrigação.

Então, o Egito projetou ampliar as obras da Represa de Assuan para poder irrigar novas terras. Pelo projeto elaborado se permitiria dispor de um aumento de terras irrigadas de cerca de 30%. Mas para realizar essas obras era preciso assistência financeira, não apenas a assistência técnica que a Organização das Nações Unidas oferece aos países subdesenvolvidos. Não é só com a técnica que se faz, é com os recursos financeiros, e estes as nações pobres, subdesenvolvidas, não têm para sair de sua miséria, porque o desenvolvimento econômico só se processa com novos investimentos que as supram, através da poupança, da economia, e quem vive na fome e na miséria, não pode reinverter, não pode sair da própria miséria.

Então, o Egito apelou para as potências ocidentais: Estados Unidos da América, Inglaterra, França, no sentido de financiarem essa obra que redimiria da fome e da miséria 24 milhões de habitantes do nosso planeta. Os Estados Unidos prometeram que dariam esse financiamento, mas, com isso, estava envolvida também uma outra promessa: o compromisso de o Egito assinar pacto de segurança contra os interesses do próprio Egito. Foi o Pacto de Bagdá. O Egito se recusou a ser seu signatário; e, então, lhe foi negado o financiamento, o recurso necessário a que se pudesse desenvolver sua economia, irrigar suas terras e sair do regime de fome onde se encontrava.

O Egito queria salvar-se da fome e da sede, e lhe foi negada água pelas potências ocidentais. Negaram água a um povo maometano, cujo *Alcorão*, código de moral e de religião, diz que o maior crime é o de negar-se água a quem tem sede; quem a nega deve sofrer penalidades na terra e nunca alcançará o reino dos céus ou o paraíso de Maomé, simbolizado por um verde oásis de palmeiras, com água correndo à vista e aos pés dos fiéis.

Foi a esse povo, que tem na água o símbolo, porque, na verdade, o sangue do Egito é a água do Nilo, que as potências ocidentais negaram o direito de ter água para irrigar as suas terras e dela extrair os alimentos para os seus filhos famintos.

Então o que fez o Egito? Resolveu procurar nos próprios recursos internos os meios para empreender este seu plano de salvação nacional. Procurou utilizar para este fim parte da espantosa renda da Companhia do Canal de Suez, que opera em seu território, que, de acordo com o artigo 16 do convênio de 1886, é uma companhia egípcia e que percebe um rendimento anual de cerca de 50 milhões de dólares.

Então que fez o Egito? De acordo com o princípio da autodeterminação dos povos, que tem o regime mais conveniente à sua economia e à sua estrutura social, nacionalizou a Companhia do Canal de Suez, como a Inglaterra nacionalizou as minas e a exploração de indústrias pesadas e de transportes na Grã-Bretanha.

O meu ponto de vista é o de que o Egito apenas apelou para seus próprios recursos, e, por isso, pelo crime de apelar para seus recursos, a fim de salvar da fome, da sede e da miséria o seu povo, é ele barbaramente invadido pelas potências civilizadas e cultas do ocidente, pela França e pela Grã-Bretanha.

Dizia eu que o Egito projetava, em dezoito anos, usando as rendas do Canal de Suez, mesmo pagando aos acionistas, poder redimir-se, construindo a Barragem de Assuam. Mas não pode. A Inglaterra levanta-se despeitada, movida por dois sentimentos: um de cobiça dos cinquenta milhões de dólares que rende o Canal de Suez; outro, de medo, de medo do precedente, do precedente de nacionalização do Canal de Suez, ao qual se seguiria, como se seguirá, a nacionalização do petróleo, dos minérios, dos fosfatos do Norte da África, etc., que não permitirá mais os privilégios das nações exploradoras e colonialistas.

Estas foram as causas da invasão.

Mas os povos pobres e espoliados do mundo despertaram e se juntaram; não deporão o seu direito de protestar e de reagir enquanto não for inteiramente superado o colonialismo, hoje deliquesciente e desmoralizado. Estou certo de que o Brasil deve estar nessa posição.

Diante do projeto, creio que devemos enviar a tropa para apoiar as Nações Unidas, que, lamentavelmente, não dispõem de elementos próprios para coibir o abuso de forças. Só há uma forma de reagir contra a força até hoje: a própria força.

Mister se faz, porém, que o Brasil, ao enviar o seu contingente, precise bem que não vamos lá respaldar as conquistas imperialistas britânicas, porque, senão, iríamos apenas mandar homens que seriam soldados ingleses com carne de brasileiro, vestidos com o uniforme da nossa pátria. Precisamos não servir de cortina de fumaça ou de biombo a esse cinismo espoliador dos direitos humanos no mundo. Precisamos apoiar-nos na justiça social da qual todos os povos do mundo têm hoje consciência. E é por isto que Lord Boyd Orr, o maior dos homens vivos de nosso tempo, Prêmio Nobel

da Paz, diz que a revolta dos povos de cor, dos asiáticos, não será oprimida, nem extinta pela força dos canhões, nem pelas bombas atômicas. Os povos da Ásia sabem que a sua miséria e a sua fome são apenas um problema de má conjuntura da estrutura econômica do mundo, dos privilégios das nações que açambarcaram a riqueza, numa distribuição leonina, que lembra aquele leão da fábula de Voltaire e que bem representa a Inglaterra: o leão divide a presa em quatro pedaços, apodera-se de três e diz que esgarará quem se aproximar do quarto pedaço. É este leão velho e desdentado que, mais uma vez, ameaça o mundo; mas o mundo não mais o teme, porque o mundo está unido contra a opressão, e unido dos dois lados, no mundo socialista e no mundo capitalista. Todas as nações oprimidas se unirão e, sob a égide da união, terminarão com a exploração econômica e imperialista no mundo.

O estatuto das Nações Unidas precisa ser reformado. O seu artigo 109 prevê a revisão de sua Carta, e essa revisão é necessária para acabar com o veto, que é privilégio de um pequeno número de nações, contra o interesse da maioria, e para fazer das Nações Unidas não um organismo internacional, mas supra-nacional, com estrutura jurídica para criação de uma legislação mundial, com uma estrutura de administração e uma polícia internacional para fazer cumprir as leis no mundo.

Para terminar, desejo prestar uma homenagem a esse mártir povo egípcio. O sacrifício que ele está sofrendo talvez sele a última tentativa e o último episódio, o clímax do imperialismo colonialista. Estou certo de que se vão realizar, com o apoio e a união dos povos subdesenvolvidos, as profecias de Tagore, quando dizia que “nós os mendigos esfarrapados do mundo conquistaremos um dia a liberdade para a humanidade inteira”.

Lixo atômico

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 9/4/1959, p. 1333.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – Sr. Presidente, através do noticiário da imprensa norte-americana e brasileira tomou o nosso povo conhecimento de que os Estados Unidos da América, através de uma operação chamada Argus, fez explodir há algum tempo, em regiões do Atlântico Sul, alguns engenhos nucleares que, por desprendimento de maciça carga de radioatividade, poderão pôr em perigo a saúde das populações sul-americanas, inclusive das brasileiras.

Alguns comentaristas precisam melhor o problema, afirmando que as explosões se realizaram num ponto onde a área exposta à maior periculosidade é, exatamente, o Nordeste brasileiro. Estas notícias não podiam deixar de despertar um sentimento de medo e de angústia, não só nos meios científicos que conhecem o problema em todos os seus tetricos detalhes, mas em toda a coletividade brasileira, alarmada pelas graves ameaças que pesam sobre as nossas populações.

É que constitui hoje objeto de conhecimento popular o fato de que as experiências de explosões das armas de destruição maciça, das bombas tanto de urânio, como de hidrogênio, constituem uma grave ameaça à humanidade. Tão grave que a maioria dos cientistas do mundo inteiro se vem empenhando com energia e coragem no sentido de que sejam interditadas essas perigosas experiências.

A sua realização pelas grandes potências internacionais dentro dos seus respectivos territórios constitui, sem dúvida, um fato deplorável, porque ameaça a segurança da espécie humana.

O que é inteiramente injustificável é que qualquer dessas potências lance mão para cenário dessas funestas experiências de regiões distantes do seu território, pondo em perigo a saúde e a sobrevivência de outros povos que não estão interessados nem na fabricação nem nos progressos dessas armas de destruição maciça.

É o que acaba de ocorrer em face das denúncias que se formulam sobre a Operação Argus, levada a efeito pelos Estados Unidos da América sob os céus do Brasil ou nas proximidades de nossa costa.

De há muito vêm os cientistas do mundo inteiro verificando a preocupante subida do teor de radioatividade da atmosfera, do solo e dos seus produtos naturais, em consequência das explosões nucleares. Mesmo no Brasil já se confirmou a ascensão do teor de estrôncio 90, um dos mais perigosos radioativos oriundos dessas explosões. Como o metabolismo do estrôncio 90 tem certa similitude com o do cálcio, ele se acumula em produtos como o leite e no sistema ósseo humano, ambos ricos nesse mineral.

É verdade que argumentam alguns cientistas que estamos ainda longe dos níveis considerados intoleráveis de radioatividade, mas é isto um assunto extremamente controvertido e, se se começa a esclarecer quais os níveis de tolerância à irradiação, é ainda muito duvidoso admitir-se que uma dose qualquer de radiação seja inofensiva, conforme afirma o especialista norte-americano Lauriston Taylor.

Em 1934 admitia-se como limite da tolerância cem unidades de radiação por ano; nos nossos dias, o cálculo de cinco unidades é oficialmente considerado como tolerável. A mudança foi radical e evidencia que, dia a dia, transparecem os tremendos perigos a que está exposto o ser humano em face das irradiações.

Não é justo, pois, que o Brasil se submeta docilmente ao papel de cobaia das mais graves experiências que têm sido empreendidas pela ciência mal utilizada, desviada dos seus verdadeiros rumos, que conduzem ao bem-estar social, para os rumos da destruição em massa. (...)

Passo à Mesa o texto do pedido de informações, através do qual poderemos estar armados para defender o Brasil dos perigos da contaminação, não só da atmosfera, mas das suas águas, desde que sabemos que acaba de passar pelas costas brasileiras um barco dos Estados Unidos encarregado de estudar o local mais adequado para jogar o resíduo das usinas atômicas daquele país.

Pan-americanismo

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 10/7/1957, p. 1880-1.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – O pan-americanismo, que no dia de hoje se comemora, constitui sem a menor dúvida um movimento de ação política internacional que, por suas origens, merece a simpatia e a consideração de todos os povos deste continente, sinceramente interessados numa política de autêntica solidariedade e de ajuda mútua para superar nossas dificuldades continentais. Não se pode esquecer que este movimento se originou e tomou consistência como expressão de uma política de emancipação do jugo do colonialismo.

Foi a política anticolonialista do século passado que deu origem a este sentimento, chamado pan-americanismo; tanto assim que, quando se buscam as suas raízes, vamos encontrá-las fincadas na grande obra política de Bolívar, o grande pioneiro da emancipação política e econômica das repúblicas latino-americanas. Foi Bolívar quem primeiro formulou o que ele chamou de Pacto Americano, simbolizando, em suas próprias palavras,

“uma instituição que, formando em todas as repúblicas um corpo político, possa apresentar a América ao mundo com um aspecto de majestade e de grandeza, sem exemplo nas nações antigas. A América, assim unida, se o céu nos concede esse desejado voto – dizia Bolívar – poderá chamar-se a pioneira das nações e a mãe das repúblicas”.

Vem daí este sentimento ainda não corporificado numa doutrina política expressa e explícita, mas já pressentido como um anseio coletivo, através da voz desse visionário que, como todos os visionários, teve o privilégio de viver no futuro e de viver em grandes realizações, das quais ele foi um verdadeiro precursor, tais como a Liga das Nações e a Organização das Nações Unidas.

Foi Bolívar, sem dúvida, o precursor dessas idéias e dessas instituições. O sentimento que ele lançava na área política do século passado foi utilizado sob a forma de uma doutrina elaborada, quando James Monroe enviou ao Parlamento uma mensagem presidencial em que explicitamente declarava a necessidade da estruturação de uma nova política americana na defesa dos interesses territoriais desta parte do nosso planeta. Assim, James Monroe, em sua Mensagem, dizia: “O continente americano, pelas condições de liberdade e de independência que ele assume e mantém, não pode mais ser considerado como campo para futura colonização por parte de nenhuma potência européia”.

Na evolução histórica do nosso continente, vemos que, muitas vezes, quando as nações das outras Américas que não a do Norte – as da América Central e principalmente as da América do Sul – foram expostas a agressões, nem sempre os Estados Unidos vieram em seu socorro: fizeram-se de um tanto surdos, para não intervir na defesa desses territórios. Aí está o caso das Ilhas Falkland, que os ingleses reivindicaram e voltaram a ocupar, sem nenhum protesto dos Estados Unidos da América.

Mas, de qualquer forma, os princípios do pan-americanismo encontraram ressonância nas nações latino-americanas, embora constituíssem uma iniciativa unilateral, partida dos Estados Unidos, com um sentido paternalista de dar a sua proteção aos demais países do continente. Mesmo assim, a iniciativa teve boa receptividade por parte dessas nações, recentemente emancipadas através das suas lutas de independência, e assim se consolidou, em teoria, a chamada Doutrina de Monroe ou do pan-americanismo. Estadistas de vários outros países louvaram essa doutrina e, como homenagem muito especial a uma grande figura de estadista brasileiro, desejo lembrar neste momento a atitude tomada pelo Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva, o qual, em 1826, poucos anos após a Independência do Brasil, pronunciava as seguintes palavras:

“O senso comum, a política, a razão em que se funda e a crítica situação da América estão dizendo ao mundo, a quantos têm ouvidos para ouvir e olhos para ver, que uma liga ofensiva e defensiva de quantos Estados ocupamos neste vastíssimo continente é necessária para que todos e cada um deles possa conservar ilesas a sua liberdade e independência, altamente ameaçadas pelas revoltantes pretensões da Europa.”

Dizia eu que, amparado pelo pensar das elites de várias nações deste continente, ao movimento do pan-americanismo faltava conteúdo real, faltava alguma coisa que o respaldasse substancialmente em face dos interesses em jogo.

Até hoje verificamos que o pan-americanismo, tendo nascido como fruto do idealismo da chamada época histórica da grande ilusão – o liberalismo –, não obteve uma consistência nítida que desse ao continente americano, unido, coeso e forte, um poder político de categoria verdadeiramente continental. Nem mesmo juridicamente podemos falar num direito americano que se possa contrapor ao direito internacional, formulado à base de realidades mais substanciais, com raízes mais profundamente inseridas na realidade social, nas circunstâncias e nos acontecimentos históricos do mundo.

Diante disso, temos que analisar, nos dias de hoje, até onde vai a validade desse movimento chamado pan-americanismo. Encontra ele uma ressonância autêntica nas circunstâncias atuais? Tem ele uma substância que permita que as nações latino-americanas e anglo-americanas deste continente possam se unir dentro dos seus princípios para confiar nessa doutrina, de maneira inabalável?

Este problema deve ser encarado à luz de uma análise objetiva da conjuntura econômica, política e social de nossos dias.

Devemos não esquecer que vivemos hoje esta grande época revolucionária, que é o clímax da revolta anticolonial em sua expressão máxima: revolução que Spengler chamou a Revolução dos Povos de Cor e que, na verdade, tem transcendência e significado tão grande, no dizer de Chester Bowles, no seu magnífico livro *As novas di-*

mensões da paz, quanto a Revolução Norte-Americana, a Revolução Francesa, ou a Revolução Soviética.

Essa revolução anticolonial, que se processa em todos os quadrantes do mundo e através da qual os povos oprimidos e colonizados exteriorizam uma vontade indomável de emancipação, e um desejo incontido de autodeterminação, dá ao pan-americanismo um novo sentido, uma nova orientação, uma nova orientação política.

Ninguém ignora que o nosso continente não pode ser considerado uma só América. Nem geográfica, nem culturalmente. Há três Américas geográficas: a do Norte, a do Centro e a do Sul. E há pelo menos duas Américas culturais: a Anglo-Saxônica e a Latino-Americana ou Ibérica. Desde suas origens essas duas Américas são bem diferentes. Com características e com interesses próprios.

A América Latina se formou sob o signo de uma colonização do tipo medieval, desde que a Península Ibérica, mesmo nos séculos XV e XVI, ainda estava eivada daquele medievalismo que já tinha sido ultrapassado na Europa para além dos Pirineus, mas permanecia vivo na Espanha e em Portugal. Já a América Inglesa fora colonizada sob signo diferente, sob um signo pós-renascentista e pós-luterano, um signo muito mais do mercantilismo do que do medievalismo. Essa diferença de formação levou essas duas forças culturais da América a tomarem rumos até certo ponto divergentes: a América Inglesa, um rumo mais pragmático, e a América Latina, um rumo mais lírico; uma, defendendo mais os negócios, e outra, defendendo mais a cultura tradicional.

Esses rumos diversos não significam, entretanto, que se contraponham as duas Américas de forma a não permitirem o seu mútuo entendimento. Não. Esse entendimento é possível, desde que seja formulado em termos novos, dentro de uma nova concepção daquilo que hoje se chama a cooperação entre os povos.

Este entendimento será de alta utilidade se as duas Américas, principalmente a anglo-saxônica – os Estados Unidos da América – estiverem dispostos a rever essa doutrina, superada pelos fatos,

em novos termos que possam atender às aspirações de emancipação dos povos latino-americanos, não do colonialismo político, pois já somos repúblicas livres, mas do colonialismo econômico ao qual continuamos subjugados.

O pan-americanismo só poderá sobreviver se nele for insuflado este espírito de nacionalismo e de antiimperialismo que constitui a idéia-força de toda a política dos países deste continente. Nesta reformulação de sua realidade política está equacionado o problema do pan-americanismo como uma doutrina de verdadeira cooperação mútua, e não de tentativas de manter qualquer nação sob a tutela estrangeira, mesmo em moldes disfarçados.

Pan-americanismo não pode ser, pois, nem intervencionismo nem tutelismo nos destinos das nações do continente.

É neste sentido que devemos admitir que o desenvolvimento econômico de cada país não pode ser tutelado ou imposto, dentro dos modelos das utopias de exportação, pela porção mais rica da América para a porção mais pobre, mais subdesenvolvida. Toda política de colaboração deve ser formulada em termos de interesse mútuo, dando atendimento completo aos anseios mais profundos de cada nacionalidade.

Devemos por todos os meios diminuir a tensão social num mundo tão dividido como o nosso mundo, separado, por um largo fosso, em dois grupos de povos. Os povos que não comem, e os que não dormem, aterrorizados pela ameaça de revolta dos que não comem.

Sempre fui pela organização de um governo mundial, porque entre os dois tipos de paz: a paz entre os vivos e a paz *post mortem*, sempre preferi a primeira. E porque acredito firmemente que a paz entre os homens constitui um objetivo ao alcance dos recursos humanos e não uma utopia irrealizável. O Governo Mundial representa, a meu ver, o movimento ideal para alcançar este objetivo.

(...) Quando se observa a humanidade sem preconceitos e com real simpatia, com este mínimo de simpatia que é necessário à sua compreensão, verifica-se que, sob a pele variada de suas múltiplas

aparências, todos os homens se apresentam formados de uma idêntica substância, a substância humana, forjada na experiência monótona e sublime das alegrias, das dores, e das angústias que constituem o patrimônio comum de sentimento de todos os homens.

(...) Embora se viva teoricamente no nosso século, sob o signo da ciência, politicamente ainda agimos dentro de princípios e sistemas sociais pré-científicos. (...) Só os cegos não se apercebem de que esta conquista da paz pela supremacia da força armada constitui uma utopia bem maior do que a conquista da paz pela força da lei. Não há maior contra-senso do que querer alcançar a paz com instrumentos de guerra, forjados para serem manipulados na guerra e por isto incitando permanentemente à ação bélica. O caminho real para a construção de uma paz duradoura, e não de uma paz fictícia, hoje sinônimo de guerra fria, é a criação de uma Federação Mundial que, limitando a soberania nacional no campo das divergências internacionais, sem atentar os demais direitos e liberdades das nações, evite os conflitos armados. O instrumento ou a autoridade capaz de realizar este objetivo vital nos nossos dias é o Governo Mundial, integrado por todas as nações do mundo sob a forma de uma Federação de Povos. (...) A ONU é apenas um organismo internacional e não supranacional, como se faz necessário para poder conter com sucesso todos os exageros da soberania de cada Estado.

Caryl Chessman

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 2/7/1959, p. 3746.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – Aproxima-se a hora fatal que soará no próximo dia 11 deste mês³², quando deverá ser conduzido à câmara de gás da prisão de São Quentin, na Califórnia, para cumprir sua pena de morte, o escritor norte-americano Caryl Chessman, condenado à pena máxima há mais de onze anos. (...).

³² 11 de julho de 1959.

Quando se toma conhecimento dos traços marcantes da vida dramática desse condenado à morte, não se pode ficar indiferente ao seu drama singular, ao abismo de miséria e de abjeção em que foi ele lançado e às extraordinárias forças interiores a que ele recorreu para superar e para sobreviver.

A surpreendente transformação que se operou em sua personalidade mórbida, durante esses onze anos em que aguardou a execução de sua pena de morte, foi uma expiação e uma punição terrível e redentora, porque provocaram a sua recuperação moral e social. É por isto que matá-lo agora, fria e premeditadamente, como punição dos crimes cometidos pelo homem que ele fora em outras eras, representa um “ato profundamente desumano e sem nenhuma finalidade”, como afirmou em entrevista concedida à imprensa o notável jurista brasileiro ministro Nelson Hungria.

Chessman foi um desses homens marcados por um destino amargo, nasceu na mais negra miséria, tendo uma mãe parálitica e um pai fazendo parte dos batalhões de desempregados que perambulavam pelas ruas das cidades norte-americanas na negra fase que se seguiu à crise econômica de 1929.

Sem orientação, sem experiência e levado pelo desespero e pela fome, cometeu seus primeiros delitos: pequenos roubos de mercadorias de um armazém para matar a sua fome e a fome de sua família. A fome é má conselheira: desses pequenos delitos passou ele a crimes bem mais graves; aos assaltos à mão armada com todas as suas funestas conseqüências. Preso, foi acusado de toda uma série de hediondas atrocidades, a maioria das quais ele se empenha em negar. Afirma mesmo que sua confissão inicial foi uma farsa, obtida debaixo das mais terríveis violências policiais. Levado a julgamento, se propõe a fazer sua própria defesa, mas fracassa, e em 1948 é condenado à morte na câmara de gás. Mas com uma inquebrantável energia e com um desesperado apego à vida, vem ele obtendo o adiamento desta condenação. Obteve, ademais, licença para requisitar livros das bibliotecas públicas e, estudando quinze horas por dia,

se tornou um homem culto e um escritor. Seus livros, entre os quais se destaca este dramático *2.455, cela da morte*, são hoje *best sellers* mundiais, traduzidos, lidos e comentados no mundo inteiro. É que Chessman, condenado, fez vir à tona de sua personalidade notáveis qualidades, de inteligência e de criação, que permaneciam até então acorrentadas e asfixiadas debaixo da torrente esmagadora do ódio e da violência em que sua vida se desenrolara. Viveu Chessman em seu drama interior aquele sofisma de Bernanos, de que “é preciso ir ao fundo do desespero para encontrar a esperança” e encontrar-se consigo. Da negra vergonha do seu passado brotou um sentimento novo de compreensão, de tolerância, de conformismo, criando uma nova personalidade.

Através da catarse, da purgação mental dos seus crimes relatados pelo escritor, Chessman superou a si mesmo e se reabilitou. Esta é a sua grande virtude: a de vencer definitivamente sua adversidade interior, isto é, o seu maior inimigo, que vivia dentro do seu próprio coração alimentado pelo ódio e pelo rancor.

Ora, este homem, hoje considerado mundialmente um grande escritor e exemplo vivo da capacidade de recuperação e de reabilitação humana, não pode ter cortado o fio de sua vida criadora em face da simples letra morta da Lei. (...)

(...) Meus ilustres colegas, sendo por formação e convicto contra a pena de morte, cuja existência não compreendo em qualquer país que se diga cristão, quando o cristianismo é antes de tudo perdão e não vingança, não poderia me calar diante deste episódio e espero que outras vozes deste Parlamento se levantem para salvar a vida de um homem que soube vencer a sua besta interior apoiado numa esperança e na fé da humanidade.

Contra o racismo na África do Sul

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 14/4/1960, p. 2649-50.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – Sr. Presidente, desejo neste momento exaltar, da tribuna da Casa, um documento enviado da Presidên-

cia da República, o qual, por seu conteúdo e sua significação social e política, engrandece não só o governo, mas também o povo do Brasil.

O documento a que me refiro é um despacho do Sr. Presidente da República, no qual, em nome do Brasil, manifesta S.Exa. o seu total repúdio aos atos inqualificáveis do Governo da África do Sul, que, em sua lastimável política de segregação racial, atenta contra os direitos do homem e contra os princípios mais elementares do patrimônio da cultura e da civilização. (...)

Já não é mais tempo de continuar com aquelas políticas de tapar com mal disfarçado cuidado as chamadas “manchas negras, inferiorizantes” de nossa raça, sendo necessário hoje ultrapassar aquele período em que o Brasil não se afirmava por sua autenticidade mas, ao contrário, por seu artificialismo, que faria do nosso país, na frase expressiva de um grande escritor, “um Brasil oficial e postiço, de mulatos helênicos e de brancos mulatos de fraque, interessados em colocar pronomes e parecerem europeus e norte-americanos”. Hoje vivemos num Brasil bem diferente.

Hoje, o Brasil, que antes de tudo se orgulha de ser brasileiro, de ser autêntico, confessa que na sua formação histórica e cultural entraram influências e sangues branco, índio e negro, e que a contribuição do negro foi das mais expressivas. Tive ocasião, há pouco, num congresso em Roma, convocado pela Associação Européia de Cultura, de mostrar com satisfação que o Brasil é um país formado pela mestiçagem de sangues e pelo sincretismo de culturas e que a contribuição negra à nossa formação histórica foi das mais expressivas no campo da inteligência, da poesia, da música, da formação culinária, da cozinha, da agricultura. (...)

Independência da Argélia

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 17/11/1960, p. 8391-2.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – Sr. Presidente, dentro de poucos dias deverá ser votado na Assembléia da ONU o caso da Argélia, da

guerra trágica da Argélia, que tantos malefícios tem trazido à humanidade e tanta desmoralização tem acarretado ao Ocidente conurbado, nesta época difícil de nossa história. (...)

A Argélia reivindica apenas o direito de autodeterminação, direito de se governar livremente e participar da comunidade dos povos. Votar pela Argélia, neste caso, não é de modo algum votar contra a França. É votar também com a França. Com o que a França tem de melhor, dentro de sua tradição humanista e cultural. (...)

Acabo de regressar da França, lá fui convidado, há dez dias, para fazer uma conferência patrocinada por um grupo de intelectuais franceses de apoio à Argélia. A conferência era paga e sua renda em benefício da Argélia. (...)

Espero não continue o Brasil com sua política exterior limitada e omissa, e que está muito abaixo do nível de respeito que o mundo tributa à nossa pátria. Espero que não se repitam episódios tristes como o ocorrido por ocasião da chegada da missão argelina no Rio de Janeiro, que sofreu ofensas no aeroporto por ordem emanada do Departamento Político do Itamarati. Espero que não continue a discriminação que exerceu o Itamarati contra os cidadãos de Argélia³³. O Brasil é um país livre, de tradições cristãs, e o verdadeiro cristianismo é incompatível com essas orientações escravagistas, colonialistas e imperialistas. Meu apelo é para que o Brasil adote uma política exterior afirmativa, política que faça engrandecer o nome do nosso país no consenso das nações. Apelo, pois, para que o governo brasileiro, coerente com nossa tradição e nossos interesses, vote com a Argélia. Este voto nas Nações Unidas pela Argélia constituirá uma autêntica demonstração da maioria política exterior do Brasil.

³³ Josué de Castro refere-se ao ofício do Departamento Político do Itamarati, de nº PDC 206-6.003-83, assinado pelo Sr. Pio Correia, enviado diretamente ao delegado da Polícia Marítima da Guanabara, Sr. Costa Maia, proibindo o desembarque de uma missão argelina no Aeroporto do Galeão.

Solidariedade a Cuba

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 6/12/1960, p. 8974-5.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – (...) Fazemos parte desta grande família chamada países latinos-americanos, que têm diante de si um grande papel a cumprir. É preciso, pois, que o Brasil se compenetre de que, se de uma parte o mundo desperta, há esse despertar de consciência dos povos oprimidos, no desejo, como dizia, incontrolável de se libertar, que vai obtendo pleno êxito com o crepúsculo, a agonia do colonialismo que se evidencia em todos os continentes, de outro lado devemos nos unir num espírito dentro do panorama latino-americano, ou melhor, pan-americano, para que com convicção, unidas essas forças, reforçadas umas às outras, as repúblicas latino-americanas possam reivindicar os seus direitos e apressar o seu processo de emancipação. Daí a importância do que se chama política do pan-americanismo autêntico, e não superado e vazio de sentido.

Permita-me, Sr. Presidente, que em breves minutos relembre a origem do pan-americanismo. Ele nasceu com o sentimento de nacionalismo e de emancipação anticolonialista. Foi nos princípios do século passado que as repúblicas latino-americanas começaram a lutar contra as metrópoles colonizadoras que as exploravam como simples áreas de produtos de exportação para enriquecimento desses países industrializados, com as matérias-primas obtidas a preço vil. Começaram os países a emancipar-se. E foi nessa hora que nasceu, sob a iniciativa dos Estados Unidos da América, naquele ato do presidente Monroe, o que se chamou pan-americanismo ou Doutrina de Monroe, em 1823. O nosso país engatinhava, tinha dois anos apenas de independência, outros um pouco mais. Mas todos se felicitaram por encontrar na grande república irmã do hemisfério norte apoio ao seu desejo de emancipação e segurança contra as ameaças, que se esboçavam, de que os países europeus iriam retomar as suas colônias e implantar seu jugo sobre os países recém-emancipados. Este movimento recebeu apoio dos países latinos e se

corporificou em princípios através dos quais os Estados Unidos se comprometiam a lutar e defender os países latino-americanos que fossem ameaçados em sua soberania.

Infelizmente, entretanto, isso não se passou. Os Estados Unidos se fizeram de surdos várias vezes em que as repúblicas latino-americanas foram agredidas e em que foram espoliadas de parte de seu território, como no caso das Ilhas Falkland, que foram retomadas pela Inglaterra, sem que os Estados Unidos intervissem na defesa de um direito claro. Ademais, permaneceram várias colônias no continente americano, quando a Doutrina de Monroe dizia expressamente – e eu desejo ler – que:

“O continente americano, pelas condições de liberdade e de independência que assume e mantém, não pode ser considerado como campo para futura colonização por parte de nenhuma potência européia”.

Sabemos, entretanto, que continua a haver colônias na América Central e na América do Sul – as Guianas – sem que os Estados Unidos da América pugnem pela emancipação desses povos. Assim, pouco a pouco, o pan-americanismo foi-se esvaziando de conteúdo pelo não-cumprimento dos seus princípios, por falta de sentido das suas palavras, que eram ocas, nada significavam de substancial. Daí a necessidade de revisão do pan-americanismo, para que lhe seja dado um conteúdo, não apenas histórico ou tradicional, mas que seja vigente, ativo, e signifique alguma coisa neste momento histórico em que a América Latina se afirma, como uma só vontade. E vontade de quê? Vontade de emancipação e independência contra toda e qualquer forma de exploração colonial.

Daí, Sr. Presidente, a necessidade de que o Brasil – líder natural no concerto dos países americanos – analise os problemas de política externa com serenidade e com objetividade, com um mínimo de paixão e um máximo de consciência clara e nítida. Mais consciência e ciência do que ardor cívico, que, às vezes, não traduz mais do que arroubos de falso patriotismo. Devemos ver as coisas claras como

são; devemos ver onde estão os perigos, os meios e os recursos dos quais podemos lançar mão para vencer esta situação difícil.

Daí a necessidade de atentarmos bem para o terrível e grave problema da República de Cuba; daí procurarmos visualizar o que se está passando em Cuba.

Sr. Presidente, o que está se passando em Cuba não é senão uma distorção dos direitos mais autênticos de uma nação que quer apenas emancipar-se das tutelas estrangeiras colonialistas que oprimiram seu povo até recentes anos. Sabemos que, quando a República de Cuba se emancipou, em fins do século passado, foi com a ajuda dos Estados Unidos da América. Dois anos depois os Estados Unidos, que prometeram garantir a independência de Cuba, fizeram aprovar uma lei no seu Parlamento, através da qual a soberania de Cuba era espezinhada. Por essa lei ficavam os Estados Unidos com o direito de intervir em Cuba para reajustar as supostas distorções dos direitos do governo.

Ora, isso recebeu logo o protesto do governo cubano. Mas, de lá até hoje, Cuba nunca se emancipou e tinha grandes parcelas do seu território na posse de estrangeiros. Sua economia foi monopolizada pelo capitalismo imperialista norte-americano, que absorveu três quartas partes da produção nacional, feita sob a forma de monocultura colonial do açúcar; que por sua vez açambarcava três quartas partes de todas as terras cultiváveis da nação. Daí a fome reinante em Cuba; daí o desemprego, fazendo com que mais da metade da população vivesse cronicamente sem trabalho e três quartas partes sem emprego no chamado período morto da entressafra, quando as usinas param, e quase toda a população não tem o que fazer. Não vou repetir aqui o que era o estado de miséria, de fome, de doenças, de ignorância, de atraso em que vivia o povo cubano nas suas malocas, nas suas choças, porque isso tem sido descrito inúmeras vezes. Quero apenas dizer que é humano e justo este povo, um dia, rebelar-se contra tal estado de coisas e, através de esforço hercúleo, emancipar-se e organizar um governo que limpe a nação do opróbrio dessa opressão de tipo colonial. Foi o que fez Cuba. Infelizmente, foi ne-

cessário mudar a estrutura, porque o problema era estrutural, e, ao tocar na estrutura através da reforma agrária, atingiu o monopólio e os interesses escusos dos grupos imperialistas de Wall Street. Como, lamentavelmente, os Estados Unidos hoje não estão realizando a missão histórica que lhes conferiram os grandes fundadores da democracia no mundo, por intermédio da sua grande revolução, e confundem o interesse privado dos financistas de Wall Street com o interesse do povo americano, resolveram intervir em Cuba, através de uma campanha de difamação, de coerção econômica e através de ameaças, boicotando-a, para arruinar a sua economia. Isto fez com que Cuba, desesperada, procurasse novo mercado para seu açúcar atrás da “cortina de ferro”, no mundo socialista. Porque negociou com país socialista, porque fez o mesmo que os Estados Unidos, Cuba é tachada de comunista. É portanto uma interpretação falsa e de má-fé. A Revolução Cubana não é comunista; é sim, uma revolução de emancipação econômica. Está sendo levada para o lado dos comunistas pela pouca inteligência e compreensão do Departamento de Estado Norte-Americano, que não apoiou aqueles que se querem emancipar, mas apóia os opressores, os ditadores, contra os interesses deste povo, levando-o ao desespero.

Veja-se o que aconteceu com o Japão, que foi levado ao fascismo e à guerra pela pressão do cerco de ferro da fome que os Estados Unidos lhe fizeram.

O mesmo fato está se dando em Cuba. Os países latino-americanos devem alertar os Estados Unidos e unir-se para não permitir que Cuba saia da família latino-americana, porque aquela nação é, hoje, a expressão máxima da aspiração de todos os povos latino-americanos – aspirações de independência, de liberdade, de autodeterminação e de autogoverno.

É nesse sentido, Sr. Presidente, que tenho a honra de trazer ao conhecimento do Congresso Nacional um documento, assinado por algumas das mais significativas figuras das elites e das massas do nosso país. Esse documento diz o seguinte:

“Brasileiros!

Neste momento de perigo para a paz e a tranqüilidade dos povos americanos, quando a República de Cuba se vê ameaçada em sua soberania e cerceada no seu direito inalienável de autodeterminação, o Brasil deve estar alerta para, coeso, defender o princípio fundamental de que cada povo é o senhor absoluto de seu destino.

O princípio da não-intervenção nos assuntos internos de cada nação, postulado profundamente arraigado em nossas consciências, impõe uma tomada de posição firme e ativa do Brasil pela intangibilidade da soberania da pátria de José Martí. Com tal objetivo e visando estreitar cada vez mais os laços de solidariedade fraterna que nos unem ao nobre povo cubano, convocamos todos os brasileiros, sejam quais forem as suas convicções políticas ou ideológicas, a manifestarem vigorosamente o seu apoio a um grande movimento de opinião pública contra qualquer ingerência estrangeira, seja econômica, diplomática ou militar, nos destinos políticos da gloriosa República de Cuba, e a prestigiarem as atividades da Comissão Brasileira contra a Intervenção em Cuba, entidade que ora se constitui na defesa desses sagrados princípios.

Assinam: Deputado Josué de Castro, Senadores Lourival Fontes, Antônio Baltar e Nogueira da Gama; Deputados Federais: Bento Gonçalves, Arthur Virgílio, Sérgio Magalhães, Barbosa Lima Sobrinho, Vasconcelos Torres, José Joffily, Coutinho Cavalcanti, Ramon de Oliveira Neto, Celso Brant, Valdir Pires, Ivete Vargas, Domingos Velasco, Aderbal Jurema, Adílio Viana, Jonas Bahiense, Waldir Simões, Temperani Pereira, Sílvio Braga, Lício Hauer, Clidenor de Freitas, Almino Affonso, Dagoberto Salles, Salvador Losacco, César Prieto, Antônio Baby, Campos Vergal, Humberto Lucena, Aarão Steinbruch, Sousa Leão, Teobaldo Neumann, Milton Reis, Breno da Silveira, Rezende Monteiro, Henrique de La Roque, Lustosa Sobrinho, Hermógenes Príncipe, Clóvis Mota, Euzébio Rocha, Clélio Lemos, Saturnino Braga, Jacob Frantz, Adahil Barreto, Eloy Dutra,

Fernando Santana, Wilson de Sá Sena; Álvaro Lins, escritor; Oscar Niemeyer, arquiteto; Evandro Lins e Silva, jurista; Oliveira Guanais de Aguiar, presidente da UNE; Rafael Martinelli, presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários; Humberto Menezes Pinheiro, presidente da Contec”.

Seguem-se centenas de outras assinaturas.

Esse documento exprime parcela apreciável da vontade do nosso povo. Por isso, da tribuna desta Casa, que deve fazer eco à vontade do povo, conclamamos os homens livres do Brasil para que meditem serenamente sobre esse problema e serenamente apóiem uma revolução que é um anseio não só do povo de Cuba, mas de todos os povos latino-americanos.

11ª Conferência Geral da FAO³⁴

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 13/12/1961, p. 10683-7.

O SR. JOSUÉ DE CASTRO – (...) A FAO é o organismo internacional, a agência especializada da ONU, que tem como finalidade precípua lutar contra a fome e a subnutrição no mundo.

Nestas condições, as suas atividades interessam sobretudo a um país como o nosso, que procura por todos os meios libertar-se deste flagelo.

Nós, brasileiros, temos consciência de que não há um remédio específico contra a fome, que fome é sinônimo de subdesenvolvimento, e, que, enquanto formos uma nação subdesenvolvida, teremos irremediavelmente o fantasma da fome, como uma componente da paisagem cultural brasileira.

A FAO, Sr. Presidente, é este organismo que tem como finalidade cooperar com todos os povos do mundo, que, como membros integrantes, se beneficiam de sua orientação, de seu apoio, da sua colaboração e cooperação técnica e financeira. (...)

³⁴ Josué de Castro foi indicado como presidente da Delegação Brasileira na 11ª Conferência Geral da FAO, em Roma, em novembro de 1961.

A FAO foi criada por iniciativa do saudoso presidente Roosevelt, em 1944, em plena vigência da última guerra mundial, quando já se vislumbrava a paz. (...)

A 11ª Conferência Geral da FAO, realizada em novembro último, em Roma, teve algumas características especiais que merecem ser postas em destaque, neste momento, para o povo brasileiro e para os seus representantes, nesta Casa. É que esta conferência se caracterizou por uma mudança no comportamento político da instituição, que passou a ser, praticamente, governada e orientada pelas nações subdesenvolvidas e não pelas grandes potências, que, até então, manipulavam inteiramente as Nações Unidas, e especificamente as suas agências especializadas. O fato de terem entrado para a FAO, nessa conferência, dezoito países novos do continente negro, países africanos recentemente emancipados do colonialismo político e possuídos de um grande desejo de participar dos destinos do mundo, deu à conferência da FAO novo sentido, nova orientação, novo comportamento, nova filosofia de ação, passando do debate estéril e lírico, que tamponava os problemas, mas não os resolviam, às soluções imediatas, diretas e práticas, no sentido de ajudar os países a emancipar-se da fome, em vez de engodá-los com panfletos que, na verdade, nem matam a fome nem concorrem, verdadeiramente, para resolver o problema.

Essa última conferência da FAO foi chamada de conferência dos países subdesenvolvidos. Seu orçamento de 64 milhões de dólares foi aprovado integralmente, sem nenhum corte, porque o grupo maciço das nações subdesenvolvidas constituído de 72 nações, num total de 100 membros, chamado Bloco Latino-Americano-Afro-Asiático – que tenho a honra de presidir desde que o Brasil foi homenageado com essa distinção – aprovou esse orçamento, com a condição de que ele fosse, realmente, aplicado no sentido de emancipar as nações famintas e subdesenvolvidas desse terrível flagelo, que é a fome. (...)

(...) O que fez esse Congresso e o que dele pode resultar objetivamente, nessa luta contra a fome, que não deve ser uma luta de

palavras, de simples doutrinas, mas uma luta autêntica e real e real para emancipar dois terços da humanidade que continua morrendo de fome. (...)

(...) Durante quatro semanas em sessões matinais, vespertinas e noturnas, fiz parte das várias comissões que debateram o assunto. Apenas posso aqui salientar os pontos fundamentais e mostrar os aspectos que mais interessam ao Brasil. É o que vou fazer a seguir.

Os assuntos fundamentais do Congresso foram três: 1) análise da situação alimentar do mundo atual; 2) estudo do grave problema dos excedentes alimentares e de como utilizá-los, racionalmente, no interesse das populações subnutridas; e, 3) como dar à campanha mundial contra a fome a eficácia necessária para que ela não seja apenas um *slogan*, mas uma realidade que se imponha à confiança dos povos que, tendo fome, se impacientam de sair desse estado. (...)

(...) Esses povos sabem que sua fome não é uma contingência natural, irremediável, mas produto de estruturas econômicas defeituosas e egoístas de tipo colonial ou neo-colonial, que, como sobrevivência da escravidão dos tempos feudais, mantêm escravizados à fome e à miséria os aparentemente povos livres, povos e grupos humanos esfomeados e espezinhados pelos círculos de ferro da fome, da miséria e do subdesenvolvimento. (...)

Há anos temos lutado no sentido de que os excedentes alimentares sejam aproveitados, não como arma de submissão política e de exploração, mas como fator de propulsão do desenvolvimento econômico das regiões mais pobres do mundo. (...)

Sobre os planos da Campanha Mundial contra a fome, criada há dois anos pela X Conferência da FAO e cujo primeiro comitê intergovernamental reunido em maio de 1960 teve a honra de presidir, a delegação brasileira, levando instruções específicas, moldadas dentro da nova política exterior do Brasil, instituída pelo atual chanceler, professor San Tiago Dantas, expressou o seu ponto de vista de que a luta contra a fome não se deve limitar à simples denúncia do problema, nem a uma simples batalha pela produção agrícola mundial. (...)

Aos pobres pertence o Reino da Terra

Discurso pronunciado por Josué de Castro no Conselho Mundial da Paz, em Estocolmo, ao presidir a sessão dedicada ao estudo das armas atômicas, em 1954.

Após esta brilhante e instrutiva discussão em torno dos graves problemas da corrida aos armamentos e do uso das armas atômicas, pouca coisa tenho a acrescentar sobre o assunto. Apenas algumas palavras para ressaltar certos aspectos que me parecem essenciais na luta mundial pela paz, pondo em relevo toda a extensão do perigo que pesa sobre o mundo pela intempestiva corrida aos armamentos de guerra.

Este perigo não está apenas em relação direta com o espantoso poder destrutivo das armas atômicas, capazes de aniquilar toda a humanidade, como vem sendo revelado pelos homens de ciência que se ocupam do estudo da energia nuclear. Sabe-se, na verdade, que o lançamento em larga escala das bombas atômicas provocará rapidamente uma contaminação radioativa de toda a atmosfera terrestre, da qual resultará o desaparecimento de toda espécie de vida na superfície do solo: a vida humana, a vida animal e a vida vegetal. E o homem, que construiu toda a civilização, que soube cobrir a terra de um revestimento variado de criações humanas, que escreveu, enfim, com suor e com sangue a história da humanidade na própria pele da terra, desaparecerá de vez deste planeta, reduzido então a uma carcaça envolta no silêncio da eternidade. Não é apenas este o perigo que pesa sobre o nosso mundo através do armamentismo e da utilização da energia atômica como arma de destruição maciça. Há outro que ameaça a paz de maneira indireta. É que as armas de guerra custam somas fabulosas. Todos sabemos que os orçamentos de guerra das grandes potências, neste período chamado de guerra fria, são orçamentos astronômicos que esmagam a própria humanidade, pois fazem concentrar numa atividade negativa, numa atividade destrutiva, recursos econômicos que deviam ser empregados no bem-estar das coletividades. É este o ponto que eu desejo pôr em

destaque através da apresentação de certos dados estatísticos que exprimem com a eloquência dos números a louca política armamentista.

Sabemos bem que o maior perigo contra a paz é o desequilíbrio que divide o mundo no momento em dois mundos antagônicos, com um antagonismo maior do que o antagonismo físico dos dois pólos da Terra ou o antagonismo econômico dos dois mundos ideológicos – o do mundo soviético e o do mundo capitalista ocidental. O que divide os homens não são as coisas em si, mas as opiniões que eles têm das coisas – as suas idéias. E as idéias dos povos ricos são bem diferentes das idéias dos povos miseráveis. Se estudamos o que se passa no mundo atual sob o ponto de vista econômico, podemos ver, através dos dados recolhidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), coisas assustadoras. No nosso mundo atual, os vinte países mais ricos do mundo, que concentram apenas 16% da população mundial, desfrutam uma renda de mais de 70% da renda universal. E, no entanto, no outro extremo, os quinze países mais pobres do mundo, nos quais se concentram mais de 50% da população mundial, não dispõem de 10% da renda total do mundo. Este contraste econômico mostra como é difícil obter a paz universal sem a unidade dos mundos, sem a unificação e a compreensão integral do mundo, sem a unificação que permita a coisa mais difícil dos nossos tempos, que é a convivência do homem com o próprio homem. Não se alcançará jamais uma paz estável num mundo dividido entre a abundância e a miséria, entre o luxo e a pobreza, entre o esbanjamento e a fome. É absolutamente necessário terminar com esta tremenda desigualdade social. Infelizmente cada vez mais se alarga o fosso que separa os países ricos e os países pobres, os países chamados bem desenvolvidos – industrial e tecnicamente – e os países que se chamam subdesenvolvidos. É hoje noção universalmente aceita de que dois terços da humanidade continuam morrendo de fome. Esses dois terços de subnutridos e famintos se concentram exatamente nas regiões chamadas subdesenvolvidas do mundo. Será que este sombrio mapa da fome, esta geografia da

fome, com suas manchas que envergonham a própria humanidade, tende a clarear um pouco? Possuímos alguns dados que são aparentemente encorajadores. Os inquéritos levados a efeito pela FAO revelam o fato animador de que, nos últimos quatro anos, a produção alimentar no mundo aumentou numa proporção de 3% por ano, enquanto o crescimento da população mundial foi de apenas 1,5%, isto é, o aumento da produção de alimentos corresponde ao dobro do crescimento da população. Esses fatos demonstram a falacidade dos argumentos de que é impossível acabar com a fome do mundo de acordo com aquele velho conceito malthusiano de que o mundo tem que perecer irremediavelmente de fome porque o crescimento da população se faz numa progressão muito mais intensa do que a do aumento da produção de alimentos. Os fatos contestam definitivamente esta hipótese arcaica e desmoralizada. O mundo dispõe de recursos suficientes para nutrir uma população muito mais densa do que a população atual. A natureza não é mesquinha, não fornece recursos insuficientes. Quem tem sido mesquinho é um certo tipo de humano, representante dos grupos sociais que se apoderaram dos recursos naturais e procederam a uma divisão injusta e desigual. Mas se os dados recolhidos pela FAO dão uma impressão de melhoria do retrato alimentar do mundo, na realidade é apenas aparência, porque este aumento da produção alimentar se processou quase exclusivamente nos países bem desenvolvidos. Nos países famintos, nos países subdesenvolvidos, a produção continua a ser insuficiente e seu crescimento não corresponde ao crescimento de suas populações. Na nossa economia do lucro não basta produzir, desde que os grupos subdesenvolvidos não dispõem de um poder aquisitivo suficiente para absorver a produção. Daí reaparecer na economia do mundo o problema da superprodução, o grave problema dos excedentes de alimentos que são acumulados sem que se saiba como utilizá-los, desde que os países pobres não dispõem de divisas para importá-los. Chegamos à mesma situação crítica de antes da última grande guerra, quando em 1930 os economistas reunidos numa conferência mundial em Genebra chegaram à triste

conclusão de que vivíamos num mundo de abundância no meio da miséria e que só havia uma maneira de salvar o mundo: era controlar e restringir a produção, embora a maioria estivesse morrendo de fome. Foi este espetáculo que permitiu a Kenneth Boulding afirmar que todas as civilizações até nossos dias têm sido sempre pequenas ilhas de abundância envoltas num oceano de misérias.

É preciso mudar esse estado de coisas na nossa civilização, que dispõe de recursos adequados para tal fim. Mas o problema não é apenas técnico; é antes de tudo econômico e repousa na necessidade de desenvolver de maneira adequada as regiões subdesenvolvidas do mundo. Infelizmente, estas regiões não encontram os recursos e auxílios suficientes para sair de sua escravidão econômica. Estes países têm necessidade de um auxílio internacional para promover os investimentos indispensáveis ao seu progresso econômico. E, infelizmente, não têm obtido este auxílio porque os capitais são em sua grande maioria investidos nos países bem desenvolvidos nas indústrias de guerra. Eis a razão pela qual vemos relações tão perigosas entre o rearmamento, a pobreza, a miséria e o subdesenvolvimento do mundo atual. Os estudos realizados pelas agências especializadas das Nações Unidas mostram que países subdesenvolvidos necessitam, anualmente, pelo menos de um fluxo de capital de cerca de quinze bilhões de dólares para manter um desenvolvimento regular capaz de promover o desenvolvimento econômico e social desses países. Infelizmente, estes fluxos de capital vêm minguando progressivamente e nos últimos anos não atingiram dois bilhões de dólares. Como sair desta situação angustiante?

É verdade que há a assistência internacional. Não posso negar que alguma coisa tem sido feita pelos programas de assistência internacional nos domínios da agricultura, da saúde, para melhorar os níveis de vida das regiões subdesenvolvidas. Mas é muito pouco o que tem sido feito e isto porque os recursos materiais, os orçamentos das instituições internacionais que se ocupam desta assistência são incrivelmente insuficientes. O orçamento de todos os organismos internacionais que oferecem assistência técnica aos países sub-

desenvolvidos não representa a fração insignificante de 0,5% dos orçamentos de guerra das grandes potências.

Vejamos um exemplo significativo: o exemplo da Grã-Bretanha, que despende com a guerra fria 1,65 milhões de libras esterlinas por ano e apenas 40 milhões de libras, ou seja 2,5% do que despende com a preparação da guerra, com todos os programas de assistência técnica às regiões subdesenvolvidas, entre as quais se incluem extensas áreas coloniais britânicas. Por que não cuidam as grandes potências em ampliar esses programas? Porque concentram o grosso de suas possibilidades econômicas com a fabricação dos equipamentos de guerra.

As regiões subdesenvolvidas, produtoras de matérias-primas, muitas delas necessárias à própria indústria da guerra, têm sua economia sempre abafada pelos interesses dos grandes grupos industriais, ligados às indústrias bélicas. Temos um exemplo deste fato na América Latina. É fato universalmente reconhecido hoje que a América Latina não pode se industrializar num ritmo adequado por falta de divisas que lhe permitam a importação da maquinaria necessária ao seu desenvolvimento industrial. E por que isto? Será que a América Latina não trabalha e não produz? Através de uma consulta aos dados estatísticos verifica-se que a exportação bruta, em quantidade, de matérias-primas da América Latina é muito maior do que a de antes da última grande guerra. Também a exportação bruta da América Latina por pessoa é muito maior do que a de antes do último conflito mundial. Mas o rendimento dessas matérias-primas, proporcionalmente aos preços dos produtos de importação, é muito mais baixo. Isto traduz bem a força despótica do imperialismo econômico e colonial, que fixa preços baixos para as matérias-primas e preços altos para os produtos industriais fabricados nos países bem desenvolvidos, as grandes potências que continuam a explorar colonialmente uma grande parte do mundo.

A união universal dos povos para uma revisão da economia do mundo constitui a esperança de libertação desta economia colonial, e somente assim poderemos estar certos de vencer a guerra contra a

guerra e de ganharmos a paz. É por isto que me parece encorajador o fato de que por toda parte desperte este sentimento de compreensão e comunhão universal entre os países sofredores. Na verdade os países subdesenvolvidos levantam-se do seu estado de apatia e de passividade, tomando consciência de sua miséria. Isto foi bem expresso por Nehru, primeiro-ministro da Índia, quando afirmou que a fome e a miséria sempre existiram na Índia. São coisas velhas; o que é novo na Índia é a consciência que tem o povo hindu de sua miséria e a impaciência de sair dela. Os povos coloniais têm a consciência de que a miséria e a fome não são fenômenos naturais e sim fenômenos de criação humana, produtos da injustiça social, produtos de uma estrutura econômica que visa apenas ao lucro, ao interesse exclusivo de certas minorias e não ao bem-estar das coletividades. De uma economia viciada no interesse exclusivo dos construtores de calamidades, dos aproveitadores do sofrimento da humanidade.

Não desejo me estender mais, mas apenas fazer um apelo para que seja criado um conselho universal de homens de ciência que denuncie ao mundo os perigos da energia nuclear como arma de destruição maciça e que insista na necessidade urgente de desviar os recursos ora utilizados em armamentos para a luta contra a fome e a miséria universais. Quanto à maneira pela qual devemos agir, ainda não sabemos exatamente, mas é necessário começar a agir. Os homens de ciência e os intelectuais, um tanto descrentes dos políticos, não devem, por isto, manter-se indiferentes. Quando se perguntou a Einstein por que se tinha com relativa facilidade chegado à construção da bomba atômica e encontrava-se tanta dificuldade para o seu controle, ele respondeu que possivelmente porque a política é muito mais difícil do que a física. Ora, como a política é tão complicada, comecemos pelo mais simples, pela aplicação do método científico na possível solução do problema. Os trabalhadores da ciência, os intelectuais, os homens de pensamento, os homens de boa vontade devem reunir-se no mundo inteiro para lutar contra o perigo cego que ameaça nosso mundo. Há dois caminhos diante de nós: o cami-

nho do pão e o caminho da bomba atômica. É preciso escolher sem vacilação. Eu simbolizo pelo caminho do pão o caminho da justiça social para dar pão a todos os que têm fome, convidando para o banquete da terra os dois terços da humanidade que até hoje permaneceram fora da mesa, recebendo apenas nos intervalos algumas migalhas. É preciso que o nosso mundo nos pertença verdadeiramente. Creio que já passou o tempo em que os povos miseráveis se conformavam, segundo a frase das escrituras sagradas, de que também aos pobres pertence o reino dos céus. Devemos pensar que também aos pobres pertence o reino da terra, pois a terra é um bem comum para servir a todos os homens. Se não trabalharmos com energia para nos desviarmos do caminho da bomba, do caminho da perdição, seremos expulsos da terra. E aqueles que perderam o reino dos céus perderão também o reino da terra...

A coexistência política e a paz

Discurso pronunciado por Josué de Castro em Helsinque, ao receber o Prêmio Internacional da Paz, outorgado pelo Conselho Mundial da Paz em 15/5/1955.

Esta cerimônia na qual se realiza a entrega dos Prêmios Internacionais da Paz é bem um símbolo e um sinal dos nossos tempos. De nossos tempos de universalização do homem. O júri dos Prêmios Internacionais da Paz, composto de personalidades do mundo inteiro, resolveu conceder um de seus prêmios a um homem de um país distante, de um país novo, de um país tropical: o Brasil. A entrega deste prêmio se realiza num país europeu, num país subpolar, a Finlândia, nesta bela cidade de Helsinque, que é a mais setentrional das capitais do mundo. Para saudar o homem do continente americano foi escolhido um escritor francês, Vercors³⁵, cujo gênio literário simboliza toda a grandeza do humanismo desta velha Europa, berço de toda a cultura ocidental. Em torno desses personagens centrais vêem-se homens e mulheres vindos de todos os recantos do mundo

³⁵ Vercors, ao fazer a entrega do prêmio a Josué de Castro, saudou-o com as seguintes palavras: "Aqueles que ousam se contrapor aos conhecimentos adquiridos para fazer tudo de novo chamam-se Pasteur, Einstein, Michurin ou Josué de Castro".

para participar de todos os atos desta Assembléia Mundial da Paz. Este cenário mostra bem e de maneira definitiva a universalidade dos homens. Faz ressaltar a universalidade dos homens e as possibilidades de compreensão e de fraternidade entre os homens do mundo inteiro.

O homem é o único animal que conseguiu alargar o seu hábitat, isto é, sua área de vegetação, sobre toda a superfície da terra, desde os desertos polares até as sombrias florestas tropicais. E cada dia consegue o homem conquistar novos espaços terrestres pela força dominadora de seus conhecimentos técnicos. Todos os outros animais possuem áreas limitadas para cada espécie. Só a espécie humana conseguiu com sua técnica inventiva e criadora conquistar toda a terra, fazendo da terra inteira uma terra dos homens. Talvez esta excessiva força dominadora da espécie humana, que permitiu ao homem conquistar e pôr ao seu serviço os recursos e potencialidades do mundo, tenha cegado um pouco esta espécie, dando-lhe um sentimento de orgulho desmedido e tendo conduzido certos homens a tentar conquistar não somente a terra, mas também outros homens. E esta dominação do homem pelo homem ameaça conduzir ao fracasso todas as brilhantes vitórias da espécie humana e macular toda a beleza desta história escrita na própria pele da terra com o suor e o sangue de centenas de gerações de homens. Pois não se deve confundir as forças naturais com as forças vitais da espécie humana. A terra foi criada para servir ao homem e lhe apraz esta servidão, mas o homem foi criado para sentir o prazer da vida e não pode resignar-se à escravidão. Daí a revolta dos povos dominados, em face dos povos dominadores.

O sinal de nossos tempos, ao qual eu fazia alusão no começo deste discurso, em ligação com esta universalidade do homem, é precisamente esta aspiração universal de que ao mesmo tempo que domina a terra deve o homem também dominar os instintos egoísticos de conquista e de poder, a fim de que seja criado no mundo um sentimento universal de amor entre os homens. Trabalham os homens de boa vontade por toda parte para obter ao mesmo tempo

a libertação da escravidão natural e a libertação da escravidão humana. Os homens de ciência, os intelectuais e os pensadores devem tomar a iniciativa de pôr a cultura, a ciência e a técnica a serviço deste objetivo.

É um dever do intelectual procurar superar a enorme distância que separa os progressos materiais da ciência do progresso moral da humanidade. Deve-se constatar que se a nossa civilização atual repousa em grande parte sobre a ciência aplicada, que constitui os fundamentos de nosso progresso, ela conserva, no entanto, até o presente, um patrimônio espiritual constituído essencialmente por idéias pré-científicas. A verdade é que nossa civilização assimilou um grande número de inventos científicos, mas não aceitou incorporar ao mesmo tempo ao seu patrimônio as idéias científicas e os princípios científicos que conduziram à descoberta destas invenções.

É por isto que o mundo aceita de bom grado as descobertas dos homens de ciência, mas se opõe, em geral, às tentativas que fazem estes homens de intervir na aplicação mais racional dessas descobertas. O exemplo mais dramático desta situação é o da descoberta da energia nuclear. O mundo que hoje possui este segredo arrancado à intimidade substancial do átomo pela força criadora da ciência não sabe como controlar esta força e não quer confiar esta missão aos homens de ciência.

É preciso, pois, que nos esforcemos para pôr a ciência a serviço do homem, a serviço do bem-estar social das grandes massas humanas.

Este tem sido até hoje o objetivo de todos os meus esforços, limitados naturalmente pelas minhas modestas possibilidades, e julgo ter sido o espírito com o qual estudei os problemas da miséria humana e do desequilíbrio econômico do mundo, com suas causas e efeitos, que nos proporcionou esta honra excepcional de ser laureado com o Prêmio Internacional da Paz.

Considero esta distinção como um novo estímulo para que continue a trabalhar pela paz, por todos os meios possíveis e com todas

as minhas forças. Há pessoas para as quais existem diferentes espécies de paz e por isto estão dispostas a trabalhar por uma espécie e não por outra. A meu ver no mundo atual não há senão uma única espécie de paz e uma única espécie de guerra: é a paz ou a guerra que se poderá estabelecer entre os dois grandes blocos de forças agrupadas, uma em torno dos Estados Unidos e outra em torno da União Soviética. Para trabalhar pela guerra, basta incitar um desses blocos a aumentar as suas forças e prosseguir com suas provocações e inevitavelmente o outro bloco fará a mesma coisa e teremos a guerra. Para trabalhar pela paz é necessário desarmar os espíritos e as forças que se opõem, mostrando dos dois lados as vantagens da paz sobre a guerra como solução humana. É bem difícil acreditar que possa a humanidade preferir a guerra à paz, mas é necessário trabalhar com afinco para aplainar o caminho e para preparar o terreno sobre o qual poderá frutificar a verdadeira paz entre os povos. Os ingredientes da guerra são o ouro acumulado à custa do sofrimento e da miséria de dois terços da humanidade e as armas produzidas pela aplicação malsã da ciência a serviço da destruição e da morte.

Os ingredientes da paz são o amor e o pão. O pão para ser fornecido a todos os homens de boa vontade. Estou certo da vitória do amor e da amizade sobre as bombas atômicas, pois a humanidade sempre sobreviveu pela força das circunstâncias a todas as crises da história e foi por isto que tomei o partido da paz, seja no seio das Nações Unidas, onde tenho a honra de presidir um organismo especializado, a Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), cujo objetivo é auxiliar a obtenção de uma diminuição da tensão política mundial e de uma coexistência pacífica entre todos os povos da terra.

No momento de receber este prêmio que muito me honra, desejo apresentar meus sinceros agradecimentos a todos os membros do júri, cuja generosa unanimidade em torno do meu nome me comoveu profundamente. Devo ressaltar particularmente como me sinto lisonjeado pela honra de ver na presidência desta cerimônia um

escritor e poeta da categoria de Nazim Hikmet, presidente do júri dos Prêmios Internacionais da Paz. Permito-me, também, assinalar quanto me sinto feliz por contar entre meus eleitores para este prêmio com o escritor brasileiro Jorge Amado, cuja obra de romancista constitui uma das glórias culturais mais expressivas do meu país. Quero também apresentar meus vivos agradecimentos ao Sr. Jorge Zalamea, secretário do júri, pela abnegação com que se esforçou em organizar esta tão bela cerimônia.

Para terminar, desejo agradecer do fundo de meu coração as palavras generosas e impregnadas de um sentimento de fraterna compreensão que foram pronunciadas a meu respeito pelo grande escritor francês Vercors. Eu não poderia aspirar a maior honra que a de receber este prêmio das mãos deste homem de pensamento e de ação, deste herói da resistência contra a escravidão nazista, cuja obra genial *O silêncio do mar* é a expressão mais cintilante da grandeza e da dignidade humana.

Aproveito a oportunidade para informar aos membros da Assembleia Mundial da Paz acerca da resolução que tomei de utilizar parte deste prêmio como contribuição inicial para a constituição de um Fundo Internacional contra a Fome, que terá como objetivo trabalhar para criar uma consciência universal das graves consequências para nosso mundo do estado de fome generalizada de que sofrem mais de um milhão de seres humanos.

Faço este projeto para o futuro porque creio otimistamente no futuro. É verdade que certas circunstâncias atuais criam, em alguns espíritos, o desânimo e o desespero, vê-se renascer às vezes em nosso mundo esta atitude derrotista dos donos do mundo, do tempo de Luís XV, que pronunciaram a célebre frase “depois de mim, o dilúvio”. A frase hoje é ainda mais trágica, pois não haverá “depois de mim”, e sim haverá “comigo o dilúvio”. Mas eu creio que todos aqui presentes estão dispostos a reagir contra este suicídio premeditado, mantendo-se do lado oposto ao derrotismo e afirmando com confiança “conosco a vitória da Paz”.

Josué de Castro: provável Prêmio da Paz

PEDRO BLOCH

Revista *Manchete*, seção Gente que é Manchete.

Não há indicação de data no recorte arquivado.

Há um brasileiro com muita probabilidade de conquistar, este ano, o Prêmio Nobel³⁶ da Paz. Trata-se do Professor Josué de Castro. Seu principal merecimento: a luta que há mais de dez anos desenvolve no combate à fome.

O interessante é que se trata de um movimento surgido fora do Brasil e liderado, antes de tudo, por vários detentores do Prêmio Nobel (da Paz, de Ciências e de Literatura). Esse movimento representa um preito de reconhecimento à importância das obras de Josué de Castro, principalmente de *Geografia da fome*, traduzida para vinte e dois idiomas, bem como de sua ação internacional, em congressos, conferências, e na presidência da FAO. A imprensa européia está cheia de notícias a respeito da indicação de seu nome ao Comitê Nobel. O *Paris-Match* diz que nosso Embaixador junto a ONU em Genebra doará a uma entidade internacional contra a fome a soma que lhe couber, se conquistar o Prêmio Nobel da Paz. E *L'Express* afirma que ele é o mais forte candidato e provável detentor de tal prêmio. Na verdade, Josué de Castro tem servido à causa da Paz, com a sua campanha em favor de um melhor entendimento entre os povos, quer para a produção de alimentos, quer para a criação de fundos de socorro que aliviem a penúria das grandes populações das áreas subdesenvolvidas. Uma mentalidade nova está surgindo depois de tal campanha e, para ela, o problema da fome não é um caso isolado, mas um flagelo a ser resolvido de forma global.

³⁶ Josué de Castro foi indicado ao Prêmio Nobel em três ocasiões: em 1954, ao Nobel de Medicina; em 1963 e 1971, ao Nobel da Paz. Apesar de a família não possuir essas indicações, a informação está contida na tese de doutorado de Tânia E. Magno da Silva, *Josué de Castro: para uma poética da fome*, de 1968, pela PUC de São Paulo, e em jornais e revistas internacionais da época.

GENEBRA: Instituições Mundiais Lançam Pernambucano Josué de Castro Para o Prêmio Nobel da Paz

Última Hora, 12 de [ilegível].

GENEBRA, 12 (AFP – Especial para UH) – A indicação do nome do cientista brasileiro Josué de Castro para o Prêmio Nobel da Paz deste ano, pela Associação Parlamentar Mundial, e apoiada por várias outras instituições internacionais, vem recebendo apoio de inúmeras personalidades de todos os círculos de cultura da Europa.

O padre Joseph Lebreton disse: Josué de Castro apresentou admiravelmente o problema da paz universal, porque não haverá jamais paz no mundo enquanto os países civilizados não acabarem com o subproletariado e enquanto os países chamados de subdesenvolvidos viverem num nível infra-humano. Revelar esta realidade do mundo, como o fez Josué de Castro, nos parece a mais importante tarefa dos intelectuais liberais e homenageá-lo por este serviço prestado seria um grande passo avante da nossa civilização.

CARTA – Por sua vez, o Abbé Pierre endereçou uma carta ao Comitê do Prêmio Nobel em que destacava: Poucos homens contribuem como Josué de Castro para levar à consciência universal o conhecimento desta base de toda a paz, que é a vontade de vencer a miséria dos outros.

O escritor francês Vercors³⁷ afirma: Demonstrando o erro dos devoradores de homens, o erro dos que pretendem lutar contra a fome exterminando os famintos, provando que este flagelo milenar será suprimido da face da terra pela organização pacífica da produção de alimentos, pela superação do colonialismo, pelo abandono da corrida armamentista que enriquece 10 homens e arruína 10 mil, Josué de Castro merece mais do que qualquer outro receber o Prêmio Nobel da Paz.

³⁷ Vercors, escritor francês, autor da obra *O silêncio do mar*, detentor de Prêmio Nobel de Literatura e membro do Comitê Internacional pela Paz, herói da Resistência Francesa, combatente contra a ocupação nazista na França, durante a Segunda Grande Guerra.



1953 – Josué de Castro recebendo o Prêmio Grande Medalha da Cidade de Paris.



1955, 26 de junho – Josué de Castro, em cerimônia em Helsinque – Finlândia, recebe o Prêmio Internacional da Paz das mãos do escritor francês Vercors, membro do Conselho Internacional da Paz. Parte do prêmio foi doado por Josué de Castro para a criação do Parlamento Mundial de Combate à Fome.



1955 – Josué de Castro, reeleito por unanimidade para um segundo mandato na presidência do Conselho Executivo da FAO, é entrevistado pela imprensa internacional em Roma. Permaneceu no cargo até 1957.



1956, 20 de março, Paris – Josué de Castro, tendo ao lado a escultora Maria Martins, por ocasião da solenidade de entrega do título e da medalha de oficial da Legião de Honra da França, concedida pelo governo francês.

1957 – Ao deixar a FAO, Josué de Castro funda em janeiro, juntamente com Abbé Pierre, a Associação Mundial de Luta contra a Fome (Ascofam), da qual foi eleito presidente. Na foto, ladeado pelos colaboradores Antônio Balbino e Walter Santos³⁸.



1963 – Josué de Castro ao lado de Abbé Pierre participa da Conferência por um Parlamento Mundial, em Genebra.

1957 – Josué de Castro com o ministro do Trabalho Café Filho, em recepção na Organização Internacional do Trabalho (OIT).



³⁸ A Ascofam estava organizada em comitês, faziam parte: Comitê internacional : Abbé Pierre, Padre Pire (fundador da Universidade da Paz e Prêmio Nobel da Paz), Padre Joseph Lebre, René Dumont, entre outros. No comitê brasileiro estava Osvaldo Aranha e no comitê do Nordeste, Jameson Ferreira Lima, Ájax Pereira, Antônio Balbino e Walter Santos, entre outros.

Capítulo 4

O Exílio de um Cidadão do Mundo

Em outubro de 1963, devido às tarefas nos organismos internacionais, Josué de Castro afastou-se do mandato de deputado federal para assumir a condição de embaixador do Brasil na ONU, em Genebra. No dia 13 de março de 1964 ele estava presente no comício da Central do Brasil, vibrando com a possibilidade de, por fim, ver as “reformas de base” caminharem no país, principalmente, a reforma agrária, a que dava tanta importância e a que se dedicou em estudos teóricos, manifestações políticas e iniciativas de lei. Mas no dia 1º de abril de 1964³⁹ o político-cientista teve cassados os seus direitos políticos por dez anos e foi destituído da representação diplomática. Vários países lhe abriram as portas, mas ele escolheu viver na França.

Reconhecimento

Perseguido pela ditadura brasileira, Josué de Castro tem o maior reconhecimento por governos, instâncias acadêmicas, instituições e personalidades do mais alto nível no mundo da ciência e da cultura. Em 1968, em Caracas, é condecorado pelo Governo da Venezuela com a Ordem do Serviço Social. No mesmo ano recebe em Paris o título e a medalha de Cidadão do Mundo – Citoyens du Monde. Em 1971, mais uma vez, tem reconhecido o conjunto de sua obra e a sua luta contra a fome e a emancipação dos povos subdesenvolvidos, ao ser cotado para o Prêmio Nobel da Paz.

Renato Carvalheira, no Seminário da Semana Josué de Castro, em 2003, informa sobre a dimensão do trabalho internacional realizado por Josué de Castro:

Em 1964, depois de ser embaixador do Brasil na ONU, assumiu a direção, até morrer, do Centro Internacional do Desenvolvimento (CID), na França.

³⁹ O nome de Josué de Castro é o 10º da lista publicada em 9-4-1964, no *Diário Oficial da União*, após a decretação do Ato Institucional nº 1, o primeiro de uma série, que violentaria a legalidade e o Estado de Direito no Brasil.

No ano de 1968 foi nomeado professor da Universidade da Paris – Vincennes, onde lecionou até seu último dia. Nesta qualidade foi dos poucos professores estrangeiros convidados, pelo governo francês, para compor a Comissão de Reforma da universidade.

Era presidente da Associação Médica Internacional para o Estudo das Condições de Vida e Saúde (Amiev), e tomou parte, a convite de Bertrand Russel, ao lado de Jean-Paul Sartre, no Tribunal Universal de Julgamento das Atrocidades dos Estados Unidos da América do Norte no Vietnã.

Quando em plena atividade, como embaixador do Brasil na ONU, teve seus direitos políticos cassados em 1964, recebeu dezessete convites de diferentes governos e universidades para trabalhar e ensinar.

Embora escolhesse a Vincennes (Paris VIII) para lecionar, ministrou freqüentes cursos nos Estados Unidos, na Espanha, na Bélgica, no Chile, na Argentina, no Peru e na Venezuela. Organizava no Centro Internacional do Desenvolvimento uma universidade mundial para ação contra o subdesenvolvimento e a miséria no mundo. Nesse centro, por algum tempo, trabalhou com Juscelino Kubitschek.

Pertencia ao movimento chamado Mundialismo e vinha ultimamente, em várias revistas da Europa, apresentando suas idéias contra os exclusivismos ideológicos. Membro da Associação Européia de Cultura e propugnador do Pan-humanismo, movimento iniciado contra a guerra fria.

Osvaldo Lima Filho, parlamentar pernambucano, dá um testemunho sobre o prestígio internacional de Josué de Castro:

(...) Só em 1964, em Paris, pude conhecer a dimensão internacional da obra de Josué de Castro – em uma reunião da Unesco, quando eram debatidos os problemas internacionais de saúde e educação.

Josué de Castro, que fora delegado do governo brasileiro perante a FAO e a Unesco, havia sido cassado do seu mandato de deputado e destituído do seu cargo de delegado à Unesco.

Como observador parlamentar do MDB, pude constatar a atenção e o carinho com que ele era procurado por representantes de todas as nações, sobretudo dos povos do Terceiro Mundo.

Esta é a memória que guardo de Josué de Castro.

Carta à filha

Em 8 de setembro de 1964, Josué de Castro escreve à sua filha Anna Maria, revelando a indignação ante as perseguições e torturas que a ditadura promovia no Brasil:

Minha filha: (...) Recebi, também, sua carta de parabéns pelo aniversário, a qual me deu grande alegria. Senti você toda nesta carta. Nela você insiste no mesmo ponto, que a vida é para ser vivida com o bom e o mau, mas sempre com grandeza, nunca com mesquinhez, com coisas pequeninas. Temos, pois, que reagir e a reação está se formando contra o exército de pigmeus, este formigueiro de mediocridade que hoje morde o Brasil em toda a sua pele com um apetite e uma ferocidade de formigas esfomeadas, mas que não passam de formigas – cegas, agitadas, inconscientes do mal que estão fazendo ao país, ao seu povo, ao mundo.

Na verdade, considero minha vida atribulada como um fato positivo, não cheia de glórias como você diz. Não as alcancei. Mas alcancei o respeito do mundo e a consagração de algumas de minhas idéias a serviço da humanidade. E isto já é muito. Por isso tem-se e deve-se pagar um preço. O preço que a imbecilidade brasileira me cobra, pelo menos até hoje, com toda a inflação da moeda e da estupidez militarista, não é caro. E sobre este aspecto me sinto feliz. O que me contrista, o que me revolta são as notícias que leio de perseguições mesquinhas e miseráveis, onde a mediocridade recalcada se desforra contra os homens de pensamento, de caráter e de coragem que se deram ao serviço da emancipação econômica e social de nosso povo. *O Correio da Manhã* publica artigos e informações que são de estarrecer. Informações sobre os métodos de torturas que os novos nazistas brasileiros estão usando e que certamente receberiam efusivas congratulações de Hitler e seus seguidores. E tudo isto feito

para nada, na defesa de uma causa perdida: a do reacionarismo feudal brasileiro, apodrecido no clima decadente dos seus privilégios desumanos. É isto que me revolta. Esta agressão vergonhosa contra a grandeza do povo, humilhado, traído e vilipendiado.

Não sei o que fazer à distância para ajudar esse povo. Talvez tentar mostrar ao mundo que o Brasil não é apenas um país de vândalos, ineptos e insaciáveis de lucros e vinganças, mas, também, um país onde há homens que pensam e que se sentem como criaturas humanas. (...)

O exílio representou um grande tormento para Josué de Castro, tendo sobre ele um efeito depressivo. Certa vez ele disse no exterior a alguns amigos: “Não se morre só de enfarte, ou de glomero-nefrite crônica... morre-se também de saudade.”

Trama Kafkiana

Embora sentindo-se doente e desanimado, Josué de Castro imaginava poder voltar ao país e retomar as suas atividades, a partir de abril de 1974, quando se encerravam os dez anos da cassação dos seus direitos políticos. Havia solicitado, insistentemente, ao consulado brasileiro, a revalidação do seu passaporte e esperava ansioso.

No dia 24 de setembro de 1973, aos 65 anos de idade, Josué de Castro foi encontrado morto⁴⁰, em sua casa, pela esposa Glauce. Dias depois, as instâncias da ditadura apresentavam à sua filha Anna Maria uma peça burocrática de sabor kafkiano. Um militar vinculado ao Serviço Nacional de Informações (SNI) comunicava-lhe, em nome do seu chefe, que havia sido revalidado o passaporte do pai. E lamentava o “detalhe” de o processo somente ter-se concluído depois que ele não mais estava entre os vivos. Eis o documento:

⁴⁰ Josué de Castro faleceu alguns dias depois de Salvador Allende e na mesma semana da morte de Pablo Neruda.

Brasília, DF, 28 de setembro 73.

Exma. Sra.

D. ANNA MARIA DE CASTRO

Saudações.

Incumbiu-me o Sr. General Fontoura de dirigir-lhe estas linhas. Trata-se da resposta que ficou de dar-lhe, pelo telefone. Entretanto, o assunto estava sendo tratado no Itamarati. Só hoje foi possível a resposta, aliás, favorável.

Lamenta, por outro lado, o general que a resposta tenha sido tardia e apresenta, por meu intermédio, seus pêsames.

Atenciosamente.

CLÁUDIO BARBOSA DE FIGUEIREDO

Cap AJ 0 ch SNI

Josué de Castro deixou três filhos, que teve com Glauce Rego Pinto: Josué Fernando de Castro, economista; Anna Maria de Castro, socióloga; Sônia de Castro Durval, geógrafa, residindo na França.

ANCIEN PRÉSIDENT DE LA FAO

Josué de Castro abatí longtemps crie dans le désert...

Le Monde, 26/9/1973, p. 44.

Josué de Castro, président du Centre International pour le développement, ancien président de la FAO, ancien ambassadeur du Brésil, est mort à Paris le lundi 24 septembre. Il était l'âge de soixante-cinq ans. Officier de la Légion d'honneur, il était titulaire de nombreuses distinctions. (...)

Auteur de la Géopolitique de la faim

M. Josué de Castro, ancien ambassadeur du Brésil pour les Organisation des Nations Unies à Genève, est mort à Paris ce lundi 24 septembre à l'âge de soixante-cinq ans.

Originaire du nord-est brésilien où il avait côtoyé la misère des habitants des bidonvilles. M. Josué de Castro, médecin, sociologue, essayiste, s'était révélé avec un panphlet: *Géopolitique de la faim*, dans lequel il dénonçait, l'un des premiers, les effroyables disparités entre les nations industrielles et les peuples des pays sous-développés. (...)

EN LA MUERTE DE JOSUÉ DE CASTRO, UN BRASILEÑO UNIVERSAL

HERNANDO PACHECO

El Día, Comentario Internacional. México, 26/9/1973.

En esta hora de dolor por la muerte de Allende nos llega, repentina como el rayo, la de Pablo Neruda – irreparable – y la de Josué de Castro, uno de los hombres mas valiosos del mundo contemporáneo.

Brasileño universal era Josué de Castro una de las figuras más altas, más solidas y diáfnas del tercer mundo. Me debo a él casi como a mi mejor maestro. Vivía ahora en París. Desde el golpe militar que derribara el gobierno de Goulart había perdido, como tantos otros brasileños ilustres, los derechos civiles y había elegido el exilio.

Pero el dolor de la ausencia, el sentimiento compartido de la pesadumbre de su pueblo, le hacían dramáticamente vulnerable a la existencia. Es seguro que en estos últimos días el autor famoso de la *Geopolítica del hambre* habrá sufrido inmensamente. El baño de sangre de Chile habrá coronado, hasta su última instancia, la sensibilidad pura e universal de ese brasileño que hacía suyas todas las pesadumbres de América Latina. (...)

De Volta à Terra

O Jornal, Rio de Janeiro, 30/9/1973.

“Como pernambucano, muito me admiro que um homem do nível de Josué de Castro tenha sido obrigado a morrer no exterior. O País infelizmente não tem condições de manter um homem de sua cultura”.

Com essas palavras, pronunciadas pelo seu conterrâneo Barbosa Lima Sobrinho (o candidato a vice-presidência da República pelo MDB) e sob uma chuva fina que se intensificou quando o caixão era colocado dentro do túmulo 6258/A, foi enterrado ontem no Cemitério São João Batista o sociólogo e nutrólogo Josué de Castro.

Josué de Castro foi sepultado no mesmo túmulo de sua mãe, mas o enterro estava previsto para Recife. D. Glauce Pinto de Castro, a viúva do sociólogo, disse apenas que foi realizado aqui mesmo no Rio de Janeiro, onde Josué também morou muitos anos. Já seus amigos preferiram dizer que a situação não permitiu que o corpo fosse levado para Pernambuco, sua terra natal.

Josué de Castro morreu em Paris, na noite do dia 23, em sua residência, vitimado de uma crise cardíaca. Tinha 65 anos de idade. Com obras traduzidas em 33 idiomas, além da *Geografia da fome* e *Geopolítica da fome*, seus livros mais conhecidos, o sociólogo escreveu ainda, entre outros: *O problema da alimentação no Brasil*, *Documentários do Nordeste*, *Alimentação nos trópicos*, *Sete palmos de terra e um caixão*, *O ciclo do caranguejo*.

Foi político e professor *honoris causa* de várias universidades da América Latina. Entre muitos prêmios, recebeu o José Veríssimo – da Academia Brasileira de Letras – e a Grande Medalha de Paris, oferecida pela Universidade de Paris. Deixou o Brasil em 1964, quando teve suspensos os seus direitos políticos.

Radicado na capital francesa, nos últimos nove anos era professor associado ao Centro Universitário Vincennes, da Universidade de Paris. Ex-presidente da Associação Mundial de Luta Contra a Fome (Ascofam), Josué de Castro era também presidente do Centro Internacional para o Desenvolvimento.

Amigos e parentes levam hoje Josué de Castro ao Cemitério S. João Batista

Jornal do Brasil, 29/9/1973.

Enterro de Josué de Castro tem acompanhamento de 150 pessoas sob uma chuva fina

Jornal do Brasil, 30/9/1973.



1964, 8 de setembro – Josué de Castro recebe, no Centro Internacional para o Desenvolvimento (CID) em Paris, a visita de apoio à criação da Universidade Mundial de Ação contra o Subdesenvolvimento do físico J. Robert Oppenheimer, Juscelino Kubitschek e D. Sara.



1965, 19 de junho – Josué de Castro sentado à mesa coordenadora do Congresso Preparatório do Movimento Internacional pela Paz, na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).



1965 – Viagem à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a convite da Academia de Ciências de Moscou.



1965, julho – Visita à Espanha para lançamento de: *Où en est la révolution en Amérique Latine?*, resultado do debate que travou com Claude Julien, Juan Arcocha e Mario Vargas Llosa.



1965 – Josué de Castro recebendo a medalha do Mérito por Serviços Prestados e o título de doutor *honoris causa* da Universidade do Peru.



1967 – Viagem a Santiago do Chile para encontro com intelectuais latino-americanos.



1968 – Josué de Castro recebe em Paris o título de Cidadão do Mundo – Le Citoyens du Monde.



1970 – Josué de Castro presidindo L'Assemblée des Citoyens du Monde pour la Paix.



1971 – Josué de Castro participa da organização e da coordenação do Congresso Mundial do Meio Ambiente, em Estocolmo, Suécia.

1971 – Josué de Castro discursa
na abertura do V Congresso
Internacional da Associação
Médica para o Estudo das
Condições de Vida e Saúde
(Amievs), em Havana, Cuba.





1972 – VI Congresso Internacional da Associação Médica Internacional para o Estudo das Condições de Vida e Saúde (Amievs), em Varna, Bulgária.



1972 – Ambiente de trabalho de Josué de Castro no Centro Internacional para o Desenvolvimento (CID), em Paris.



1971 – Josué de Castro e Glauce, em visita ao Egito e em Lisboa – Portugal.



1973, 24 de setembro – Aposento onde faleceu Josué de Castro.

Capítulo 5

A Atualidade de Josué de Castro

Em 2004, a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada na cidade de Olinda, Pernambuco, homenageou o cientista Josué de Castro. No documento final com as propostas, ficaram patentes a presença e a atualidade do pensamento do autor de *Geografia da fome*.

Todas as campanhas de combate à fome e à miséria desenvolvidas no Brasil trazem a marca de Josué de Castro. Desde a Primeira Jornada contra a Fome, realizada em setembro de 1983, no Recife, pelo Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, por ocasião dos 10 Anos sem Josué de Castro e em sintonia com a campanha desenvolvida pelo então Arcebispo de Olinda e Recife, D. Hélder Câmara. Posteriormente, a Campanha contra a Fome pela Cidadania, liderada por Herbert de Souza, Betinho, faz referência ao legado de Josué de Castro.

O presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, no discurso de lançamento do Programa Fome Zero, declarou que ele se inspirava nas idéias de Josué de Castro e o citou nestes termos:

“Fome e guerra não obedecem a qualquer lei natural, são criações humanas”. Essa frase é de um conterrâneo nosso, pernambucano, médico e geógrafo, que foi o fundador e o primeiro presidente da FAO, teve duas indicações ao Nobel da Paz, e morreu de saudades do Brasil, exilado na França, durante o regime autoritário.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) solicitou à socióloga Anna Maria de Castro, filha de Josué de Castro, a elaboração de um texto para formação dos seus militantes contendo as idéias básicas de Josué de Castro como cientista e político. Com o título de *Josué de Castro: um semeador de idéias*, o texto constitui hoje uma das referências de reflexão metodológica do MST.

Mas as idéias e a presença de Josué de Castro, no que diz respeito ao problema da fome, ultrapassaram as campanhas oficiais e não-oficiais e o âmbito dos círculos acadêmicos ou militantes, através da expressão artística. O movimento Mangubeat, que tem como ícone o músico pernambucano Chico Science, utilizou a imagem-símbolo de um caranguejo com antena parabólica, representando a resistência vinda dos mangues e das periferias na busca de uma melhor qualidade de vida e de uma linguagem abrangente, unindo nordestinidade e universalidade.

Em 1996 a FAO promoveu uma reunião de cúpula com chefes de Estado de todo o mundo, disso tendo resultado o compromisso de reduzir à metade, em dez anos, a população que passa fome no mundo. Em nova reunião cinco anos depois, nada tinha avançado. E os poucos chefes de Estado que compareceram deslocaram a meta para o ano 2030. O fato é que contingentes da população na África, na Ásia e na América Latina continuam a ser esmagados pela fome. E até nos países com alto nível de desenvolvimento os bolsões de miséria vêm crescendo.

É esta a realidade mundial que se expressa na música de Chico Science:

“Ô Josué eu nunca vi
tanta desgraça
quanto mais miséria tem
mais urubu ameaça.”

MENSAGEM DE ANNA MARIA DE CASTRO

Por ocasião da Semana Josué de Castro:
Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Humano.
Recife, 28 e 29 de setembro de 2003 (Acervo do CJC).

É sempre com renovada emoção que tenho participado da Semana Josué de Castro, evento científico e cultural, anualmente organizado pelos dirigentes do Centro de Estudos e Pesquisas que leva o seu nome, já inserido no calendário cultural da cidade do Recife. Oportunidade ímpar para reencontrar velhos e queridos amigos, o evento cresce em importância neste ano de 2003, na medida em que reúne dois acontecimentos que julgo extremamente significativos: o primeiro são os 30 anos da morte de Josué de Castro, 30 anos de recordações e de saudades; o segundo está relacionado à corajosa iniciativa do Presidente Luís Inácio Lula da Silva de recolocar o fenômeno da fome na pauta dos intelectuais e do povo brasileiro, além de transmitir ao mundo, como fez em recente pronunciamento nas Nações Unidas, suas apreensões pelo descaso que os países ricos têm manifestado frente a problemas de tal magnitude, como a fome mundial.

Eradicar a fome no mundo é um imperativo moral e político, e todos sabemos que é factível. Na expressão de Josué de Castro, no trabalho *Fome como Força Social: Fome e Paz*: “Acalmar a fome no mundo é a política mais sadia para aplacar a fúria guerreira que sopra neste momento, como uma terrível tempestade sobre a superfície deste mundo, ameaçando, com um novo tipo de erosão, a erosão total da magnífica obra humana, que as sucessivas civilizações esculpiram sobre a terra”.

Com a autoridade e o prestígio de seu cargo, o Presidente do Brasil consagra o pensamento de Josué de Castro, ao declarar: “O verdadeiro caminho da Paz é o combate sem trégua à fome e à miséria.” Numa formidável campanha de solidariedade, capaz de unir o planeta, em vez de aprofundar as divisões e os ódios, que conflagram

os povos, e semeiam o terror. Creio que seria adequado nesta noite especial para todos nós, em que tenho o prazer de rever pessoas que estiveram à frente dos primeiros momentos do Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, e foram responsáveis pela sua criação, relembrar a já distante Semana Josué de Castro, de 1987. Momento em que, com muita satisfação, a família de Josué de Castro transferiu para o centro o seu acervo pessoal, além de sua biblioteca. Naquela oportunidade, diante dos presentes, assim me pronunciei: “No momento em que entregamos à cidade do Recife um pouco da vida e da obra de um de seus filhos, Josué de Castro, nós, seus parentes, estamos entregando um pouco de nós, da nossa história, e até mesmo da nossa intimidade. Não foi fácil abrirmos mão de algo de que fazíamos parte, mas o fizemos certos da justeza do ato e da opção. Assim, há meses, venho ordenando o material a ser doado, e, na condição de sua filha, vi, ao arrumar o acervo, passar por meus olhos, através de seus escritos, de suas notas de trabalho, dos seus livros anotados, os arquivos correspondentes à criação de órgãos como o Saps, o Instituto de Nutrição, a Comissão de Bem-Estar Social, a Ascofam, e tantos outros. Vi também os arquivos de recortes de toda uma vida pública iniciada aos 20 anos, ainda estudante, e terminada em Paris, aos 64 anos, como professor exilado.

Quantas facetas do homem, médico, estudioso de geografia humana, de economia e sociologia, professor, deputado e embaixador junto aos órgãos das Nações Unidas, e sobretudo cidadão do mundo. Diante de tudo isso, deixei de lado o comportamento emocional e, acima de tudo, fiz emergir a cientista social, que vê neste acervo a possibilidade de desenvolvimento de estudos sobre a realidade brasileira, sua história, suas contradições, a história do respeito e do desrespeito à pessoa humana, a luta pela liberdade de pensar, a história da luta pelos direitos humanos, a história de povos que, não sendo sujeitos de sua própria história, tentaram denunciar a mistificação do determinismo geográfico, da inferioridade racial e, princi-

palmente, a denúncia da ideologia do Brasil grande, de um país rico, preocupado em se tornar mais rico, e não em acabar com o exílio social de grande parcela de nossa população, que não teve acesso aos bens mínimos necessários à sua sobrevivência.

Esses brasileiros, como dizia Josué de Castro, ‘não vivem, apenas sobrevivem’. E foi com a preocupação de levar ao resto do país, e depois ao mundo, numa vivência própria, a fome, relatada em *O ciclo do caranguejo*, que vimos esse pernambucano dedicar toda uma vida. ‘A minha *Sorbone* foram os mangues do Recife’, diz ele, e assim constrói sua teoria sobre o desenvolvimento dos limites da consciência possível.

Na dupla condição que já assinalei, posso afirmar que é de Pernambuco, e agora a ele pertence, a obra criada por Josué de Castro. É nesta cidade que o seu acervo deve permanecer. Gostaria muito de encontrar as palavras mais adequadas, que me permitissem expressar meu sentimento ao arrumar e embalar suas coisas, e depois deixar vazia a casa onde viveu no Rio de Janeiro. Sua biblioteca de que tanto se orgulhava, se não está aqui completa, é porque foi se perdendo pelo mundo. Já tinha feito trabalho idêntico quando fui embalar e enviar para o Rio de Janeiro todo o acervo que se encontrava em Paris, quando ele morreu. Mas naquele momento ele continuava nosso. Pensamos que, talvez para preservá-lo, certo seria doar para a Universidade onde ele havia lecionado nos seus últimos e amargurados anos de vida.

Posso afirmar, sem qualquer pieguismo, que Josué de Castro morreu de depressão, morreu de tristeza, tristeza de estar longe de sua terra e de seus filhos. Tristeza de não poder viver e conviver com seus amigos, como Otávio Pernambucano, Fernando [Santana], Jamesson Ferreira Lima, Cid Sampaio, Pelópidas da Silveira, Barbosa Lima Sobrinho, Arraes e tantos outros. Não consigo esquecer seu desencanto, quando já doente, mais uma vez, lhe foi negado o passaporte brasileiro, para que pudesse voltar ao Brasil. Recordo ainda

que, quando de sua morte, sua esposa, Glauce de Castro, sua companheira de toda uma vida, telefonando para o consulado, perguntou se eles também não permitiriam que seus restos mortais pudessem retornar à sua pátria sem passaporte.

Que triste destino do garoto que, com 21 anos, começou sua carreira como médico, acreditando poder vencer a tudo e a todos usando de sua capacidade e inteligência. Por tudo isso, entendo que o pensamento de Josué de Castro permanece atual e deve ser conhecido por todos e todas que trabalham para a construção de um Brasil melhor. Continuamos sendo uma nação de desiguais, desigualdade essa que se reflete diretamente na saúde do povo brasileiro, na esperança de vida ao nascer, na mortalidade infantil, nas condições de habitação, na instrução, nos salários, na subnutrição e na fome. Os desafios das novas gerações são muito grandes, e acredito firmemente que a obra de Josué de Castro sobre as causas e conseqüências do subdesenvolvimento poderá contribuir, e muito, na busca de novos caminhos, na construção de uma sociedade mais justa, de uma plena isonomia entre os cidadãos. E este desafio que consiste na busca de novas soluções só poderá encontrar resultados através de um saber articulado.”

Não posso também esquecer do pronunciamento do ainda jovem, mas, na época, muito mais jovem, Sérgio Buarque, um dos fundadores do Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, sobre as dificuldades de conhecer as obras de Josué, retiradas de circulação e não mais editadas no Brasil. Dizia ele, na oportunidade, em 1987:

O Centro Josué de Castro sentiu-se extremamente feliz de ser o veículo deste retorno, de ser o portador desse reencontro da obra de Josué de Castro com o pensamento vivo, intelectual e político de Pernambuco. Na verdade, quando nós criamos o Centro Josué de Castro há oito anos, nenhum de nós, poucos de nós, tinham tido a oportunidade de conhecer Josué de Castro. Nós não conhecí-

amos a obra de Josué de Castro, até porque, como intelectuais mais jovens que ele, não tivemos a oportunidade de acesso, pois no momento em que nos formávamos nas universidades, no momento em que tínhamos acesso e que buscávamos o acesso ao conhecimento crítico, ao pensamento crítico, a obra de Josué de Castro não era mais acessível. Desta maneira, o nosso encontro com Josué de Castro se dá muito tardiamente, e a partir mesmo do momento em que começamos a construir o Centro Josué de Castro. Isto, evidentemente, para nós, que começamos esse trabalho há oito anos, tem um significado bastante grande, é um momento importante do ponto de vista político. E para o Centro Josué de Castro também tem um grande significado, porque Josué de Castro foi um grande intelectual, com uma militância política intelectual, que a partir da ciência identificou e denunciou os problemas sociais do Nordeste, e foi essa militância que o levou a amargar o exílio. Josué de Castro é um dos poucos exilados que não retornou ao país e que retorna simbolicamente, na minha interpretação, neste momento em que nós trazemos a Biblioteca Josué de Castro para uma instituição pública da cidade do Recife. Ele volta com o seu pensamento, com a sua obra, e com a obra que ele recolheu, durante esse tempo, tempo de vida intelectual no Brasil, assim como no exílio. Nós podemos dizer que estamos promovendo, neste momento, um ato simbólico de significado político extremamente importante.

E concluía Sérgio Buarque com extrema propriedade:

Sobre o contexto em que foi criado o Centro Josué de Castro, eu não teria muito a dizer, a não ser que aquele era o momento de ansiedade intelectual e curiosidade crítica dos intelectuais, que estavam estudando um certo

momento no Brasil e tentavam descobrir, desmembrar a realidade do Nordeste e do Brasil.

Não posso também, no dever de gratidão, deixar de relembrar algumas palavras de dileto amigo, José Arlindo Soares, também proferidas naquela oportunidade:

O Centro Josué de Castro foi pensado no momento de reflexão da vida política nacional, quando se deslumbrava a brava transição que a sociedade civil começava a formar nesse país. O Centro foi um espaço reservado para aqueles que, dentro das universidades, nos institutos existentes, resistiram à ditadura e queriam um espaço maior, para poderem ligar-se à sociedade civil, então em plena ebulição. O Centro nasceu de uma ligação de exilados, resistentes de fora e resistentes de dentro. Como fundadores do Centro Josué de Castro, nós temos uma caminhada de seis anos, e que se deu em várias etapas. Na primeira etapa se pensava, basicamente, numa pequena academia, reproduzindo uns estudos teóricos da realidade do Nordeste. É um pouco do que se fazia em São Paulo, nos centros ou institutos alternativos que surgiam, mas a realidade é mais rica do que as idéias, e a realidade impôs ao Centro uma dinâmica, que não foi só acadêmica. Trabalhamos então em duas linhas, uma de reflexão acadêmica e outra de intervenção social, o Centro funcionando como uma entidade auxiliar das entidades de massa.

Assim o Centro Josué de Castro se cristalizou. São recordações muito queridas, que guardo com todo o carinho.

Hoje, passados 30 anos de sua morte, tenho relido, com frequência, seus trabalhos, fruto de sua maturidade intelectual, e tenho quase sempre encontrado um Josué que eu própria não conhecia, tenho me surpreendido com a atualidade e a clareza do seu pensamento. O sentido de alerta, contido em grande parte de seus trabalhos, evi-

dencia uma percepção aguda para os caminhos errôneos que tomavam nosso país e, infelizmente, todo um mundo; revela um sentido quase profético, arriscaria afirmar. E tudo isso reforça em nós, da família de Josué de Castro, a convicção do acerto de ter doado o seu acervo a essa instituição, entregue a seus dirigentes, representados pela querida Emília Perez. Passadas mais de duas décadas, o Centro tem-se esmerado em manter vivo este legado, para o bem da cultura de Pernambuco e do Brasil. Cumpre ainda destacar o incondicional apoio que temos recebido, ao longo do tempo, do poder público estadual e municipal, hoje representado pelo governador Jarbas Vasconcelos e pelo jovem prefeito João Paulo de Lima e Silva. Ao lado dessa convicção, fica ainda a certeza de que nossa luta em manter presente o pensamento de Josué de Castro não teria tido êxito se não houvesse o apoio e a dedicação de muitos amigos, brasileiros e estrangeiros, aos quais, neste momento de saudade, ofereço o meu comovido muito obrigada.

O INSPIRADOR

FRANCISCO ANTÔNIO MENEZES, SETEMBRO DE 2003

PRESIDENTE DO CONSEAS

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR

Nós, que militamos na questão da segurança alimentar e nutricional, em todos os momentos identificamos o quanto Josué de Castro foi inspirador e definidor das bases daquilo que hoje procuramos realizar em nosso trabalho. Ele já tinha a percepção da necessidade de pensar conjuntamente a questão alimentar e a questão nutricional. Ele dizia que “a fome endêmica era talvez o problema maior dentro do drama da fome”. Foi ele que também nos falou da fome oculta, levantando todas as outras deficiências nutricionais que, às vezes, estão ocultas, mas que matam gradativamente tantos e tantas. E ele também falava sobre a qualidade dos alimentos, sobre a questão ecológica e a própria sustentabilidade do sistema alimentar. Ele nunca omitiu que políticas públicas é que podem, efetivamente, enfrentar de maneira definitiva a questão da fome. Ele levantou na sua obra a necessidade da reforma agrária no Brasil como uma necessidade histórica, com toda a coragem que essa afirmação requeria e ainda requer.

O CORPO FAMINTO

JORGE GOMES, JULHO DE 2003

DEPUTADO FEDERAL – PSB-PE

Dos anos 1940 ao início dos anos 1960, Josué de Castro tentou, através de uma extensa revisão da literatura das ciências biológicas, encontrar explicações para a acepção de corpo faminto. E foi como observador da vida dos famintos que ele se aproximou da dimensão multidisciplinar, para compreender a fome como uma expressão biológica, social e política. Passados mais de 50 anos, sua produção continua contemporânea pela persistência da miséria e das injustiças sociais que determinam a fome no Brasil e no mundo.

AINDA ATUAL

SÉRGIO BUARQUE, SETEMBRO DE 2003

ECONOMISTA E SÓCIO FUNDADOR DO

**CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO – CJC,
RECIFE-PE**

Passados trinta anos da morte de Josué de Castro, mais de 50 anos depois que ele publicou os seus livros *Geografia da fome* e *Geopolítica da fome*, a fome continua a ser um problema mundial e um problema no Brasil. Se estivesse vivo, provavelmente Josué de Castro estaria surpreso e infeliz com o fato de ainda continuar sendo atual.

BIOTECNOLOGIA E TRANSGÊNICOS

FERNANDO FERRO, SETEMBRO DE 2003

DEPUTADO FEDERAL – PT-PE

AUTOR DA EMENDA PARLAMENTAR QUE POSSIBILITOU A REALIZAÇÃO DO PERFIL PARLAMENTAR DE JOSUÉ DE CASTRO

Josué de Castro, já na década de 40, colocava a importância de o país dominar a engenharia genética como um instrumento de melhoria dos alimentos, um instrumento de soberania, segurança alimentar e construção da qualidade de vida. E é um desafio que nós temos de enfrentar, sob pena de ficarmos copiando as experimentações dos laboratórios, segundo os interesses multinacionais. A biotecnologia, junto com a informática e a telecomunicação, é uma vertente da dominação política da humanidade que nós temos de conhecer. Não podemos ser tomados pelo sentimento obscurantista de querer identificar na transgenia ou na biotecnologia os grandes males que precisamos evitar. Nem cair na santificação da ciência e achar que ela vai resolver todos os problemas, inclusive os relacionados à segurança alimentar e à alimentação no mundo, que são essencialmente políticos, conforme denunciou com tanto vigor Josué de Castro.

APRENDER O MÉTODO

JOÃO PEDRO STÉDILE, MAIO DE 2003

DIRIGENTE NACIONAL DO MST

Nossa obrigação, como militantes estudiosos e dedicados que devemos ser, se quisermos honrar a memória de Josué de Castro, é estudar suas obras, compreendê-las, utilizá-las para transformar nossa realidade. Recuperar seu pensamento e ação para que todos os estudantes e militantes sociais os conheçam.

Referenciar Josué de Castro é apreender dele o método. O método de conhecer profundamente a realidade em que vivemos, aplicar sobre ela os instrumentos científicos de análise e interpretação, e tirar lições para que nossa ação seja de fato transformadora.

A FAO E JOSUÉ DE CASTRO

Folha de Pernambuco, editorial.

Recife (PE), 21/10/2005.

No dia 16 de outubro de 1945, era criada em Quebec, no Canadá, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), entidade vinculada à ONU e que funciona em Roma desde 1951. Nestes 60 anos de existência, a FAO não conseguiu atingir seu principal objetivo de erradicar a fome no mundo. O senegalês Jacques Diouf, diretor do órgão, afirma que é possível fazê-lo, desde que as nações ricas aumentem os investimentos em programas de desenvolvimento agrícola. Tais países destinam cerca de US\$ 975 bilhões, anualmente, para gastos militares, enquanto os que são direcionados para o combate à pobreza restringem-se a US\$ 80 bilhões no mesmo período.

Apesar da escassez de recursos, a FAO tem desenvolvido ações de vulto, orientando governos em termos políticos e de planejamento, reunindo, analisando e divulgando informações, além de constituir um fórum internacional de debates sobre temas relativos à agricultura e à alimentação e outros de igual magnitude como o problema da falta de água em determinadas regiões do planeta, a desertificação da África e a necessidade de se consolidarem políticas de desenvolvimento sustentável.

Todavia, apesar desses esforços, a grande batalha ainda está por ser vencida, pois a fome não diminuiu em termos globais. A própria FAO divulga estatísticas pessimistas, quando assinala haver 852 milhões de pessoas no mundo vítimas da desnutrição, quando, em 1996, os governantes que participaram da Cúpula Mundial da Alimentação previam, para antes de 2015, a redução pela metade daquele elevado contingente, meta que parece improvável de ser alcançada. Registre-se que essas populações estão localizadas principalmente na Ásia e na África e em algumas regiões da América Latina e do Caribe, onde a situação se agravou nas décadas de 80 e

90, sendo oportuno salientar que nos próximos 30 anos o mundo terá 9 bilhões de habitantes em comparação aos atuais 6 bilhões.

Nesses 60 anos de existência, devemos lembrar um ex-presidente do Conselho Executivo da FAO, o cientista pernambucano Josué de Castro, que dedicou seus anos de vida ao enfrentamento do grave problema. “Denunciei a fome como o flagelo fabricado pelos homens contra outros homens”, afirmava o autor do clássico *Geografia da fome*, traduzido em mais de 25 idiomas e editado, pela primeira vez, em 1946.

Em tal contexto Josué de Castro sustentava que o subdesenvolvimento não é, “como muitos pensam equivocadamente, insuficiência ou ausência de desenvolvimento, mas, sim, um produto, ou melhor, um subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da exploração econômica de tipo colonial ou neocolonial, que continua sendo exercida em diversas regiões do planeta”. Queria dizer, em outras palavras, que as nações integrantes do Terceiro Mundo eram subdesenvolvidas, não por razões naturais, mas por causas históricas e pela força das circunstâncias.

Nas seis décadas de atividades da FAO não há como dissociar suas ações das idéias de Josué de Castro, que permanecem cada vez mais atuais em um mundo de grandes desigualdades entre as nações industrializadas e as que lutam para superar o atraso econômico.

ENTREVISTA COM PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO

POR ALEXANDRE BANDEIRA DE MELO

São Paulo, julho de 2005.

P – Quando o Sr. ouviu falar em Josué de Castro pela primeira vez?

PAS – Eu li o *Geografia da fome* quando estava na universidade, portanto entre 1948 e 1952. É um livro excepcional, que me impressionou profundamente. Li-o várias vezes. A partir daí, Josué de Castro se tornou uma importante figura de referência para mim. Mas eu só fui conhecê-lo em 1959, quando ele esteve em São Paulo. Tenho a impressão de que, nesse tempo, ele era presidente do Conselho Executivo da FAO*. Eu servia no gabinete do professor Carvalho Pinto, como subchefe da casa civil do governo de São Paulo. O governador convocou uma reunião do secretariado para ouvir Josué de Castro. E, que eu me recorde, nunca houve outra reunião com todo o secretariado para ouvir um intelectual. Foi uma deferência muito especial do governador ao Josué.

P – Qual era o tema da reunião?

PAS – Era a explicação das campanhas que a FAO estava realizando para a erradicação da fome. Nessa reunião eu pude notar como Josué era um homem que prendia a atenção do público. Tinha uma retórica fantástica. Estou citando o fato apenas para ressaltar o respeito com que ele era recebido pelas pessoas sérias do país. O professor Carvalho Pinto era um homem conservador, mas ilustrado, profundamente honesto e preocupado com os problemas do Brasil.

P – Apesar de não terem exercido mandatos juntos, como o Sr. avalia Josué de Castro politicamente?

* N.R: Josué de Castro foi presidente do Conselho da Organização para a Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO) de 1952 a 1956. Em 1960 foi eleito presidente do Comitê Governamental da Campanha de Luta contra a Fome da ONU. Foi deputado federal por Pernambuco em duas legislaturas, de 1954 a 1962.

PAS – Josué de Castro era, rigorosamente, o que se pode chamar de um homem de esquerda. No sentido de que ele era preocupado com problemas como a desigualdade social e a dependência externa do nosso país. Josué lutava, exatamente, pelas coisas por que eu luto até hoje. Para diminuir essa distância brutal entre os ricos e os pobres e ver se esse país adquire condições de tomar decisões internas em função dos seus interesses, e não em função das pressões externas que recebe. Toda vez que se falava de questões sociais, o nome de Josué vinha à baila. Porque o trabalho dele é clássico, pioneiro, correu o mundo, traduzido em tudo quanto é lugar. Por isso, Josué de Castro era uma figura respeitada por todos os matizes da esquerda.

P – Qual a ligação de Josué com o socialismo?

PAS – Pelo que sei, ele era do PTB, do trabalhismo. Mas, no trabalhismo, era do grupo nacionalista, da esquerda, do grupo mais avançado. Eu diria que ele era um republicano no sentido pleno da palavra e um homem de idéias progressistas, da igualdade social, da liberdade, da participação. Não tenho nenhum registro dele como membro de algum partido socialista enquanto tal.

P – O Sr. teve outros encontros com Josué de Castro, além da reunião com Carvalho Pinto?

PAS – Eu me encontrei com ele em Santiago do Chile, quando estava exilado. Isso foi em 1966 ou 1967, logo no começo do meu exílio. Ele passou por lá e foi convidado para jantar na casa do deputado Paulo de Tarso Santos, que havia sido ministro da Educação do governo João Goulart. O Paulo me convidou para participar desse jantar. E convidou, também, um padre belga jesuíta, muito importante, chamado Roger Vekemans, que era um homem extremamente culto, sabia quem era o Josué, conhecia-o muito bem. Josué já estava exilado, era um “colega”. Então foi uma espécie de confraternização entre exilados. E toda a conversa girou sobre o problema da ditadura no Brasil, o que ela estava representando, o que significava em termos de um atraso muito grande para o país, etc. A gente sentia no

Josué um homem preocupadíssimo com o Brasil, e entristecido por não estar aqui. Esse foi o encontro mais estreito que tivemos, com mais horas para conversar.

P – Qual a sua impressão de Josué de Castro como pessoa?

PAS – O que eu senti foi um homem cordial, profundamente educado. Desses que sabem conversar, sabem colocar bem as frases. Lembro-me de um comentário que o Vekemans, esse padre belga, fez sobre o Paulo VI: “O dilema de Paulo VI é ser ou não ser”. Ao que Josué respondeu: “Não é bem esse o dilema: é ser e não ser”. Ele era um homem de frases precisas assim.**

P – Recentemente, ante uma pesquisa do IBGE sobre obesidade no Brasil, algumas matérias de imprensa colocaram o fato como uma prova contrária à realidade da desnutrição. Mas Josué, desde a década de 40, já havia conceituado a “fome oculta”. Falta ao Brasil ler Josué de Castro?

PAS – Claro. Nós temos que resgatar várias pessoas no Brasil. Tivemos uma efervescência intelectual extremamente importante nos anos 60: Darci Ribeiro, Manoel Correia de Andrade, Celso Furtado, Álvaro Vieira Pinto, Hélio Jaguaribe, Paulo Freire, Josué de Castro. Enfim, uma geração que pensou o Brasil, levantou os grandes problemas do país. Aí veio a ditadura. Em 20 anos esfacelou tudo, jogou cada um para um lado. Josué terminou no exílio, entristecido; Jango morreu no Uruguai. E quando o país reabriu, a problemática não foi retomada. Hoje, você tem uma geração que não conhece esses autores. Eu garanto que, no Congresso Nacional, mais da metade não leu Josué de Castro. Por isso ficam “inventando a roda”. Aliás, quando eu voltei ao Brasil, notei muito isso: em várias reuniões,

** N.R: O dilema de Paulo VI foi ter sido Papa numa época de transição da Igreja Católica, que passava por questionamentos e transformações irreversíveis. Diante de um mundo com novos valores, com taxas crescentes de divórcio, liberdade sexual, técnicas anticoncepcionais e a, não menos importante, Teologia da Libertação, o Papa viu-se obrigado a empreender uma revisão profunda da liturgia católica, mesmo tendo uma postura conservadora.

as pessoas estavam descobrindo coisas que nós já tínhamos como absolutamente estabelecidas.

P – Manoel Correia de Andrade e Josué de Castro já haviam estabelecido os fundamentos para uma reforma agrária...

PAS – Nossa! Há muito tempo. Por isso é um trabalho muito bonito esse de resgatar o pensamento dessa gente. Foi um período extremamente vivo, porque ali se deu o debate – que nós perdemos – sobre qual seria o rumo do desenvolvimento brasileiro. A corrente do Josué, da qual nós todos fazíamos parte, queria um desenvolvimento nacional e, portanto, firmado no Estado brasileiro, na nação brasileira redistribuída. A outra corrente seguia o velho caminho brasileiro de crescer através da exportação, do capital estrangeiro. Venceu essa segunda corrente. Depois o debate foi reaberto, mas o pensamento da primeira corrente não foi recuperado. Foi ignorado.



2003, 28 e 29 de setembro – Francisco Menezes, presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, discursando por ocasião do seminário de abertura da Semana Josué de Castro: Ciência, Tecnologia e Fome. Composto a Mesa: deputado Fernando Ferro; Fernando Lira, presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Pernambuco; deputado Jorge Gomes, representando o Exmo. Sr. Ministro de Ciência e Tecnologia Dr. Roberto Amaral; Sérgio Buarque, sócio-fundador do Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro.



2003, 28 de setembro – Semana Josué de Castro: professor Enoque Cavalcanti, sócio fundador do CJC; professor Manuel Correia de Andrade, geógrafo e conselheiro do CJC; professor Giuseppe Galvan, sócio fundador do CJC; professor Carlos Jara, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA); professora Emília Perez, sócia fundadora do CJC e diretora da Escola de Medicina da UFPE.

Cronologia de Vida e Obra

1908

- Nasce Josué Apolônio de Castro em Recife, no dia 5 de setembro.

1915/22

- Estuda em colégios tradicionais como o Ginásio Pernambucano e o Colégio Chateaubriand, morando no Bairro da Madalena, dos oito aos quatorze anos de idade.

1923

- Ingressa precocemente na Faculdade de Medicina da Bahia: “Acabei meus preparatórios com quinze anos. Falsificaram-me a idade para que eu pudesse entrar na faculdade”.

1925

- Muda-se da Bahia para o Rio de Janeiro. Publica “A doutrina de Freud e a literatura moderna”, seu primeiro artigo, publicado na *Revista de Pernambuco*.

1929

- Forma-se em Medicina aos vinte anos e meio, na Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil.
- Primeira viagem ao exterior: México e Estados Unidos.

1930

- Retorna ao Recife, e monta o primeiro consultório especializado em doenças da nutrição.
-

1932

- Publica o inquérito *As condições de vida das classes operárias do Recife*, baseado em experiência como médico numa fábrica. A partir dele e de outros inquéritos realizados no Rio de Janeiro, em São Paulo e em outras partes do país constituem-se as bases para o surgimento do salário mínimo, instituído legalmente em 1940 por Getúlio Vargas.
- Com a tese *O problema fisiológico da alimentação no Brasil*, torna-se livre-docente de Fisiologia da Faculdade de Medicina do Recife.

1933

- Idealiza e funda a Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife.

1934

- Casa-se com Glauce Rego Pinto, que foi sua aluna na Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais. Do casamento teve três filhos: Josué Fernando de Castro, economista; Anna Maria de Castro, socióloga; e Sônia de Castro Durval, geógrafa.

1935

- Muda-se para o Rio de Janeiro e atravessa meses de dificuldade financeira. Escreve, tenta clínica, faz até um concurso de Estatística, mas não consegue passar.
- Lança *Alimentação e raça*, refutando as teses racistas da época.
- Passa a chefiar o Serviço Central de Alimentação do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, que se transformaria no futuro Serviço de Alimentação da Previdência Social (Saps).

1936

- Abre consultório médico que manteve até 1955, no Rio de Janeiro, como clínico e especialista em doenças da nutrição.
 - Torna-se membro da Comissão de Inquérito para Estudo da Alimentação do Povo Brasileiro, realizado pelo Departamento Nacional de Saúde Pública.
-

1937

- Publica *Documentário do Nordeste, A festa das letras* (juntamente com Cecília Meireles) e *A alimentação brasileira à luz da geografia humana*.

1938

- Ingressa na Universidade do Distrito Federal, para ministrar aulas de Antropologia Física.
- Lança *A alimentação brasileira à luz da geografia humana e Fisiologia dos tabus*.

1939

- Estagia no Instituto Bioquímico de Roma. Dessa experiência publica o estudo *Alimentazione e acclimatazione umana nei tropici* em Milão. Ao voltar da Itália, publica *Geografia humana*.
- Gradua-se em Filosofia pela Universidade do Brasil, conforme consta em sua autobiografia resumida.

1940

- Coordena o primeiro curso de especialização em nutrição da Universidade do Brasil (o atual Instituto de Nutrição da UFRJ leva o seu nome).
- Funda a Sociedade Brasileira de Alimentação, constituída de futuros dirigentes do Serviço de Alimentação da Previdência Social (Saps), criado no mesmo ano.

1942

- Funda a Sociedade Brasileira de Nutrição, presidindo-a por dois anos.
-

1943

- Torna-se professor catedrático da cadeira de Nutrição do curso de sanitaristas do Departamento Nacional de Saúde Pública.
- Idealiza e é designado diretor do Serviço Técnico de Alimentação Nacional (Stan) da Coordenação de Mobilização Econômica, criado a partir do contexto da II Guerra Mundial.

1944

- Criado no Rio de Janeiro o Instituto de Tecnologia Alimentar (ITA) por iniciativa do Stan, do qual era diretor. Baseada em estudos realizados pelo ITA foi assinada portaria que obrigava a iodetação do sal no país.

1945

- Lança no México *La alimentación en los tropicos*, um rearranjo de *Alimentazione e acclimatazione umana nei tropici*.
- O Stan é substituído pela Comissão Nacional de Alimentação (CNA), que Josué de Castro passa também a dirigir até 1954.
- Participa da fundação do Hospital de Clínicas do Rio de Janeiro e passa a ser o primeiro vice-presidente.

1946

- Publica, pela editora O Cruzeiro, sua obra de maior repercussão, *Geografia da fome*, e recebe o prêmio José Veríssimo da Academia Brasileira de Letras.

1947

- Efetiva-se formalmente no cargo de professor da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil por meio de concurso para a cátedra de Geografia Humana, no qual defendeu a tese *Fato-*
-

res de localização da cidade do Recife: um ensaio de geografia urbana. Permanece professor até 1964.

1948

- Delegado da Primeira Conferência Latino-Americana de Nutrição promovida pela FAO, ocorrida em Montevideu. Na ocasião, Castro foi escolhido membro do Comitê Consultivo Permanente de Nutrição desse mesmo organismo internacional.
- Publica a primeira versão de *Geopolítica da fome*, um dos raros livros consagrados, simultaneamente, nos EUA e na URSS.

1950

- Escolhido para organizar a Segunda Conferência Latino-Americana de Nutrição da FAO, realizada no Estado do Rio de Janeiro, em Petrópolis.
- Candidata-se a deputado federal pelo Estado de Pernambuco, mas não consegue se eleger.

1951

- Nomeado vice-presidente para a Comissão Nacional de Política Agrária, criada por Getúlio Vargas em julho.
- É criada a Comissão Nacional de Bem-Estar Social (CNBS), sob a presidência do ministro do Trabalho e a vice de Josué de Castro.

1952

- Eleito presidente do Conselho Executivo da FAO, reeleito por unanimidade dos delegados dos países que formam o Conselho das Nações Unidas, permanece até o final de 1956.
-

1953

- Na FAO, estimula a realização da Terceira Conferência Latino-Americana sobre Nutrição, ocorrida em Caracas (Venezuela). Depois da conferência, apresenta o Plano Nacional de Alimentação, sob responsabilidade da Coordenação Nacional de Alimentação (CNA): um marco na trajetória das políticas públicas sobre alimentação e nutrição no Brasil.

1954

- Indicado para concorrer ao Nobel de Medicina.
- Como parte das discussões da Terceira Conferência Latino-Americana sobre Nutrição, da qual fez parte, é iniciada a Campanha de Merenda Escolar.
- Elege-se deputado federal por Pernambuco, fazendo dobradinha com Francisco Julião (líder das Ligas Camponesas), sendo o único candidato apoiado pelos comunistas.

1955

- Assume o mandato de deputado federal, que vai até 1959. Torna-se vice-líder do PTB e presidente da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados.
- Participa, com um grupo de 45 intelectuais, entre os quais Caio Prado Júnior, da fundação da Revista Brasiliense.

1956

- Conforme proposta da Comissão Nacional de Alimentação (CNA), a Campanha de Merenda Escolar passa a ser nacional, sendo, atualmente, o programa mais antigo e mais abrangente de toda a América Latina.
-

1957

- Lança três livros: *Ensaio de biologia social*, *Ensaio de geografia humana* e *O livro negro da fome*.
- Funda a Associação Mundial de Luta contra a Fome (Ascofam), da qual foi eleito presidente.
- Viaja à China e fica impressionado com o plano do governo comunista de Mao Tsé-tung para erradicar a fome.

1958

- Chega a ser nomeado ministro da Agricultura por Juscelino Kubitschek, mas não assume por pressões do próprio partido (PTB) e da ala conservadora da Igreja Católica.
- Reelege-se deputado federal por Pernambuco, com o apoio de Francisco Julião e dos comunistas, sendo o mais votado do Nordeste.
- Escreve dois roteiros para o cinema: *Le Cri* e *O drama das secas*.
- Recebe o título de doutor *honoris causa* pela Escola de Agronomia da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

1959

- Ao assumir o mandato de deputado federal pela segunda vez, promove uma discussão nacional, devido à grande seca no Nordeste em 1958, que influencia a criação da Sudene.

1960

- Presidente eleito do Comitê Governamental da Campanha Mundial de Luta contra a Fome, iniciativa da FAO.
 - Recepciona Sartre e Simone de Beauvoir no Rio de Janeiro.
-

1962

- Depois de ter sido cogitado para o cargo de embaixador no Canadá, é designado, pelo então presidente João Goulart, embaixador-chefe da delegação do Brasil junto à ONU, em Genebra. Quando ia do Brasil para Genebra, o avião em que viajava, ao decolar do Galeão, caiu na Baía de Guanabara, causando a morte de seu neto de apenas dois meses de idade.
- Renuncia ao mandato de deputado federal devido às tarefas nos organismos internacionais.

1963

- Permanece à frente da Ascofam e é designado para exercer as funções de representante do Brasil junto ao Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Genebra.
- Mais uma indicação para o Nobel da Paz.

1964

- Com o golpe militar de 1º de abril, é destituído do cargo de embaixador-chefe em Genebra, e logo depois, em 9 de abril do mesmo ano, tem seus direitos políticos cassados por dez anos. Impedido de voltar ao país, escolhe a sua localização em Paris.

1965

- Publica *Sete palmos de terra e um caixão*, escrito para o público norte-americano, e *Homens e caranguejos*, o primeiro e único romance, espécie de autobiografia da infância em Recife.
 - Fundador e presidente do Centro Internacional para o Desenvolvimento (CID), entre 1965 e 1973.
-

1969

- Depois de um ano de docência, o governo francês o designa professor estrangeiro associado ao Centro Universitário Experimental de Vincennes (Universidade de Paris VIII).

1970

- Indicado para o Nobel da Paz.

1972

- Ajuda a organizar a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, reunida em Estocolmo (Suécia).

1973

- No dia 24 de setembro, falece em sua residência, em Paris, aos 65 anos de idade, alguns dias depois de Salvador Allende e na mesma semana da morte de Pablo Neruda. Seu corpo é enterrado no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro.
-

Principais obras

- *O problema da alimentação no Brasil*: seu estudo fisiológico. 1932. Monografia (Livre-docência em Fisiologia) – Faculdade de Medicina, Recife.
 - *Alimentação e raça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936. 182 p.
 - *A alimentação brasileira à luz da geografia humana*. Porto Alegre: Globo, 1937. 176 p.
 - *Documentário do Nordeste*. São Paulo: J. Olympio, 1937. 215 p.
 - *Fisiologia dos tabus*. São Paulo: Melhoramentos/Nestlé, 1938. 62 p.
 - *Geografia humana*: estudo da paisagem cultural do mundo. Porto Alegre: Globo, 1939. 232 p.
 - *Geografia da fome*: o dilema brasileiro, pão ou aço. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.
 - *Geopolítica da fome*: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. Rio de Janeiro: Casa do Estudante Brasileiro, 1951. 416 p.
 - *A cidade do Recife*: ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1954. 167 p.
 - *Ensaio de geografia humana*. São Paulo: Brasiliense, 1957.
 - *Ensaio de biologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1957. 283 p.
 - *O livro negro da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1960. 178 p.
 - *Sete palmas de terra e um caixão*: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva. São Paulo: Brasiliense, 1965. 223 p.
 - *Homens e caranguejos*: [romance]. São Paulo: Brasiliense, 1967. 177 p.
 - *Fome, um tema proibido*: últimos escritos de Josué de Castro. Anna Maria de Castro (org.). 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
 - *Fome, um tema proibido*: últimos escritos de Josué de Castro. Anna Maria de Castro (org.). 3. ed. Recife: Instituto de Planejamento de Pernambuco; Comp. Ed. de Pernambuco, 1996.
-

Obras traduzidas

- *Geografia da fome* e *Geopolítica da fome* foram os livros mais traduzidos (Alemanha, Argentina, Chile, China, Colômbia, Cuba, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Hungria, Irã, Itália, Japão, Noruega, Polônia, Reino Unido, República Tcheca, Romênia, Rússia, Suécia).

Obras inacabadas e/ou planejadas

- Survivre ou périr ensemble? (Viver ou perecer juntos?);
 - Fome e paz;
 - Estados Unidos: país subdesenvolvido;
 - A estepe da fome;
 - Geografia do desespero;
 - O desafio das memórias irreprimíveis;
 - Biologia e desenvolvimento.
-

Referências

ARRAES, Miguel. *Brasil, pueblo y poder*. México: Ed. ERA, 1971. (Colección Ancho Mundo).

ACADEMIA Pernambucana de Medicina. *Ciclo de estudos sobre Josué de Castro*. [Recife] : Ed. da Acad. de Med. de Pernambuco, 1983. (Coleção Humanismo e Cultura; n. 4).

BARRETO, Túlio Velho e FERREIRA, Laurindo (org.). *Na trilha do golpe: 1964 revisitado*. Recife: Massangana, 2004.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República: de 1961 a 1967*. 2. ed. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1977. v. 4.

_____. *História sincera da República: de 1930 a 1960*. 4. ed. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1976. v. 3.

CASTRO, Anna Maria de. Josué de Castro: semeador de idéias. *Cader-nos do Interra*, Veranópolis, ano II, n. 7, 2003.

CASTRO, Josué de. *Ensaio de biologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

_____. *Homens e caranguejos: romance*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

_____. *Sete palmos de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

CHACON, Vamireh. *Estado Novo e povo no Brasil: as experiências do Estado Novo e da democracia populista, 1937/1964*. Brasília: J. Olympio; Câmara dos Deputados, 1977. (Coleção Documentos Brasileiros).

CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi: memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

_____. *O caso eu conto como o caso foi*: memórias políticas. Recife: Ed. Guararapes, 1980. v. 2.

_____. *O caso eu conto como o caso foi*: memórias políticas. Recife: Ed. Guararapes, 1985.

CRUVINEL, Tereza (org.). *Cristina Tavares*: perfil parlamentar. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004.

FICO, Carlos. *Além do golpe*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004.

LIMA, José Vicente Rodrigues de. *Josué de Castro*: cientista e humanista. Recife: Ed. Univ. UFPE, 1977.

MELO, Marcelo Mário de. *Davi Capistrano*: entre teias e tocaias. Recife: Assembléia Legislativa de Pernambuco, 2001. (Perfil Parlamentar Século XX).

MORAES, Clodomir Santos. *Queda de uma oligarquia*. Pernambuco: Gráf. Ed. do Recife, 1959.

_____. *Histórias das ligas camponesas do Brasil*. Brasília: Ed. Iattermund (Instituto de Apoio Técnico aos Países do Terceiro Mundo), 1997.

MOREL, Edmar. *O golpe começou em Washington*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

NASCIMENTO, Renato Carvalheira do. *Para entender Josué de Castro*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

PINHEIRO NETO, João. *Jango*: um depoimento pessoal. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1993.

PONTUAL, Virgínia. *Uma cidade e dois prefeitos*: narrativas do Recife das décadas de 1930 a 1950. Recife: Ed. da UFPE, 2001.

RIBEIRO, Darcy. *Aos trancos e barrancos*: como o Brasil deu no que deu. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1985.

RIBEIRO, José Adalberto. *Agamenon Magalhães: uma estrela na testa e um mandacaru no coração*. Recife: Assembléia Legislativa de Pernambuco, 2001. (Perfil Parlamentar Século XX).

SANTIAGO, Vandeck. *Francisco Julião: luta, paixão e morte de um agitador*. Recife: Assembléia Legislativa de Pernambuco, 2001. (Perfil Parlamentar Século XX).

SILVA, Tânia Elias Magno da. *Josué de Castro: para uma poética da fome*. 1998. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1998.

SINÉSIO, Carlos. *João Cleofas: trajetória política, ascensões e tropeços*. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001. (Perfil Parlamentar Século XX).

SKIDMORE, Thomas. *De Getúlio a Castelo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo do Arraes: nacionalismo em crise, 1955/1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964, visões críticas do golpe: democracia e reforma do populismo*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

Outras fontes

- *Diário do Congresso Nacional*, de 1952 a 1962;
- Acervo documental, iconográfico e biblioteca pessoal de Josué de Castro – Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro, Recife (PE): pastas com documentos relacionados aos períodos de 1927 a 1930, 1950 a 1960, e 1961 a 1973, contendo fotografias, jornais microfilmados, discursos, palestras, artigos, diplomas, condecorações e títulos, correspondências de Josué de Castro, coleção de revistas *Manchete*.
- Arquivo público do Estado de Pernambuco;
- Jornal *Folha do Povo*, relacionado ao período de 1954 a 1958.

Entrevistas

- Anna Maria de Castro
 - Ájax Pereira
 - Jamesson Ferreira Lima
 - Marcos Costa Lima
 - Pelópidas Silveira
 - Plínio de Arruda Sampaio
-

O Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro (CJC)

Fundado no Recife em 1979, o CJC é uma organização não-governamental (ONG) com caráter de núcleo de estudos e pesquisas e intervenção social. Nascendo numa conjuntura de luta pelas liberdades democráticas, procurou criar um espaço que permitisse a expressão e a divulgação de reflexões críticas sobre a realidade político-socioeconômica e cultural brasileira.

A escolha do nome do cientista pernambucano Josué de Castro foi motivada por uma profunda identidade dos seus fundadores com a postura de independência, espírito crítico e compromisso desse intelectual e político com o processo de conhecimento voltado para a transformação da realidade.

Formado por pesquisadores, educadores e técnicos de diversas áreas do conhecimento, o Centro desenvolve e estimula a produção, a sistematização e a socialização de conhecimentos para respaldar uma ação transformadora da sociedade.

O reconhecimento da importância da entidade no processo de redemocratização brasileiro e a lacuna aberta entre os pensadores contemporâneos da América Latina com o falecimento de Josué de Castro, na década de 1970, levaram a família Castro a doar ao CJC, em setembro de 1983, o seu acervo pessoal.

No mês de setembro de 1983 foi realizada no Centro Josué de Castro a “1ª Jornada Contra a Fome” em Pernambuco, como parte da programação da I Semana Josué de Castro, intitulada “10 Anos Depois Sem Josué de Castro”. O evento passou a integrar a programação permanente da entidade, sendo realizado anualmente no mês de setembro.

O ACERVO DE JOSUÉ DE CASTRO

A coleção particular de Josué de Castro inclui os seguintes documentos:

- fotografias (em torno de 700 imagens), que ilustram a sua cronologia de vida e obra;
- documentos em geral, principalmente livros e revistas, reunidos para subsidiar a curiosidade e a produção intelectual do autor;
- produção intelectual de Josué de Castro, incluindo sua contribuição como professor, cientista social, político, executivo de vários órgãos públicos, embaixador junto aos organismos especializados das Nações Unidas (OMSD, OIT, FAO etc.), presidente da Comissão Executiva da FAO e do Centro Internacional para o Desenvolvimento (CID) em sua época de exílio em Paris;
- documentos pessoais, honrarias, diplomas, títulos etc.;
- repercussão de sua obra (recorte de jornais, citações em livros e revistas especializadas);
- correspondência mantida com diversas personalidades, entidades públicas e privadas.

Merece destaque a coleção de 17 pastas de recortes de jornais a respeito das atividades de Josué de Castro, no período que se estende de 1927 a 1973.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO
CONSELHO DIRETOR

Diretora Presidente **MARIA SOCORRO DOS SANTOS**
Diretor Financeiro **JOSÉ FRANCISCO GOMES**

CJC – Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro
Rua: São Gonçalo nº 118, Boa Vista
50070-600 – Recife (PE)
Telefones: (0xx-81) 3423 2800; fax: (0xx-81) 3423 5242
cjc@josuedecastro.org.br



Acervo de Josué de Castro – cartazes das campanhas contra a fome e o subdesenvolvimento, implementadas pelo Centro Internacional para o Desenvolvimento (CID) e pela Associação Mundial de Luta contra a Fome (Ascofam). Acervo Biblioteca Centro de Estudos e Pesquisas, Recife (PE).



Materiais do acervo de Josué de Castro – correspondências, documentos, fotos, cartazes, pasta, valise, títulos, condecorações, edições antigas de sua obra e vários escritos com anotações de próprio punho.

Os Organizadores

MARCELO MÁRIO DE MELO

Jornalista, escreve poemas, mini-contos, histórias infantis e textos de humor. Atuou na imprensa clandestina em Pernambuco, nos tempos da ditadura. A partir de 1980, depois que saiu da prisão (março/71 a abril/79), participou da redação do quinzenário *O Povão*, integrou-se à imprensa sindical e foi fundador da Equipe de Comunicação Sindical – ECOS, onde atuou até 1986, juntamente com o jornalista Paulo Santos de Oliveira. Atualmente, dirige a Assessoria de Comunicação da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), em Recife-PE, entidade vinculada ao Ministério da Educação.

Nasceu em Caruaru (PE), tendo vindo para Recife em 1953. Na década de 1960 teve a oportunidade de assistir à atuação de Josué de Castro como conferencista.

Publicações

- *Os quatro pés da mesa posta*. Poesias – 1980.
- *O manifesto masculinista*. Humor – 1990, que recebeu do escritor Antônio Houaiss elogio escrito de próprio punho: “*pela forma e pela fórmula*”.
- *Davi Capistrano: entre teias e tocaias*. Perfil Parlamentar Século XX da Assembléia Legislativa de Pernambuco. Recife, 2001.
- *Manifesto da esquerda vicejante mais textos e poemas*. Recife, 2005.

TERESA CRISTINA WANDERLEY NEVES

Socióloga, graduada pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (ESP-SP); analista de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana do Recife (PED/RMR – Dieese-PE); pesquisadora e coordenadora de projetos do Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro; aluna, especial, do doutorado de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Nasceu em Recife-PE, tendo migrado para São Paulo em janeiro de 1971, retornando em julho de 1987. Participou das discussões da Constituinte, que subsidiariam a definição do Estatuto da Criança e do Adolescente, em substituição ao Código do Menor, junto com equipe de instituições estaduais do Governo de Franco Montoro – SP/SP, em 1986/87. Posteriormente, em 1992/93, com equipe do Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro (Nanci Lourenço, advogada, e Álvaro Vieira de Melo, médico), trabalhou na proposição e na definição de novos padrões de risco e vulnerabilidade a que as crianças e adolescentes estão expostas na atualidade.

Publicações

- *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos) e Solidarity Center, AFL-CIO, 2001.
- *Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco*. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. Contexto, 1999 – Brasil. Detentora do Prêmio Casa Grande e Senzala versão ano 2000, pela Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). Recife, 2000.
- *Mapa do negro: preconceito e desigualdade no mercado de trabalho brasileiro*. Instituto Intersindical Latino-Americano pela Igualdade Racial (ISPIR) e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), 1999.

- *Les travailleurs invisible: chronique internationale*. Travail, n. 30, Hive 1993/1994 – France.
- *Os trabalhadores invisíveis: trabalho e agricultura*. In: Anais do III Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, v. 1.
- *Os trabalhadores invisíveis: crianças e adolescentes dos canaviais de Pernambuco, estrutura etária e heterogeneidade no mercado de trabalho*. In: Anais do IX Encontro de Estudos Populacionais, v. 3.
- *Crianças e adolescentes trabalhadores: a mão-de-obra invisível*. In: Anais da 45ª Reunião Anual da SBPC, v. 2.

Endereços Eletrônicos:

- cjc@josuedecastro.org.br
 - marcelomariodemelo@gmail.com
 - teresawneves@josuedecastro.org.br
 - teresawneves@gmail.com
-

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

- Aarão Steinbruch (Aarão Steinbruch), 220
 Abu al-Qasim Muhammad ibn Abd Allah ibn Abd al-Muttalib ibn Hashim **ver** Maomé
 Abu Hafsah Ibn el Khattab **ver** Omar I, califa
 Acland, Richard Thomas Dyke **ver** São Columbo John e Devonshire, Richard Thomas Dyke Acland, *barão*
 Adahil Cavalcanti (Adahil Barreto Cavalcanti), 221
 Aderbal Jurema (Aderbal de Araújo Jurema), 98, 220
 Adílio Viana (Adílio Martins Viana), 220
 Affonso, Almino Monteiro Álvares **ver** Almino Afonso
 Affonso Arinos (Affonso Arinos de Mello Franco), 46
 Afonso, Almino **ver** Almino Afonso
 Agamenon Magalhães (Agamenon Sérgio de Godói Magalhães), 30, 54, 291
 Agripino, Djalma, 7
 Agripino, João **ver** João Agripino
 Agripino Filho, João **ver** João Agripino
 Aguiar, Oliveiros Guanais de, 221
 Al-misri, Ahmad Urabi Pasha **ver** Arabi, Said Ahmed
 Alberto, João **ver** João Alberto
 Albuquerque, Etelvino Lins de **ver** Etelvino Lins
 Albuquerque, Natalício Tenório Cavalcanti **ver** Tenório Cavalcanti
 Alcester, Frederick Beauchamp Paget Seymour, *barão*, 194, 195
 Alencar, Miguel Arraes de **ver** Miguel Arraes
 Alexandria, Cirilo da **ver** Cirilo da Alexandria, s.
 Allende Gossens, Salvador, 244, 247, 285
 Almeida, Henrique de La Roque **ver** Henrique de La Roque
 Almeida, Marcelo Brasileiro de, 102
 Almino Afonso (Almino Monteiro Álvares Affonso), 145, 220
 Aluísio Alves (Aluísio Alves), 145
 Álvaro Lins (Álvaro Lins Cavalcante), 102, 221
 Alves, Aluísio **ver** Aluísio Alves
 Amado, James, 102
 Amado, Jorge **ver** Jorge Amado
 Amaral, Roberto **ver** Vieira, Roberto Átila Amaral
 Amoroso Lima, Alceu, 102
 Andrada e Silva, José Bonifácio de **ver** José Bonifácio de Andrada e Silva
 Andrade, Ary de, 102
 Andrade, Carlos Drummond de, 83
 Andrade, Carlos Luiz de, 66
 Andrade, Manuel Correia de, 274, 275, 276
 Annes Dias (Heitor Annes Dias), 43
 Antônio Baby (Antônio Baby), 220
 Antônio Balbino (Antônio Balbino de Carvalho Filho), 239
 Antônio Baltar (Antônio Bezerra Baltar), 64, 220
 Arabi, Said Ahmed, 196, 197, 198
 Aragão, Raimundo Moniz de, 45
 Aragão, Raymundo Moniz de **ver** Aragão, Raimundo Moniz de
 Aranha, Osvaldo Euclides de Sousa **ver** Osvaldo Aranha
 Araújo, Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de **ver** Joaquim Nabuco
 Araújo Júnior, José Martins de **ver** Cavaca, Dom Rossé
 Arcocha, Juan, 251
 Arendt, Hannah, 15, 16
 Arinos, Affonso **ver** Affonso Arinos
 Arraes, Miguel **ver** Miguel Arraes
 Arthou, Theodoro, 156
 Arthur Virgílio (Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto), 220

Assis, Francisco de **ver** Barbosa, Francisco de Assis
 Ataíde, Tristão de **ver** Amoroso Lima, Alceu

B

Baby, Antônio **ver** Antônio Baby
 Bahiense, Jonas **ver** Jonas Bahiense
 Balbino, Antônio **ver** Antônio Balbino
 Baltar, Antônio Bezerra **ver** Antônio Baltar
 Barata, Mário, 102
 Barbosa, Carlos Eduardo Lyra **ver** Lyra, Carlos
 Barbosa, Francisco de Assis, 102
 Barbosa Lima Sobrinho (Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho), 220, 248, 261
 Barreto, Luís Carlos **ver** Barreto, Luiz Carlos
 Barreto, Luiz Carlos, 180, 181
 Barros, Ademar Pereira de, 55
 Barros, João Alberto Lins de **ver** João Alberto
 Barros, Souza, 154
 Barros Carvalho (Antônio Barros Carvalho), 64
 Basoalto, Ricardo Eliecer Neftalí Reyes **ver** Neruda, Pablo
 Bastos, Oliveira, 102
 Batista, Miguel, 64
 Beauvoir, Simone Lucie-Ernestine-Marie-Bertrand de, 283
 Belo, José Maria **ver** José Maria Belo
 Ben-Amon, 194, 195
 Benedetti, Lúcia, 102
 Benevides, Clóvis, 48
 Benguel, Norma, 102
 Bennabi, Malek, 136
 Bento Gonçalves (Bento Gonçalves Filho), 220
 Bernanos, Georges, 213
 Betinho **ver** Souza, Herbert José de
 Bittencourt, José Alexínio, 90
 Blegnières, 196
 Bloch, Hélio, 102
 Bloch, Pedro, 38, 41, 235
 Bojer, Johan, 191
 Bolívar, Simón 18, 206, 207
 Bolívar y Palacios, Simón José Antonio de la Santísima Trinidad **ver** Bolívar, Simón
 Bonaparte, Napoleão **ver** Napoleão I, *da França*

Borba, José Osório Moraes **ver** Osório Borba
 Borba, Osório **ver** Osório Borba
 Borges, Pedro, 154
 Borges, Pompeu Acioly, 154
 Boto, Carlos Pena, 59
 Boulding, Kenneth Ewart, 227
 Bowles, Chester, 208
 Boyd Orr, John **ver** Boyd Orr, John Boyd Orr, *lorde*
 Boyd Orr, John Boyd Orr, *lorde*, 202
 Braga, Roberto Saturnino **ver** Saturnino Braga
 Braga, Saturnino **ver** Saturnino Braga
 Braga, Sílvio Leopoldo de Macambira **ver** Sílvio Braga
 Branco, Castelo **ver** Castelo Branco, Humberto de Alencar
 Branco, Humberto de Alencar Castelo **ver** Castelo Branco, Humberto de Alencar
 Brandão, Milton **ver** Milton Brandão
 Brandão, Tertuliano Milton **ver** Milton Brandão
 Brandão, Theo **ver** Brandão, Theotônio Vilela
 Brandão, Theotônio Vilela, 42
 Brant, Celso Teixeira **ver** Celso Brant
 Brasiliense, Arachelle, 7
 Breno da Silveira (Breno Dália da Silveira), 220
 Bright, John, 195
 Brizola, Leonel de Moura **ver** Leonel Brizola
 Brizzola, Leonel **ver** Leonel Brizola
 Bruce, Stanley Melbourne **ver** Bruce, Stanley Melbourne Bruce, *lorde*
 Bruce, Stanley Melbourne Bruce, *lorde*, 46, 47
 Bruller, Jean **ver** Vercors
 Brum, Hélio de Almeida, 154
 Bruno, Aníbal **ver** Firmo, Aníbal Bruno de Oliveira
 Bruno, Haroldo, 102
 Buarque, Sérgio **ver** Holanda, Sérgio Buarque de
 Buck, Pearl Sydenstricker, 38, 45, 46
 Buñuel Portolés, Luis, 180

C

Café Filho, João Fernandes Campos **ver** Café Filho

- Café Filho (João Fernandes Campos Café Filho), 55, 58, 59, 98, 239
- Caio Aurélio Valério Diocleciano, 192
- Câmara, Hélder Pessoa, *bispo*, 173, 257
- Campos, Geir, 102
- Campos, Milton Soares **ver** Milton Campos
- Campos Vergal (Romeu Campos Vergal), 220
- Capistrano, Davi **ver** Costa, Davi Capistrano
- Capistrano, David **ver** Costa, Davi Capistrano
- Caracalla, 194, 195
- Cardoso, José, 64
- Carlos Lacerda (Carlos Frederico Werneck de Lacerda), 53, 54, 58, 59, 72
- Carlos Luz (Carlos Coimbra da Luz), 58, 59, 64
- Carneiro Leão, Pedro Augusto **ver** Leão, Pedro Augusto Carneiro
- Carvalho, Renato **ver** Nascimento, Renato Carvalho
- Carvalho, Antônio Barros **ver** Barros Carvalho
- Carvalho, Barros **ver** Barros Carvalho
- Carvalho, Hermann Lima Alencar de, 48
- Carvalho, Ronald de, 42
- Carvalho Filho, Antônio Balbino de **ver** Antônio Balbino
- Carvalho Pinto (Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto), 272, 273
- Casas, Bartolomeu de Las, *frei*, 192
- Caso, Antonio, 36
- Castelo Branco, Humberto de Alencar, 291
- Castro, Adir Fiúza de, 58
- Castro, Anna Maria de, 7, 45, 75, 243, 244, 245, 257, 259, 278, 286, 289, 292
- Castro, Araújo **ver** Castro, João Augusto de Araújo
- Castro, Fiúza de **ver** Castro, Adir Fiúza de
- Castro, Glauce Rego Pinto de, 31, 43, 75, 182, 244, 245, 248, 256, 262, 278
- Castro, João Augusto de Araújo, 46
- Castro, Josefa Carneiro de, 29, 39
- Castro, Josué Fernando de, 42, 45, 245, 278
- Castro, Manuel Apolônio de, 29, 39
- Castro, Moacyr Werneck de, 102
- Castro Manso, Waldyr de **ver** Manso, Waldyr de Castro
- Cavaca, Dom Rossé, 102
- Cavalcante, Álvaro Lins **ver** Álvaro Lins
- Cavalcante, Enoque **ver** Cavalcanti, Enoque Gomes
- Cavalcanti, Adahil Barreto **ver** Adahil Cavalcanti
- Cavalcanti, Carlos de Lima **ver** Lima Cavalcanti
- Cavalcanti, Coutinho **ver** Coutinho Cavalcanti
- Cavalcanti, Enoque Gomes, 276
- Cavalcanti, Joaquim Nunes Coutinho **ver** Coutinho Cavalcanti
- Cavalcanti, Lima **ver** Lima Cavalcanti
- Cavalcanti, Tenório **ver** Tenório Cavalcanti
- Cechhey, 35
- Celso Brant (Celso Teixeira Brant), 220
- César Prieto (César Prieto), 220
- Chamson, André, 35
- Chaplin, Charles Spencer, 179
- Chaplin, Charlie **ver** Chaplin, Charles Spencer
- Chesman, Caryl **ver** Chessman, Caryl
- Chessman, Caryl, 211, 212, 213
- Chico Science, 258
- Churchill, Winston Leonard Spencer, 188
- Cid Sampaio (Cid Feijó Sampaio), 63, 64, 65, 66, 261
- Cintra, Antônio Barros de Ulhôa, 42
- Cintra, Ulhôa **ver** Cintra, Antônio Barros de Ulhôa
- Cirilo da Alexandria, s., 194
- Clélio Lemos (Clélio Lemos), 220
- Cleofas, João **ver** João Cleofas
- Clidenor Freitas (Clidenor de Freitas Santos), 220
- Clive, Robert **ver** Clive de Plassey, Robert Clive, *barão*
- Clive de Plassey, Robert Clive, *barão*, 193
- Clóvis Mota (Clóvis Coutinho da Mota), 220
- Coloin, 196
- Colombo de Souza (José Colombo de Souza), 145
- Condé, José, 102
- Conrad, 195
- Cony, Carlos Heitor, 102
- Copérnico, Nicolau, 41, 168
- Cordélia, *person. liter.*, 179

Correia, Pio **ver** Correia Júnior, Manuel Pio
 Correia Júnior, Manuel Pio, 215
 Costa, Cícero, 102
 Costa, Dante, 102
 Costa, Davi Capistrano, 64, 290, 296
 Costa Júnior, Liberato Pereira da, 62
 Coutinho, Afrânio, 102
 Coutinho, Carlos Nelson, 50, 154
 Coutinho, Nelson **ver** Coutinho, Carlos
 Nelson
 Coutinho Cavalcanti (Joaquim Nunes
 Coutinho Cavalcanti), 220
 Cox, Dilermando Duarte, 102
 Cristiano Machado (Cristiano Monteiro
 Machado), 54
 Cristo **ver** Jesus Cristo
 Cruz, Herman Santa **ver** Santa Cruz, Herman
 Cruz, Luís Santa, 102
 Cunha, Abelardo, 102
 Cunha, Álvaro da Silva, 154

D

Dagoberto Salles (Dagoberto Salles Filho),
 220
 Damata, Gasparino, 102
 Dantas, Francisco Clementino de San Tiago
ver San Tiago Dantas
 Dantas, San Tiago **ver** San Tiago Dantas
 Darci Ribeiro (Darci Ribeiro), 53, 102, 274
 Darwin, Charles, 168
 Del Priore, Mary Lucy Murray, 297
 Denis, Odílio, 67, 68
 Denys, Odílio **ver** Denis, Odílio
 Dias, Annes **ver** Annes Dias
 Dias, Heitor Annes **ver** Annes Dias
 Dias, João de Deus Oliveira, 184
 Diocleciano **ver** Caio Aurélio Valério
 Diocleciano
 Diouf, Jacques, 270
 Domingos Velasco (Domingos Neto de
 Velasco), 220
 Dória, Jorge, 102
 Dumont, René, 239
 Dupin, Hugo, 102
 Durval, Sônia Maria de Castro, 245, 278
 Dutra, Eloy Ângelo Coutinho **ver** Eloy Dutra

Dutra, Eurico Gaspar, 51, 54, 56
 Dzhugashvili, Iosif Vissarionovich **ver** Stalin

E

Eça de Queiroz, José Maria, 17, 18, 194, 196, 197
 Einstein, Albert, 167, 168, 229, 230
 Eloy Dutra (Eloy Ângelo Coutinho Dutra), 221
 Eneida, 102
 Etelvino Lins (Etelvino Lins de Albuquerque),
 54
 Euzébio Rocha (Euzébio da Rocha Filho), 221
 Evangelista, Darcy, 102

F

Fagundes, Miguel Seabra, 156
 Fagundes, Seabra **ver** Fagundes, Miguel
 Seabra
 Fagundes de Menezes, João **ver** Menezes,
 João Fagundes de
 Faria, Otávio de, 179
 Farias, Cordeiro de **ver** Farias, Osvaldo
 Cordeiro de
 Farias, Osvaldo Cordeiro de, 57, 63, 98
 Félix, Moacyr, 102
 Fernando Ferro (Fernando Dantas Ferro),
 268, 276
 Fernando Lira (Fernando Soares Lira), 276
 Fernando Santana (Fernando dos Reis
 Santana), 145, 221, 261
 Ferreira, Ascenso Carneiro Gonçalves, 57
 Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda, 102
 Ferreira, Jorge Pires **ver** Dória, Jorge
 Ferreira, José Antônio Rogê **ver** Rogê
 Ferreira
 Ferreira, Rogê **ver** Rogê Ferreira
 Ferro, Fernando Dantas **ver** Fernando Ferro
 Feuerbach, Ludwig Andreas, 16
 Figueiredo, Cláudio Barbosa de, 245
 Filho, Café **ver** Café Filho
 Firmo, Aníbal Bruno de Oliveira, 50
 Fleming, Alexander, 163, 164
 Florêncio Júnior, Djaci Magalhães, 61
 Foeppel, Elvira Schaun, 102
 Fonseca, Henrique Olímpio da, 102
 Fontoura, Carlos Alberto da, 245

Fortunato, Gregório, 55
 França, Francisco de Assis **ver** Chico Science
 Francis, Paulo **ver** Heilborn, Franz Paulo
 Trannin
 Francisco Julião (Francisco Julião Arruda de
 Paula), 23, 57, 61, 64, 65, 81, 161, 162, 282,
 283, 291
 Franco, Affonso Arinos de Mello **ver** Affonso
 Arinos
 Franco Bahamonde, Francisco Paulino
 Hermenegildo Teódulo, 71
 Franco, Francisco **ver** Franco Bahamonde,
 Francisco Paulino Hermenegildo Teódulo
 Franco Montoro (André Franco Montoro), 297
 Frank, Waldo David, 37
 Frantz, Jacob Guilherme **ver** Jacob Frantz
 Freire, Paulo, 274
 Freitas, Clidenor **ver** Clidenor Freitas
 Freud, Sigmund, 168, 277
 Freyre, Gilberto de Mello **ver** Gilberto Freyre
 Furtado, Celso Monteiro, 70, 108, 122, 274

G

Gabriel Hermes (Gabriel Hermes Filho), 145
 Galvan, Giuseppe, 276
 Gama, Camilo Nogueira da **ver** Nogueira
 da Gama
 Gama, Nogueira da **ver** Nogueira da Gama
 Gasset, José Ortega y **ver** Ortega y Gasset,
 José
 Getúlio Vargas (Getúlio Dornelles Vargas),
 31, 33, 53, 54, 55, 60, 61, 69, 80, 84, 156,
 275, 278, 281
 Gilberto Freyre (Gilberto de Mello Freyre),
 30, 42, 181
 Gladstone, Willian Ewaart, 194, 195
 Gomes, Alfredo de Freitas Dias, 102
 Gomes, Dias **ver** Gomes, Alfredo de Freitas
 Dias
 Gomes, Eduardo, 53
 Gomes, Francisco S., 102
 Gomes, Jorge José **ver** Jorge Gomes
 Gonçalves, Bento **ver** Bento Gonçalves
 Gonçalves, José Mauro, 102
 Gonçalves Filho, Bento **ver** Bento Gonçalves
 Gondim, Pedro Moreno, 147

Gossens, Salvador Allende **ver** Allende
 Gossens, Salvador
 Goulart, João Belchior Marques **ver** João
 Goulart
 Goulart, Jorge, 102
 Gouvêa Filho, Pedro, 102
 Grouès, Henri **ver** Pierre, Abbé
 Guanais, Oliveiros **ver** Aguiar, Oliveiros
 Guanais de
 Gugel, Amauri, 102
 Guimarães, Barreto **ver** Guimarães, José
 Antônio Barreto
 Guimarães, José, 102
 Guimarães, José Antônio Barreto, 178
 Guimarães, Reginaldo, 102
 Guimard, José **ver** José Guimard

H

Hashim, Abu al-Qasim Muhammad ibn Abd
 Allah ibn Abd al-Muttalib ibn **ver** Maomé
 Hansen, Johan Kristoffer **ver** Bojer, Johan
 Hastings, Warren, 193
 Hauer, Lício da Silva **ver** Lício Hauer
 Haushofer, Karl, 167
 Heck, Sílvio de Azevedo, 67
 Heilborn, Franz Paulo Trannin, 102
 Henrique de La Roque (Henrique de La
 Roque de Almeida), 220
 Hermes, Gabriel **ver** Gabriel Hermes
 Hermes Filho, Gabriel **ver** Gabriel Hermes
 Hermes Lima (Hermes Lima), 102
 Hermógenes Príncipe (Hermógenes
 Príncipe de Oliveira), 145, 220
 Hikmet, Nazim **ver** Ran, Nazim Hikmet
 Hitler, Adolf, 185, 243
 Hoffbauer, Nelson Hungria, 212
 Holanda, Aurélio Buarque de **ver** Ferreira,
 Aurélio Buarque de Holanda
 Holanda, Nestor de, 102
 Holanda, Sérgio Buarque de, 262, 263, 267,
 276
 Hollanda, Aurélio Buarque de **ver** Ferreira,
 Aurélio Buarque de Holanda
 Hollanda, Sérgio Buarque de **ver** Holanda,
 Sérgio Buarque de
 Hoover, Herbert Clark, 186, 187

Hortepan, Alexandra, 102
 Houaiss, Antônio, 296
 Humberto Lucena (Humberto Coutinho de Lucena), 220
 Hungria, Nelson **ver** Hoffbauer, Nelson
 Hungria

I

Ingenhiosos, José **ver** Ingenieros, José
 Ingenieros, José, 36
 Ivete Vargas (Cândida Ivete Vargas Tatsch Martins), 220

J

Jacob Frantz (Jacob Guilherme Frantz), 221
 Jaguaribe, Hélio **ver** Matos, Hélio Jaguaribe
 Jango **ver** João Goulart
 Jânio Quadros (Jânio da Silva Quadros), 66,
 67, 70, 98, 99, 101
 Jara, Carlos Julio, 276
 Jarbas Vasconcelos (Jarbas de Andrade Vasconcelos), 265
 Jefferson, Thomas, 185, 188, 189
 Jeová, 194
 Jesus, Carolina Maria de, 173
 Jesus Cristo, 192, 193
 João Agripino (João Agripino Filho), 85
 João Alberto (João Alberto Lins de Barros),
 50
 João Cleofas (João Cleofas de Oliveira), 54,
 57, 66, 291
 João Goulart (João Belchior Marques Goulart),
 7, 58, 59, 66, 67, 68, 69, 70, 79, 99, 101, 103,
 247, 273, 284, 290
 João Meneses (João de Paiva Meneses), 145
 Joaquim Nabuco (Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo), 40, 296, 297
 Joffily, José **ver** José Joffily
 Jonas Bahiense (Jonas Bahiense de Lyra), 220
 Jorge Amado (Jorge Amado), 102, 234
 Jorge Gomes (Jorge José Gomes), 267, 276
 José Bonifácio de Andrada e Silva (José Bonifácio de Andrada e Silva), 207
 José Guimard (José Guimard dos Santos),
 145

José Joffily (José Joffily Bezerra de Melo),
 145, 220
 José Maria Belo (José Maria Belo), 42
 Julião, Francisco **ver** Francisco Julião
 Julien, Claude, 251
 Junqueira, José, 102
 Jurandy, Delcídio, 102
 Jurema, Aderbal de Araújo **ver** Aderbal Jurema
 Juscelino Kubitschek (Juscelino Kubitschek de Oliveira), 58, 59, 60, 79, 86, 109, 115,
 159, 242, 250, 283

K

Kant, Immanuel, 17, 88
 Kellog, Marlon, 35
 Kennedy, John Fitzgerald, 71
 Khattab, Abu Hafsah Ibn el **ver** Omar I, *califa*
 Kubitschek, Juscelino **ver** Juscelino
 Kubitschek
 Kubitschek, Sarah Luísa Gomes de Sousa
 Lemos, 250

L

Lacerda, Carlos Frederico Werneck de **ver**
 Carlos Lacerda
 Lafayette, Pedro, 102
 Lago, Mário, 102
 La Roque, Henrique de **ver** Henrique de La
 Roque
 Leal, Wilson de Barros, 57, 64
 Leão, Pedro Augusto Carneiro, 29, 40
 Leão, Sousa **ver** Sousa Leão
 Leão Filho, Odilon Lima de Sousa **ver** Sousa
 Leão
 Lebrete, Joseph **ver** Lebrete, Louis-Joseph
 Lebrete, Louis-Joseph, 236, 239
 Leite, Edna Savaget Teixeira **ver** Savaget,
 Edna
 Leite, Leopoldo Teixeira, 102
 Lemos, Clélio **ver** Clélio Lemos
 Leonel Brizola (Leonel de Moura Brizola), 68
 Lício Hauer (Lício da Silva Hauer), 220
 Lima, Alceu Amoroso **ver** Amoroso Lima,
 Alceu
 Lima, Hermes **ver** Hermes Lima

Lima, Jamesson Ferreira, 7, 179, 181, 182, 239, 261, 292
 Lima, José Bezerra, 64
 Lima, Marcos Costa, 7, 290
 Lima Cavalcanti (Carlos de Lima Cavalcanti), 30
 Lima e Silva, João Paulo de **ver** Silva, João Paulo de Lima e,
 Lima Filho, Osvaldo Cavalcanti da Costa **ver** Osvaldo Lima Filho
 Lima Filho, Osvaldo **ver** Osvaldo Lima Filho
 Lima Sobrinho, Alexandre José Barbosa **ver** Barbosa Lima Sobrinho
 Lima Sobrinho, Barbosa **ver** Barbosa Lima Sobrinho
 Lincoln, Abraham, 185
 Lins, Álvaro **ver** Álvaro Lins
 Lins, Etelvino **ver** Etelvino Lins
 Lins, Ivan Guimarães, 102
 Lins e Silva, Evandro Cavalcanti **ver** Silva, Evandro Cavalcanti Lins e
 Lira, Fernando Soares **ver** Fernando Lira
 Llosa, Mario Vargas **ver** Vargas Llosa, Mario
 Lopes, Waldecir, 154
 Lorenz, Max Otto, 111
 Lorenzini, 44
 Losacco, Salvador **ver** Salvador Losacco
 Lott, Henrique Baptista Duffles Teixeira, 58, 59, 66, 67, 68
 Lourenço, Nanci **ver** Soares, Nanci Lourenço
 Lourival Fontes (Lourival Fontes), 220
 Lucena, Humberto Coutinho de **ver** Humberto Lucena
 Lucius Septimius Bassianus **ver** Caracalla
 Luís Carlos Prestes (Luís Carlos Prestes), 65
 Luís Inácio Lula da Silva (Luís Inácio Lula da Silva), 257, 259
 Luís XV, *da França*, 234
 Luís XV de Bourbon, o Bem-Amado **ver** Luís XV, *da França*
 Lula **ver** Luís Inácio Lula da Silva
 Luna, Luís, 102
 Lustosa Sobrinho, Joaquim **ver** Lustosa Sobrinho
 Lustosa Sobrinho (Joaquim Lustosa Sobrinho), 220
 Luz, Carlos Coimbra da **ver** Carlos Luz
 Lyra, Carlinhos **ver** Lyra, Carlos

Lyra, Carlos, 102
 Lyra, Jonas Bahiense de **ver** Jonas Bahiense

M

Machado, Cristiano Monteiro **ver** Cristiano Machado
 Madureira, Lino, 7
 Magalhães, Agamenon Sérgio de Godói **ver** Agamenon Magalhães
 Magalhães, Djaci **ver** Florêncio Júnior, Djaci Magalhães
 Magalhães, Sérgio **ver** Sérgio Magalhães
 Magalhães Júnior, Sérgio Nunes de **ver** Sérgio Magalhães
 Magalhães Júnior, Raimundo, 102
 Maia, Costa, 215
 Maia, Eliseu, 102
 Maior, Estácio Gonçalves Souto **ver** Souto Maior
 Maior, Souto **ver** Souto Maior
 Malthus, Robert **ver** Malthus, Thomas Robert
 Malthus, Thomas Robert, 167, 200
 Mamede, Jurandir Bizarria, 58
 Mangabeira, Octávio **ver** Octávio Mangabeira
 Mangabeira, Otávio **ver** Octávio Mangabeira
 Manso, Waldyr de Castro, 102
 Mao, Tsé-tung, 283
 Maomé, 201
 Maranhão, Haroldo, 102
 Marcus Aurelius Antoninus **ver** Caracalla
 Marinho, Alessandra Gomes, 7
 Marques, Arnaldo, 55, 56
 Marshall, George Catlet, 187
 Martí, José, 220
 Martinelli, Rafael, 221
 Martins, Cândida Ivete Vargas Tatsch **ver** Ivete Vargas
 Martins, Gaspar Silveira, 102
 Martins, Justino, 102
 Martins, Maria, 238
 Marx, Karl Heinrich, 16
 Matos, Hélio Jaguaribe, 274
 Matos, José Veríssimo Dias de **ver** Veríssimo, José

Mayakovsky, Vladimir Vladimirovich, 21
 Mazzilli, Paschoal Ranieri **ver** Ranieri Mazzilli
 Mazzilli, Ranieri **ver** Ranieri Mazzilli
 Medeiros, Carlos **ver** Silva, Carlos Medeiros da
 Medeiros, Ruy, 102
 Medeiros Neto, Luiz **ver** Medeiros Neto
 Medeiros Neto (Luiz Medeiros Neto), 145
 Meira, Maurício, 102
 Meireles, Cecília Benevides de Carvalho, 279
 Mello Sobrinho, Ulisses Pernambucano, 50
 Melo, Alexandre Bandeira de, 7, 272
 Melo, Álvaro Vieira de, 297
 Melo, Barbosa, 102
 Melo, Francisco Bandeira de, 179
 Melo, José Joffily Bezerra de **ver** José Joffily
 Melo, Marcelo Mário de, 4, 15, 16, 21, 24, 27,
 296
 Melo, Mário, 172
 Mendes, José Guilherme, 102
 Meneses, João de Paiva **ver** João Meneses
 Menezes, Fagundes de **ver** Menezes, João
 Fagundes de
 Menezes, Francisco, 276
 Menezes, Francisco Antônio, 266
 Menezes, João Fagundes de, 102
 Michurin, Ivan Vladimirovich, 230
 Miguel Arraes (Miguel Arraes de Alencar), 64,
 65, 66, 261, 289, 291
 Miller, Clem **ver** Miller, Clement Woodnutt
 Miller, Clement Woodnutt, 46
 Milton Brandão (Tertuliano Milton Brandão),
 145
 Milton Campos (Milton Soares Campos), 66
 Milton Reis (Milton Reis), 220
 Moacyr, Pedro, 102
 Moloque, *person. mitol.*, 60
 Moniz de Aragão, Raymundo **ver** Aragão,
 Raimundo Moniz de
 Monroe, James, 207, 216, 217
 Monteiro, Antônio Rezende **ver** Rezende
 Monteiro
 Montenegro, Olívio, 39, 42, 50, 178
 Montini, Giovanni Battista Enrico Antonio
 Maria **ver** Paulo PP.VI
 Montoro, André Franco **ver** Franco Montoro
 Montoro, Franco **ver** Franco Montoro
 Morais, Clodomir Santos de, 61, 64, 162

Morais, Santos, 102
 Morais Junior, Antônio de Almeida, *arcebispo*,
 65
 Moreira, Álvaro **ver** Moreyra, Álvaro
 Moreyra, Álvaro, 102
 Moss, Gabriel Grum, 67
 Mota, Clóvis Coutinho da **ver** Clóvis Mota
 Muhammad **ver** Maomé
 Muhamad Ali, *do Egito*, 195, 197
 Muhamad Ali, *paxa ver* Muhamad Ali, *do Egito*

N

Nabuco, Joaquim **ver** Joaquim Nabuco
 Nanni, Rodolfo, 179
 Napoleão I, *da França*, 174
 Nascimento, Renato Carvalheira, 7, 241
 Nasser, Gamal Abdel, 198
 Navarro, Antonio Salvat **ver** Salvat Navarro,
 Antonio
 Nehru, Jawaharlal, 229
 Nereu Ramos (Nereu de Oliveira Ramos), 59
 Néri, Adalgisa Maria Feliciano Noel Cancela,
 102
 Neruda, Pablo, 244, 247, 285
 Neto, Medeiros **ver** Medeiros Neto
 Neto, Ramon de Oliveira **ver** Ramon Oliveira
 Neto
 Neumann, Teobaldo **ver** Teobaldo Neumann
 Neves, Tancredo de Almeida **ver** Tancredo
 Neves
 Neves, Teresa Cristina Wanderley, 4, 15, 16, 27,
 297
 Newton, Isaac, 168
 Ney, Nora, 101
 Niemeyer, Oscar **ver** Soares Filho, Oscar
 Niemeyer
 Nogueira da Gama (Camilo Nogueira da
 Gama), 220
 Nogueira Filho, José, 102

O

Ochoa, Alfonso Reyes **ver** Reyes Ochoa,
 Alfonso
 Octávio Mangabeira (Octávio Mangabeira),
 42

Oliveira, Hermógenes Príncipe de **ver**
Hermógenes Príncipe
Oliveira, João Cleofas **ver** João Cleofas
Oliveira, José Carlos, 102
Oliveira, Juscelino Kubitschek de **ver**
Juscelino Kubitschek
Oliveira, Paulo Santos, 296
Oliveira Neto, Ramon de **ver** Ramon Oliveira
Neto
Omar I, *califa*, 195
Oppenheimer, Julius Robert, 250
Oppenheimer, Robert **ver** Oppenheimer,
Julius Robert
Orr, John Boyd **ver** Boyd Orr, John Boyd Orr,
lorde
Ortega y Gasset, José, 36
Ortiz Rubio, Pascual, 48
Osório Borba (José Osório Moraes Borba),
54, 56
Oswaldo Aranha (Oswaldo Euclides de Sousa
Aranha), 147, 239
Oswaldo Lima Filho (Oswaldo Cavalcanti da
Costa Lima Filho), 126, 242
aparte, 122

P

Pacheco, Hernando, 247
Paim, Anna, 102
Palmerston, Henry John Temple, *lorde*, 197
Palmerston, *visconde* **ver** Palmerston, Henry
John Temple, *lorde*
Parahym, Orlando da Cunha, 181
Parreiras, Décio, 30
Pasha, Urabi **ver** Arabi, Said Ahmed
Passos Porto (José Passos Porto), 145
Pasteur, Louis Jean, 163, 230
Paula, Francisco Julião Arruda de **ver**
Francisco Julião
Paulo de Tarso (Paulo de Tarso Santos), 273
Paulo PP.VI, 274
Pavlov, Ivan Petrovich, 168
Pereira, Ájax, 7, 239, 292
Pereira, José Renato dos Santos, 102
Perez, Emília Pessoa, 265, 276
Pernambucano, Otávio, 29, 30, 261

Pernambucano, Ulisses **ver** Mello Sobrinho,
Ulisses Pernambucano
Pessoa de Queiroz (Francisco Pessoa de
Queiroz), 182
Pierre, *abade* **ver** Pierre, Abbé
Pierre, Abbé, *pseud. de* Henri Grouès, 236,
239
Pilla, Raul **ver** Raul Pilla
Pinheiro, Humberto Meneses, 221
Pinto, Álvaro Vieira, 274
Pinto, Armando de Oliveira, 96
Pinto, Carlos Alberto Alves de Carvalho **ver**
Carvalho Pinto
Pinto, Carvalho **ver** Carvalho Pinto
Pire, Georges Charles Clement Ghislain,
padre, 239
Pires, Valdir **ver** Valdir Pires
Pires, Waldir **ver** Valdir Pires
Plínio Sampaio (Plínio de Arruda Sampaio),
7, 272, 292
Pontes, Antônio de Ipojuca Holanda, 180
Pontes, Ipojuca **ver** Pontes, Antônio de
Ipojuca Holanda
Portela, Eduardo Matos, 102
Portinari, Cândido, 180
Porto, José Passos **ver** Passos Porto
Porto, Passos **ver** Passos Porto
Portolés, Luis Buñuel **ver** Buñuel Portolés,
Luis
Prado Júnior, Caio, 282
Prestes, Luis Carlos **ver** Luís Carlos Prestes
Prieto, César **ver** César Prieto
Príncipe, Hermógenes **ver** Hermógenes
Príncipe
Priore, Mary Lucy Murray Del **ver** Del Priore,
Mary Lucy Murray
Pujol, Eliseu Álvares, 154

Q

Quadros, Jânio da Silva **ver** Jânio Quadros
Queiroz, Dinah Silveira de, 102
Queiroz, Eça de **ver** Eça de Queiroz, José
Maria
Queiroz, Francisco Pessoa de **ver** Pessoa de
Queiroz
Queiroz, José Antonio Pessoa de, 102

Queiroz, José Maria Eça de **ver** Eça de
Queiroz, José Maria

R

Rabelo, Sílvio, 42, 50
Rabelo, Sylvio **ver** Rabelo, Sílvio
Rachel, 102
Ramon Oliveira Neto (Ramon de Oliveira
Neto), 220
Ramos, Nereu de Oliveira **ver** Nereu Ramos
Ramos, Ribamar, 102
Ramos, Rui Vitorino **ver** Rui Ramos
Ran, Nazim Hikmet, 234
Rangel, Ignácio Mourão, 154
Ranieri Mazzilli (Paschoal Ranieri Mazzilli),
67
Raul Pilla (Raul Pilla), 175
Reis, Milton **ver** Milton Reis
Reyes Basoalto, Ricardo Eliecer Neftalí **ver**
Neruda, Pablo
Reyes Ochoa, Alfonso, 30
Rezende Monteiro (Antônio Rezende
Monteiro), 220
Ribeiro, Agildo Barata, 102
Ribeiro, Campos **ver** Ribeiro, José Guilherme
de Campos
Ribeiro, Darci **ver** Darci Ribeiro
Ribeiro, Darcy **ver** Darci Ribeiro
Ribeiro, José Guilherme de Campos, 102
Ribeiro Neto, Arthur Virgílio do Carmo **ver**
Arthur Virgílio
Rocha, Euzébio **ver** Euzébio Rocha
Rocha, Hildon, 102
Rocha Filho, Euzébio da **ver** Euzébio Rocha
Rodrigues, José Honório, 102
Rogê Ferreira (José Antônio Rogê Ferreira),
85
Roosevelt, Franklin Delano, 17, 38, 88, 112,
185, 186, 187, 188, 189, 222
Roque, Henrique de La **ver** Henrique de La
Roque
Rossellini, Roberto, 176, 177, 179, 181
Roulet, Odile, 180
Rubio, Pascual Ortiz **ver** Ortiz Rubio, Pascual
Rui Ramos (Rui Vitorino Ramos), 68
Russel, Bertrand Arthur William, 242

S

Salazar, António de Oliveira, 71
Salles, Dagoberto **ver** Dagoberto Salles
Salles Filho, Dagoberto **ver** Dagoberto
Salles
Salvador Losacco (Salvador Losacco), 220
Salvat Navarro, Antonio, 44
Sampaio, Cid Feijó **ver** Cid Sampaio
Sampaio, Lael Feijó, 66
Sampaio, Plínio de Arruda **ver** Plínio
Sampaio
Santana, Fernando dos Reis **ver** Fernando
Santana
Santa Cruz, Herman, 139
Santa Cruz, Luís **ver** Cruz, Luís Santa
Santos, Clidenor de Freitas **ver** Clidenor Freitas
Santos, Jorge Souza, 102
Santos, José Balbino dos, 64
Santos, José Guimard dos **ver** José Guimard
Santos, Nelson Pereira dos, 180
Santos, Paulo de Tarso **ver** Paulo de Tarso
Santos, Vitalino Pereira dos, 182
Santos, Walter José dos, 96, 97, 239
San Tiago Dantas (Francisco Clementino de
San Tiago Dantas), 46, 106, 223
São Columbo John e Devonshire, Richard
Thomas Dyke Acland, *barão*, 198
Sartre, Jean-Paul, 242, 283
Saturnino, Roberto **ver** Saturnino Braga
Saturnino Braga (Roberto Saturnino Braga),
220
Savaget, Edna, 102
Science, Chico **ver** Chico Science
Scliar, Carlos, 102
Sena, Wilson de Sá **ver** Wilson de Sá Sena
Sérgio Magalhães (Sérgio Nunes de
Magalhães Júnior) 86, 220
Seymour, Beauchamp **ver** Alcester, Frederick
Beauchamp Paget Seymour, *barão*
Seymour, Frederick Beauchamp Paget **ver**
Alcester, Frederick Beauchamp Paget
Seymour, *barão*
Silva, Álvaro Maria da Soledade Pinto da
Fonseca Velhinho Rodrigues Moreira da
ver Moreyra, Álvaro
Silva, Antonio Carlos Souza e, 102

Silva, Carlos Medeiros da, 156
 Silva, Dias da, 64
 Silva, Evandro Cavalcanti Lins e, 221
 Silva, Flávio Oliveira da, 7
 Silva, João Paulo de Lima e, 265
 Silva, José Bonifácio de Andrada **ver** José Bonifácio de Andrada e Silva
 Silva, Luís Inácio Lula da **ver** Luís Inácio Lula da Silva
 Silva, Luiz Inácio Lula da **ver** Luís Inácio Lula da Silva
 Silva, Miguel Ferreira da, 64
 Silva, Tânia E. Magno da, 81, 235
 Silveira, Breno Dália da **ver** Breno da Silveira
 Silveira, Cid, 102
 Silveira, Ênio, 102
 Silveira, Joel, 102
 Silveira, Paulo, 102
 Silveira, Pelópidas, 7, 61, 62, 64, 65, 66, 261, 292
 Sílvio Braga (Sílvio Leopoldo de Macambira Braga), 220
 Smith, Adam, 86
 Soares, José Arlindo, 264
 Soares, Nanci Lourenço, 297
 Soares Filho, Oscar Niemeyer, 221
 Sobrinho, Lustosa **ver** Lustosa Sobrinho
 Sousa, Francisco Valdir Pires **ver** Valdir Pires
 Sousa Leão (Odilon Lima de Sousa Leão Filho), 220
 Souto Maior (Estácio Gonçalves Souto Maior), 96, 98
 Souza, Colombo de **ver** Colombo de Souza
 Souza, Francisco Valdir Pires **ver** Valdir Pires
 Souza, Herbert José de, 257
 Souza, José Colombo de **ver** Colombo de Souza
 Souza e Silva, Antonio Carlos **ver** Silva, Antonio Carlos Souza e
 Stalin, *pseud. de* Iosif Vissarionovich Dzhugashvili, 188
 Stédile, João Pedro, 269
 Steinbruch, Aarão **ver** Aarão Steinbruch
 Stroessner, Alfredo **ver** Stroessner Matiauda, Alfredo
 Stroessner Matiauda, Alfredo, 71

T

Tagore, Rabindranath, 203
 Tambelline, Flávio **ver** Tambellini, Flávio,
 Tambellini, Flávio, 102
 Tancredo Neves (Tancredo de Almeida Neves), 68
 Tarso, Paulo de **ver** Paulo de Tarso
 Tati, Miécio, 102
 Taylor, Lauriston, 205
 Temperani Pereira (Armando Temperani Pereira), 220
 Temple, Henry John **ver** Palmerston, Henry John Temple, *lorde*
 Tenório Cavalcanti (Natalício Tenório Cavalcanti Albuquerque), 168
 Teobaldo Neumann (Teobaldo Neumann), 220
 Toninho Coca-Cola **ver** Moraes Junior, Antônio de Almeida, *arcebispo*
 Torres, João Batista de Vasconcelos **ver** Vasconcelos Torres
 Torres, Vasconcelos **ver** Vasconcelos Torres
 Tourinho, Nazareno, 102
 Trivelli, Hugo, 141

U

Ulhôa Cintra, Antônio Barros de **ver** Cintra, Antônio Barros de Ulhôa
 Ueber, Friedrich, 42
 Urabi, Said Ahmed **ver** Arabi, Said Ahmed

V

Valadão, Gecy **ver** Valadão, Jece
 Valadão, Jece 102
 Valadão, Jesse **ver** Valadão, Jece
 Valdir Pires (Francisco Valdir Pires Sousa), 145, 220
 Vale, Natanael Maranhão, 7
 Valente, Antonio Gurgel, 57
 Vargas, Getúlio Dornelles **ver** Getúlio Vargas
 Vargas, Ivete **ver** Ivete Vargas
 Vargas Llosa, Mario, 251
 Vasconcelos, Gumerindo Cabral de, 102
 Vasconcelos, Jarbas de Andrade **ver** Jarbas Vasconcelos

Vasconcelos, José, 37
Vasconcelos Sobrinho, João de, 184
Vasconcelos Torres (João Batista de
Vasconcelos Torres) 220
Vaz, Rubens Florentino 54
Vekemans, Roger, *padre*, 273, 274
Velasco, Domingos Neto de **ver** Domingos
Velasco
Vercors, 230, 234, 236, 237
Vergal, Campos **ver** Campos Vergal
Vergal, Romeu Campos **ver** Campos Vergal
Veríssimo, José, 248, 280
Viana, Adílio Martins **ver** Adílio Viana
Viana, Oduvaldo, 102
Viana Filho, Oduvaldo, 102
Viana Filho, José, 64
Viany, Alex, 102
Vieira, Roberto Átila Amaral, 276
Vieira, Rucker, 180
Virgílio, Arthur **ver** Arthur Virgílio
Vitalino, mestre **ver** Santos, Vitalino Pereira
dos
Vong, Ally, 35

W

Waldir Simões (Waldir Mello Simões), 220
Wells, Herbert George, 35
Wilson, Thomas Woodrow, 17, 88, 185
Wilson, Woodrow **ver** Wilson, Thomas
Woodrow
Wilson de Sá Sena (Wilson de Sá Sena), 221

Z

Zalamea, Jorge, 234
Zavattini, Cesare, 179

ÍNDICE DE ASSUNTOS

A

ABASTECIMENTO, 153-155

- política nacional, 139

ABUSO DO PODER ECONÔMICO, 140

AÇÚCAR, 115-117, 116, 129, 133, 141, 158, 218, 219

ÁFRICA DO SUL

- racismo
- ♦ *combate*, 213-214

AGRICULTURA, 16, 45, 57, 59, 61, 65, 69, 70, 71, 72, 78, 79, 105, 113, 114, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 133, 137, 138, 141, 142, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 157-158, 158-160, 198, 200, 214, 223, 227, 270, 272, 275, 276, 283, 298

- Brasil
- ♦ *orçamento*, 118-120
- ♦ *desenvolvimento*, 152, 270
- Egito, 200

AGRICULTURA DE EXPORTAÇÃO **ver** AGRICULTURA

AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA **ver** AGRICULTURA

ÁLCOOL, 115-117

Alcorão., 201

ALENCAR, MIGUEL ARRAES **ver** MIGUEL ARRAES

ALIANÇA PARA O PROGRESSO, 71, 72

ALIMENTAÇÃO, 62, 65, 79, 84, 118, 127, 140, 141, 148-149, 154, 157, 158, 165, 167, 169, 170, 200, 223, 226, 266, 268, 270

- excedentes, 223
- gênero, 112, 114, 119, 149, 152
- plano de recuperação, 141-142

A alimentação brasileira à luz da geografia humana. CASTRO, Josué de., 279, 286

Alimentação e raça. CASTRO, Josué de., 278, 286

Alimentação nos trópicos. CASTRO, Josué de., 248

AMAZÔNIA, 113, 121

AMÉRICA

- pan-americanismo, 18, 206-211, 216, 217
- paz, 35-37
- relações internacionais, 35-37, 206

AMÉRICA LATINA, 18, 36, 71, 72, 141, 209, 210, 216, 217, 219, 221, 228, 248, 258, 270, 282, 293

ANALFABETISMO, 16, 71, 80

ANDRADE, Carlos Drummond de. *A mão*., 83

ANISTIA POLÍTICA

- projeto, 85-86

ANOS DE CHUMBO **ver** GOLPE MILITAR (1964)

ARENDT, Hannah. *A dignidade da política*., 15

ARGÉLIA

- independência, 214-215

ARMA NUCLEAR, 23, 168, 169, 189, 203, 224, 229, 230, 232, 233

- corrida armamentista, 236
- desativação, 71, 81
- estudo, 224-230
- Hiroshima, 169, 189
- Nagasaki, 169
- resíduo de usina atômica, 205

Arquivos de Nutrição., 44

ASCOFAM **ver** ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE LUTA CONTRA A FOME (ASCOFAM)

ASSEMBLÉIA MUNDIAL DA PAZ, 231, 234

ASSISTÊNCIA SOCIAL, 127, 187

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES, 62

ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE LUTA CONTRA A FOME (ASCOFAM), 7, 38, 75, 147, 179, 182, 260, 283, 284, 295

ASSOCIAÇÃO PARLAMENTAR MUNDIAL, 236

ATENTADO DA RUA TONELERO **ver** CRISE PLÍTICA (1954)

ATO ADICIONAL Nº 4, 69

AUDIÊNCIA PÚBLICA, 62

AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS, 17, 71, 98, 193, 198, 201, 209, 215, 219, 220

B

BANCOS

- reforma, 138

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BANE), 148, 149

BANE **ver** BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BANE)

BENS DE CONSUMO, 127

BLOCH, PEDRO

- Josué de Castro
- ♦ entrevista, 38-47

BLOCO LATINO-AMERICANO-AFRO-ASIÁTICO, 222

BOMBA ATÔMICA **ver** ARMA NUCLEAR

BOWLES, Chester. *As novas dimensões da paz.*, 208

BRASIL

- conjuntura, 60, 136, 260
 - ♦ econômica, 89, 90
 - ♦ social, 106
- desenvolvimento, 32, 46, 59, 60, 63, 72, 77, 79, 88, 89, 90, 91, 105, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 142, 143, 144, 153, 154, 200, 210, 223, 227, 228, 258, 260, 261, 270, 271, 275, 287
 - ♦ econômico, 59, 77, 79, 88, 89, 110, 111, 112, 113, 115, 118, 121, 124, 133, 134, 135, 136, 137, 142, 143, 223, 227
 - ♦ econômico e social, 121, 128, 133, 153
 - ♦ plano, 137
 - ♦ social, 88, 111, 119

- desigualdade social, 56, 225, 273
- economia, 91, 115, 116, 124, 125, 126, 129, 133, 143
- estrutura socioeconômica, 59
- forças armadas, 55, 67, 68, 98, 99, 100, 101, 103
- golpe militar em 1964, 68, 69-70, 247, 286, 291, 292, 293
- inflação, 114, 119, 124, 140, 152, 156, 243
- integração econômica, 132
- justiça social, 202, 230
- orçamento
 - ♦ agricultura, 118-120
- política alimentar, 140
- política cambial, 139
- política de abastecimento, 139
- política econômica, 110-112
- progresso, 132
- reforma
 - ♦ agrária, 154, 155
 - ♦ bancária, 138
 - ♦ de base, 69, 70, 71, 79, 241
 - ♦ política, 138
 - ♦ previdência social, 138
- relações internacionais, 105, 136, 223
- sistema econômico, 60

BROMATOLOGIA, 79, 169-170

BUCK, PEARL SYDENSTRICKER.

- relacionamento com Josué de Castro, 45-46

BUCK, Pearl Sydenstricker. *40 séculos de agricultura na China.*, 45

BUCK, Pearl Sydenstricker. *Gold and man.*, 46

C

CACAU, 158

CAFÉ, 123, 124, 129, 133, 137

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Josué de Castro
 - ♦ candidatura, 55-58
 - ♦ segunda candidatura, 63-67

CÂMBIO

- política, 139

CAMPANHA DA LEGALIDADE, 68

- pronunciamento do marechal Teixeira Lott, 68

- CAMPANHA DA MERENDA ESCOLAR, 96, 98
- CAMPANHA MUNDIAL CONTRA A FOME, 141, 223
- CAPITALISMO, 186, 187, 218
- CAPITAL ESTRANGEIRO, 59, 88, 275
- remessa de lucros, 69, 105, 140
- CARAVANA MÉDICA BRASILEIRA
- participação de Josué de Castro, 34
- CARNE, 15, 24, 32, 41, 159, 202
- Cartas de Inglaterra*. QUEIROZ, Eça de., 18, 194
- CARTEIRA DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DO BANCO DO BRASIL (CEXIM), 131
- Casa grande & senzala*. FREYRE, Gilberto., 30, 181
- CASTRO, ANNA MARIA DE
- mensagem, 259-265
- CASTRO, JOSUÉ APOLÔNIO DE **ver também** JOSUÉ DE CASTRO
- CASTRO, Josué de. *Alimentação e raça.*, 278, 286
- CASTRO, Josué de. *Alimentação nos trópicos.*, 248
- CASTRO, Josué de. *A alimentação brasileira à luz da geografia humana.*, 279, 286
- CASTRO, Josué de. *O ciclo do caranguejo.*, 30, 41, 248, 261
- CASTRO, Josué de. *Documentário do Nordeste.*, 248, 279, 286
- CASTRO, Josué de. *Fisiologia dos tabus.*, 279, 286
- CASTRO, Josué de. *Geografia da fome.*, 15, 19, 31, 38, 45, 180, 235, 248, 257, 267, 271, 272, 280, 286
- CASTRO, Josué de. *Geografia humana.*, 279
- CASTRO, Josué de. *Geopolítica da fome.*, 15, 45, 167, 246, 247, 248, 267, 281, 286
- CASTRO, Josué de. *Homens e caranguejos.*, 26, 31, 55, 180, 181, 284, 286
- CASTRO, Josué de. *O problema fisiológico da alimentação no Brasil.*, 30, 248
- CASTRO, Josué de. *Sete palmas de terra e um caixão.*, 32, 59, 60, 66, 69, 71, 79, 161, 248, 284, 286
- CASTRO, Josué de; MEIRELES, Cecília. *A festa das letras.*, 281
- CEBOLA, 159, 160
- CENTRO INTERNACIONAL DO DESENVOLVIMENTO (CID), 241
- CEXIM **ver** CARTEIRA DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DO BANCO DO BRASIL (CEXIM)
- CHESSMAN, CARYL
- condenação à morte, 211-213
- Chessman, Caryl. *2.455, cela da morte.*, 213
- Chico Science. *Da lama ao caos.*, 258
- O ciclo do caranguejo*. CASTRO, Josué de., 30, 41, 248, 261
- CLASSE ESTUDANTIL **ver** ESTUDANTE
- CLASSE TRABALHADORA **ver** TRABALHADOR
- CNA **ver** COMISSÃO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO (CNA)
- CNI **ver** CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI)
- COFAP **ver** COMPANHIA DE FISCALIZAÇÃO DE ABASTECIMENTO E PREÇOS (COFAP)
- COLONIALISMO, 17, 71, 72, 120, 121, 124, 129, 130, 133, 135, 140, 178, 188, 191, 192, 193, 198, 199, 202, 203, 206, 207, 209, 210, 215, 216, 217, 218, 222, 223, 228, 229, 236, 271
- combate, 81
- COMÉRCIO, 17, 55, 61, 87, 88, 209
- liberalismo, 55, 208
 - livre, 17, 88
 - protecionismo, 87, 116
- COMISSÃO INTERAMERICANA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA, 141
- COMISSÃO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO (CNA), 282
- COMISSÃO NACIONAL DE BEM-ESTAR SOCIAL, 95, 281

COMISSÃO NACIONAL DE POLÍTICAS AGRÁRIAS, 156

COMPANHIA DE FISCALIZAÇÃO DE ABASTECIMENTO E PREÇOS (COFAP), 132, 160

COMUNISMO, 58, 70, 81, 98, 167, 173, 176, 219, 283

CONDIÇÃO HUMANA **ver** HUMANIDADE

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI), 115

CONJUNTURA

- Brasil, 60, 136, 260

CONJUNTURA ECONÔMICA, 89, 90, 133, 190

- Brasil, 89, 90

CONJUNTURA SOCIAL, 111, 122, 130, 134

- Brasil, 106
- Nordeste, 106-107

CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO (CNP), 90

CONSUMO

- bens, 127

COOPERATIVISMO, 79

Cordélia. NANNI, Rodolfo., 179

CORREIOS, 169

Correio da Manhã., 95, 96, 243

CORRIDA ARMAMENTISTA, 236

CRÉDITO

- sistema, 138

CRISE INSTITUCIONAL, 103

CRISE POLÍTICA (1954), 54

CRISE POLÍTICA (1961), 67-69

CRUZADOR TAMANDARÉ

- bombardeamento, 58

CUBA

- bloqueio econômico, 71
- revolução **ver** Revolução cubana
- solidariedade, 216-221

CULTURA DE SUBSISTÊNCIA **ver** AGRICULTURA

CURVA DE CONCENTRAÇÃO DE LORENZ **ver** LORENZ, MAX OTTO

CUSTO DE VIDA, 124, 132, 132-133, 140, 152

D

Da lama ao caos. Chico Science., 258

DEMOCRACIA, 18, 59, 64, 70, 90, 98, 100, 101, 113, 175, 185, 186, 195, 219, 289, 291, 293

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS (DNOCS), 148

DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL

- reforma agrária, 141
- terra, 16, 141, 155-157, 158

DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA **ver** DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL

DESARMAMENTO NUCLEAR, 71

DESEMPREGO, 107, 125, 126, 186, 218

DESENVOLVIMENTO, 13, 47, 80, 106, 107, 120, 174, 221, 242, 262, 271, 295

- Brasil, 32, 46, 56, 59, 60, 63, 72, 77, 79, 88, 89, 90, 91, 105, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 153, 154, 200, 210, 223, 227, 228, 232, 258, 260, 261, 270, 271, 275, 287

DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA **ver** AGRICULTURA

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 55, 88, 90, 105, 123, 138, 142, 144, 200, 210, 219, 222, 226, 228, 229, 243

- Brasil, 59, 110, 111, 112, 113, 115, 118, 124, 133, 134, 135, 136, 137, 142, 143, 223, 227
- ♦ *modelo*, 77, 79
- ♦ *plano*, 137
- Egito, 200
- Nordeste, 121, 127

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL 88

- Brasil, 89, 121, 128, 133, 153

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL **ver** INDÚSTRIA

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- Brasil, 88, 111, 119

DESIGUALDADE SOCIAL

- Brasil, 56, 225, 273

Diário Carioca., 176

Diário de Pernambuco., 30

DIETISTA **ver** NUTRIÇÃO

A dignidade da política. ARENDT, Hannah., 15

DIREITOS HUMANOS, 202, 260

DIREITOS POLÍTICOS, 244, 284

- Josué de Castro
- ♦ *cassação*, 70, 241-242

DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS, 71

DIREITO INTERNACIONAL, 208

DISCRIMINAÇÃO RACIAL **ver** RASCIMO

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA, 63

DITADURA MILITAR **ver** GOLPE MILITAR (1964)

DNOCS **ver** DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS (DNOCS)

Documentário do Nordeste. CASTRO, Josué de., 248, 279, 286

DOUTRINA DE MONROE **ver** MONROE, JAMES

O DRAMA DAS SECAS: DOCUMENTÁRIO

- repercussão negativa na imprensa, 177-178

O drama das secas: [documentário]. NANNI, Rodolfo., 176, 177, 179, 283

2.455, *cela da morte*. Chessman, Caryl., 213

E

ECONOMIA

- Brasil 91, 115, 116, 124, 125, 126, 129, 133, 143
- Nordeste, 122
- ♦ *realização de congresso*, 171-172

ECONOMIA AGRÍCOLA **ver** AGRICULTURA

ECONOMISTA **ver** ECONOMIA

EDUCAÇÃO, 165

EGITO

- agricultura, 200
- desenvolvimento econômico, 200
- invasão pela França e Inglaterra, 190-203

EINSTEIN, ALBERT

- homenagem, 167-169

EMANCIPAÇÃO ECONÔMICA **ver** DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Os emigrantes. PORTINARI, Cândido., 180

ENERGIA NUCLEAR **ver** ARMA NUCLEAR

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA)

- relações internacionais, 72

ESTUDANTE, 34, 61, 89, 94, 109, 269

- greve, 93-94
- manifesto, 98-100

ESTUDOS SOCIAIS

- universidade internacional, 164-165

EUA **ver** ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA)

F

FAO **ver** ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO)

FARELO DE TRIGO, 159

FASCISMO **ver** NAZISMO

A festa das letras. CASTRO, Josué de; MEIRELES, Cecília., 279

Fisiologia dos tabus. CASTRO, Josué de., 279, 286

FLEMING, ALEXANDRE

- homenagem, 163-164

FMI **ver** FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI)

Folha da Noite., 53

Folha do Povo, 19 set. 1958., 64

FOME, 5, 8, 13, 15, 16, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 31, 32, 39, 40, 41, 42, 43, 46, 47, 56, 59, 65, 70, 77, 81, 107, 119, 126, 127, 129, 132, 133, 138, 139-141, 142, 148, 149-153, 160, 166, 167, 169, 173, 175, 176, 177, 179, 180, 200, 201, 202, 203, 212, 218, 219, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 229, 230, 234, 235, 236, 241, 257, 258, 259, 261, 262, 266, 267, 270, 271, 272, 274, 283, 291, 295

Fome de amor: [filme]. SANTOS, Nelson
Pereira dos., 180

FOME ZERO **ver** PROGRAMA FOME ZERO

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION
OF THE UNITED NATIONS **ver**
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO
(FAO)

FORÇAS ARMADAS

- Brasil, 55, 67, 68, 98, 99, 100, 101, 103

FPN **ver** FRENTE PARLAMENTAR
NACIONALISTA (FPN)

FRANÇA

- invasão do Egito, 190-203

FRENTE DEMOCRÁTICA PERNAMBUCANA,
56

FRENTE PARLAMENTAR DO NORDESTE, 82

FRENTE PARLAMENTAR NACIONALISTA
(FPN), 82

- manifesto, 104-105

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala.*,
30, 181

FUNDO INTERNACIONAL CONTRA A FOME,
234

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI),
172

G

Gazeta de Notícias., 194

GÊNERO ALIMENTÍCIO, 112, 114, 119, 149,
152

Geografia da fome. CASTRO, Josué de., 15,
19, 31, 38, 45, 180, 235, 248, 257, 267, 271,
272, 280, 286

Geografia humana. CASTRO, Josué de., 279

Geopolítica da fome. CASTRO, Josué de., 15,
45, 167, 246, 247, 248, 267, 281, 286

GETÚLIO VARGAS (GETÚLIO DORNELLES
VARGAS)

- ligação com Josué de Castro, 53-54
- suicídio, 54-55

Gold and man. BUCK, Pearl Sydenstricker., 46

GOLPE DE ESTADO

- militares
- ♦ *Brasil ver Golpe militar (1964)*

GOLPE MILITAR (1964), 68, 69-70, 247, 284,
289, 290, 291

GOLPE POLÍTICO-MILITAR DE DIREITA **ver**
GOLPE MILITAR (1964)

GOULART, JOÃO BELCHIOR MARQUES **ver**
JOÃO GOULART

GUERRA, 23, 35, 36, 46, 47, 70, 164, 168, 169,
188, 189, 211, 215, 219, 222, 224, 226, 227,
228, 229, 233, 242, 257

- do Vietnã, 72
- fria, 70, 211, 224, 228, 242

H

HIROSHIMA, 169, 189

Homens do caranguejo: documentário.
VIEIRA, Rucker; PONTES, Ipojuca., 180

Homens e caranguejos. CASTRO, Josué de.,
26, 31, 55, 180, 181, 284, 286

HUMANIDADE, 148, 163, 164, 167, 169, 185,
186, 188, 189, 199, 200, 203, 204, 210, 213,
215, 223, 224, 225, 226, 229, 230, 232, 233,
243, 268

I

IAA **ver** INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO
ÁLCOOL (IAA)

IDEALISMO, 35, 37, 53, 85, 188, 208

IDEOLOGIA DESENVOLVIMENTISTA **ver**
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ILHAS FALKLAND, 207, 217

ILHAS MALVINAS **ver** ILHAS FALKLAND

IMPERIALISMO, 17, 36, 37, 81, 133, 176, 191, 193, 195, 196, 198, 199, 202, 203, 215, 218, 219, 228

IMPRENSA, 17, 54, 58, 68, 94, 101, 139, 140, 172, 175, 193, 204, 212, 235, 274, 296

- repercussão negativa

- ♦ *O drama das secas: documentário*, 177-178

INDÚSTRIA, 55, 59, 60, 61, 72, 80, 92, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 137, 138, 149, 151, 152, 154, 157, 198, 225, 227, 228

- desenvolvimento, 118, 152, 228

INDUSTRIALIZAÇÃO **ver** INDÚSTRIA

INDÚSTRIA DA SECA **ver** SECA

INFLAÇÃO, 114, 119, 124, 140, 152, 156, 243

INGLATERRA

- invasão do Egito, 190-203

INSTITUIÇÃO DEMOCRÁTICA **ver** DEMOCRACIA

INSTITUTO DE TECNOLOGIA ALIMENTAR (ITA), 280

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL (IAA)

- política, 115-117

INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

- Brasil, 132

INTELCTUAL

- manifesto, 100-103

INTERVENÇÃO ESTATAL, 87, 88, 210

INTERVENÇÃO PÚBLICA **ver** INTERVENÇÃO ESTATAL

ITA **ver** INSTITUTO DE TECNOLOGIA ALIMENTAR (ITA)

J

JANGO **ver** JOÃO GOULART

JESUS, CAROLINA MARIA DE

- homenagem pelo lançamento de livro, 173

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*, 173

JOÃO GOULART (JOÃO BELCHIOR MARQUES GOULART)

- eleição com Juscelino Kubitschek, 58-60

Jornal das Letras.

- homenagem, 172

Jornal do Commercio., 63, 179, 182

Jornal do Commercio, 11 ago. 1954., 56

Jornal do Commercio, 22 ago. 1954., 57

JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA (JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA)

- homenagem, 207

JOSUÉ DE CASTRO **ver também** CASTRO, JOSUÉ APOLÔNIO DE

JOSUÉ DE CASTRO (JOSUÉ APOLÔNIO DE CASTRO)

- ação parlamentar, 77-236
- Câmara Federal
 - ♦ *candidatura*, 55-58
 - ♦ *segunda candidatura*, 63-67
- caravana médica brasileira
 - ♦ *participação*, 34
- decoro parlamentar
 - ♦ *acusação de quebra*, 95-98
- depoimento sobre Miguel Arraes, 66
- direitos políticos
 - ♦ *cassação*, 70, 241-242
- eleição para presidente do Conselho da FAO, 47
- estudos
 - ♦ *atualidade*, 257-258
 - ♦ *relatados no cinema*, 179-180
- exílio, 241-245
- FAO
 - ♦ *atuação*, 270-271
- homenagem, 23-25
- ligação com Getúlio Vargas, 53-54
- origem e formação, 29-47, 38-46
- Pedro Bloch
 - ♦ *entrevista*, 38-46
- personalidade, 21-22
- Prêmio Nobel da Paz
 - ♦ *discurso de agradecimento*, 230-234
 - ♦ *indicação*, 46, 235, 236, 241
- relacionamento com Pearl Buck, 45-46
- trajetória político-partidária, 53-72

JOVEM **ver** ESTUDANTE

JUSCELINO KUBITSCHKE (JUSCELINO KUBITSCHKE DE OLIVEIRA)

- eleição com João Goulart, 58-60

JUSTIÇA SOCIAL, 202, 230

JUVENTUDE **ver** ESTUDANTE

K

KUBITSCHKE, JUSCELINO **ver** JUSCELINO KUBITSCHKE

L

L'Express, 235

Ladrão de bicicleta. ZAVATTINI, Cesare., 179

LATIFÚNDIO, 23, 70, 80, 113, 138, 140, 149-153, 155, 156

- combate, 78

LAVOURA DE SUBSISTÊNCIA **ver** AGRICULTURA

LEITE, 29, 44, 97, 98, 140, 159, 205

LIBERALISMO, 55, 208

LIBERDADE DEMOCRÁTICA **ver** DEMOCRACIA

LIGA CAMPONESA, 57, 61, 65, 81, 282, 290

LIGA DAS NAÇÕES **ver** ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)

LIVRE COMÉRCIO, 17, 88

LIVRE INICIATIVA, 86, 87, 88

LIVRO, 169

LIXO ATÔMICO, 204-205

LORENZ, MAX OTTO

- curva de concentração, 111

LOTT, HENRIQUE BAPTISTA DUFFLES TEIXEIRA

- pronunciamento em favor da Campanha da legalidade, 68

LUCRO, 105, 186, 191, 226, 229

- remessa
- ♦ *capital estrangeiro*, 69, 105, 140

M

MANIFESTO

- de intelectuais **ver** Intelectual
- estudantil **ver** Estudante
- FPN, 104-105
- sindical **ver** Trabalhador

A mão. ANDRADE, Carlos Drummond de., 83

MARSHALL, GEORGE CATLETT

- plano para auxílio do desenvolvimento econômico mundial, 187

MEIRELES, Cecília; CASTRO, Josué de. *A festa das letras*., 279

MELO, ALEXANDRE BANDEIRA DE

- Plínio Sampaio
- ♦ *entrevista*, 272-275

MELO, MÁRIO

- homenagem, 172

MERCANTILISMO **ver** COMÉRCIO

MIGUEL ARRAES (MIGUEL ARRAES DE ALENCAR)

- depoimento de Josué de Castro, 66-67

MONOPÓLIO ESTATAL, 105

- petróleo, 91, 92

MONROE, JAMES

- doutrina, 207, 216, 217

MONTENEGRO, OLÍVIO

- acervo pertencente ao escritor
- ♦ *aquisição*, 178

MORAIS, Clodomir. *A queda de uma oligarquia*., 61

MOVIMENTO

- de Cultura Popular, 66
- operário **ver** Trabalhador
- Popular Autonomista, 56
- sindical **ver** Sindicato

N

NACIONALISMO, 64, 104, 120, 167, 210, 216, 217, 291

NAGASAKI, 169

NANNI, Rodolfo. *Cordélia*., 179

NANNI, Rodolfo. *O drama das secas:*

[documentário], 176, 177, 179, 283

NANNI, Rodolfo. *O saci e Cordélia*, 179

NAZI-FACISMO **ver** NAZISMO

NAZISMO, 167, 219, 234, 243

NEO-COLONIALISMO **ver** COLONIALISMO

NEVES, TANCREDO DE ALMEIDA **ver**
TANCREDO NEVES

The New York Times, 71

NORDESTE, 7, 9, 16, 30, 32, 39, 56, 59, 60, 61, 64, 67, 70, 72, 75, 78, 79, 80, 107, 108, 113, 116, 117, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 137, 140, 141, 142, 143, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 158, 159, 160, 171, 176, 177, 179, 180, 183, 204, 248, 263, 264, 279, 283, 286, 289

- conjuntura social, 106-107
- desenvolvimento econômico, 121, 127
- economia, 122
 - ♦ realização de congresso, 171-172
- frente parlamentar, 82
- situação socioeconômica, 63
- união parlamentar, 131, 143-145

As novas dimensões da paz. BOWLES, Chester., 208

NUTRIÇÃO, 51, 170, 183, 280, 281, 282

- ensino superior, 170
- regulamentação da profissão, 170
- sociedade brasileira, 279

NUTRICIONISTA **ver** NUTRIÇÃO

O

OEA **ver** ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)

OLIGARQUIA, 18, 54, 57, 61, 70, 290

OLINDA

- patrimônio cultural
 - ♦ ameaça, 178

OLIVEIRA, JUSCELINO KUBITSCHKE **ver**
JUSCELINO KUBITSCHKE

ONU **ver** ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)

OPENO **ver** OPERAÇÃO NORDESTE (OPENO)

OPERAÇÃO ARGUS, 204, 205

OPERAÇÃO NORDESTE (OPENO), 120, 121, 128, 131, 146

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), 35, 38, 61, 65, 70, 82, 88, 141, 142, 190, 191, 200, 202, 203, 206, 211, 214, 215, 221, 222, 225, 227, 233, 235, 241, 242, 261, 262, 272, 274, 283, 286, 287, 296

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO), 7, 20, 38, 45, 46, 47, 51, 61, 65, 141, 165, 226, 233, 235, 241, 242, 259, 260, 270, 272, 281, 284, 285, 294

- conferência geral em 1961, 221-223
- Josué de Castro
 - ♦ atuação, 270-271
 - ♦ eleição para presidente do Conselho, 47

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO), 242

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA), 71

ORGANIZAÇÃO SINDICAL **ver**
TRABALHADOR

ORIENTE MÉDIO

- tropas, 190-203

P

PACTO AMERICANO, 206

PACTO DE BAGDÁ, 201

PAÍS SUBDESENVOLVIDO **ver**
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O Paiz, 34

PAN-AMERICANISMO, 18, 206-211, 216, 217

Paris-Match, 235

PARLAMENTARISMO, 68, 69

- emenda
 - ♦ pronunciamento contrário, 103-104

PARQUE INDUSTRIAL **ver** INDÚSTRIA

PARTICIPAÇÃO POPULAR, 60, 62, 80

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB), 54, 55, 56, 61, 64, 81, 162

PARTIDO DA REPRESENTAÇÃO POPULAR, (PRP), 56

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC), 56, 215

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB), 54, 56, 61, 65

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD), 54, 56, 57

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP), 55, 56

PARTIDO SOCIAL TRABALHISTA (PST), 56

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB), 33, 54, 56, 64, 81, 85, 273, 282, 283

PATRIMÔNIO CULTURAL

- Olinda

- ♦ *ameaça*, 178

PATRIOTISMO **ver** NACIONALISMO

PAU-BRASIL, 133

PAZ, 35, 36, 37, 38, 47, 101, 115, 164, 165, 166, 168, 169, 188, 189, 195, 210, 211, 220, 222, 224, 225, 229, 232, 233, 234, 235, 236, 257, 259, 284, 285, 287, 291

- América, 35-37

PAZ MUNDIAL, 71, 81

PCB **ver** PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB)

PDC **ver** PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

PECUÁRIA, 149

PENA DE MORTE, 211, 212, 213

PETRÓLEO, 16, 55, 89-92

- monopólio estatal, 91, 92

- refinaria

- ♦ *nacionalização*, 69

PLANO DE RECUPERAÇÃO ALIMENTAR, 141-142

PLANO MARSHALL **ver** MARSHALL, GEORGE CATLETT

PLÍNIO SAMPAIO (PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO)

- Melo, Alexandre Bandeira de

- ♦ *entrevista*, 272-275

PODER ECONÔMICO

- abuso, 140

POLÍGONO DAS SECAS **ver** SECA

POLÍTICA ALIMENTAR

- Brasil, 140

POLÍTICA CAMBIAL, 139

POLÍTICA DE COEXISTÊNCIA PACÍFICA **ver** RELAÇÕES INTERNACIONAIS

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO **ver** DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

POLÍTICA ECONÔMICA

- Brasil, 110-112

POLÍTICA EXTERIOR **ver** RELAÇÕES INTERNACIONAIS

POLÍTICA INTERNACIONAL **ver** RELAÇÕES INTERNACIONAIS

POLÍTICA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, 139

POLÍTICA NORTE-AMERICANA **ver** ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

PONTES, Ipojuca; VIEIRA, Rucker. *Homens do caranguejo: documentário*., 180

POPULAÇÃO RURAL, 119

PORTINARI, Cândido. *Os emigrantes*., 180

POSSE DA TERRA **ver** REFORMA AGRÁRIA

PREÇO, 79, 99, 114, 120, 124, 132, 133, 139, 140, 149, 155, 156, 160, 172, 186, 198, 216, 228, 243

- aumento, 124

PRÊMIO INTERNACIONAL DA PAZ **ver** PRÊMIO NOBEL DA PAZ

PRÊMIO NOBEL DA PAZ, 202

- Josué de Castro

- ♦ *discurso de agradecimento*, 230-234

- ♦ *indicação*, 46, 235, 236, 241

PRESIDENCIALISMO, 69, 104

PREVIDÊNCIA SOCIAL, 165

- reforma, 138

O problema fisiológico da alimentação no Brasil. CASTRO, Josué de., 30, 248

PRODUÇÃO AGRÍCOLA **ver** AGRICULTURA

PROFISSIONAL LIBERAL, 61

PROGRAMA FOME ZERO, 257

PROGRESSO **ver** DESENVOLVIMENTO

PROGRESSO ECONÔMICO **ver**
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PROPRIETÁRIO RURAL **ver** REFORMA
AGRÁRIA

PROTECIONISMO, 87, 116

PRP **ver** PARTIDO DA REPRESENTAÇÃO
POPULAR (PRP)

PSB **ver** PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
(PSB)

PSD **ver** PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA
(PSD)

PSP **ver** PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA
(PSP)

PST **ver** PARTIDO SOCIAL TRABALHISTA
(PST)

PTB **ver** PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
(PTB)

Q

40 séculos de agricultura na China. BUCK,
Pearl Sydenstricker., 45

Quarto de despejo. JESUS, Carolina Maria
de., 173

A queda de uma oligarquia. MORAIS,
Clodomir., 61

Queiroz, Eça de. *Cartas de Inglaterra.*, 18, 194

R

RAÇA HUMANA **ver** HUMANIDADE

RACISMO, 17, 214

- combate, 81
- ♦ *África do Sul*, 213-214

REALIDADE BRASILEIRA **ver** CONJUNTURA

REALIDADE SOCIAL **ver** CONJUNTURA
SOCIAL

REFORMA AGRÁRIA, 23, 32, 36, 41, 43, 57, 59,
60, 61, 64, 65, 66, 69, 71, 72, 77, 78, 79, 80,
105, 118, 122, 130, 133, 138, 140, 141, 148-
149, 151, 155, 157, 160, 161, 167, 177, 199,

200, 219, 224, 230, 231, 233, 236, 241, 248,
259, 266, 275, 284, 286, 289

- acesso à terra, 153-155
- Brasil, 154, 155
- desapropriação por interesse social, 16,
141, 155-157, 158
- latifúndio, 23, 70, 80, 113, 138, 140, 149-
153, 155, 156
- ♦ *combate*, 78

REFORMA BANCÁRIA, 138

REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 138

REFORMA ELEITORAL **ver** REFORMA
POLÍTICA

REFORMA POLÍTICA, 138

REFORMA SOCIAL **ver** REFORMAS DE BASE

REFORMAS DE BASE, 69, 70, 71, 79, 241

REGIÃO NORDESTINA **ver** NORDESTE

REGIÃO SUBDESENVOLVIDA **ver**
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

REGIME

- parlamentarista **ver** Parlamentarismo
- presidencialista **ver** Presidencialismo

RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 17, 70, 70-72,
137, 190, 199, 206, 215

- América, 35-37
- Brasil, 105, 136, 223
- EUA, 72
- pacto americano, 206
- pacto de Bagdá, 201

REMESSA DE LUCROS

- capital estrangeiro, 69, 105, 140

RENDA, 16, 47, 77, 79, 110, 111, 112, 113, 114,
150, 156, 225

- desníveis, 112-115
- distribuição, 63

RESERVA ALIMENTAR DE EMERGÊNCIA DO
POLÍGONO DAS SECAS, 148, 149

REVOLUÇÃO

- cubana, 71, 81, 219
- industrial **ver** Indústria

ROOSEVELT, FRANKLIN DELANO

- homenagem, 185-189

S

O saci e Cordélia. NANNI, Rodolfo., 179

SALÁRIO, 126, 140, 262, 278

- desvalorização, 79
- mínimo, 30, 64, 65, 85, 114, 115, 119, 278
- trabalhador, 84
- real, 115

SAMPAIO, PLÍNIO DE ARRUDA **ver** PLÍNIO SAMPAIO

SANTOS, Nelson Pereira dos. *Fome de amor: [filme]*., 180

SANTOS, Nelson Pereira dos. *Vidas secas: [filme]*., 180, 181

SAPS **ver** SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (SAPS)

SAÚDE, 165

SECA, 32, 107, 116, 127, 129, 142, 149-153, 158-160, 176, 177, 179, 181, 283

- reserva alimentar de emergência do polígono, 148, 149

SEGREGAÇÃO RACIAL **ver** RACISMO

SEGUNDA GUERRA MUNDIAL, 123

SEGURANÇA ALIMENTAR **ver** ALIMENTAÇÃO

SERVIÇO CENTRAL DE ALIMENTAÇÃO **ver** SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (SAPS)

SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (SAPS), 65, 260, 278, 279

- criação, 31
- irregularidades, 84

SERVIÇO SOCIAL RURAL (SSR), 158

SERVIÇO TÉCNICO DE ALIMENTAÇÃO NACIONAL (STAN), 280

Sete palmas de terra e um caixão. CASTRO, Josué de., 32, 59, 60, 66, 69, 71, 79, 161, 248, 284, 286

O silêncio do mar. VERCORS., 234

SILVA, JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E **ver** JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA

SINDICATO DE TRABALHADORES **ver** TRABALHADOR

SISTEMA DE CRÉDITO, 138

SISTEMA ECONÔMICO

- Brasil, 60

SOCIEDADE BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO, 279

SSR **ver** SERVIÇO SOCIAL RURAL (SSR)

STAN **ver** SERVIÇO TÉCNICO DE ALIMENTAÇÃO NACIONAL (STAN)

SUBDESENVOLVIMENTO **ver** DESENVOLVIMENTO

SUBDESENVOLVIMENTO ECONÔMICO **ver** DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

SUBVERSÃO, 71, 72, 101

SUDENE **ver** SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE)

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE), 79, 107, 108, 120, 121-132, 141, 144, 147, 283

T

TAMANDARÉ **ver** CRUZADOR TAMANDARÉ

TANCREDO NEVES (TANCREDO DE ALMEIDA NEVES)

- primeiro-ministro, 68

TELEVISÃO, 101, 179, 182

- papel, 170-171

TERRA **ver** REFORMA AGRÁRIA

- improdutiva **ver** Reforma agrária
- inexplorada **ver** Reforma agrária

TOTALITARISMO, 185

TRABALHADOR, 16, 57, 61, 64, 65, 73, 74, 79, 84, 85, 119, 126, 151, 257, 298

- liga camponesa, 57, 61, 65, 81, 282, 290
- salário, 84
- sem-terra, 138
- sindicato, 58, 61, 64, 74, 79
- ♦ *manifesto*, 98-100

TRANSPORTE, 91, 158, 159

O tratado. UMBER, Friedrich., 42

Tribuna da Imprensa., 53, 54, 58, 97

TRIGO, 159

U

UDN **ver** UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)

UMBER, Friedrich. *O tratado*, 42

Umberto D. ZAVATTINI, Cesare., 179

UnB **ver** UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)

UNE **ver** UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE)

UNESCO **ver** ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO)

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN), 53, 54, 58, 66, 85, 86

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE), 94, 109, 221

▪ congresso, 89

UNIÃO PARLAMENTAR NORTE-NORDESTE, 131, 143-145

UNITED NATIONS FOR EDUCATION, SCIENCE AND CULTURAL ORGANIZATION **ver** ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO)

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)

▪ criação, 174-175

UNIVERSIDADE INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOCIAIS, 164-165

USINA ATÔMICA

▪ resíduo, 205

V

VARGAS, GETÚLIO DORNELLES **ver** GETÚLIO VARGAS

VERCORS. *O silêncio do mar*, 234

Vidas secas: [filme]. SANTOS, Nelson Pereira dos., 180, 181

VIEIRA, Rucker; PONTES, Ipojuca. *Homens do caranguejo: documentário*, 180

Z

ZAVATTINI, Cesare. *Ladrão de bicicleta*, 179

ZAVATTINI, Cesare. *Umberto D.*, 179

